

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	5
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	8
1.5 Principais clientes	14
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	15
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	19
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	20
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	21
1.10 Informações de sociedade de economia mista	24
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	25
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	26
1.13 Acordos de acionistas	27
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	28
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	29
1.16 Outras informações relevantes	30
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	31
2.2 Resultados operacional e financeiro	42
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	46
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	47
2.5 Medições não contábeis	48
2.6 Eventos subsequentes as DFs	50
2.7 Destinação de resultados	51
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	52
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	53
2.10 Planos de negócios	54
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	57
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	58
3.2 Acompanhamento das projeções	61

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	66
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	82
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	85
4.4 Processos não sigilosos relevantes	90
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	110
4.6 Processos sigilosos relevantes	111
4.7 Outras contingências relevantes	112
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	114
5.2 Descrição dos controles internos	119
5.3 Programa de integridade	121
5.4 Alterações significativas	124
5.5 Outras informações relevantes	125
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	126
6.3 Distribuição de capital	146
6.4 Participação em sociedades	147
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	148
6.6 Outras informações relevantes	149
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	150
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	152
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	153
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	154
7.4 Composição dos comitês	176
7.5 Relações familiares	181
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	182
7.7 Acordos/seguros de administradores	193
7.8 Outras informações relevantes	194
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	195

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	199
8.3 Remuneração variável	203
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	205
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	207
8.6 Outorga de opções de compra de ações	208
8.7 Opções em aberto	209
8.8 Opções exercidas e ações entregues	212
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	213
8.10 Outorga de ações	214
8.11 Ações entregues	215
8.12 Precificação das ações/opções	216
8.13 Participações detidas por órgão	217
8.14 Planos de previdência	218
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	219
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	220
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	221
8.18 Remuneração - Outras funções	222
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	223
8.20 Outras informações relevantes	224
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	225
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	226
9.4 Outras informações relevantes	227
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	228
10.1 Descrição dos recursos humanos	229
10.2 Alterações relevantes	230
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	231
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	233
10.5 Outras informações relevantes	234
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	235

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	237
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	273
11.3 Outras informações relevantes	278
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	279
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	281
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	282
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	289
12.5 Mercados de negociação no Brasil	290
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	291
12.7 Títulos emitidos no exterior	292
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	293
12.9 Outras informações relevantes	297
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	298
13.1 Declaração do diretor presidente	299
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	300
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	301

1.1 Histórico do emissor

A história da São Martinho teve início na Itália, no final do século XIX, quando integrantes da família Ometto imigraram para o Brasil. Na ocasião, eles buscavam melhores condições de vida e de trabalho no novo país.

No sítio Olaria montaram seu primeiro engenho de cana-de-açúcar, em 1914. Já em 1932, na Fazenda Boa Vista, região de Limeira, a família produziu açúcar pela primeira vez.

Em 1937, a Usina Iracema foi comprada em Iracemápolis, município localizado no interior de São Paulo, e transformou-se em uma destilaria de álcool. Em 1946, a Usina passou a fabricar açúcar também. Três anos mais tarde, os Ometto adquiriram a Usina São Martinho, situada na cidade de Pradópolis, distante cerca de 330 quilômetros de São Paulo, que se transformou na maior processadora de cana do mundo.

Ao longo das décadas, as usinas cresceram e se modernizaram. Desde 2000, criou-se uma estrutura unificada para administrar o negócio de maneira cada vez mais profissionalizada, possibilitando novas oportunidades de investimento. O escritório corporativo encontra-se na capital paulista e as unidades administrativas (Hubs) em Pradópolis na Usina São Martinho, Ribeirão Preto e Américo Brasiliense na Usina Santa Cruz. Os locais reúnem as áreas administrativas, financeira, jurídica, de recursos humanos e de suprimentos, além de TI e controladoria.

A São Martinho se consolidou ainda mais nos últimos anos com a padronização de uma marca e um abrangente processo de profissionalização. Isto ajudou a fortalecer seu desempenho, culminando na abertura do capital em 2007, buscando assim uma competitividade cada vez maior nos mercados em que atua. A São Martinho teve então, a partir de fevereiro de 2007, suas ações negociadas no Novo Mercado, índice mais elevado de governança corporativa, da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), sob o código SMT03.

Hoje a São Martinho está entre as maiores empresas sucroenergéticas do Brasil, com capacidade aproximada de moagem de 24,5 milhões de toneladas de cana. Possui quatro usinas em operação: São Martinho, em Pradópolis, na região de Ribeirão Preto (SP); Iracema, em Iracemápolis, na região de Limeira (SP), Santa Cruz, localizada em Américo Brasiliense (SP) e Boa Vista, em Quirinópolis, a 300 quilômetros de Goiânia (GO).

Abaixo seguem alguns marcos na história da São Martinho:

1937: Aquisição da Usina Iracema

1949: Aquisição da Usina São Martinho

1969: Primeira colhedora mecanizada

1970: Uso de vinhaça na irrigação

1980: Desenvolvimento de tecnologia para biodigestão termofílica de vinhaça, implementação caldeiras de queima de suspensão, início da produção de especialidades e da cogeração da Usina São Martinho

1990: Projeto Novos Rumos, Primeiro ERP agrícola em larga escala no segmento, criação do Centro de Operações Industriais (COI), Plano de Autuação Industrial, início da produção de leveduras na Usina São Martinho e da fabricação própria de colhedoras

1992: Primeira plantadora

1997: Implementação do SAP

1998: Início do MPT (Manutenção da Produtividade Total)

1.1 Histórico do emissor

1999: Reestruturação Organizacional por Processos

2000: Criação do CSC, Inauguração do Centro de Educação Ambiental (CEA), Projeto Viva a Natureza e implementação dos trabalhos de Sensibilização Comportamental

2001: Início da produção de leveduras na Usina Itacema, participação Mitsubishi para produção de RNA, primeiro portal de compras integrado com fornecedores e primeiro encontro agroindustrial

2002: Início do Projeto Viva Cana e fusão das Usinas Itacema e São Martinho

2005: Lançamento da pedra fundamental da Usina Boa Vista

2007: Abertura de capital na B3, aquisição da participação na Usina Santa Luiza e integração da automação industrial com o sistema de gestão

2008: Fabio Venturelli assume a presidência, inauguração da Usina Boa Vista e saída da Copersucar e primeiro programa de trainees

2010: Criação da Nova Fronteira Bioenergia (joint venture com a Petrobras)

2011: Primeiro encontro de líderes

2012: 1ª vez no Ranking das 150 Melhores Empresas para Trabalhar (Você S/A), Certificação Bonsucro Usina Itacema e inauguração Terminal Rodoviário Usina São Martinho

2013: Inauguração da Termoelétrica da Usina São Martinho e Certificação Bonsucro Usina Santa Cruz e adoção da tecnologia de leiteo fluidizado borbulhante para queima da biomassa

2014: Aquisição do controle da Usina Santa Cruz, início do Projeto de Muda Pré-Brotada, início das atividades imobiliárias e desenvolvimento da rede 4G

2015: 1ª vez no Ranking Melhores Empresas para Começar a Carreira (Você S/A)

2016: 1ª vez no Ranking Inovação Brasil, 1ª vez entre as Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência, aquisição 100% da Nova Fronteira Bioenergia e padronização da técnica de meiose

2017: Melhor Empresa do Setor Agronegócio (Você S/A). Incorporação da Nova Fronteira Bioenergia S.A.

2018: Empresa do Ano, Melhor Empresa do Setor Agronegócio, Melhor Grande Empresa, Destaque na Categoria Liderança (Você S/A) e implementação do primeiro Centro de Operações Agrícolas (COA). Incorporação da Usina Boa Vista S.A.

2019: Melhor Empresa do Setor Agronegócio (Você S/A), Projeto 4.0 de automação agrícola (Projeto COA) na Usina São Martinho, anúncio projeto cogeração na Usina São Martinho, reconhecimento pela agência Standard & Poor's com rating 'grau de investimento' (BBB-) e reafirmação do rating brAAA, adesão ao protocolo ONU Mulheres e primeira certificação no Brasil para emissão de CBios no programa RenovaBio (Usina Boa Vista)

2020: Melhor empresa em gestão de pessoas na categoria 7.001 a 17.000 funcionários (Valor Carreira), Empresa do Ano e vencedora categoria Açúcar e Álcool (Valor

1.1 Histórico do emissor

Econômico), eleita uma das empresas mais inovadoras do Brasil e do setor em 2020 (Valor Inovação Brasil 2020) e implementação do projeto COA nas demais usinas

2021: Melhor empresa em gestão de pessoas na categoria 7.001 a 17.000 funcionários (Valor Carreira), lançamento plataforma digital de responsabilidade social, aprovação do Projeto de Etanol de Milho anexo à Usina Boa Vista (etanol, DDGS, óleo de milho), lançamento parceria Cubo Agro (Itaú) e implementação da primeira rede 5G no segmento em caráter experimental, implantação do novo ERP SAP S/4HANA e início da produção de etanol neutro na Usina Santa Cruz

2022: Passou a integrar os índices: IBrX 100, Ibovespa, B3 IAGRO-FFS, Agro Free Float Setorial e ICO2 - Índice Carbono Eficiente, início do Centro de Inovação da São Martinho, inauguração dos Hubs Administrativos, lançamento do Programa SOU (segurança como valor), entrada no Pacto Global da ONU e concretização do plano de internacionalização da Companhia

2023: Início da produção de etanol de milho na Usina Boa Vista e expansão da produção de energia proveniente da biomassa.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A São Martinho S.A. atua no setor sucroenergético e negócios que abrangem produção e comercialização de açúcar, etanol, energia elétrica e demais derivados da cana-de-açúcar.

Conforme Estatuto Social, tem por objeto:

- i) atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de açúcar, álcool e seus derivados e cogeração de energia elétrica;
- ii) exploração agrícola e pecuária;
- iii) importação e exportação de bens, produtos e matéria-prima;
- iv) fabricação, comercialização, exportação e importação, por conta própria ou de terceiros, de produtos químicos e orgânicos, bem como a fabricação de aditivo, ingrediente e suplemento para consumo animal, podendo desenvolver outras atividades correlatas ou condizentes com estas atividades; e
- v) participação em sociedades, mediante deliberação do Conselho de Administração.

De acordo com o item 1.1, a Companhia possui quatro usinas em operação: São Martinho, em Pradópolis, na região de Ribeirão Preto (SP); Iracema, em Iracemápolis, na região de Limeira (SP), Santa Cruz, localizada em Américo Brasiliense (SP) e Boa Vista, em Quirinópolis, a 300 quilômetros de Goiânia (GO).

As usinas São Martinho, Iracema e Santa Cruz produzem açúcar e etanol, enquanto a Usina Boa Vista é dedicada à produção de etanol. Todas as usinas geram energia elétrica a partir da queima do bagaço da cana, garantindo autossuficiência e venda do excedente.

O mix de produção de açúcar e etanol é de 50% de açúcar (cenário máx. açúcar) e 65% de etanol (cenário máx. etanol).

Com relação aos números da Safra 2022/23, cabe destacar:

- Processamento de 20 milhões de toneladas de cana-de-açúcar;
- O volume total de açúcar produzido na safra foi de 1.206 mil toneladas;
- Produção de 899 mil m³ de etanol;
- Cogeração de 755 mil MWh de energia elétrica;
- Índice médio de mecanização da colheita de 100%;
- Área agrícola total sob gestão 350.000 ha, sendo 54.635 ha de terras próprias.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

Principais Produtos

Açúcar:

As usinas da São Martinho produzem vários tipos de açúcar bruto. Nos últimos anos, o principal produto tem sido o VHP, um tipo de açúcar padrão negociado no mercado internacional.

Etanol:

A São Martinho também produz etanol hidratado, utilizado nos tanques dos carros movidos a etanol; etanol anidro, que é misturado à gasolina como aditivo para abastecer os tanques dos veículos movidos à gasolina; e etanol industrial, usado principalmente na produção de tintas, cosméticos e bebidas alcoólicas.

Energia Elétrica

Produção e comercialização do excedente de energia elétrica.

Negócios Imobiliários

Safra 20/21: lançamento dos empreendimentos imobiliários Nova Iracemápolis na região de Iracemápolis e Jardim Irajá em Américo Brasiliense.

Não houve novos lançamentos nas safras 21/22 e 22/23.

Outros Produtos

Levedura (usada como ração animal), óleo fúsel (que é usado como solvente e álcool amílico puro) e bagaço (a fibra que sobra após a extração do caldo da cana-de-açúcar, usada como fonte de energia) como subprodutos da produção de açúcar e etanol. É vendida a levedura e o óleo fúsel diretamente para clientes no Brasil, utiliza-se o bagaço para gerar todo o vapor e eletricidade necessários à operação das usinas e vende-se o excedente principalmente para produtores de suco de laranja no Brasil para a geração de eletricidade e vapor.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

No período encerrado em 31 de março de 2023, a receita líquida da Companhia somou R\$ 6.643,5 milhões, sendo 52% proveniente do etanol, 39% do açúcar, 5% da energia elétrica e 3,0% de outros produtos.

No período encerrado em 31 de março de 2022, a receita líquida da Companhia somou R\$ 5.764,7 milhões, sendo 53% proveniente do etanol, 46% do açúcar, 1,0% de outros produtos.

No período encerrado em 31 de março de 2021, a receita líquida da Companhia somou R\$ 4.322,2 milhões, sendo 47% proveniente do etanol, 45% do açúcar, 5% da energia elétrica, 1% de levedura e 2% de outros produtos.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

A tabela abaixo mostra a receita líquida e lucro do exercício:

Indicadores Financeiros	Safra 2022/23	Safra 2021/22	Safra 2020/21
Milhares de Reais			
Receita Líquida*	6.643.463	5.764.670	4.322.174
Lucro Líquido	1.015.744	1.480.868	927.124

*Exclui efeito do Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC e inclui a Receita Financeira de Negócios Imobiliários

A tabela abaixo detalha as receitas provenientes dos segmentos operados pela Companhia para as safras indicadas:

Produto Receita Líquida (em milhares de R\$)	Safra 22/23	Safra 21/22	Safra 20/21
Mercado Doméstico	2.906.438	3.165.822	2.145.422
Açúcar	201.140	177.585	154.352
Etanol	2.146.451	2.565.379	1.639.412
Energia Elétrica	196.454	229.954	200.276
Levedura	44.253	41.810	43.442
Negócios Imobiliários	7.593	52.152	21.572
CBIOs	80.934	37.049	27.179
Outros	229.613	61.893	59.189
Mercado Externo	3.753.122	2.598.848	2.176.752
Açúcar	2.412.123	2.169.137	1.783.993
Etanol	1.327.317	425.156	392.759
Levedura	13.682	4.555	-
Receita Líquida Total*	6.643.462	5.764.670	4.322.174
Açúcar	2.613.263	2.346.722	1.938.345
Etanol	3.457.670	2.990.535	2.032.171
Energia Elétrica	196.454	229.954	200.276
Levedura	57.935	46.365	43.442
Negócios Imobiliários	7.593	52.152	21.572
CBIOs	80.934	37.049	27.179
Outros	229.613	61.893	59.189

*Exclui efeito do Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC e inclui a Receita Financeira de Negócios Imobiliários

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A São Martinho S.A. e suas controladas não divulgam em suas Demonstrações Financeiras o lucro ou prejuízo líquido separadamente para cada um dos segmentos reportáveis, por não ser informação chave para uso da alta administração e não ser requerido pela norma contábil. Adicionalmente, a São Martinho S.A. divulga o lucro ou prejuízo operacional separadamente para cada um dos segmentos que atuam, conforme divulgado nas referidas notas explicativas das Demonstrações Financeiras.

EBITDA POR PRODUTO - 12M23	AÇÚCAR	ETANOL	ENERGIA	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	OUTROS	TOTAL
Milhares de R\$						
Receita Líquida*	2.613.263	3.457.670	196.454	7.593	368.482	6.643.462
CPV (Caixa)	-1.961.714	-2.385.080	-50.953	329	-250.511	-4.647.929
Lucro Bruto (Caixa)	651.549	1.072.590	145.501	7.922	117.971	1.995.533
Margem Bruta (Caixa)	24,9%	31,0%	74,1%	104,3%	32,0%	30,0%
Despesas de Vendas	-117.329	-89.036	-15.229	0	-4	-221.597

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Despesas G&A (Caixa)	-105.740	-141.009	-19.071	-5.953	0	-271.773
Outras receitas (despesas)	12.497	20.452	0	1.866	8.995	43.810
EBITDA Ajustado	1.185.720	1.861.205	124.733	3.835	180.047	3.355.541
Margem EBITDA Ajustada	45,4%	53,8%	63,5%	50,5%	48,9%	50,5%
Custo EBITDA **	-1.184	-1.593	-89			

*Exclui o efeito de hedge accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC

** Açúcar em R\$/Tonelada

Etanol em R\$/m³

Energia em R\$/MWh

EBITDA POR PRODUTO - 12M22	AÇÚCAR	ETANOL	ENERGIA	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	OUTROS	TOTAL
Milhares de R\$						
Receita Líquida*	2.346.722	2.990.535	229.954	52.152	145.306	5.764.669
CPV (Caixa)	-1.714.393	-1.712.865	-76.435	-2.930	-37.494	-3.544.116
Lucro Bruto (Caixa)	632.329	1.277.670	153.519	49.222	107.812	2.220.553
Margem Bruta (Caixa)	26,9%	42,7%	66,8%	94,4%	74,2%	38,5%
Despesas de Vendas	-117.902	-28.330	-13.935	-	-	-160.167
Despesas G&A (Caixa)	-112.319	-122.518	-19.953	-3.493	-	-258.283
Outras receitas (despesas)	-	-	-	6.720	16.627	23.347
EBITDA Ajustado	1.036.877	1.794.194	131.266	52.449	127.166	3.141.953
Margem EBITDA Ajustada	44,2%	60,0%	57,1%	100,6%	87,5%	54,5%
Custo EBITDA **	-988	-1.352	-113			

*Exclui o efeito de hedge accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC

** Açúcar em R\$/Tonelada

Etanol em R\$/m³

Energia em R\$/MWh

EBITDA POR PRODUTO - 12M21	AÇÚCAR	ETANOL	ENERGIA	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	OUTROS	TOTAL
Milhares de R\$						
Receita Líquida*	1.938.345	2.032.171	200.276	21.572	129.810	4.322.174
CPV (Caixa)	-825.567	-843.109	-56.399	-1.288	-30.788	-1.757.151
Lucro Bruto (Caixa)	1.112.778	1.189.062	143.876	20.284	99.023	2.565.023
Margem Bruta (Caixa)	57,4%	58,5%	71,8%	94,0%	76,3%	59,3%
Despesas de Vendas	-120.816	-39.433	-12.600	-	-306	-173.154
Despesas G&A (Caixa)	-96.156	-109.427	-17.192	-2.658	-	-225.433
Outras receitas (despesas)	-	-	-	12.209	8.872	21.081
EBITDA Ajustado	895.806	1.040.202	114.084	29.834	107.589	2.187.515
Margem EBITDA Ajustada	46,2%	51,2%	57,0%	138,3%	82,9%	50,6%
Custo EBITDA **	-717,0	-975,9	-89,7			

*Exclui o efeito de hedge accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC

** Açúcar em R\$/Tonelada

Etanol em R\$/m³

Energia em R\$/MWh

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a. características do processo de produção

Cana-de-açúcar

A cana-de-açúcar é a principal matéria-prima na produção de açúcar e etanol. Trata-se de uma cultura de clima tropical com preferência por temperaturas quentes e estáveis, com alta umidade. O clima e a topografia da região centro-sul do Brasil são ideais para o seu cultivo, respondendo essa região por mais de 90% da produção brasileira de cana-de-açúcar.

A Companhia tem contratos de parceria agrícola ou arrendamento rural com duração equivalente à um ciclo de cana e renováveis automaticamente por igual período. De acordo com estes contratos, os parceiros ou arrendatários cedem suas terras para cultivo da cana-de-açúcar e, em contrapartida, recebem uma determinada quantidade ou percentual sobre a cana-de-açúcar produzida. O preço é calculado com base no ATR da cana-de-açúcar colhida e de acordo com o sistema Consecana. Estes preços, por sua vez, refletem os preços médios dos produtos comercializados no período pelos produtores do estado de São Paulo, apurados através de levantamentos realizados pelo CEPEA, órgão indicador do CEPEA/ESALQ.

O quadro a seguir compara os totais de cana-de-açúcar própria e de terceiros nas últimas três safras:

DADOS OPERACIONAIS	12M23	12M22	12M21	12M23 - 12M22 Var.(%)	12M22 - 12M21 Var.(%)
São Martinho - Consolidado					
Cana Processada (mil toneladas)	20.024	19.899	22.522	0,6%	-11,6%
Própria	13.964	13.911	15.811	0,4%	-12,0%
Terceiros	6.060	5.988	6.711	1,2%	-10,8%

Ciclo de Colheita da Cana-de-açúcar

Historicamente, o ciclo de colheita da cana-de-açúcar na região centro-sul do Brasil costuma ter início em abril e se encerrar em dezembro de cada ano. A cana-de-açúcar está pronta para ser colhida quando o teor de açúcares estiver no nível mais alto, o que ocorre, geralmente, após o ciclo de um ano, com exceção do primeiro corte da cana-de-açúcar plantada no período de janeiro a abril.

A São Martinho planta diversas variedades de cana-de-açúcar em dois períodos do ano. O primeiro período costuma durar em torno de 4 meses e ocorre a partir de janeiro, enquanto o segundo ocorre a partir de setembro e costuma durar 3 meses. Após o primeiro corte é possível realizar 5 ou mais cortes anuais até se chegar ao ponto de renovação do plantio, uma vez que cada corte implica na redução da produtividade agrícola da cana-de-açúcar. Os investimentos na renovação dos canaviais e a adoção de modernas práticas culturais e de corte, carregamento e transporte resultaram, nos últimos anos, em uma vida útil média de 7 anos para os nossos canaviais.

A colheita é feita principalmente de cana-de-açúcar crua, de forma mecanizada. Após o último corte, as raízes da cana-de-açúcar são erradicadas, dando início a um novo plantio e, portanto, a um novo ciclo. Geralmente, as usinas renovam cerca de 20% do seu plantio por ano, porém no caso da São Martinho, devido à tecnologia aplicada, cerca de 16,1% da área plantada em cana-de-açúcar foi renovada na última safra.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A São Martinho é a primeira Companhia produtora no Brasil a desenvolver e utilizar equipamentos mecânicos para o plantio, possui grau de mecanização próximo de 100% em suas operações. A Companhia desenvolve e programa diversas novas tecnologias para os equipamentos de plantio e colheita mecanizada, os quais incrementaram significativamente os níveis de produtividade, tornando a São Martinho referência mundial em colheita mecânica da cana-de-açúcar não queimada.

A colheita mecânica dispensa a queima da cana-de-açúcar para a remoção de folhas e palhas, reduzindo substancialmente os impactos ambientais e acidentes de trabalho, se comparada à colheita manual. Somado a isto, as folhas e a palha resultantes da colheita da cana-de-açúcar sem queima formam um colchão que, em um primeiro momento, reduz a evapotranspiração e ajuda no controle de pragas. Este colchão, por sua vez, depois de anos sucessivos desta prática, transforma-se em matéria orgânica agregada à terra, tornando-a naturalmente mais fértil. A colheita mecanizada da cana-de-açúcar sem queima, fruto de mais de 20 anos de investimento e estudo nesta área pela Companhia, é não só mais eficiente no que diz respeito ao tempo consumido para colheita, como ainda apresenta um custo menor de produção em relação à colheita manual.

O rendimento da cana-de-açúcar é uma importante medida de produtividade. Fatores geográficos, como a composição do solo, a topografia e o clima, bem como as técnicas agrícolas que utilizamos e as variedades plantadas, são responsáveis diretos pelo alto rendimento da cana-de-açúcar que obtemos em nossas áreas agrícolas.

A São Martinho tem capacidade instalada de processamento de 24,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra, distribuídas entre a Unidade São Martinho, com 10,5 milhões de toneladas, a Unidade Iracema, com 3,5 milhões de toneladas, a Usina Boa Vista com 5,0 milhões de toneladas e a Usina Santa Cruz com 5,5 milhões de toneladas.

A Usina São Martinho, a Usina Iracema e a Usina Santa Cruz têm flexibilidade para produzir açúcar e etanol em aproximadamente 38% e 62% para ambos os produtos, enquanto a Usina Boa Vista é 100% dedicada para a produção de etanol e cogeração de energia.

Todas as usinas são autossuficientes em cogeração de energia por meio do bagaço de cana. Considerando a capacidade de moagem de 24,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, a Companhia tem capacidade de cogeração de 1 TWh de energia por safra.

Sobre produtos vide item 1.3 a.

b. características do processo de distribuição

Em 25 de fevereiro de 2008, a São Martinho anunciou por meio de Fato Relevante, o pedido de desligamento da Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Copersucar.

Toda a comercialização do açúcar e do etanol produzidos pelas usinas da São Martinho era realizada pela Copersucar e a partir da safra 2008/09 que teve início em abril de 2008, a comercialização passou a ser realizada diretamente pela São Martinho.

Atualmente, a São Martinho possui relacionamento comercial com diversas tradings e distribuidoras.

Para o mercado de açúcar a maior parte do escoamento da produção da Companhia acontece via férrea, trazendo maior competitividade e diferencial logístico. No caso do etanol o diferencial competitivo se dá na localização das usinas, que ficam nos

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

principais polos sucroenergéticos do País e têm acesso facilitado a rodovias e corredores de escoamento de commodities, permitindo maior agilidade e melhores custos logísticos no atendimento aos nossos clientes que fazem a retirada do produto diretamente nas usinas.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

ii. condições de competição nos mercados

A caracterização dos setores de açúcar e etanol impõe uma diferenciação importante, pois de um lado o açúcar é um produto tradicional, produzido por mais de 121 países, com um mercado bastante desenvolvido e com perspectiva de crescimento principalmente atrelado ao crescimento vegetativo da população. Por outro lado, o etanol é um produto de importância recente no comércio mundial, com mais de 50 países produtores, dos quais apenas o Brasil e os Estados Unidos produzem mais de 80% da produção total, com grandes perspectivas de crescimento, principalmente pelos desafios impostos à sociedade na busca de uma alternativa ao uso do petróleo como fonte de energia.

O Setor Sucroalcooleiro no Brasil

O Centro-Sul do Brasil moeu, na safra 22/23, um volume de 548,3 milhões de toneladas de cana, que resultou na produção de 33,7 milhões de toneladas de açúcar e 28,9 bilhões de litros de etanol.

O Setor Sucroalcooleiro no Mundo

Açúcar

O açúcar é um produto de consumo básico e uma *commodity* essencial produzida em várias partes do mundo. O açúcar é feito a partir da cana-de-açúcar e da beterraba, sendo que aproximadamente 80% da produção mundial de açúcar tem como matéria-prima a cana-de-açúcar. A fabricação do açúcar passa por processos industriais e agrícolas, e sua produção requer o uso intensivo de mão-de-obra e de capital.

A São Martinho acredita que o consumo de açúcar deverá continuar aumentando devido ao crescimento vegetativo populacional, ao aumento do poder aquisitivo dos consumidores em diversas regiões do mundo e do consumo de alimentos processados em todo o mundo, resultante da migração da população das áreas rurais para as urbanas. Dessa forma, acredita-se que o maior crescimento de consumo per capita de açúcar deverá ocorrer em regiões como a Ásia, onde a renda per capita e a migração populacional estão crescendo rapidamente.

Preços do Açúcar

A maioria dos países produtores de açúcar, inclusive os Estados Unidos e os países da União Europeia, protege seu mercado interno de açúcar da concorrência estrangeira estabelecendo políticas governamentais e regulamentos que afetam a produção, inclusive com quotas, restrições de importação e exportação, subsídios, tarifas e impostos alfandegários. Como resultado de tais políticas, os preços domésticos do açúcar variam bastante de um país para o outro. O NY 11 é usado como referência primária dos preços não controlados do açúcar bruto no mundo. Outro preço de referência é o Lon 5, que tem como base o açúcar refinado e que é negociado na LIFFE. Os preços do açúcar no Brasil são formados de acordo com os princípios do livre mercado, sendo que o principal indicador é o índice da ESALQ, mas são influenciados diretamente pelos preços no mercado internacional.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O impacto da oscilação dos preços internacionais do açúcar sobre a produção é suavizado principalmente por dois fatores. O primeiro deles decorre do fato de que muitos produtores de açúcar operam em mercados controlados, protegidos contra as flutuações destes preços e, portanto, não tendem a modificar dramaticamente a produção por causa destas variações. Em segundo lugar, porque a cultura da cana-de-açúcar, maior fonte de produção global de açúcar, é semi perene, com ciclos de plantio que variam de dois a sete anos. No Brasil, maior produtor mundial, o ciclo médio é de cinco anos.

Etanol

O etanol é um combustível menos poluente que a gasolina, além de ser limpo e renovável e apresentar contribuições relevantes para a redução dos gases que causam o efeito estufa. O alto teor de oxigênio do etanol reduz os níveis das emissões de monóxido de carbono em relação aos níveis de monóxido de carbono emitidos com a queima da gasolina, de acordo com a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos. Misturas de etanol também reduzem as emissões de hidrocarbonetos, um dos maiores contribuidores para o desgaste da camada de ozônio. Como um incrementador da octanagem, o etanol também pode reduzir emissões cancerígenas de benzeno e butano. Preocupações e iniciativas ambientais vêm aumentando a consciência da necessidade de reduzir o consumo mundial de combustíveis fósseis e adotar combustíveis menos poluentes, como o etanol. Um exemplo é o Protocolo de Kyoto, que estabelece que os países considerados industrializados se comprometem a reduzir suas emissões de dióxido de carbono e outros cinco gases que causam efeito estufa entre 2008 e 2012. Um total de 165 países ratificou o acordo. Espera-se que iniciativas globais como o Protocolo de Kyoto aumentem a demanda de etanol nos próximos anos.

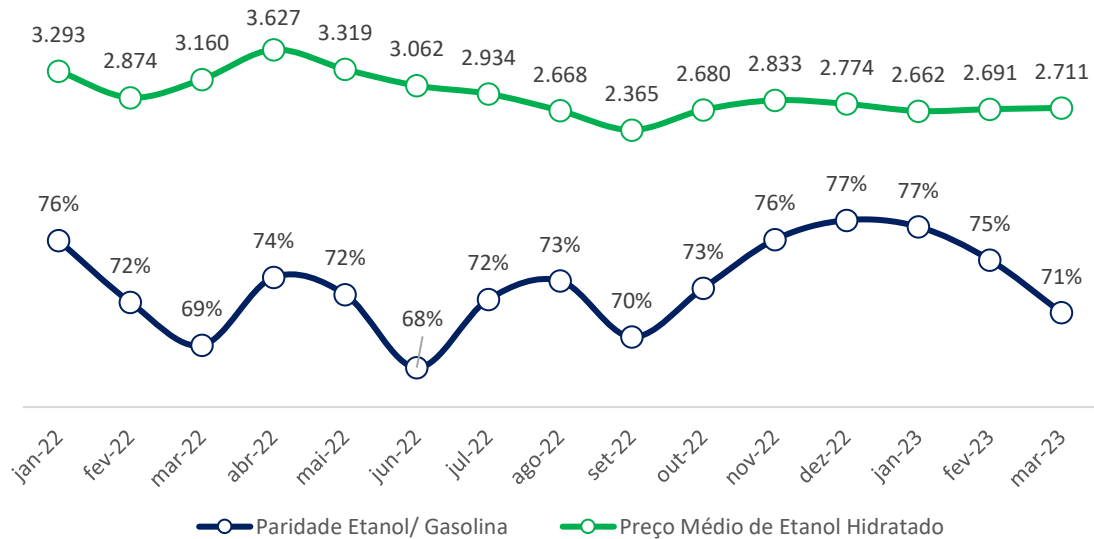
Além disso, em dezembro de 2016 foi lançado o Renovabio, uma Política Nacional de Biocombustíveis do Governo Federal pelo Ministério de Minas e Energia que tem como alguns de seus objetivos fornecer uma importante contribuição para o cumprimento dos compromissos determinados pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris; promover a adequada expansão dos biocombustíveis na matriz energética, com ênfase na regularidade do abastecimento de combustíveis; e assegurar previsibilidade para o mercado de combustíveis, induzindo ganhos de eficiência energética e de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, comercialização e uso de biocombustíveis. Seu funcionamento se dá a partir de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país.

Atualmente, os Estados Unidos e o Brasil são os principais produtores e consumidores de etanol, sendo que a maior parte do etanol produzido nos Estados Unidos deriva do milho, enquanto no Brasil deriva da cana-de-açúcar.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Preços de Etanol

Em relação as condições nos principais estados consumidores temos as seguintes relações entre preço e paridade:



Fonte: Preço médio etanol hidrata: CEPEA/ESALQ

Paridade Etanol/ Gasolina: ANP

d. eventual sazonalidade

Os negócios da São Martinho estão sujeitos à sazonalidade baseada no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região centro-sul do Brasil. O período de colheita anual de cana-de-açúcar no centro-sul do Brasil, como mencionado anteriormente, tem início em abril e termina até dezembro, dependendo das condições climáticas. Isso cria flutuações nos nossos estoques, normalmente com picos em dezembro para cobrir as vendas na entressafra (ou seja, de janeiro a março), e um certo grau de sazonalidade no nosso lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social. Dessa forma, essa sazonalidade pode causar um efeito adverso significativo nos nossos resultados operacionais apurados em bases diferentes do exercício social.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

iii. eventual volatilidade em seus preços

Cana-de-açúcar

Em março de 2023, a São Martinho tinha aproximadamente 1.054 contratos de exploração de cana-de-açúcar nas categorias: parceria agrícola ou arrendamento rural pelo prazo de 6 anos (1 ciclo de cana) e renováveis automaticamente por igual período. De acordo com estes contratos, os parceiros ou arrendatários cedem suas

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

terras para cultivo da cana-de-açúcar e, em contrapartida, recebem uma determinada quantidade ou percentual sobre a cana-de-açúcar produzida.

A cana-de-açúcar também é comprada diretamente de cerca de 1.172 produtores independentes por meio de negociações anuais ou pelo prazo de 6 anos. Existem duas modalidades de contrato de fornecimento, na primeira delas o fornecedor encarrega-se de colher e transportar a cana-de-açúcar até a Usina; enquanto na segunda, a São Martinho compra a cana-de-açúcar no campo, colhe e transporta. Esta segunda modalidade é a mais usual dentro da Companhia e apresenta maiores vantagens para ambos os lados, uma vez que implica menor custo operacional para o produtor e permite o rápido aproveitamento da cana-de-açúcar colhida para o processo de moagem. Para assegurar a continuidade dos volumes de cana-de-açúcar moída, incentiva-se o processo de fidelização dos fornecedores de cana-de-açúcar, por meio da troca de informações tecnológicas por meio de palestras, e treinamentos diversos, como, por exemplo, sobre controles de praga. Também são organizadas visitas regulares dos fornecedores às usinas e definido conjuntamente, o acompanhamento técnico e as variedades de cana-de-açúcar a serem plantadas.

O preço pago aos fornecedores é baseado no teor de açúcar contido na cana-de-açúcar. Uma amostra da cana-de-açúcar é retirada no momento de sua recepção na usina e analisada em laboratório. O resultado dessa análise, auditado por uma cooperativa formada pelos produtores de cana-de-açúcar, indica o total de açúcares contido na cana-de-açúcar adquirida de cada fornecedor. O pagamento destes fornecedores, em geral, acontece 80% na entrega da cana-de-açúcar e 20% parcelados de janeiro a abril do ano seguinte ao da entrega da cana-de-açúcar, com base nos preços divulgados mensalmente pelo Consecana e ajustados conforme o acumulado da safra.

1.5 Principais clientes

a. montante total de receitas provenientes do cliente

Em 31 de março de 2023, a São Martinho possuía clientes que representavam mais de 10% de suas receitas líquidas. Os três maiores clientes das vendas de açúcar da Companhia correspondem à cerca de 28% da receita líquida, enquanto em relação ao etanol vendido, os três maiores clientes corresponderam a 26% da receita líquida.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

No período encerrado em 31 de março de 2023 os segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes dos clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida da Companhia estavam concentrados nos segmentos de açúcar e etanol.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

As atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas para produção de açúcar, etanol, cogeração de energia elétrica e produtos derivados, precisam das aprovações junto às Prefeituras locais, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica), SEMAD (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Goiás) e Órgãos Federais, IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), ANA (Agência Nacional de Águas), ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis), ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), ANATEL (Administração Nacional de Telecomunicações), MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária).

Para o exercício das atividades, é necessário o cumprimento de legislações e regulamentações, tais como: (i) legislação trabalhista e previdenciária; (ii) legislação de saúde pública, vigilância sanitária, regulatórias de produtos; (iii) legislação ambiental; (iv) legislação de marcas e patentes; (v) regulamentação de valores mobiliários; (vi) legislação de defesas da concorrência; (vii) legislação tributária/fiscal; (viii) regulamentação do setor de energia elétrica; (ix) autorização para a compra, armazenagem e consumo de produtos químicos controlados; (x) regulamentação para autorização de produção de biocombustíveis; (xi) regulamentação e legislação para produção de alimentação animal.

As áreas da Companhia classificadas como propriedades rurais estão sujeitas à aplicação da Lei Federal nº 12.651/2012 ("Código Florestal"), bem como do Cadastro Ambiental Rural ("CAR").

A Companhia obteve todas as licenças, permissões e autorizações ambientais e de outra natureza exigidas para a operação das unidades agroindustriais, estando todas elas em plena vigência, não havendo objeção dos órgãos estaduais e federais competentes para concessão das referidas licenças.

Para desenvolver suas atividades nas áreas agrícolas (próprias, parcerias e terceiros) para cultivo da matéria-prima e no processo industrial, a Companhia e suas controladas consideram todos os aspectos ambientais e a legislação ambiental e agrária vigente, com ênfase na preservação e recuperação dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável.

A Companhia possui um relacionamento estratégico com as instituições governamentais, que tem como diretriz a ética e a transparência e acredita que sua atuação deve ir além das fronteiras empresariais, e busca contribuir para a formulação de políticas públicas e participar de discussões que sejam, ao mesmo tempo, relevantes para a agenda da Companhia e para o desenvolvimento socioambiental.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor.

A São Martinho, conforme Política de Meio Ambiente aprovada pelo Conselho de Administração em 21.6.2021, assume o compromisso em produzir alimentos, energia e derivados de cana, buscando o desenvolvimento sustentável e conduzindo suas ações por meio de:

- Proteção do meio ambiente, preservação e uso consciente dos recursos naturais, gestão de efluentes e de resíduos dos processos.
- Minimização dos possíveis impactos ambientais, mantendo sua responsabilidade perante a sociedade presente e futura, com foco na melhoria contínua do sistema de gestão e do desempenho ambiental.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- Atendimento às legislações aplicáveis, normas, demais requisitos e compromissos assumidos pela organização.

Todo o ciclo produtivo, do plantio a colheita da cana aos processos industriais e logísticos, é considerado na análise de impactos e oportunidades de melhoria da Companhia. Diversos temas são direcionadores da Gestão Ambiental, com o objetivo de garantir a sustentabilidade do negócio:

- Uso consciente dos recursos hídricos;
- Gestão eficiente de resíduos sólidos;
- Mitigação e adaptação às mudanças climáticas;
- Preservação da qualidade do solo e água;
- Preservação da fauna e flora;
- Promoção da conscientização ambiental;
- Atendimento às legislações, regulamentações e demais requisitos e compromissos assumidos pela organização.

A São Martinho busca melhorias nos processos de forma a minimizar os impactos ambientais decorrentes de suas operações e potencializar sua contribuição para um agronegócio mais sustentável e resiliente. Neste contexto, todas as unidades do estado de São Paulo são signatárias do Protocolo Agroambiental, iniciativa que estimula a adoção de boas práticas ambientais para o setor, e a Unidade localizada no Estado de Goiás segue o mesmo padrão.

Visando a proteção ambiental, a Companhia adere a padrões internacionais de gestão ambiental como as certificações ISO 14.001 (Usina Santa Cruz, Usina Iracema e Usina São Martinho) e Bonsucro (Usina Iracema, Usina Santa Cruz, Usina São Martinho e Usina Boa Vista). As certificações reconhecem que todos os processos produtivos da unidade, desde o cultivo da cana de açúcar até a fabricação de seus derivados, como açúcar e etanol, seguem padrões globais de sustentabilidade. A certificação Bonsucro, é exclusivamente voltada para o setor sucroenergético e permite que a São Martinho exporte seus produtos para mercados cada vez mais exigentes, como a União Europeia e a Ásia, atestando que a unidade atua de forma sustentável nas áreas social, ambiental e econômica.

Para autorizações e licenças dos órgãos ambientais nas esferas Municipais, Estaduais e Federais, a Companhia adotada boas práticas ambientais em seus processos, procedimentos e instruções de trabalho de forma a atender todas as exigências técnicas.

Além das exigências realizadas pelos órgãos ambientais, pela legislação e selos/certificações, são desenvolvidas outras ações voluntárias, com vista a uma produção sustentável, dentre as quais ações destacam-se o Projeto "Viva a Natureza" e atividades desenvolvidas no Centro de Educação Ambiental (CEA).

O Projeto "Viva a Natureza" foi criado no ano 2000, na Usina São Martinho em Pradópolis, expandindo para as demais unidades. Ao todo, já foram efetuados o plantio, replantio e doações de mais de 4,6 milhões mudas para recuperação das matas ciliares e remanescentes florestais.

As atividades de Educação Ambiental são desenvolvidas no CEA cujo intuito é sensibilizar os colaboradores, visitantes e a comunidade informando-os das práticas de sustentabilidade adotada pela Companhia. Já recebemos mais de 132 mil visitantes. Hoje a Companhia conta com 3 CEAs, sendo um localizado na Usina São Martinho, um na Usina Boa Vista e um na Usina Santa Cruz.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Em relação ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões sociais, a área de Responsabilidade Social acompanha dois processos principais: Pessoa com Deficiência (PcD) e Aprendizagem. Sobre Pessoa com Deficiência, a Companhia assumiu o compromisso de realizar adaptações estruturais e procedimentais para garantia da acessibilidade e a cumprir 5% da cota legal até 1/12/2024. Quanto a Aprendizagem, cumpre a cota estabelecida em lei.

Com relação aos Direitos Humanos, possui dois compromissos principais reconhecidos internacionalmente, o Pacto Global da ONU (nov/22) e os Princípios do Empoderamento Feminino (out/19). O Pacto Global prevê o respeito aos Direitos Humanos e os Dez Princípios que derivam da Declaração Universal de Direitos Humanos, Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, enquanto os Princípios do Empoderamento Feminino "são a plataforma norteadora para estabelecer e consolidar parcerias com o setor empresarial, de forma a aumentar seu compromisso e desenvolver suas capacidades para eliminar a discriminação contra as mulheres", este compromisso está alinhado com o direito humano fundamental da igualdade entre homens e mulheres.

O Código de Ética e Conduta Profissional da São Martinho, tem por objetivo "apresentar princípios e diretrizes de forma a orientar e incentivar o comportamento profissional ético de colaboradores, fornecedores, clientes, concorrentes, acionistas, governo e comunidade", e dispõe no item 5.3 que as atividades da empresa sejam exercidas "respeitando as leis, as recomendações de acordos e convenções nacionais e internacionais e as que também condenam o trabalho infantil e todo tipo de trabalho forçado".

Para a safra 2023/2024, está prevista a realização de uma Avaliação de Risco de Impactos em Direitos Humanos com o objetivo de identificar áreas de risco, coletar e analisar informações, avaliar os potenciais impactos, propor planos de ação quando pertinente e monitorar as ações propostas.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

A São Martinho não possui dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de royalties de terceiros que sejam relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

ii. em favor de partidos políticos

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

O Código de Ética e Conduta aprovado em 27.9.2021 pelo Conselho de Administração, dispõe sobre o direito pessoal dos colaboradores se candidatarem nas eleições, mas veda a utilização de recursos, programas e serviços, associação de sua marca com atividades de natureza político-partidária. A Política de Investimento Social Privado aprovada pelo Conselho de Administração em 27.4.2020, não permite doações diretas ou por meio de terceiros, destinadas às pessoas físicas, partidos políticos, coligações partidárias ou candidatos a cargos eletivos, dentro ou fora de campanhas eleitorais, em atendimento à Lei nº 13.165/2015.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Os documentos mencionados (Código de Ética e Conduta Profissional; Política de Meio ambiente e Política de Investimento Social Privado) encontram-se disponíveis no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.saomartinho.com.br/listgroup.aspx?idCanal=AtbRCN4YAJbUV3xXhcfxxQ==&linguagem=pt&ano=2021>), no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Em R\$ mil

Receita Líquida	março, 2023	
	Safra 2022/23	%
Mercado Interno	2.879.770	43,45%
Mercado Externo	3.747.796	56,55%
	6.627.566	100%

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor.

Em R\$ mil

Receita Líquida	março, 2023	
	Safra 2022/23	%
Cingapura	1.053.140	15,89%
França	550.649	8,31%
Suíça	1.092.536	16,48%
Japão	195.191	2,95%
Estados Unidos	289.851	4,37%
Reino Unido	306.076	4,62%
Outros	98.748	1,49%
Resultado com derivativos/ impostos	161.605	2,44%
Total Receita mercado externo	3.747.796	56,55%

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Não se aplica, uma vez que a Companhia não está sujeita à regulação estrangeira em suas atividades.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

O emissor divulga informações ASG anualmente no Relatório Anual de Sustentabilidade referente ao ano safra, que compreende o período de abril a março do ano seguinte.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relatório Anual de Sustentabilidade da São Martinho segue as Normas GRI para Relato de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI), opção Essencial, incluindo a Norma Setorial GRI 13, que estabelece diretrizes para a gestão e a comunicação de indicadores de desempenho econômico, social e ambiental, e os padrões para setores de Biocombustíveis e Produtos Agrícolas do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB). A composição do Relatório conta ainda com Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) de acordo com o Programa Brasileiro *GHG Protocol* (PBGHG), considerando emissões de janeiro a dezembro de um mesmo ano.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O Relatório Anual de Sustentabilidade safra 2022/2023 da São Martinho foi auditado por terceira parte independente.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O Relatório Anual de Sustentabilidade encontra-se disponível no website Institucional (<https://www.saomartinho.com.br/ListRelatorio.aspx?idCanal=E/5C15hbGiTfjZ7mhu2y5w==&linguagem=pt>).

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

A elaboração do Relatório Anual de Sustentabilidade contou com Dupla Materialidade, atrelando aspectos ligados aos riscos financeiros à análise de impactos socioambientais. Esse processo foi composto por identificação de temas pertinentes ao setor, consultando políticas da Companhia e referências de mercado; mapeamento dos públicos relevantes e consulta direta a eles; avaliação de resultados, ponderação dos temas de acordo com magnitude, relevância, escopo e público consultados; e validação. Este processo resultou em 10 temas materiais para a Companhia, sendo eles: (1) Biodiversidade, ecossistemas e uso do solo; (2) Estratégia climática e qualidade do ar; (3) Gestão de recursos hídricos; (4) Gestão e rastreabilidade da cadeia de fornecedores; (5) Gestão de pessoas e diversidade; (6) Inovação e Tecnologia; (7) Eficiência energética; (8) Gestão de resíduos; (9) Saúde e segurança ocupacional; e (10) Relação com comunidades e desenvolvimento Local.

Dessa forma, foi possível selecionar os indicadores materiais das Normas GRI, incluindo as Normas Universais (GRI 1: Fundamentos 2021, GRI 2: Conteúdos Gerais 2021 e GRI 3: Temas Materiais 2021), Norma Setorial (GRI 13: Setores de Agropecuária, Aquicultura e Pesca 2022) e Normas Temáticas.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

A construção do Relatório Anual de Sustentabilidade leva em consideração a conexão do negócio da Companhia, especificamente das Ambições ESG com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas ao longo do documento. No relatório da safra 2022/2023, os ODS considerados materiais foram:

- 2: Fome zero e agricultura sustentável;
- 3: Saúde e bem-estar;
- 4: Educação de qualidade;
- 5: Igualdade de gênero;
- 6: Água potável e saneamento;
- 7: Energia limpa e acessível;
- 8: Trabalho decente e crescimento econômico;
- 9: Indústria, inovação e infraestrutura;
- 10: Redução das desigualdades;
- 11: Cidades e comunidades sustentáveis;
- 12: Consumo e produção responsáveis;
- 13: Ação contra a mudança global do clima;
- 15: Vida terrestre.

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relatório Anual de Sustentabilidade possui divulgações de acordo com as recomendações da TCFD, em suas quatro dimensões: governança, gestão de riscos, estratégia e métricas e metas.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A São Martinho realiza Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) de acordo com o Programa Brasileiro *GHG Protocol* (PBGHG), considerando emissões de janeiro a dezembro de um mesmo ano e abrangendo escopo 1, escopo 2 e escopo 3.

O Inventário de GEE da Companhia pode ser encontrado no Relatório Anual de Sustentabilidade e no Registro Público de Emissões (RPE), plataforma para divulgação de inventários corporativos, em:

<https://registropublicodeemissoes.fgv.br/participantes/3766>.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

ii. a não adoção de matriz de materialidade

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Todas as condutas citadas acima são seguidas pela Companhia, conforme descrito nos itens anteriores.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

a. interesse público que justificou sua criação

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"

ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Não houve nenhuma aquisição ou alienação de ativo relevante, no último exercício social, que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Não ocorreram operações de fusão, cisão, incorporação e/ou incorporações de ações envolvendo a Companhia no último exercício social, porém houve aumento de capital social em R\$ 479.812.601,27, sem emissão de ações, aprovado na Assembleia Extraordinária de 29 de julho de 2022, mediante conversão ao capital social das reservas de incentivos fiscais e de orçamento de capital (que na ocasião passou de R\$ 2.681.570.983,27 para R\$ 3.161.383.584,54 conforme 37ª Assembleia Geral realizada em 29 de julho de 2022.

O documento mencionado encontra-se disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.saomartinho.com.br/listgroup.aspx?idCanal=1FRJ+fCaqsx5abYnluycDg==&linguagem=pt&ano=2023>), na Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

1.13 Acordos de acionistas

Não aplicável. Não foram celebrados, extintos ou modificados acordos de acionistas no último exercício social.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não houve alteração significativa na forma de condução dos negócios no último exercício social.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

No curso normal dos negócios, não foi celebrado, no último exercício social, contratos relevantes que não sejam diretamente relacionados às atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações contábeis incluídas nessa seção são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo IASB.

A análise dos diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras. A Administração não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A diretoria entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo, assim como acredita que a geração de caixa é suficiente para atender o financiamento das atividades e cobrir a necessidade de recursos para execução do plano de negócios:

Em 31 de março de 2023, o endividamento bruto era de R\$ 6.623,8 milhões, representando um aumento de R\$ 731,9 milhões em relação ao endividamento bruto de R\$ 5.892,0 milhões em 31 de março de 2022, e a posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras em 31 de março de 2023 era de R\$ 3.116,8 milhões, representando um aumento de R\$ 132,6 milhões em relação à posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras de R\$ 2.984,1 milhões em 31 de março de 2022. Dessa forma, a dívida líquida em 31 de março de 2023 totalizou R\$ 3.507,1 milhões, cerca de 21% superior no período refletindo, principalmente, o maior capital de giro no período e os investimentos em fase de conclusão, resultando na relação dívida líquida/patrimônio líquido equivalente a 59%, ou 0,59x, considerando que, em 31 de março de 2023, houve um aumento de R\$ 593,9 milhões no patrimônio líquido, devido, a geração de lucro líquido do período.

A diretoria ressalta que busca constantemente realizar uma gestão eficaz de condição financeira e patrimonial, objetivando a manutenção da sua solidez financeira – refletida no atual rating como grau de investimento em escala global pela S&P BBB-, e contínua geração de caixa de forma sustentável, atrelado ao desenvolvimento constante dos negócios. Para a proteção e potencialização de sua performance e resultados, a Companhia poderá adotar estratégias diversas, tais como hedge de preço, ajuste de mix de produção de açúcar e etanol buscando mercados mais rentáveis, hedge cambial, que contribuem para as decisões estratégicas da Companhia na gestão de recursos e busca pela geração de valor de maneira sustentável.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	12M23	12M22
em R\$ mil		
Empréstimos e financiamentos - Passivo circulante ¹	1.028.509	581.515
Empréstimos e financiamentos - Passivo não circulante ¹	5.595.374	5.310.503
Dívida Bruta	6.623.883	5.892.018
(-) Disponibilidades	(3.116.778)	(2.984.141)
Dívida Líquida	3.507.105	2.904.208
Patrimônio Líquido	5.912.363	5.318.425
Dívida Líquida/(Patrimônio Líquido)	0,59 x	0,55 x

¹considera-se aquisição de participação societária como complemento da posição de endividamento da Companhia apenas em 12M22.

b. estrutura de capital

A Diretoria acredita que a Companhia apresentou no período indicado uma estrutura de capital condizente com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

	12M23	12M22
em R\$ mil		
Capital de terceiros (Passivo circulante + Passivo não circulante)	12.911.422	12.040.720
Capital Próprio (patrimônio líquido)	5.912.363	5.318.425
Capital total (terceiros + próprio)	18.823.785	17.359.145
Parcela de capital de terceiros	69%	69%
Parcela de capital de próprio	31%	31%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em março/23 as disponibilidades de caixa (caixa e aplicações financeiras) que a São Martinho possuía eram mais que suficientes para liquidar o montante de amortização de dívida previsto para os quatro anos seguintes, ao encerramento do período em 31/03/2023.

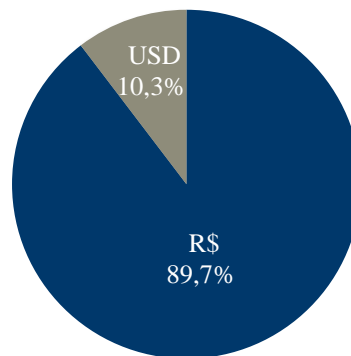
d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para administrar o capital de giro, as necessidades de recursos financeiros, bem como os investimentos em ativos não circulantes, a Companhia acessa recursos do mercado financeiro e de capitais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ENDIVIDAMENTO	mar/23	mar/22	Var. (%)
Em Milhares de R\$			
Certificado Recebíveis do Agronegócio (CRA)	1.481.219	1.687.193	-12,2%
BNDES/FINAME	1.148.999	903.297	27,2%
Capital de Giro/NCE (Nota Crédito Exp.)/Outros	865.621	714.010	21,9%
Debêntures	2.197.001	1.596.996	37,6%
PPE (Pré-Pagamento de Exportação)	156.139	190.395	-18,0%
International Finance Corporation (IFC)	774.905	800.127	-3,2%
Dívida Bruta Total	6.623.883	5.892.017	12,4%
Disponibilidades	3.116.778	2.984.141	4,4%
Dívida Líquida Consolidada	3.507.105	2.907.876	20,6%
Dívida Líquida/EBITDA Acum. R\$	1,05 x	0,93 x	12,9%
Dívida Líquida/EBITDA Acum. - USD¹	1,06 x	0,94 x	12,6%
EBITDA Ajustado Acumulado LTM	3.355.541	3.141.952	6,8%

No gráfico abaixo, destacamos a visão do endividamento líquido, denominada em Reais (R\$) e em Dólares (USD).



Perfil inclui contratos de SWAP

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e, caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pode captar empréstimos e financiamentos de terceiros como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes. Inclusive, caso ocorra deficiência de liquidez a longo prazo, poderão ser utilizadas as terras próprias da companhia, avaliadas em aproximadamente R\$ 4,8 bilhões a valor de mercado (conforme divulgado em Fato Relevante em 13 de dezembro de 2021), que estão desoneradas e podem ser, portanto, utilizadas como garantia em cenários de stress.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

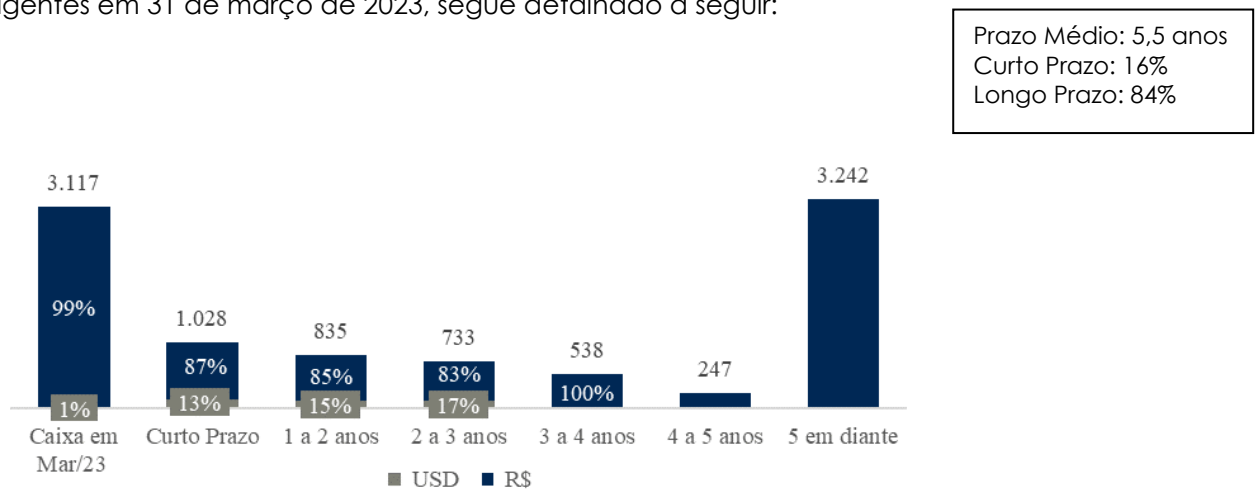
f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Com base na Resolução nº. 2.471/98 do Banco Central do Brasil e outros diplomas legais vigentes, a Companhia e a Usina Santa Luiza securitizaram em 1998, 1999 e 2000 a dívida assegurada junto às instituições financeiras, através de aquisição, no mercado secundário, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Esses financiamentos securitizados, registrados como "Créditos rurais securitizados", estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante o resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras. Referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O desembolso das empresas durante os 20 anos de vigência desta securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3,9% e 4,96% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, limitado a 9,5% ao ano até a data do pagamento anual.

Esta obrigação foi registrada nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2022, de 2021 e 2020, de acordo com o valor destes desembolsos futuros, ajustados a valor presente.

O cronograma de amortização das obrigações financeiras (em milhões de reais) vigentes em 31 de março de 2023, segue detalhado a seguir:



Vencimento	Consolidado (R\$ mil)
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	848.204
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	735.556
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	539.977
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	245.643
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	546.458
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	390.889
De 1º/04/2030 a 31/03/2031	374.586
De 1º/04/2031 a 31/03/2032	840.717
De 1º/04/2032 a 31/03/2033	94.931
A partir de 1º/04/2033	978.413
	5.595.374

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de março de 2023, a Companhia não possuía qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas existentes em 31 de março de 2023 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Na tabela abaixo destacamos os covenants financeiros existentes nos contratos de empréstimos e financiamento da Companhia:

Operação	Parâmetros	2023	2022	2021
Financiamento BNDES	Dívida Líquida ¹ / EBITDA LTM <= 3,0	1,5 x	1,4 x	1,4 x
Financiamento Rabobank	Dívida Financeira Líquida ² / EBITDA LTM <= 4,0	0,8 x	0,7 x	0,7 x
Debêntures (XP e Itaú)	Dívida financeira líquida ajustada ³ / EBITDA LTM <= 4,0	0,8 x	0,6 x	0,7 x
	Índice de liquidez corrente >= 1,0x	2,2 x	2,6 x	1,7 x
Empréstimo IFC	Dívida Líquida ⁴ / EBITDA LTM (para 4T) <= 4,0x	1,5 x	1,4 x	1,4 x
	Pagamentos diferidos de ativos adquiridos <= 200.000	11.571	3.669	15.288
	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida >= 1,0 x	-13,9 x	-3,0 x	24,1 x
	Maior nível do índice de cobertura do serviço da dívida >= 1,0x	6,9 x	-119,8 x	24,1 x

A Companhia possui covenants financeiros com 5 contrapartes, cujas respectivas definições de dívida líquida diferem entre si, razão pela qual o resultado dos indicadores no quadro acima, na mesma data, é diferente. Já a definição de EBITDA é em comum em todos os contratos.

Segue abaixo detalhamento dos indicadores:

EBITDA: significa o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

1. Financiamentos celebrados entre a São Martinho e o BNDES (diretos e indiretos):

A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro: Dívida Líquida¹/ EBITDA em limite igual ou inferior a 3,0, sendo:

Dívida Líquida¹: Dívida Onerosa (empréstimos e financiamentos, debêntures, Financiamentos por arrendamento financeiro e outros passivos com características semelhantes, classificados no passivo circulante ou não circulante), deduzida dos valores do caixa e equivalentes e caixa e das aplicações financeiras.

Na data de 31 de março de 2023 a Dívida Líquida¹ era de R\$ 6.340,3 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 4.206,8 milhões, resultando em 1,5 x.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Financiamentos celebrados entre a São Martinho e o Rabobank:

A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro: Dívida Financeira Líquida²/ EBITDA em limite igual ou inferior a 4,0, sendo:

Dívida Financeira Líquida² da companhia significa, a qualquer momento, sem duplicação, (a) todas as dívidas (não incluídas as obrigações com fornecedores, tributos, dividendos, provisões e demais contas a pagar) em relação à (i) valores emprestados, incluindo, mas não se limitando a, obrigações relacionadas com empréstimos e cartas de créditos e (ii) todas as obrigações de pagamento evidenciadas por títulos, debêntures, notas promissórias, que não sejam representativas ou outros títulos semelhantes - a partir das quais serão deduzidos os montantes atribuíveis à variação cambial sobre a parcela de longo prazo de dívida em dólar, menos (b) o seu caixa e equivalente de caixa.

Na data de 31 de março de 2023 a Dívida Financeira Líquida² era de R\$ 3.261,9 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 4.206,8 milhões, resultando em 0,8 x.

3. Debêntures celebrados em 2021 e 2022, entre a São Martinho e o Itaú (3ª e 5ª emissão), e entre São Martinho e XP Investimentos em 2022 (4ª emissão):

A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro: Dívida Financeira Líquida Ajustada³/ EBITDA em limite igual ou inferior a 4,0, sendo:

Dívida Financeira Líquida Ajustada³: significa, qualquer valor devido, em decorrência de (i) empréstimos, mútuos, financiamentos ou outras dívidas financeiras, incluindo arrendamento mercantil, leasing financeiro, títulos de renda fixa, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias ou instrumentos similares; (ii) aquisições a pagar; (iii) saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos; (iv) cartas de crédito, avais, fianças, coobrigações e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas respectivas demonstrações financeiras; e (v) obrigações decorrentes de resgate de valores mobiliários representativos do capital social e pagamento de dividendos ou lucros declarados e não pagos, se aplicável; deduzida do somatório das disponibilidades, aplicações financeiras, ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) e títulos e valores mobiliários, livres e desembaraçados de quaisquer Ônus; e deduzida dos estoques (exceto quaisquer estoques obsoletos) informados pela Companhia.

Na data de 31 de março de 2023 a Dívida Financeira Líquida Ajustada³ era de R\$ 3.200,1 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 4.206,8 milhões, resultando em 0,8 x.

4. Empréstimo IFC celebrado em 2017 e 2021, entre a São Martinho e o IFC. A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros:

a. Índice de liquidez corrente em limite igual ou superior a 1,0, sendo:

Índice de liquidez corrente significa o resultado obtido da divisão ativo circulante pelo passivo circulante.

Na data de 31 de março de 2023, o ativo circulante era R\$ 5.687,4 milhões e o passivo circulante era R\$ 2.615,8 milhões, resultando em 2,2x.

b. Dívida Líquida⁴/ EBITDA (para 4T) em limite igual ou inferior a 4,0

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Dívida Líquida⁴: Dívida Onerosa (empréstimos e financiamentos, debêntures, Financiamentos por arrendamento financeiro e outros passivos com características semelhantes, classificados o passivo circulante ou não circulante), deduzida dos valores do caixa e equivalentes e caixa e das aplicações financeiras e da variação cambial de longo prazo.

Na data de 31 de março de 2023 a Dívida Líquida⁴ era de R\$ 6.292,1 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 4.206,8 milhões, resultando em 1,5 x.

c. Pagamentos diferidos de ativos adquiridos em limite igual ou inferior a R\$ 200.000, sendo:

Pagamentos diferidos de ativos adquiridos significa qualquer dívida da companhia relativa ao preço de compra diferido de ativos ou serviços (exceto contas comerciais incorridas e a pagar no curso normal dos negócios a credores/fornecedores comerciais dentro de 90 dias da data em que foram incorridas e que não estejam vencidas).

Na data de 31 de março de 2023 os Pagamentos Diferidos de Ativos eram de R\$ 11,6 milhões no Passivo Circulante e R\$ 0 no ativo não circulante, resultando em R\$ 11,6 milhões.

d. Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (se positivo) em limite igual ou superior a 1,0, sendo:

Índice de cobertura do serviço da dívida, obtido pela razão calculada em dólar:

(a) EBITDA dos últimos quatro trimestres mais (b) receita financeira para os últimos quatro trimestres, ambos convertidos pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres;

(b) Dívida Bruta⁶ de curto prazo menos o Excesso de Caixa (Caixa menos R\$ 75 milhões), ambos convertidos pelo dólar do último exercício fiscal, mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres, convertidas pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres.

Na data de 31 de março de 2023: EBITDA dos últimos quatro trimestres mais (b) receita financeira para os últimos quatro trimestres era de US\$ 876,8 milhões;

Dívida Bruta⁶ de curto prazo mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres menos o excesso de caixa (Caixa de R\$ 599 milhões) reportados no último trimestre, totalizando US\$ - 63,0 milhões. Este indicador está negativo, pois o excesso de caixa da Companhia é superior à dívida de curto prazo mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres. Resultando em -13,9 x.

e. Maior nível do índice de cobertura do serviço de dívida (se positivo) em limite igual ou superior a 1,0, sendo:

Maior nível do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida significa a divisão calculada em dólares do:

(a) EBITDA dos últimos quatro trimestres mais receita financeira dos últimos 4 trimestres, ambos convertidos pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres;

(b) O maior valor de vencimentos de dívidas financeiras por exercício fiscal durante o prazo de vigência da dívida com o IFC, menos excesso caixa reportado no último trimestre, ambos convertidos pelo dólar do último exercício fiscal, mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres, convertidas pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Para fins de esclarecimento na data de 31 de março de 2023:

EBITDA dos últimos quatro trimestres mais (b) receita financeira para os últimos quatro trimestres era de US\$ 876,8 milhões, o maior valor de vencimentos de dívidas financeiras por exercício fiscal, até o vencimento final da dívida com o IFC, mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres menos excesso caixa reportado no último trimestre era de US\$ 127,0 milhões, resultando em 6,9 x.

Adicionalmente, a Companhia informa que os contratos de empréstimos e financiamentos indicados na tabela acima possuíam os seguintes saldos em aberto em 31 de março de 2023: Financiamento BNDES: R\$ 1.127,4 milhões; Financiamento Rabobank: R\$ 590,1 milhões; Debêntures: R\$ 2.197,0 milhões; Empréstimo IFC: R\$ 774,9 milhões.

Os saldos acima consideram as comissões já pagas e provisionadas para diferimento ao longo da vida útil dos contratos. Os empréstimos e financiamentos atualmente possuem outras restrições conforme padrão de mercado, tais como: transferência do controle acionário, direto ou indireto, sem a prévia anuência do credor; requerer recuperação judicial ou submeter pedido de recuperação extrajudicial; pedido de liquidação ou falência não elidido no prazo legal, restrição para cessão, venda, alienação e/ou qualquer outra forma de transferência, gratuita ou onerosa, de todos ou substancialmente todos os seus respectivos ativos, exceto se (i) previamente autorizado pelo credor; ou (ii) a destinatária de tal transferência seja quaisquer de suas controladas; alteração de seu objeto social de modo a alterar suas atividades principais; ocorrência de qualquer mudança, transferência ou cessão direta ou indireta, de seu controle societário/acionário, ou ainda sua incorporação, fusão ou cisão, de forma alterar o controle; teto mínimo de inadimplemento de obrigações financeiras inclusive protestos; cancelamento do registro de companhia emissora de valores mobiliários; cumprimento pela companhia da legislação socioambiental.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de março de 2023 a Companhia possuía R\$ 541 milhões disponíveis em linha de crédito junto ao BNDES e não utilizados. A posição em 31 de março de 2022 era de R\$ 747 milhões disponíveis em linha de crédito e não utilizados.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

A seguir são apresentadas as principais alterações nas demonstrações de resultado e de fluxo de caixa, referentes ao exercício em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Análise comparativa entre o exercício findo em 31 de março de 2023 (12M23) e 2022 (12M22):

SÃO MARTINHO S.A - CONSOLIDADO	12M23	12M22	Var %
Em milhares de Reais			
Receita bruta	6.817.013	6.086.693	12,0%
Deduções da receita bruta	(189.447)	(366.740)	-48,3%
Receita líquida	6.627.566	5.719.953	15,9%
Custo dos produtos vendidos (CPV)	(4.589.655)	(3.299.689)	39,1%
Lucro bruto	2.037.911	2.420.264	-15,8%
Margem bruta (%)	30,7%	42,3%	-11,6 p.p
Despesas operacionais	38.638	(7.562)	n.m
Despesas com vendas	(221.597)	(160.167)	38,4%
Despesas gerais e administrativas	(264.367)	(293.576)	-9,9%
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.033	7.358	-31,6%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	519.569	438.823	18,4%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	2.076.549	2.412.702	-13,9%
Receitas (despesas) financeiras:	(882.937)	(473.461)	86,5%
Receitas financeiras	314.882	155.135	103,0%
Despesas financeiras	(898.220)	(486.302)	84,7%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(174.942)	(84.657)	106,6%
Resultado de derivativos	(124.657)	(57.637)	n.m.
Lucro operacional antes do IR e CS	1.193.612	1.939.241	-38,4%
IR e contribuição social - parcela corrente	(273.804)	(229.327)	19,4%
IR e contribuição social - parcela diferida	95.936	(229.046)	-141,9%
Lucro líquido antes da participação dos minoritários	1.015.744	1.480.868	-31,4%
Participação dos minoritários	-	-	n.m.
Lucro líquido do período	1.015.744	1.480.868	-31,4%
Margem líquida (%)	15,3%	25,9%	-10,6 p.p

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita Líquida Total: A receita líquida total auferida no 12M23 foi de R\$ 6.627,6 milhões, representando, um aumento de 15,9%, em relação ao período 12M22, quando totalizou R\$ 5.719,9 milhões. O crescimento do indicador reflete, principalmente, maiores preços médios de comercialização do açúcar (+22,6%) e maior volume comercializado de Etanol (13,8%).

Os principais direcionadores para a performance de preços na safra se deram, principalmente, pelo (i) aumento do preço do açúcar no mercado internacional, dado a relação mais apertada entre a oferta e demanda, somado à volatilidade cambial, e (ii) maiores volumes comercializados de etanol.

Considerando o cenário acima exposto, abaixo está o detalhamento na receita líquida, por produto:

Receita líquida de Açúcar: A receita líquida das vendas de açúcar totalizou R\$ 2.613,2 milhões no 12M23, representando um aumento de 11,4% em relação ao mesmo período da safra anterior. O melhor desempenho no período reflete melhores preços médios de comercialização, reflexo da alocação de maiores volumes em períodos de melhores preços.

Receita líquida de Etanol: A receita líquida das vendas de etanol totalizou R\$ 3.457,6 milhões no 12M23, representando um aumento de 15,6% em relação ao 12M22. A melhora no período é decorrente do maior volume comercializado no período (+13,8%) alinhado com a estratégia de comercialização para geografias com maiores prêmios. Adicionalmente, ao longo da safra foram comercializados 1.018 mil CBIOs, com preço médio líquido de R\$ 79,5/CBIO.

Receita líquida de Energia: A receita líquida de comercialização de energia elétrica totalizou R\$ 196,4 milhões no 12M23, apresentando uma queda de 14,6% em relação ao 12M22, refletindo um preço médio inferior em 7,4% nos 12M23.

Receita Líquida de Levedura: A receita líquida de comercialização de levedura totalizou R\$ 57,9 milhões no 12M23, apresentando um crescimento de 25% em relação ao mesmo período da safra anterior. O melhor desempenho ao longo da safra 22/23 decorre da combinação de maior preço e volumes comercializados no período.

Receita Líquida de Negócios Imobiliários: No 12M23, a receita líquida totalizou R\$ 7,6 milhões, representando uma queda de 85,4% em relação ao 12M22, reflexo da diminuição de lançamentos e finalização das obras.

CPV (Custo dos Produtos Vendidos): No 12M23, o CPV totalizou R\$ 4.589,7 milhões, representando um aumento de 39,1% em relação ao 12M22, devido, principalmente, a menor produção prejudicando a diluição dos custos fixos, e a variação de insumos, notadamente diesel, fertilizantes e defensivos agrícolas.

Despesas com Vendas: As despesas com vendas totalizaram R\$ 221,6 milhões no 12M23, implicando em um aumento de 38,4% em relação ao 12M22. O aumento no período reflete a expansão dos volumes comercializados para o mercado externo.

Despesas Gerais e Administrativas: No 12M23, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 264,4 milhões, representando uma queda de 9,9% em relação ao mesmo período da safra anterior, decorrente do efeito contábil (não caixa) da marcação a mercado das opções virtuais integrantes do Programa de Remuneração de Executivos, atreladas ao preço da ação da Companhia (considerando a queda do preço da ação no período), parcialmente compensado pelo incremento de despesas relacionadas ao contencioso.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado Financeiro: Na safra 22/23, o aumento do resultado financeiro foi de 86,5%, somando R\$ 882,9 milhões). A variação das despesas ao longo da safra decorre, principalmente, da marcação a mercado dos derivativos (sem efeito caixa) que transformam (SWAP) a parcela da dívida em dólar e pré-fixada em indexação ao CDI.

Lucro Líquido: No 12M23, o lucro caixa totalizou R\$ 1.015,7 milhões, uma redução de 31,4% em relação ao 12M22, condicionado, principalmente, pela redução do EBITDA Ajustado no período.

FLUXO DE CAIXA

Análise comparativa entre o exercício findo em 31 de março de 2023 (12M23) e 2022 (12M22):

SÃO MARTINHO S.A.	12M23	12M22	Var. (%)
Em milhares de Reais			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.987.368	3.446.808	-13%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.256.680)	(4.194.201)	-46%
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de financiamentos	(572.183)	573.946	-200%
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	158.505	(173.447)	-191%

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais: As atividades operacionais, em 12M23, geraram um fluxo de caixa líquido de R\$ 2,987 bilhões, representando queda de cerca de 13% em comparação com 12M22. A variação na geração de caixa se deve, principalmente, por um lucro líquido menor em 12M23 (vis-à-vis 12M22), e a um capital de giro maior decorrente do acúmulo de créditos tributários, que não foram convertidos em caixa devido as medidas tributárias que impactaram os combustíveis durante o período.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos: O fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de investimento, em 12M23, foi de R\$ 2,237 bilhões, se comparado ao caixa líquido consumido em 12M22, de R\$ 4,194 bilhões, a variação negativa foi de 46%. Esta queda no consumo de caixa líquido nas atividades de investimento, é decorrente principalmente do resgate de aplicações financeiras, que no ano anterior, representou uma alocação de caixa de R\$1,722 bilhões.

Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de financiamentos: Em 12M23, a Companhia consumiu R\$ 572 milhões do Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento. O dispêndio de caixa no período se deve principalmente pela amortização de dívidas financeiras e de arrendamentos mercantis, somada a distribuição de dividendos. Em 12M22, as atividades de financiamento geraram R\$ 574 milhões, ao passo que nesse período, a empresa recebeu grandes aportes monetários decorrente das captações feitas através de instrumentos de dívida no mercado de capitais.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Composição da receita líquida:

COMPOSIÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA	4T23	4T22	Var. (%)	12M23	12M22	Var. (%)
Milhares de Reais						
Mercado Doméstico	589.292	700.145	-15,8%	2.906.438	3.165.821	-8,2%
Açúcar	64.173	43.215	48,5%	201.140	177.585	13,3%
Etanol	431.510	631.217	-31,6%	2.146.451	2.565.379	-16,3%
Energia Elétrica	3.710	1.015	n.m.	196.454	229.954	-14,6%
Levedura	2.003	740	n.m.	44.253	41.810	5,8%
Negócios Imobiliários	3.547	3.646	-2,7%	7.593	52.152	-85,4%
Cbios	27.614	7.290	n.m.	80.934	37.049	n.m.
Outros	56.735	13.022	n.m.	229.613	61.892	n.m.
Mercado Externo	1.227.427	786.142	56,1%	3.753.122	2.598.848	44,4%
Açúcar	889.412	634.692	40,1%	2.412.123	2.169.137	11,2%
Etanol	336.358	151.450	122,1%	1.327.317	425.156	n.m.
Levedura	1.657	0	n.m.	13.682	4.555	n.m.
Receita Líquida Total*	1.816.719	1.486.287	22,2%	6.643.462	5.764.669	15,2%
Açúcar	953.585	677.907	40,7%	2.613.263	2.346.722	11,4%
Etanol	767.868	782.667	-1,9%	3.457.670	2.990.535	15,6%
Energia Elétrica	3.710	1.015	n.m.	196.454	229.954	-14,6%
Levedura	3.660	740	n.m.	57.935	46.365	25,0%
Negócios Imobiliários	3.547	3.646	-2,7%	7.593	52.152	-85,4%
Cbios	27.614	7.290	n.m.	80.934	37.049	n.m.
Outros	56.735	13.022	n.m.	229.613	61.892	271,0%

*Exclui efeito do Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC.

Considerando a composição da receita líquida, há uma preponderância da contribuição da comercialização do açúcar e etanol pela Companhia, os quais atendem à demanda do mercado nacional (principalmente o etanol) e mercado internacional (principalmente o açúcar). Adicionalmente, conforme demonstrado na tabela acima, com relação aos últimos dois exercícios sociais, os negócios relacionados aos CBIOS (créditos de descarbonização) referentes ao Renovabio (Política Nacional de Biocombustíveis instituída pela Lei 13.576/2017, que tem como principal objetivo ampliar a participação dos biocombustíveis na matriz de combustíveis no país), e atrelados às vendas de etanol, vêm aumentando sua contribuição nos resultados da Companhia. Destaca-se, ainda, que ao longo dos últimos anos houve aumento da comercialização de levedura, considerando o aumento no volume de produção do produto, que também, pode ser favorecido não somente por seu preço, mas pela volatilidade cambial.

Dessa maneira, entende-se que conforme indicado no item (ii) abaixo, a receita da Companhia é impactada pelos seguintes fatores: (i) cenário da oferta de açúcar no mercado mundial, (ii) preço internacional do petróleo, e por consequência, preço da gasolina no Brasil, (iii) demanda por combustíveis; (iv) flutuações da moeda; (v) sazonalidade; e (vi) inflação.

2.2 Resultados operacional e financeiro

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores entendem que os resultados operacionais foram influenciados e continuarão a ser influenciados pelos seguintes fatores-chave:

Relação da Oferta e Demanda no Mercado de Açúcar, e de Etanol

Os dois principais derivados de cana-de-açúcar produzidos pela Companhia – etanol e açúcar – são afetados pela relação de oferta e demanda nos mercados dependentes desses produtos e pelos preços de mercado. Para o mercado de açúcar, podemos ser influenciados pela oferta de açúcar bruto por outros países produtores e exportadores, como exemplo, Índia e Tailândia (ainda que o Brasil seja o maior exportador do produto). A precificação portanto, realizada com base nos preços internacionais e denominados em dólar estadunidense, poderá afetar a performance operacional da Companhia. Para isso, a empresa se utiliza comumente, por exemplo, da estratégia de hedge futuro dos preços de açúcar, no intuito de potencializar e proteger seus resultados. Importante mencionar que, para a Companhia, é fundamental a análise da dinâmica e fundamentos do mercado, considerando o resultado do preço do produto denominado em dólar combinado com o câmbio em reais, que muitas vezes, pode mitigar possíveis variações nos preços finais.

Para o mercado de etanol, no qual o Brasil é um dos principais produtores mundiais, grande parte da oferta se concentra no mercado local considerando a demanda pelo produto, principalmente, pelo ciclo Otto, com carros movidos a etanol e gasolina. Os preços de etanol sofrem influência do preço da gasolina no mercado local, (e que está relacionada ao preço internacional do petróleo somado ao câmbio), dado a paridade em relação ao preço da gasolina no mercado local, podendo, portanto sofrer variações, além da influência de políticas governamentais.

O preço do etanol que a Companhia vende no Brasil é fixado de acordo com os preços de mercado, utilizando como referência os índices publicados pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ e pela B3. Com relação à parcela do etanol que a Companhia exporta, seus preços são estabelecidos com base nos preços do mercado internacional.

Preço Internacional do Petróleo e Preço da Gasolina no Brasil

Conforme já citado acima, o preço internacional do petróleo pode afetar os resultados da Companhia, uma vez que este consiste na base para a formação de preço da gasolina no mercado brasileiro, somado à volatilidade cambial, que por consequência, afeta a relação de paridade do preço do etanol em relação à gasolina.

Demanda por Combustíveis

A demanda por etanol e gasolina é suscetível à volatilidade relacionada ao nível de atividade econômica no Brasil, e à percepção de preços nos postos de combustível. A Administração entende que uma diminuição na atividade econômica poderia afetar negativamente a demanda por combustíveis.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Flutuações da moeda

Conforme citado anteriormente, uma proporção significativa das vendas de açúcar da Companhia é realizada em dólares estadunidenses, além de etanol também exportado para regiões diversas. Portanto, uma depreciação do real em relação à outras moedas, como o dólar estadunidense, teria o efeito de aumentar a receita das vendas da Companhia. Uma valorização do real em relação à essas moedas teria o efeito oposto. No entanto, é importante salientar que, mesmo com as tendências com base na flutuação de moedas, acima descritas, para a Companhia, é fundamental a análise considerando o resultado do preço do produto combinado com o câmbio, que muitas vezes, pode mitigar possíveis variações nos preços finais.

Uma proporção da dívida da Companhia está atrelada à cotação dos dólares estadunidenses. Logo, uma depreciação do real em relação ao dólar estadunidense aumentaria a carga da dívida e despesas financeiras relacionadas da Companhia. Entretanto, a Companhia pode contar com operações de swap de dívidas, além de contas a receber e outros ativos financeiros baseados em dólares estadunidenses, que poderiam mitigar o impacto que uma depreciação do real teria sobre a posição financeira da Companhia. Uma valorização do real em relação ao dólar estadunidense tenderia a ter o efeito oposto.

Sazonalidade

A Companhia está sujeita a tendências sazonais baseadas no ciclo de cultivo da cana-de-açúcar no Brasil. O período anual de colheita da cana-de-açúcar no Brasil tem início em abril/maio e termina em meados de novembro/dezembro, dependendo da produtividade dos canaviais e condições climáticas no período. Esse cenário poderia criar variações no estoque de produtos acabados, como açúcar e etanol, que são os principais componentes da receita da Companhia. Adicionalmente, a Companhia tem ampla capacidade de estocagem, tanto para o açúcar, como para o etanol ao longo da safra, que suportam a comercialização dos produtos, conforme definido pela estratégia de comercialização no período, com o objetivo de potencializar resultados de acordo com o cenário vigente no período. Entende-se que os demais segmentos comerciais da Companhia são pouco afetados ou não estão sujeitos a tendências sazonais significativas.

Inflação

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia ao aumentar algumas das despesas operacionais. Essas despesas operacionais incluem custos trabalhistas, arrendamentos, despesas administrativas gerais e de venda, insumos, dentre outros. Ao mesmo tempo, parte das receitas da Companhia, também são reajustadas por índices inflacionários, como IPCA, e IGPM, como exemplo, em contratos de energia elétrica, nos quais a Companhia faz parte.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Em linha com os comentários realizados no item 2.2 (a), os Diretores entendem que as variações na receita operacional líquida no período findo em 31 de março de 2023 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023, e 2022 são explicadas, principalmente, (i) por variações do preço internacional do açúcar em dólar estadunidense, (ii) por variações do preço da gasolina, afetada pelo preço internacional do petróleo, (iii) pela volatilidade cambial, que afeta os preços em dólares estadunidenses convertidos em real, (iv) por variações da oferta global de açúcar, (v) por variações da oferta de etanol, notadamente, no país, (vi) pela variação do volume de vendas dos produtos, principalmente, açúcar e etanol, refletindo decisão da Companhia na definição do mix de produção entre os produtos. Adicionalmente, a

2.2 Resultados operacional e financeiro

Companhia ressalta que, (i) houve o aumento no volume de comercialização de CBIOS (créditos de descarbonização) ao longo dos últimos anos, quando iniciou-se oficialmente, a negociação desse ativo, pela B3, além (ii) do aumento no volume de levedura ao longo dos últimos anos, refletindo, o aumento da produção do produto.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Conforme disposto ao longo dos itens 2.1 e 2.2, uma proporção significativa das vendas de açúcar da Companhia é realizada para o mercado externo, assim como parte das vendas de etanol, sendo, portanto, negociadas em outras moedas. A estratégia de proteção cambial da Companhia visa mitigar as flutuações de curto e médio prazo, aumentando a previsibilidade de resultado de curto e médio prazo. No entanto, os efeitos do câmbio impactam a formação de preço de commodities negociadas pela Companhia.

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia ao aumentar algumas das despesas operacionais baseadas em reais (e não ligadas à moeda estrangeira). Essas despesas operacionais incluem custos trabalhistas, arrendamentos e despesas administrativas gerais e de venda. No entanto, conforme citado no item 2.2 (a) acima, parte das receitas da Companhia, também são reajustadas por índices inflacionários, como IPCA, e IGPM, como exemplo, em contratos de energia elétrica, nos quais a Companhia faz parte.

As principais taxas indexadoras aplicáveis aos nossos negócios no exercício social encerrado em 31 de março de 2023, são o CDI e IGP-M, além do IPCA.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não ocorreram mudanças nas práticas contábeis que tenham efeitos significativos para os itens 2.1 e 2.2.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não há ressalvas e ênfases presentes no relatório do emissor.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em março de 2023 as operações da planta de etanol de milho instalada na filial Usina Boa Vista foram iniciadas. A partir desta planta, haverá um aumento na comercialização de etanol, além do início da comercialização dos coprodutos como DDGS, óleo de milho e outros.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não ocorreram constituições, aquisições ou alienações de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais que pudessem impactar as demonstrações financeiras da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

a. informar o valor das medições não contábeis

a) A Diretoria avalia o desempenho comercial com base, principalmente, na margem operacional, ou spread entre o preço médio dos produtos e a soma do custo dos produtos vendidos e despesas operacionais. Concentra-se no volume e qualidade dos produtos produzidos, no preço e custo por unidade vendida e, finalmente, no EBITDA. O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia. Define-se EBITDA como:

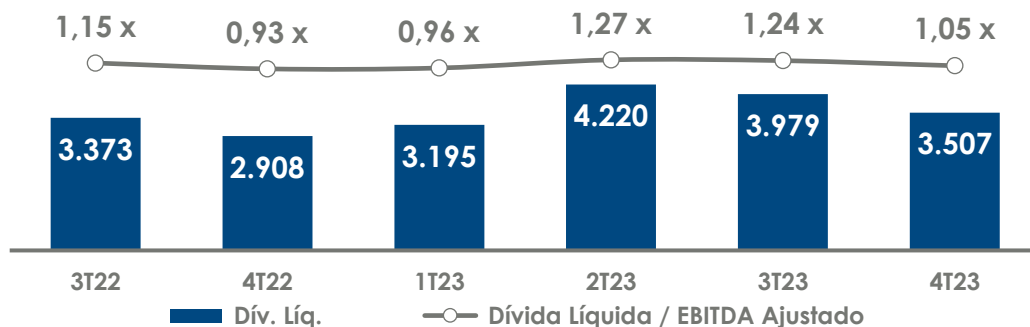
- lucro operacional;
- menos despesa financeira líquida;
- menos depreciação e amortização

A Diretoria acredita que o EBITDA constitui ferramenta útil de medida do desempenho de fluxo de caixa operacional. No entanto, o EBITDA não constitui medida reconhecida pelo BR GAAP ou pelo IFRS, não tem um significado padronizado e como nem todas as empresas utilizam cálculos idênticos, a apresentação do EBITDA da São Martinho talvez não possa ser comparada a outras medidas semelhantes ou ao fluxo de caixa livre, utilizado discricionariamente pela Companhia, pois não considera certas necessidades de caixa, tais como Capex, pagamentos de juros, pagamentos de imposto e pagamentos de serviço de dívida. O EBITDA não deverá ser considerado alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicativo do desempenho operacional da Companhia, nem como alternativa ao fluxo de caixa, como indicativo de liquidez.

Adicionalmente, é divulgado o EBITDA Ajustado, definido abaixo:

- EBITDA
- desconsiderando itens não caixa lançados no CPV (Custo do Produto Vendido);
- desconsiderando receitas e (despesas) operacionais – não recorrentes;
- desconsiderando o resultado de equivalência patrimonial;
- desconsiderando vencimento de dívida (Hedge Accounting) e;
- desconsiderando os impactos da adoção da norma contábil IFRS 16 – arrendamentos a partir do exercício encerrado em 31 de março de 2019.
- considerando a receita financeira de Negócios Mobiliários

O índice de dívida líquida/EBITDA Ajustado LTM é o resultado da dívida líquida ao final do exercício social ou período aplicável dividido pelo EBITDA Ajustado para os 12 últimos meses encerrados nos referidos exercícios sociais ou períodos. Abaixo segue índice para os trimestres e encerramento do ano-safra 2022/2023:



b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

2.5 Medições não contábeis

A reconciliação do EBITDA Ajustado ao EBITDA contábil, em relação ao último exercício social (31/03/2023 – 12M23) comparado ao exercício social anterior (31/03/2022 – “12M22”) segue abaixo:

Reconciliação do Ebitda	12M22	12M23	Var. (%)
Em milhares de reais			
EBITDA ajustado	3.141.952	3.355.541	6,8%
Margem EBITDA ajustado	54,5%	50,5%	-4,0 p.p.
Vencimento de Dívida (Hedge)	-29.206	-5.321	-81,8%
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.358	5.033	-31,6%
Receitas (despesas) Operacionais - não recorrente	-35.168	7.164	n.m
Ativos Biológicos	24.004	-163.772	n.m
Marcação a mercado Cbios	0	-12.395	n.m
Efeito do IFRS 16 - EBITDA Ajustado	530.060	549.691	3,7%
Resultado IAA	415.476	475.761	14,5%
Receita financeira de Negócios Imobiliários	-9.414	-4.934	-47,6%
EBITDA contábil	4.045.062	4.206.767	4,0%
Margem EBITDA	70,7%	63,5%	-7,2 p.p.
(-) Depreciação e Amortização	-1.632.360	-2.130.218	30,5%
(-) Despesa Financeira Líquida	(473.461)	(882.937)	86,5%
(=) Lucro (prejuízo) operacional	1.939.241	1.193.612	-38,4%

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que o EBITDA e o EBITDA Ajustado, são medidas não contábeis mais apropriadas para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações porque mostra o verdadeiro lucro contábil a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social, sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. A maioria dos analistas de mercado utiliza este indicador para analisar múltiplos que, normalmente, não são divulgados nos resultados por uma questão de práticas de mercado.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Não ocorreram eventos subsequentes nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas.

2.7 Destinação de resultados

Regras sobre retenção de lucros	<p>De acordo com o Estatuto Social, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: a) 5% de reserva legal, até o limite de 20% do capital social; b) 25% como dividendo obrigatório; c) remanescente ficará à disposição da assembleia geral, que poderá deliberar, por proposta da administração, pela retenção da parcela do lucro líquido do exercício previsto em orçamento de capital, por ela previamente aprovado, na forma do Artigo 196 da Lei das S.A.</p> <p>A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que serão excluídos da base de cálculo do dividendo obrigatório.</p>
Valores das retenções de lucros e percentuais em relação aos lucros totais declarados	<p>No exercício encerrado em 31 de março de 2023, foram retidos: a) R\$ 50.787.203,73 para Reserva Legal; b) R\$ 279.608.615,35 para reserva de orçamento de capital, para investimentos planejados, relacionados, principalmente, ao Capex de Melhoria Operacional, Projetos de Investimentos e/ou Capital de Giro; c) R\$ 169.867.482,11 para a Reserva de Incentivos Fiscais.</p> <p>A retenção do lucro total declarado (lucro líquido + reserva lucros a realizar) corresponde a 49%.</p>
Regras sobre distribuição de dividendos	<p>De acordo com a Política vigente, como remuneração aos acionistas, a Companhia irá distribuir anualmente por meio de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, no mínimo: (i) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme definido no Estatuto Social ou (ii) 40% do Lucro Caixa, o que for maior.</p> <p>Mediante proposta da Diretoria e aprovação do Conselho de Administração, a Companhia pode pagar juros sobre capital próprio, os quais serão imputados líquidos do imposto de renda na fonte, aos dividendos intermediários ou ao dividendo anual.</p>
Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>Os dividendos serão distribuídos anualmente. De acordo com o Estatuto, a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. Poderá, ainda, por deliberação do Conselho de Administração, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.</p>
Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p>Além das previsões legais que autorizam restrições à distribuição de dividendos, como no caso de constituição de reserva para contingências, a Companhia está sujeita às restrições contratuais nesse sentido, caso esteja inadimplente com as obrigações pecuniárias estabelecidas em tais contratos. Até a apresentação deste Formulário, a Companhia cumpriu todas as obrigações contratuais e legislação aplicável e, portanto, não está sujeita a qualquer restrição nesse sentido.</p>
Política de destinação de resultados	<p>A Companhia possui Política de Remuneração aos Acionistas aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 9.12.2019, disponível no site de RI: https://ri.saomartinho.com.br/listgroup.aspx?idCanal=AtbRCN4YAJbUV3xXhcfxxQ==&linguagem=pt&ano=2021</p>

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iii. contratos de construção não terminada**
- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.3.2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.10 Planos de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

	4T23	4T22	Var. (%)	12M23	12M22	Var. (%)
Plantio de Cana	168.171	176.999	-5,0%	495.782	469.308	5,6%
Tratos Culturais	183.151	160.000	14,5%	865.829	731.317	18,4%
Manutenção Entressafra	324.307	262.726	23,4%	503.139	452.856	11,1%
Capex de Manutenção	675.629	599.726	12,7%	1.864.750	1.653.481	12,8%
Equipamentos/Reposições	27.633	40.639	-32,0%	100.972	107.826	-6,4%
Ambiental/Legal (ESG)	10.230	7.178	42,5%	26.911	33.870	-20,5%
Melhoria Operacional	37.863	47.818	-20,8%	127.883	141.696	-9,7%
Etanol de milho	-	93.068	-100,0%	286.110	325.995	-12,2%
UTE Fase II	-	94.709	-100,0%	131.821	170.265	-22,6%
Demais projetos	75.103	41.787	79,7%	107.854	149.535	-27,9%
Modernização/Expansão	75.103	229.564	-67,3%	525.785	645.795	-18,6%
Capex total	788.594	877.107	-10,1%	2.518.418	2.440.971	3,2%

O capex de manutenção da Companhia somou R\$ 675,6 milhões no 4T23, um crescimento de 12,7% vis-à-vis 4T22. A expansão decorre do plano específico de manutenção programada para as caldeiras da Usina São Martinho e Usina Santa Cruz. No acumulado da safra o capex de manutenção totalizou R\$ 1.864,8 milhões (+12,8% vs. 12M22), motivado pela inflação nos preços de insumos e pelo plano de manutenção específico mencionado anteriormente para o trimestre.

O capex dedicado à melhoria operacional totalizou R\$ 127,9 milhões nos 12M23, uma redução de 9,7% versus igual período de 2022, decorrente do cronograma de reposição de frota e equipamentos, combinado às iniciativas ambiental/legal. No 4T23 a rubrica apresentou redução de 20,8% comparado ao 4T22, motivado pela menor necessidade de investimento em equipamentos agrícolas e industriais.

O capex de expansão somou R\$ 75,1 milhões no 4T23 e R\$ 525,8 milhões no 12M23, destinados a (i) UTE (leilão A-6 de 2019), (ii) projeto de etanol de milho, e (iii) outros projetos menores.

Com isso, o capex total somou R\$ 788,6 milhões no 4T23 (-10,1% vs. 4T22) e R\$ 2.518,4 milhões nos 12 meses da safra 22/23 (+3,2% vs. 12M22) – abaixo da estimativa (guidance) de R\$ 2,9 bilhões divulgada em nov/22. Conforme fato relevante publicado em jun/23, R\$ 400 milhões estimados para a safra 22/23 postergados para safra 23/24 devido às chuvas no período de plantio e cronograma de desembolso dos projetos em fase de finalização.

2.10 Planos de negócios

Guidance de Capex – Safra 2023/2024

R\$ MM	Guidance 12M24	22/23	Var. (%)
Capex de manutenção	2.000	1.865	7,3%
Melhoria Operacional	157	128	22,8%
Modernização/Expansão	315	526	-40,2%
Capex Total	2.472	2.518	-1,9%

Em relação ao capex de manutenção, estima-se um aumento de 7,3% (vs. 12M23) totalizando, R\$ 2,0 bilhões, decorrente principalmente da postergação de operações de plantio ocasionada pelas chuvas no quarto trimestre de 22/23.

Quanto ao capex dedicado à melhoria operacional, estima-se um total de R\$ 157 milhões, representando um aumento de 22,8% em relação aos 12M23, composto, principalmente, por investimentos visando maior segurança operacional e reposições de equipamentos agrícolas e industriais.

Os investimentos em modernização/expansão estimados para Safra 23/24 representam uma redução de 40,2% (vs. 12M23), somando R\$ 314,5 milhões, decorrente da evolução do cronograma de investimentos para finalização das plantas de etanol de milho (~R\$ 30 milhões) e UTE fase II (~R\$ 70 milhões), entre a execução de outros projetos menores.

O capex total para safra 23/24 está estimado em, aproximadamente, R\$ 2,5 bilhões, representando uma redução de 1,9% em relação aos 12M23.

Vale destacar que no Guidance de Capex para a Safra 22/23 estimou-se um total de R\$ 2,9 bilhões, em nov/22, enquanto o realizado para o período somou R\$ 2,5 bilhões. A diferença de aproximadamente R\$ 400 milhões representa o montante postergado (para safra 23/24) decorrente, principalmente, do i) impacto chuvas no plantio durante o período de entressafra e ii) cronograma da obra e desembolso relacionado aos projetos em fase de finalização.

Importante mencionar que as considerações futuras não são garantias de desempenho, envolvem riscos, incertezas e premissas e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. O público deve compreender que condições da indústria e outros fatores operacionais e climáticos podem afetar os resultados futuros da empresa e podem conduzir a resultados que diferem, materialmente, daqueles expressos em tais considerações futuras.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os financiamentos são adquiridos através do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, bancos comerciais, emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), além de outras fontes do mercado de capitais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Conforme divulgado ao mercado por via de Fato Relevante no dia 20 de janeiro de 2021 e 14 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da São Martinho aprovou, a implantação de uma unidade produtora de etanol a partir do processamento de milho, no município de Quirinópolis, em Goiás.

2.10 Planos de negócios

A nova unidade produtora, anexa à Usina Boa Vista, terá capacidade para produção anual aproximada de até:

- 210 mil m³ de etanol;
- 150 mil toneladas de DDGS (Dried Distiller's Grains with Solubles) – coproduto utilizado para ração animal; e
- 10 mil tons de óleo de milho.

Operação em plena capacidade está prevista a partir da safra 23/24 (330 dias de operação por ano).

O investimento estimado é de aproximadamente R\$ 740 milhões, contemplando ajustes na caldeira atual (minimizando o consumo de energia disponível), instalações industriais e armazenagem de milho (50% da capacidade). Os recursos serão financiados junto ao BNDES pelo prazo de até 20 anos.

O principal insumo utilizado será o milho (500 mil toneladas), adquirido na região Centro-Oeste, além de vapor e energia (58.000 MWh), gerados por meio das caldeiras existentes.

Os impactos serão a criação de 1.400 empregos diretos e indiretos na região, além da geração de Cbios em montante relevante, dado o processo industrial alinhado às melhores práticas sustentáveis.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Conforme descrito no item anterior, o DDGS (Dried Distiller's Grains with Solubles) e Óleo de Milho são produtos utilizados no mercado animal com custos associados inclusos no Capex estimado da planta.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

No processo de avaliação de projetos e novas oportunidades de crescimento a companhia considera sua matriz de sustentabilidade e ESG (atualizada anualmente no Relatório Anual de Sustentabilidade) e potenciais externalidades associadas (tal como o potencial de geração de CBIOs).

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1. As projeções devem identificar:

a. objeto da projeção

A companhia divulga (i) projeções de produção, (ii) projeção de CAPEX e (iii) informações sobre plena capacidade de moagem de cana-de-açúcar.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Safra Atual:

O período projetado compreende a evolução do desempenho de produção e dispêndio de capex da safra atual, e o prazo de validade é até o encerramento da safra em curso ou caso ocorra a divulgação de *guidance* atualizado.

Plena Capacidade de Moagem (Cana-de-Açúcar):

A Companhia também apresenta uma expectativa de desempenho de produção (moagem e TCH) do canavial até o atingimento e estabilização da capacidade plena de moagem da companhia (24 milhões de toneladas), que pode ocorrer entre a safra 2025/2026 e 2027/2028.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

As expectativas divulgadas ao mercado têm como premissa o alinhamento às projeções internas da Companhia baseadas no desempenho operacional histórico e conhecimento da eficiência agrícola e produtiva. Estas expectativas não contemplam possíveis aquisições e parcerias que, porventura, venham a ocorrer. Eventualmente, alterações não esperadas no clima podem afetar o atingimento das projeções divulgadas.

Portanto, este item apresenta premissas e considerações futuras que não são garantias de desempenho, envolvem riscos, incertezas e premissas e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. O público deve compreender que condições da indústria e outros fatores operacionais e climáticos podem afetar os resultados futuros da empresa e que as projeções foram realizadas, em sua maioria baseada em expectativas atuais que podem conduzir a resultados que diferem, materialmente, daqueles expressos em tais considerações futuras.

As premissas consideradas nas estimativas estão sujeitas a fatores de influência que escapam ao controle da administração da Companhia. Caso qualquer premissa sofra alterações que causem impacto relevante nas estimativas, a Companhia pode revisá-lo para patamares superiores ou inferiores, conforme o caso.

A estimativa de produção total de açúcar, etanol e energia é estabelecida considerando basicamente o volume de cana moída e a quantidade de ATR médio presente na cana.

O dimensionamento do volume de cana a ser moída é definido partindo, em resumo, da premissa de produtividade agrícola (TCH) médio de cada usina, que por sua vez, depende das condições climáticas de cada região e do volume de cana de fornecedores disponível.

Os parâmetros que definem o mix de produção de Açúcar ou Etanol, obedecem prioritariamente a rentabilidade de cada produto, medida por sua margem de contribuição e, adicionalmente, leva em consideração os volumes previamente contratados, bem como as características logísticas e de armazenagem.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Conforme destacado, as projeções divulgadas neste item são considerações que não constituem promessa de desempenho.

SAFRA 23/24

PRODUÇÃO

Conforme Fato Relevante de 19 de junho de 2023, foram detalhadas as estimativas em relação à produção e o volume de cana disponível para processamento ao longo da safra 23/24. No dia 22 de dezembro de 2023 foi divulgado Fato Relevante informando o encerramento do período de moagem de cana-de-açúcar referente à safra 2023/2024.

A tabela abaixo apresenta a comparação entre os dados de produção informados no Guidance divulgado ao mercado via Fato Relevante em 19 de junho de 2023 e o resultado efetivo da safra de cana-de-açúcar:

	Realizado 12M24	Guidance 12M24	Var. (%)
Dados Operacionais			
Cana Processada (mil toneladas)	23.066,7	21.500,0	7,3%
ATR Médio (kg/ton)	136,8	141,9	-3,6%
ATR Produzido (mil tons)	3.155,2	3.050,5	3,4%
Dados de Produção			
Açúcar (mil toneladas)	1.468,3	1.379,8	6,4%
Etanol (mil m³)	948,0	944,9	0,3%
Mix Açúcar - Etanol	49% - 51%	47% - 53%	

Para o primeiro ano de operação da planta de etanol de milho, estima-se um processamento de 420,0 mil tons de milho. A produção resultante no período deve adicionar aproximadamente 160 mil m3 de etanol, 134 mil tons de DDGS e 7 mil tons de óleo de milho à operação de cana de açúcar.

CAPEX

Em relação ao CAPEX, conforme Fato Relevante divulgado em 9 de novembro de 2023, o guidance de Capex Total para a safra 23/24 foi revisado para aproximadamente R\$ 2,7 bilhões, conforme resumo abaixo:

Em milhões de reais	Atualizado 12M24	Guidance 12M24	Var. (%)
Capex de manutenção	1.943,6	2.000,0	-2,8%
Melhoria Operacional	323,0	157,0	105,7%
Modernização/Expansão	465,0	314,5	47,9%
Capex Total	2.731,6	2.471,5	10,5%

PLENA CAPACIDADE DE MOAGEM (CANA-DE-AÇÚCAR)

Condicional a um cenário climático favorável nos próximos anos, estima-se uma trajetória de crescimento da produtividade de cana (toneladas de cana por hectare) favorecendo o atingimento e estabilização da plena capacidade de moagem de cana-de-açúcar (aproximadamente, 24 milhões de toneladas) – conforme dados abaixo:

a) Safra 22/23 (encerrada) - capacidade plena de moagem – 20 milhões de toneladas e produtividade por período (ton/ha) – 71 ton/ha;

3.1 Projeções divulgadas e premissas

b) Safra 23/24 (encerrada) - capacidade plena de moagem – 23 milhões de toneladas (conforme fato relevante de 22 de dezembro de 2023) e produtividade por período (ton/ha) – 85 ton/ha;

c) Safra 24/25 - capacidade plena de moagem – 23 milhões de toneladas e produtividade por período (ton/ha) – 85 ton/ha;

d) Safra 25/26 - capacidade plena de moagem – 24 milhões de toneladas e produtividade por período (ton/ha) – 88 ton/ha;

e) Safra 26/27 - capacidade plena de moagem – 24 milhões de toneladas e produtividade por período (ton/ha) – 90 ton/ha;

f) Safra 27/28 - capacidade plena de moagem – 24 milhões de toneladas e produtividade por período (ton/ha) – 90 ton/ha

g) Safra 28/29 - capacidade plena de moagem – mais de 24 milhões de toneladas e produtividade por período (ton/ha) – 90 ton/ha.

A Companhia informa que se trata de expectativa com base em variáveis exógenas, que não dependem de ações e fogem ao controle da Companhia. Os principais fatores que norteiam as expectativas indicadas acima são: aumento na produtividade; normalização das condições climáticas e redução do custo de insumos agrícolas e industriais.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

As projeções de moagem das safras 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023 foram modificadas e divulgadas por meio dos fatos relevantes de encerramento das respectivas safras, conforme demonstrado no item "b".

Em relação ao CAPEX, as informações de projeção foram divulgadas na safra 2022/2023, as quais foram substituídas por novas projeções, conforme Fato Relevante de 20 de junho de 2022.

As demais projeções divulgadas pela Companhia não sofreram qualquer revisão ou alteração.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

ESTIMATIVAS 20/21

PRODUÇÃO

No dia 2 de dezembro de 2020, foi divulgado Fato Relevante informando o encerramento do período de moagem referente à safra 2020/2021.

Segue abaixo a comparação entre os dados de produção considerados no cenário de mix máximo para açúcar informados no *Guidance*, em junho/2020, e o resultado efetivo na safra.

DADOS OPERACIONAIS	Guidance Máx Açúcar	Realizado Safra 20/21	Var. (%)
Cana Processada (mil toneladas)	23.200	22.522	-2,9%
ATR Médio (kg/ton)	138,0	145,7	5,6%
Produção			
Açúcar (mil toneladas)	1.490	1.483	-0,5%
Etanol (mil m ³)	970	1.018	5,0%
Cogeração (mil MWh) ¹	925	900	-2,7%
Mix Açúcar - Etanol	48% - 52%	47% - 53%	-
ATR Produzido (mil toneladas)	3.208	3.282	2,3%

¹ - Volume estimado, dado que cogeração continuará até março/21.

O volume de cana processada foi inferior em 2,9% comparado às estimativas iniciais, em decorrência do clima mais seco observado ao longo da safra 20/21. No entanto, o ATR médio se apresentou 5,6% superior ao inicialmente previsto, resultando no aumento de 2,3% no volume total de ATR produzido.

ESTIMATIVAS 21/22

PRODUÇÃO

No dia 8 de novembro de 2021 foi divulgado Fato Relevante informando o encerramento do período de moagem referentes à safra 2021/2022.

3.2 Acompanhamento das projeções

A tabela abaixo apresenta a comparação entre os dados de produção informados no *guidance* divulgado ao mercado via Fato Relevante em 21 de junho de 2021 e o resultado efetivo da safra.

DADOS OPERACIONAIS	Encerramento de safra 12M22	Guidance Safra 21/22	Var. (%)
Cana Processada (mil toneladas)	19.876	20.525	-3,2%
Produtividade no período (ton/ha)	72	75	-4,3%
ATR Médio (kg/ton)	146,7	146,0	0,5%
Produção			
Açúcar (mil toneladas)	1.303	1.205	8,2%
Etanol Anidro (mil m ³)	389	389	0,1%
Etanol Hidratado (mil m ³)	521	625	-16,6%
Cogeração (mil MWh) ¹	750	833	-10,0%
ATR Produzido (mil toneladas)	2.916	2.986	-2,3%
Mix Açúcar - Etanol	47% - 53%	42% - 58%	-

Comparativamente ao *guidance* de dados operacionais da safra, a Companhia teve redução de 3,2% no volume de cana processada, que somou aproximadamente 19,9 milhões de toneladas; no entanto, com nível de ATR médio cerca de 0,5% superior ao estimado, refletindo, principalmente, os efeitos da estiagem e das geadas ocorridas no mês de julho, que afetaram momentaneamente a produtividade de nossos canaviais.

Em decorrência desse cenário, e somado à decisão de mix de produção da safra, tivemos uma redução efetiva de produto, em ATR equivalente, de aproximadamente, 2,3% em relação às nossas expectativas iniciais.

ESTIMATIVAS 22/23

PRODUÇÃO

No dia 5 de dezembro de 2022 foi divulgado Fato Relevante informando o encerramento do período de moagem referentes à safra 2022/2023.

A tabela abaixo apresenta a comparação entre os dados de produção informados no *guidance* divulgado ao mercado via Fato Relevante em 20 de junho de 2022 e o resultado efetivo da safra.

	Realizado 12M23	Guidance Atualizado 12M23	Var. (%)
Dados Operacionais			
Cana Processada (mil tons)	20.024	20.011	0,1%
ATR Médio (kgs/ton)	140	140	-0,1%
Total ATR Produzido (mil tons)	2.805	2.805	0,0%
Dados de Produção			
Açúcar (mil tons)	1.206	1.201	0,4%
Etanol (mil m ³)	902	903	-0,2%
Cogeração (mil MWh)	732	736	-0,5%
Mix Açúcar - Etanol	45%-55%	45%-55%	

3.2 Acompanhamento das projeções

Comparativamente ao *guidance* de dados operacionais da safra houve redução de 1,4% no volume de cana processada, que somou aproximadamente 20,0 milhões de toneladas, e com nível de ATR médio cerca de 1,5% inferior ao estimado, refletindo, principalmente, os efeitos da estiagem e das geadas ocorridas no mês de julho, que afetaram momentaneamente a produtividade de nossos canaviais.

Em decorrência desse cenário, e somado à decisão de mix de produção da safra, a Companhia teve redução efetiva de produto, em ATR equivalente, de aproximadamente, 2,7% em relação às nossas expectativas iniciais.

CAPEX

Em relação ao *guidance* de investimento para a safra 22/23, foi revisado o capex de manutenção em 2,1% em relação as estimativas iniciais, decorrente da variação de preços dos insumos utilizados no plantio (renovação) e tratos culturais, assim como diesel no período.

Quanto ao capex dedicado à melhoria operacional, estima-se um total atualizado de R\$ 237 milhões, 1,3% superior ao *guidance* publicado em 20 de junho de 2022.

Em relação a modernização/expansão estima-se um montante de aproximadamente R\$ 790 milhões (+38,6% vis-à-vis a *guidance* anterior), contemplando novos investimentos aprovados para safra, incluindo: (i) o plano hídrico, (ii) a flexibilização da produção de anidro em São Paulo e (iii) o plano de irrigação na Usina São Martinho. Todos os projetos apresentam taxa de retorno desalavancado próximo a 18% a.a. em média.

Adicionalmente, as estimativas contemplam: (i) a planta de etanol de milho em Goiás (~R\$ 400 milhões) e (ii) a UTE fase II em São Paulo (~R\$ 150 milhões).

Considerando os pontos mencionados, o capex total foi revisado para aproximadamente R\$ 2,9 bilhões.

Em milhões de reais	Atualizado 12M23	Guidance 12M23	Var. (%)
Capex de Manutenção	1.831	1.793	2,1%
Melhoria Operacional	237	234	1,3%
Modernização/Expansão	790	570	38,6%
Capex Total	2.858	2.597	10,1%

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

ESTIMATIVAS 23/24

PRODUÇÃO

Conforme Fato Relevante de 19 de junho de 2023, foram detalhadas as estimativas em relação à produção e o volume de cana disponível para processamento ao longo da safra 23/24. No dia 22 de dezembro de 2023 foi divulgado Fato Relevante informando o encerramento do período de moagem de cana-de-açúcar referente à safra 2023/2024.

A tabela abaixo apresenta a comparação entre os dados de produção informados no *Guidance* divulgado ao mercado via Fato Relevante em 19 de junho de 2023 e o resultado efetivo da safra de cana-de-açúcar:

3.2 Acompanhamento das projeções

	Realizado 12M24	Guidance 12M24	Var. (%)
Dados Operacionais			
Cana Processada (mil toneladas)	23.066,7	21.500,0	7,3%
ATR Médio (kgs/ton)	136,8	141,9	-3,6%
ATR Produzido (mil tons)	3.155,2	3.050,5	3,4%
Dados de Produção			
Açúcar (mil tons)	1.468,3	1.379,8	6,4%
Etanol (mil m³)	948,0	944,9	0,3%
Mix Açúcar – Etanol	49% - 51%	47% - 53%	

A melhor produtividade decorre de i) condições climatológicas normalizadas entre outubro de 2022 e setembro de 2023, ii) dos investimentos, principalmente em tratamentos culturais, ocorridos nas safras anteriores, e iii) manejo agrícola diferenciado combinado ao uso de variedades genéticas com melhor produtividade.

O mix de produção efetivo reflete as condições mercadológicas que favoreceram a comercialização de açúcar em relação ao etanol.

Em relação à planta de etanol milho, as projeções permanecem as mesmas daquelas divulgadas no Fato Relevante de 19 de junho de 2023, ou seja, para o primeiro ano de operação estima-se um processamento de 420,0 mil tons de milho. A produção resultante no período deve adicionar aproximadamente 160 mil m³ de etanol, 134 mil tons de DDGS e 7 mil tons de óleo de milho à operação de cana de açúcar (mencionada anteriormente, e descritos na tabela abaixo).

	Guidance 12M24
Dados Operacionais	
Processamento de Milho	
Milho Processado (mil tons)	420,0
Dados de Produção	
Etanol (mil m³)	160,4
DDGS (mil tons)	134,3
Óleo de Milho (mil tons)	6,6

CAPEX

Conforme Fato Relevante anunciado em 9 de novembro de 2023, o valor estimado para o Capex de Manutenção é de R\$ 1.943,6 milhões, uma redução de 2,8% em relação ao guidance inicial, reflexo do arrefecimento de preços de insumos agrícolas, utilizados no plantio (renovação) e tratamentos culturais, no período.

Quanto ao capex dedicado à Melhoria Operacional, estima-se um total de R\$ 323,0 milhões decorrente do cronograma de reposição de frota e maquinário agrícola para atender às próximas safras com maior disponibilidade de equipamentos e de cana-de-açúcar.

Em relação à Modernização/Expansão, o montante previsto é de aproximadamente R\$ 465 milhões (+47,9% vis-à-vis guidance anterior), contemplando novos investimentos aprovados para safra, incluindo: (i) projeto de Biometano na Unidade Santa Cruz, conforme Fato Relevante publicado em 30/10/2023, (ii) projeto inicial de colhedoras de duas linhas na Unidade São Martinho, e (iii) investimentos menores que apresentam taxa de retorno desalavancado superior a 18% a.a. em média.

Considerando os pontos mencionados, o guidance de Capex Total para a safra 23/24 foi revisado para aproximadamente R\$ 2,7 bilhões, conforme resumo abaixo:

3.2 Acompanhamento das projeções

<i>Em milhões de reais</i>	Atualizado 12M24	Guidance 12M24	Var. (%)
Capex de manutenção	1.943,6	2.000,0	-2,8%
Melhoria Operacional	323,0	157,0	105,7%
Modernização/Expansão	465,0	314,5	47,9%
Capex Total	2.731,6	2.471,5	10,5%

PLENA CAPACIDADE DE MOAGEM (CANA-DE-AÇÚCAR):

No que diz respeito à produção futura de longo prazo até o atingimento e estabilização da plena capacidade de moagem de cana-de-açúcar (aproximadamente, 24 milhões de toneladas), ficam mantidas as estimativas indicadas no item 3.1.d, já considerando a substituição da projeção de produção da safra 23/24, em decorrência do fato relevante de encerramento de safra, divulgado dia 22 de dezembro de 2023.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A decisão de investir nos valores mobiliários emitidos pela Companhia implica em exposição a diversos riscos, os quais devem ser devidamente analisados pelos potenciais investidores. É fundamental considerar todas as informações contidas neste Formulário de Referência, bem como nas demonstrações financeiras, notas explicativas e no Relatório de Sustentabilidade.

A atividade da São Martinho e do setor sucroenergético brasileiro podem ser afetadas por fatores externos, como a conjuntura econômica mundial e a política cambial do país, que podem influenciar o preço de mercado dos produtos vendidos e dos valores mobiliários emitidos. Além disso, a Companhia e suas subsidiárias podem estar sujeitas a riscos financeiros e de mercado, meio ambiente (ambiental), de pessoas, operacional, jurídico e regulatório, conformidade, terceiros, cibernéticos e emergentes.

Cabe ressaltar que os fatores de risco descritos neste documento são aqueles conhecidos até a presente data e que podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. No entanto, é possível que outros riscos ainda não identificados possam surgir e impactar negativamente no futuro.

Dessa forma, é importante que os investidores estejam cientes de que a variação no preço de mercado dos valores mobiliários emitidos pela São Martinho pode ser relevante e que, em determinadas circunstâncias, os acionistas podem perder parte de seus investimentos. É válido mencionar que os fatores de risco descritos abaixo seguem ordem decrescente de relevância.

Assim, os fatores de risco descritos nesta seção têm por objetivo informar e alertar os investidores, sem, no entanto, esgotar todas as possibilidades de riscos aos quais a São Martinho e suas subsidiárias estão expostas. É fundamental, portanto, que os investidores realizem uma análise criteriosa das informações disponíveis antes de tomar a decisão de investir nos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

- **emissor**

Riscos decorrentes da falta de matéria-prima podem afetar a produção e aumentar os custos de produção

A produção da Companhia depende da cana-de-açúcar e, a partir da safra 2023/2024, do milho. Fatores biológicos e climáticos podem afetar a matéria-prima, podendo ter impactos adversos.

Condições climáticas extremas, como secas, geadas ou inundações podem afetar a produção de matéria-prima e, conseqüentemente, impactar diretamente a produção de açúcar, etanol e energia. Doenças e pragas nas lavouras de cana-de-açúcar também podem afetar a produção, podendo ocasionar a perda total ou parcial das lavouras e a perda dos investimentos realizados com plantio e tratamentos culturais.

Além disso, a Companhia não pode garantir que os contratos celebrados com parceiros, arrendadores ou fornecedores sejam renovados ou mantenham as mesmas condições que haviam sido inicialmente pactuadas. A aquisição de cana em áreas mais afastadas também pode impactar o custo da matéria-prima.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Riscos de variações de preços, taxas, câmbio e insumos na comercialização de produtos de commodities.

A São Martinho enfrenta riscos relacionados à variação de oferta e demanda, oscilação de preços ou outros fatores econômicos que podem resultar em excesso de estoque ou falta de produtos, que podem impactar negativamente seus resultados. Tanto o açúcar quanto o etanol estão sujeitos às oscilações de preço e especulações, além de serem precificados em dólares americanos, o que os torna vulneráveis à variação cambial em relação ao real.

Por exemplo, um menor volume de exportação indiana e de outros países exportadores pode impactar positivamente os preços do açúcar no mercado global. Por outro lado, o aumento da produção de etanol no país pode levar a uma queda nos preços do biocombustível, representando um desafio adicional.

A Companhia ainda está sujeita às oscilações nos volumes de estoques e no custo dos produtos vendidos durante a safra e no período de entressafra. Portanto, falhas na estratégia de precificação e negociação dos produtos, bem como falhas nas previsões de oferta e demanda, podem ter efeitos adversos nos resultados da São Martinho.

Os preços dos produtos vendidos, dos insumos e matérias-primas comprados estão sujeitos às flutuações de mercado que podem afetar a Companhia e seus resultados operacionais. Vários fatores contribuem para a variação desses preços, incluindo:

- A oferta e a demanda no mercado nacional e internacional;
- Condições climáticas adversas ou extremas e desastres naturais;
- Capacidade produtiva própria e a de seus concorrentes;
- Políticas governamentais de produção, comercialização, exportação e consumo desses produtos;
- Disponibilidade e custo de produtos alternativos (como gasolina e adoçantes artificiais, para etanol e açúcar, respectivamente);
- Políticas governamentais, mudanças das regulamentações do setor e incentivos e subsídios nacionais e internacionais;
- Tarifas e restrições à importação;
- Especulação em relação aos preços futuros desses produtos ou matérias-primas;
- Desenvolvimento das negociações comerciais bilaterais e multilaterais.

Riscos relacionados à segurança cibernética e falhas nos sistemas de tecnologia da informação

Os riscos relacionados a sistemas de tecnologia da informação são uma preocupação constante, uma vez que a Companhia utiliza cada vez mais tecnologia em suas operações.

A Companhia possui informações confidenciais sobre negócios e lacunas na segurança dos sistemas de tecnologia da informação, a crescente utilização de dispositivos móveis e outras tecnologias que permitem o acesso remoto aos sistemas, a utilização de softwares e equipamentos obsoletos e a falta de atualizações e correções de segurança podem tornar os sistemas mais vulneráveis a ataques, o que pode levar a problemas legais, impactos financeiros e reputacionais.

Apesar dos esforços da São Martinho em adotar medidas de segurança adequadas, e um plano com medidas preventivas, incluindo a implementação de firewalls, antivírus e outras soluções de segurança digital, conscientização dos funcionários sobre as boas práticas de segurança digital, a Companhia está exposta a esses riscos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Riscos associados à indisponibilidade de “pessoas chave” e dificuldade em atrair e reter talentos

A Companhia está sujeita ao risco de perda de membros-chave da gestão e à incapacidade de atrair e manter profissionais altamente qualificados. Esses indivíduos possuem um amplo conhecimento do negócio e são fundamentais para o crescimento e desempenho da Companhia. A perda de talentos pode impactar adversamente a condução dos negócios e atividades da Companhia.

Além disso, a Companhia pode enfrentar dificuldades em atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituir aqueles que deixaram a empresa. Isso pode ser especialmente problemático se a Companhia não puder manter um time de profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas e estratégicas. Se a Companhia não puder atrair ou manter esses profissionais, sua capacidade de administrar e expandir suas operações pode ser comprometida, o que pode impactar negativamente seus resultados.

Embora seja conhecida como referência em gestão de pessoas e uma das melhores empresas para se trabalhar, medidas para identificar, atrair, contratar, treinar e reter talentos podem não ser suficientes para evitar completamente esse risco.

Riscos relacionados à questões geopolíticas, economia global e efeitos adversos

Questões geopolíticas como o conflito entre Rússia e Ucrânia, tem impactado a economia global e podem impactar negativamente a São Martinho, principalmente devido à importância desses países no mercado de commodities (petróleo, milho e trigo).

A continuidade do conflito impacta os preços dessas commodities, impactando, por consequência o mercado de atuação da São Martinho, especialmente preços de diesel, etanol e custo do milho. Além disso, problemas logísticos no Mar Negro e a falta de cobertura de seguro também podem afetar a aquisição de milho no futuro.

As sanções econômicas impostas por alguns países à Rússia também podem afetar a economia global e, por consequência, a São Martinho. A continuidade do conflito e uma intensificação das sanções podem acarretar uma crise global, afetando a demanda e os preços dos produtos comercializados.

A apreciação do dólar, apesar de afetar o custo dos produtos importados, pode afetar positivamente a receita dolarizada. E o aumento do preço do barril de petróleo pode impactar positivamente os preços do etanol e açúcar. Mas também é importante ressaltar que a apreciação do dólar e o aumento do preço do barril de petróleo podem contribuir para a inflação, o que pode impactar negativamente a economia como um todo.

Com agravamento ou postergação do conflito, é provável que os mercados enfrentem volatilidade contínua e uma série de consequências econômicas e de segurança. Isso pode incluir a escassez de oferta de diferentes produtos, bem como aumentos adicionais nos preços de commodities, como gás natural canalizado, entre outros. A instabilidade geopolítica pode afetar a segurança dos fornecimentos globais de energia, o que poderia levar a interrupções no fornecimento de petróleo e gás natural, além de impactar a economia global como um todo e exacerbar o risco de ataques cibernéticos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Riscos emergentes associados a eventos naturais, tais como desastres, catástrofes, acidentes, incêndios e outras ocorrências

A Companhia está exposta a riscos que podem impactar suas propriedades, instalações, infraestrutura, redes de distribuição e estoques.

Eventos como incêndios em áreas industriais ou agrícolas, explosões, vazamentos de produtos químicos ou combustíveis, acidentes, interrupções de negócios devido a fatores políticos, manifestações sociais ou ambientais, greves e/ou paralisações de funcionários próprios ou terceirizados, surtos de doenças, medidas governamentais restritivas impostas em decorrência da pandemia, condições climáticas adversas, inundações, crises hídricas e desastres naturais, como deslizamentos de terra, rompimentos de barragens, falhas em satélites que afetem a operação de dispositivos GPS, falhas mecânicas ou interrupções nos processos agroindustriais e administrativos, dentre outros, podem gerar danos materiais ou ambientais, perda de receita, passivos ou aumento de custos.

Atividades humanas, sejam dolosas ou culposas podem resultar em danos à propriedade, infraestrutura ou ao meio ambiente. Incêndios causados por negligência, vandalismo ou falhas nos sistemas de combate e prevenção podem representar um risco significativo. Além disso, resíduos agrícolas, como palhas e bagaços, podem aumentar a probabilidade de ocorrência de incêndios, exigindo a adoção de medidas adequadas de prevenção e controle.

A Companhia também está exposta a riscos decorrentes de problemas em sua infraestrutura logística, de seus fornecedores e prestadores de serviços.

Riscos relacionados ao não cumprimento de regulações, processos judiciais, administrativos e procedimentos de investigação

A Companhia está sujeita a riscos de eventuais alegações de descumprimentos da legislação.

Eventuais litígios podem se transformar em processos individuais ou ações coletivas, ações civis públicas, movidas por autoridades como o Ministério Público, podendo resultar em penalidades. Esses riscos podem ser decorrentes de passivos judiciais e administrativos, bem como a possibilidade de descumprimento de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC).

Apesar de envidar esforços para evitar esse tipo de risco, sua materialização pode acarretar punições ou impactar seus resultados e, eventualmente sua reputação. Mais detalhes sobre os processos relevantes que a Companhia enfrenta podem ser encontrados nos itens 4.4 a 4.7.

Risco de crises hídricas agrícolas e industriais

A agroindústria enfrenta riscos relacionados à escassez de água e à ocorrência de crises hídricas. Esses riscos podem afetar negativamente as operações, a produtividade e a sustentabilidade das atividades agrícolas e agroindustriais. Vários critérios devem ser considerados para avaliar esses riscos e adotar medidas adequadas de mitigação.

As tendências climáticas e as mudanças no regime de chuvas também devem ser consideradas, podendo afetar os níveis dos principais reservatórios de abastecimento. A agroindústria está sujeita a eventos climáticos extremos, como secas prolongadas e chuvas intensas, que podem afetar a disponibilidade de água e a produtividade das culturas. O monitoramento e a análise das tendências climáticas são essenciais para

4.1 Descrição dos fatores de risco

antecipar e se adaptar a essas mudanças, por meio de práticas agrícolas resilientes e sistemas de captação e armazenamento de água mais eficientes.

A capacidade de captação e armazenamento de água também é um fator-chave. A Companhia deve avaliar sua infraestrutura de captação e armazenamento de água, garantindo que esteja adequada às demandas atuais e futuras. A construção de reservatórios, sistemas de captação de água da chuva e a utilização de tecnologias de armazenamento são estratégias importantes para minimizar os riscos de escassez hídrica.

Por fim, a interrupção do fornecimento de água é um risco significativo. A agroindústria deve estar preparada para lidar com situações de interrupção no fornecimento de água, seja por motivos climáticos, problemas nas infraestruturas de distribuição ou restrições regulatórias. A implementação de planos de contingência e a diversificação das fontes de água são medidas essenciais.

Riscos de passivos decorrentes de relações com terceiros

A Companhia está exposta a riscos relacionados as suas relações com terceiros, como fornecedores, clientes, parceiros comerciais e contratados. Essas relações podem dar origem a passivos, litígios e disputas legais, os quais podem impactar negativamente a reputação, os resultados financeiros e a posição competitiva da Companhia.

Um dos riscos é a possibilidade de envolvimento em litígios decorrentes de contratos firmados com terceiros. Caso a Companhia seja acionada e envolvida em processos judiciais decorrentes do não cumprimento da legislação pelos seus fornecedores, poderá sofrer punições e ter sua imagem e reputação afetadas. Inclui-se também disputas contratuais, reclamações de qualidade de produtos ou serviços, problemas de entrega, violações de propriedade intelectual ou qualquer outra questão que resulte em demandas judiciais ou arbitragens.

Apesar de a São Martinho atuar em conformidade com as leis e exigir o mesmo de seus fornecedores e contratados em geral, por meio de um sistema de gerenciamento de riscos de terceiros, não é possível garantir que seus fornecedores e terceiros contratados cumpram a legislação e poderá ser responsabilizada pelos danos causados por práticas irregulares realizadas por estes terceiros.

Riscos operacionais e de segurança na produção, armazenamento e transporte de produtos e combustíveis

A produção, armazenamento e transporte de produtos e combustíveis envolve um alto grau de risco operacional para a Companhia. A fabricação, manuseio, armazenamento e transporte de materiais inflamáveis podem resultar em acidentes fatais, danos a pessoas, propriedades, instalações e equipamentos, bem como danos ambientais.

Um acidente com alto impacto nas instalações da Companhia pode levar à interrupção das atividades e causar perdas financeiras significativas, como custos de remediação, despesas com indenização e possível responsabilização legal. Além disso, tais incidentes podem prejudicar a reputação da Companhia.

Para minimizar esses riscos, a Companhia implementa medidas de segurança rigorosas em suas operações, como o uso de equipamentos de segurança e sistemas de prevenção de acidentes e investe continuamente em sistemas de segurança e gerenciamento de risco, aprimoramento de seus protocolos de segurança, treinamentos e comunicação com funcionários, contratados e outros envolvidos em suas operações e está preparada para agir rapidamente em caso de emergências e

4.1 Descrição dos fatores de risco

incidentes, a fim de minimizar o impacto e preservar a segurança das pessoas e do meio ambiente. No entanto, não há garantia de que tais medidas serão suficientes para prevenir acidentes.

Riscos decorrentes do descumprimento de contratos

Os contratos de compra e venda de insumos, matéria-prima, energia e serviços são essenciais para as operações da Companhia, mas também apresentam riscos. Possíveis consequências de descumprimento contratual incluem: (i) interrupções de fornecimento, (ii) aumento de custos de produção, (iii) perda de vendas e oportunidades de negócios, (iv) perda da qualidade dos produtos, (v) disputas e litígios judiciais e (vi) danos à imagem e reputação.

A Companhia pode ser afetada em diversos aspectos se os contratos não forem cumpridos pelas contrapartes. Além disso, também pode ser afetada por mudanças na conjuntura econômica e política que afetem a capacidade de pagamento das contrapartes, além de flutuações nos preços das commodities e outras variáveis relevantes.

A Companhia pode mitigar esses riscos por meio de medidas de gestão de riscos, como a adoção de práticas de *due diligence* para avaliar as contrapartes, o estabelecimento de cláusulas contratuais que prevejam sanções para o não cumprimento das obrigações, e a diversificação da base de fornecedores. No entanto, é importante reconhecer que esses riscos não podem ser completamente eliminados.

Riscos advindos de potenciais conflitos de interesses

A Companhia enfrenta riscos decorrentes de potenciais conflitos de interesses que podem causar impactos adversos em seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e reputação.

Embora a Companhia tenha políticas de transações com partes relacionadas e conflito de interesses, e mantenha um alto nível de transparência com adoção de práticas de governança corporativa sólidas e bem definidas, não é possível garantir que essas políticas e práticas serão totalmente eficazes (mais informações sobre as transações com partes relacionadas podem ser encontradas no item 11. deste Formulário de Referência).

Riscos relacionados à falta de financiamento, cláusulas restritivas e risco de liquidez

A Companhia utiliza financiamentos de instituições financeiras nacionais e estrangeiras, bem como do mercado de capitais, para sustentar suas atividades.

Fatores externos, como eventos macroeconômicos, podem afetar a disponibilidade e a viabilidade desses financiamentos, dificultando a obtenção de novas captações necessárias para suas atividades. Ademais, a Companhia pode estar sujeita a cláusulas restritivas (*covenants*) em seus contratos de financiamento, que podem levar ao vencimento antecipado de suas dívidas e limitar seu acesso a novas linhas de financiamento, caso descumpridas. Essas cláusulas geralmente estão relacionadas a aspectos financeiros, como "*cross-default*" e "*negative pledge*", e podem não ser cumpridas pela Companhia, prejudicando seus negócios e resultados.

Há também o risco de liquidez, que é a possibilidade de não conseguir cumprir suas obrigações financeiras devido à falta de recursos disponíveis. Caso não consiga cumprir suas obrigações financeiras, a Companhia pode ter seu acesso a novos financiamentos limitado, o que pode impactar negativamente suas atividades, negócios e resultados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Para minimizar esses riscos, a Companhia monitora de perto suas obrigações, exposição de fluxo de caixa e mantém reservas financeiras adequadas, mesmo assim poderá ser afetada em caso de restrições sistêmicas ao crédito.

Riscos relacionados ao retorno dos investimentos devido às condições de mercado e outras variáveis

A Companhia enfrenta riscos relacionados ao retorno insatisfatório de investimentos devido às condições de mercado e mudanças nos cenários projetados.

Os estudos de viabilidade são fundamentais para embasar as decisões de investimento, pois fornecem projeções e estimativas de desempenho futuro dos projetos. Essas premissas estão sujeitas a incertezas e imprecisões, o que pode levar a resultados diferentes dos esperados.

Fatores como taxa de juros, inflação, recessão, câmbio, oferta e demanda e questões regulatórias são algumas das principais fontes de incerteza que podem impactar diretamente o retorno dos projetos.

- **regulação dos setores em que o emissor atue**

Riscos relacionados às mudanças regulatórias

A Companhia está sujeita às várias leis e regulamentações governamentais que abrangem áreas como meio ambiente, tributos, trabalhista, saúde e segurança, produção, preços, produção e distribuição de açúcar, etanol e energia, mercado de capitais e outras. Mudanças ou interpretações divergentes dessas leis pelos órgãos governamentais podem afetar as operações da São Martinho.

Os governos federal, estadual e municipal podem revisar ou propor alterações nas leis e regulamentos que regem o setor sucroenergético, o que pode prejudicar significativamente a Companhia, caso não venha a cumprir com as novas exigências, podendo estar sujeita a penalidades ou ser afetada em seus negócios em casos de intervenções na economia.

O cumprimento das regulamentações governamentais é crucial para a continuidade das atividades da Companhia, assim como é crucial que não ocorram intervenções na economia que alterem as condições normais de mercado.

Riscos decorrentes de mudanças na legislação tributária e de passivos de planejamento tributário

A Companhia está sujeita a riscos relacionados às atuações e multas fiscais decorrentes de divergências ou interpretações diferentes das autoridades fiscais em relação às práticas contábeis e tributárias adotadas. Mudanças na jurisprudência fiscal também podem impactar a interpretação e a aplicação das leis tributárias, aumentando a incerteza e o risco de atuações fiscais.

Adicionalmente, mudanças na legislação tributária e na interpretação das leis pelos tribunais podem resultar em obrigações fiscais adicionais, exigindo o pagamento de impostos, multas e juros. Essas mudanças podem ocorrer tanto em nível federal quanto estadual ou municipal, sendo necessário um acompanhamento constante.

Atualmente, a Companhia beneficia-se de incentivos fiscais relativos ao ICMS concedidos pelo Estado de Goiás, porém, esses benefícios estão sujeitos a condições específicas. A não conformidade com essas condições poderia resultar na revogação

4.1 Descrição dos fatores de risco

dos benefícios e a obrigação de pagar tributo, eventuais juros e multa. Além disso, os benefícios fiscais podem não ser renovados ou prorrogados.

É importante destacar que benefícios fiscais concedidos sem a autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) podem ser declarados inconstitucionais. Já foram propostas ações perante o Supremo Tribunal Federal contestando a constitucionalidade de certos benefícios fiscais. Portanto, a Companhia está exposta ao risco de possíveis contestações judiciais e revogação de benefícios fiscais.

A Companhia monitora de perto as alterações regulatórias, onerações e/ou desonerações e cumpre as obrigações fiscais e busca estratégias para mitigar esses riscos. No entanto, as mudanças na legislação tributária e a possibilidade de revogação ou inconstitucionalidade de benefícios fiscais representam riscos que podem ter um impacto adverso nas atividades e nos resultados da Companhia.

Riscos relacionados à segurança e privacidade de dados

A Companhia enfrenta riscos decorrentes da divulgação não autorizada de dados e do comprometimento da integridade de sua tecnologia da informação devido a falhas ou ataques cibernéticos. Além disso, a não conformidade com leis e regulamentos relacionados à privacidade, segurança e proteção de dados, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), pode gerar passivos e afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia.

A Companhia lida com a obtenção, armazenamento, processamento e uso de informações confidenciais e dados pessoais. É essencial garantir que qualquer tratamento de dados pessoais sob responsabilidade da Companhia esteja em conformidade com as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis, como a LGPD.

A proteção dos dados de clientes, funcionários e fornecedores é uma prioridade para a Companhia. A Companhia depende de terceiros para o tratamento e proteção dos dados dos usuários, como fornecedores de sistemas, softwares e ferramentas. Caso esses terceiros não cumpram as leis de proteção de dados e privacidade, a Companhia pode ser responsabilizada por danos causados aos titulares dos dados pessoais devido a tais violações.

O descumprimento das disposições da LGPD tem consequências, incluindo a possibilidade de ações judiciais individuais ou coletivas buscando reparações por violações de dados.

Falhas na proteção de dados pessoais e a não conformidade com a legislação aplicável podem resultar em multas elevadas, divulgação pública da violação, exclusão dos dados pessoais da base de dados e até suspensão das atividades da Companhia, o que prejudicaria sua reputação e resultados.

A Companhia deve adotar medidas robustas de segurança de dados, implementar controles adequados e garantir a conformidade com as leis de proteção de dados e privacidade para mitigar esses riscos e proteger a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações tratadas.

Riscos relacionados à regulação de qualidade, segurança de produtos e segurança alimentara

A Companhia está sujeita a uma ampla gama de leis e regulamentos que visam garantir a qualidade, segurança e conformidade de seus produtos. Essas regulamentações

4.1 Descrição dos fatores de risco

abrangem tanto a produção agrícola quanto a fabricação de alimentos e bebidas, e são essenciais para proteger os consumidores e garantir a conformidade com os padrões estabelecidos.

No que diz respeito à qualidade e segurança de produtos, a São Martinho deve cumprir rigorosos padrões de produção, embalagem, armazenamento e transporte. Isso envolve a adoção de medidas de controle de qualidade em todas as etapas do processo, desde a seleção da matéria-prima até a entrega final. Além disso, é necessário atender às normas de higiene, rastreabilidade e controle de contaminação para garantir a segurança dos produtos oferecidos.

No setor alimentício, a Companhia também está sujeita à regulamentações específicas de segurança alimentar. Essas regulamentações visam garantir a segurança para o consumo humano, prevenindo a ocorrência de doenças transmitidas por alimentos e assegurando a qualidade nutricional dos produtos. Medidas de controle e monitoramento são implementadas para garantir o cumprimento dessas regulamentações, incluindo testes laboratoriais, inspeções e auditorias periódicas.

O não cumprimento dessas regulamentações pode resultar em consequências adversas para a Companhia, como penalidades e danos à reputação. Portanto, a Companhia deve manter um rigoroso programa de conformidade, investindo em tecnologia, treinamento de equipe e adoção de boas práticas para garantir a conformidade contínua com as regulamentações de qualidade, segurança de produtos e segurança alimentar

Riscos do não cumprimento da regulação ambiental

O não cumprimento da regulação ambiental pode acarretar diversos riscos e impactos para a Companhia, podendo resultar em passivos, bem como prejudicar suas atividades operacionais. É fundamental que a Companhia obtenha e cumpra as licenças e autorizações ambientais e de saúde exigidas pelas autoridades para suas operações, como as licenças de instalação e operação. Essas licenças podem estabelecer condições específicas, incluindo a necessidade de investimentos em equipamentos de controle de poluição.

A legislação ambiental brasileira também impõe restrições ao acesso a financiamentos públicos no caso de violações das obrigações de proteção ambiental. O descumprimento dessas leis e regulamentos, assim como das condições impostas nas licenças e autorizações, pode resultar em penalidades e até mesmo na revogação dessas autorizações. Além disso, a Companhia deve estar em conformidade com os limites das Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais em suas áreas agricultáveis, sob o risco de sanções civis, criminais e administrativas.

A responsabilidade da Companhia em alguns casos, também se estende a danos causados por terceiros contratados. Os custos associados ao cumprimento das obrigações ambientais, bem como as punições e reparações de danos, podem ter um impacto material negativo na imagem, nos negócios e nos resultados da Companhia. A regulamentação ambiental também pode resultar em atrasos na implementação de novos projetos, devido ao tempo necessário para obter as licenças ambientais dos órgãos governamentais competentes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

- **setores da economia nos quais o emissor atue**

Riscos da volatilidade de mercado e variações de preços, taxas, câmbio e insumos na comercialização de produtos de commodities

A São Martinho é uma empresa que atua no mercado de commodities e enfrenta riscos relacionados à variação de oferta e demanda, oscilação de preços e aumento de custos, inerentes a esse mercado, o que pode impactar negativamente seus resultados. Açúcar, etanol, milho, câmbio, petróleo e energia estão sujeitos a fatores climáticos, econômicos, regulatórios e geopolíticos que tornam seus preços vulneráveis.

Os preços das *commodities* vendidas e aquelas utilizadas pela São Martinho em suas operações (insumos e matérias-primas) estão sujeitos a flutuações de mercado que podem afetar negativamente seus negócios e resultados operacionais. Vários fatores contribuem para a variação desses preços, incluindo:

- A oferta e a demanda no mercado nacional e internacional;
- Condições climáticas extremamente favoráveis ou adversas;
- Políticas governamentais de produção, comercialização, exportação e consumo desses produtos;
- Disponibilidade e custo de produtos alternativos (como gasolina para o etanol e adoçantes artificiais para o açúcar);
- Políticas governamentais, mudanças das regulamentações do setor e incentivos e subsídios nacionais e internacionais;
- Especulação em relação aos preços futuros desses produtos ou matérias-primas;
- Capacidade produtiva própria e a de concorrentes;
- Crises econômicas, inflação e recessão;
- Tarifas e restrições à importação.

Riscos relacionados a fatores biológicos, doenças e pragas nas lavouras

A São Martinho está exposta a riscos decorrentes de fatores biológicos, como doenças e pragas que podem afetar as lavouras e suas atividades. A ocorrência de doenças e pragas e pode resultar na perda parcial das plantações afetadas.

Os custos associados ao tratamento de doenças e pragas geralmente são altos. Incidentes graves de doenças ou pragas nas lavouras, podem afetar adversamente os níveis de produção, as vendas e o desempenho da Companhia.

Apesar do acompanhamento próximo, investimentos em pesquisa e desenvolvimento agrícola, parcerias estratégicas e adoção de tecnologias inovadoras para mitigar os riscos relacionados a doenças e pragas nas lavouras, não há garantia de que essas medidas sejam completamente eficazes na prevenção ou controle de doenças e pragas ao longo do tempo.

Riscos relacionados à concorrência no setor

O setor de açúcar, etanol e outros produtos agrícolas é caracterizada por uma intensa competição. A São Martinho enfrenta a concorrência de outras empresas do setor, tanto a nível nacional como internacional. Essa concorrência pode ser influenciada por diversos fatores, tais como variações na oferta e demanda global de produtos, entrada de novos concorrentes, mudanças nas preferências dos consumidores e evolução tecnológica.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A participação de mercado e a rentabilidade da Companhia podem ser afetadas por esses fatores. O planejamento estratégico da Companhia precisa estar em constante atenção às mudanças no mercado, às estratégias dos concorrentes e às preferências dos consumidores para manter sua posição competitiva. A capacidade da Companhia de competir efetivamente no setor depende de sua capacidade de inovação, eficiência operacional e qualidade dos produtos.

Avanços tecnológicos podem resultar em novos métodos de produção, melhorias na eficiência operacional e desenvolvimento de produtos inovadores. A São Martinho precisa acompanhar e adotar essas tecnologias para garantir sua vantagem competitiva e atender às demandas do mercado.

Ainda, a concorrência acirrada por matéria-prima no setor representa um risco para a São Martinho. A Companhia precisa estar preparada para enfrentar essa concorrência garantindo a fidelidade dos seus fornecedores.

- **questões ambientais**

Riscos de contaminação e dano Ambiental

A São Martinho está exposta a riscos de contaminação ambiental, decorrentes de acidentes no desempenho de suas atividades (e/ou de terceiros contratados), com produtos e eventuais problemas na emissão de particulados, os quais podem acarretar consequências negativas para suas atividades, reputação e punições.

As atividades relacionadas ao cultivo da cana-de-açúcar, o processamento industrial, o armazenamento, descarte de resíduos e transporte de combustíveis podem ser fontes de contaminações caso não sejam devidamente gerenciados. A depender do dano causado, este pode ter efeitos de longo prazo e irreversíveis e afetar extensões e ambientes variados.

A responsabilidade pela contaminação ambiental pode ser objetiva e desencadear a obrigação de reparar e/ou indenizar os danos ambientais, e responsabilidades administrativa e criminal em alguns casos, além de prejudicar a imagem e a confiança da empresa.

- **seus fornecedores**

Riscos relacionados à dependência de fornecedores de matéria-prima

Para atingir sua capacidade operacional, a São Martinho depende do fornecimento de matéria-prima, como a cana de açúcar, e de uma variedade de serviços ao longo de sua cadeia produtiva.

Cerca de 1/3 da cana processada pela Companhia é proveniente de fornecedores, enquanto 2/3 são de cana própria. Riscos associados aos fornecedores incluem perda de fornecedores de cana-de-açúcar para a concorrência, problemas de qualidade dos produtos fornecidos, aumento de preços e mudanças nas condições contratuais.

Qualquer alteração adversa nessas relações contratuais pode afetar sua margem de lucro. Além disso, a disponibilidade, qualidade e preços de outros bens e serviços essenciais, como materiais de manutenção, fertilizantes, combustíveis e defensivos agrícolas, também podem impactar adversamente as operações da Companhia.

Além da cana-de-açúcar, a Companhia passou a fabricar etanol de milho na planta industrial de Goiás, Unidade Boa Vista (UBV), a partir da safra 23/24, já iniciando as compras dessa matéria-prima na 22/23. Essa nova atividade envolve a busca por

4.1 Descrição dos fatores de risco

fornecedores confiáveis e competitivos de milho, bem como serviços especializados relacionados à produção de etanol de milho. A Companhia está sujeita a riscos associados à disponibilidade e qualidade do milho, variações no preço e competitividade do grão e eventuais problemas logísticos no abastecimento. Esses fatores podem afetar tanto a produção de etanol de milho como a performance geral. Sendo essencial garantir o estabelecimento de parcerias sólidas e estratégicas nessa nova vertente de negócio.

Riscos relacionados aos fornecedores de bens e serviços

A São Martinho mantém parcerias com diversos fornecedores de bens e serviços, tanto nacionais como estrangeiros, ao longo de sua cadeia produtiva. A disponibilidade, qualidade e preços desses bens e serviços estão sujeitos a diversos fatores, incluindo alterações macroeconômicas e na legislação tributária, que podem afetar o desempenho operacional e financeiro da Companhia, especialmente no caso de insumos e produtos essenciais para suas atividades.

Os principais bens e/ou serviços adquiridos pela Companhia incluem: (i) aquisição de materiais de manutenção, incluindo pneumáticos; (ii) aquisição de fertilizantes; (iii) aquisição de combustíveis, com destaque para o diesel e; (iv) aquisição de defensivos agrícolas.

Variações nos preços das matérias-primas fornecidas por esses fornecedores, flutuações na disponibilidade de mão-de-obra e situações extremas, como questões geopolíticas, podem impactar o fornecimento de insumos e serviços.

A negligência ou má conduta por parte dos fornecedores também pode comprometer a qualidade e a segurança da cadeia de suprimentos.

Riscos relacionados à logística de transporte e infraestrutura podem afetar a entrega dos produtos e o recebimento de insumos agroindustriais

A distribuição dos produtos da Companhia depende de um eficiente sistema de transporte, utilizando principalmente ferrovias e rodovias, com preferência pelas ferrovias. No entanto, problemas na infraestrutura desses meios de transporte representam riscos significativos para o escoamento dos produtos e o recebimento dos insumos necessários. É fundamental que os sistemas de transporte e infraestrutura operem regularmente para atender às demandas da Companhia.

Interrupções significativas no uso da infraestrutura de transporte, decorrentes de desastres naturais, incêndios, inundações, acidentes, falhas em sistemas, greves (como a greve dos caminhoneiros ocorrida em maio de 2018), bem como outros eventos imprevistos, podem impactar negativamente a capacidade de produção, distribuição e recebimento de produtos.

Qualquer alteração, problema ou interrupção significativa na rede logística utilizada pela Companhia, seus fornecedores ou prestadores de serviços pode resultar em atrasos ou falhas na entrega de produtos, afetando negativamente suas operações. Restrições impostas pelas normas de trânsito também podem ter impacto nos resultados.

- **questões sociais**

Risco de desvios de comportamentos éticos e de conformidade

A São Martinho enfrenta o risco de desvios de comportamentos éticos por parte de seus colaboradores, terceiros e stakeholders, o que pode acarretar problemas significativos para a empresa. Tais desvios podem incluir práticas fraudulentas, corrupção e

4.1 Descrição dos fatores de risco

comportamentos antiéticos, resultando em diversos impactos adversos em sua operação e reputação.

O desvio de comportamentos éticos representa uma ameaça à integridade e à imagem da empresa. A ocorrência de fraudes e atos de corrupção pode resultar em perdas substanciais e penalidades, além de danos à reputação.

Essas práticas podem abalar a confiança depositada na Companhia, afastar potenciais investidores e clientes, e até mesmo resultar em rescisão de contratos. Além disso, a exposição pública de desvios éticos pode levar a uma deterioração da reputação da empresa perante o mercado, dificultando a atração de talentos qualificados e impactando sua capacidade de competir de forma eficaz.

A ocorrência de desvios éticos também pode levar a consequências legais, com ações judiciais, investigações e possíveis sanções impostas por órgãos reguladores e autoridades governamentais. Essas medidas podem resultar em impactos financeiros significativos, além de demandar recursos e tempo da alta administração da empresa para lidar com os processos legais e reparação de danos.

Apesar de a Companhia estar vigilante, adotando medidas adequadas para prevenir, detectar e lidar com esses desvios, garantindo a manutenção de uma conduta ética em todos os níveis da organização e preservando sua reputação e resultados, o risco de desvios de comportamentos éticos trata-se de uma preocupação constante.

Riscos de Segurança e saúde ocupacional nas operações

As operações da Companhia, e do setor sucroenergético, envolvem uma série de riscos relacionados à segurança e saúde ocupacional dos colaboradores. Esses riscos podem resultar em acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e impactos negativos na produtividade e bem-estar dos funcionários, caso não sejam implementadas ferramentas que possibilitem o adequado gerenciamento e mitigação dos riscos.

A natureza das atividades agrícolas e industriais da São Martinho apresenta desafios específicos em termos de segurança e saúde. Nas atividades agrícolas, os trabalhadores manuseiam máquinas e equipamentos pesados e agentes químicos e há riscos de incêndios e de acidentes relacionados ao uso de ferramentas agrícolas.

Na etapa industrial, existem riscos de incêndio e explosão, manuseio de produtos químicos, exposição a ruídos e vibrações, além de riscos ergonômicos e de acidentes de trabalho. A falta de medidas adequadas de segurança e saúde ocupacional pode levar a acidentes e até mesmo perda de vidas.

A exposição a esses riscos também pode gerar custos significativos, incluindo despesas de reparação, médicas, indenizações trabalhistas, penalidades regulatórias e danos à imagem. A reputação da companhia pode ser prejudicada se não forem adotadas práticas adequadas de segurança e saúde, afastando potenciais investidores, parceiros comerciais e clientes.

É necessário estar constantemente atento aos desafios em evolução e às melhores práticas do setor, a fim de garantir uma abordagem abrangente e eficaz de segurança e saúde ocupacional. As ações e medidas mitigatórias a fim de diminuir a exposição ao risco da São Martinho são descritas no item 5.1.

Riscos do não cumprimento da legislação trabalhista por terceiros contratados

O não cumprimento da legislação trabalhista por terceiros contratados representa um risco para a São Martinho.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Embora a São Martinho cumpra a legislação e esteja comprometida em promover condições de trabalho dignas, respeitando os direitos trabalhistas e garantindo remuneração justa, segurança ocupacional e acesso a benefícios sociais, bem como investindo em programas de capacitação e treinamento para os trabalhadores, está sujeita a passivos trabalhistas decorrentes das suas relações com terceiros contratados.

A Companhia exige o mesmo rigor no cumprimento da legislação por seus contratados, no entanto, apesar do constante monitoramento e das obrigações contratuais, não é possível garantir completamente que estes cumpram a legislação. Situações graves decorrentes da relação com terceiros podem desencadear o rompimento do contrato e a cobrança de multas.

Riscos e impactos da atividade nas comunidades locais

A atividade sucroenergética pode impactar as comunidades locais, principalmente por conta do tráfego de caminhões nas vias utilizadas pela São Martinho, para transporte de seus produtos.

A intensificação do tráfego de caminhões pode resultar em ruídos, poluição do ar, como aumento da poeira nas estradas, e perturbações para os residentes próximos às áreas de produção e transporte.

Outro risco é o impacto direto e indireto na mão de obra e economia das comunidades locais. As operações da Companhia dependem de uma força de trabalho e fornecedores locais, e uma alteração brusca na demanda por produtos, serviços e mão-de-obra, pode afetar a economia local.

f. seus clientes

Riscos de crédito e outros riscos de contraparte de clientes

A São Martinho depende da contrapartida de seus clientes para manutenção de sua saúde financeira. A incapacidade de renovar ou manter contratos com clientes compradores de volume relevante, bem como a dificuldade em negociar novos contratos em condições equilibradas, pode impactar adversamente os negócios e resultados da Companhia.

Alguns dos maiores compradores de açúcar e de etanol respondem por parte relevante da receita bruta total. Assim, existe o risco de redução do faturamento caso esses clientes reduzam suas compras e não seja possível realocar esses volumes para outros clientes.

Além disso, a Companhia está exposta ao risco de crédito dos clientes, uma vez que possui créditos com prazos variáveis e os clientes têm diferentes níveis de solvência. Alterações negativas no risco de crédito dos clientes podem aumentar o risco de inadimplência. Caso um número significativo de clientes não cumpra suas obrigações de pagamento, seja devido a mudanças adversas no setor ou questões macroeconômicas, a condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa da Companhia podem ser afetados de maneira negativa.

- **questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição**

Riscos climáticos, incêndios e estiagem prolongada

A Companhia enfrenta riscos significativos relacionados a questões climáticas, como incêndios e estiagem prolongada e altas temperaturas, que podem ter impactos em

4.1 Descrição dos fatores de risco

suas operações. Esses riscos envolvem a possibilidade de incêndios em áreas agrícolas, representando uma ameaça tanto para as plantações quanto para as instalações e infraestrutura da Companhia.

Os incêndios em áreas agrícolas podem resultar em danos às plantações e às estruturas utilizadas na produção, além de potencialmente colocar em risco a segurança de funcionários e moradores locais. Além disso, incêndios em áreas industriais representam uma preocupação adicional, pois podem resultar em danos às instalações da Companhia, afetando negativamente suas operações e resultados.

As atividades agrícolas são altamente dependentes das condições climáticas. A ocorrência de estiagens prolongadas, geadas ou inundações pode afetar negativamente a disponibilidade de matéria-prima, como a cana-de-açúcar e milho, e também sua qualidade, comprometendo as operações da Companhia e seus resultados financeiros.

Dentro deste contexto, a Companhia também enfrenta riscos significativos relacionados à crise hídrica agroindustrial. A escassez de água e as mudanças nos padrões climáticos podem impactar diretamente as operações da São Martinho. A falta de chuvas adequadas e a redução dos recursos hídricos disponíveis podem afetar a irrigação das plantações e a disponibilidade de água para os processos industriais, comprometendo a produção de cana-de-açúcar e a produtividade industrial.

É fundamental que a São Martinho esteja preparada para lidar com esses riscos. O monitoramento constante das condições ambientais e a implementação de planos de contingência adequados são essenciais para garantir a resiliência das operações e minimizar os riscos associados a essas questões socioambientais.

- **seus acionistas, em especial os acionistas controladores**

Risco de dependência dos acionistas controladores e membros da administração para a estratégia e operações

A São Martinho é dependente dos seus acionistas controladores para a definição da estratégia de negócios, tomadas de decisão estratégicas e implementação das operações. A atuação e influência dos acionistas controladores podem afetar significativamente a direção e o desempenho da Companhia, incluindo a alocação de recursos, a política de dividendos, a realização de investimentos e a gestão de riscos. Mudanças nos interesses, objetivos ou estratégias dos acionistas controladores podem resultar em alterações significativas na gestão e na governança da Companhia, o que pode impactar os negócios e a rentabilidade.

Além disso, a saída ou substituição de acionistas controladores ou membros chave da administração pode gerar incertezas e desafios operacionais. A perda de conhecimento, experiência e conexões estratégicas dessas pessoas pode prejudicar a continuidade dos negócios, afetar a capacidade de implementar com sucesso as estratégias e iniciativas planejadas e resultar em instabilidade ou falta de liderança efetiva. A falta de continuidade na gestão e nas políticas estratégicas da Companhia pode ter impactos adversos na confiança dos investidores, nas relações com fornecedores e clientes, bem como na reputação e valor de mercado da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

- **seus administradores**

Responsabilidades legais e riscos associados aos administradores

A Companhia entende que, atualmente, não está exposta a quaisquer riscos relevantes cuja fonte primária sejam seus administradores, além dos riscos relacionados ao item acima que já foram tratados.

- **países estrangeiros onde o emissor atue**

Riscos políticos e econômicos internacionais e seus impactos nos negócios

A Companhia enfrenta diversos riscos decorrentes de fatores políticos e econômicos em outros países, os quais podem ter efeitos adversos significativos em suas atividades.

A competitividade dos produtos brasileiros nos mercados internacionais é influenciada por uma série de fatores, como o regime de importação, tributação e incentivos à produção local existente em outros países, questões logísticas, econômicas, políticas e sociais dos principais mercados para os quais seus produtos são exportados.

Neste sentido, as atividades internacionais da Companhia apresentam riscos importantes. Alterações nas leis de comércio internacional e regulamentações tributárias e outros aspectos legais podem afetar significativamente as operações e a rentabilidade da empresa. Mudanças nas condições sociais, políticas e econômicas dos países em que a Companhia atua, incluindo recessões e instabilidades, podem gerar impactos negativos em suas operações e resultados financeiros.

A volatilidade dos mercados de câmbio e as restrições à conversão de moedas também representam riscos significativos para a Companhia. Flutuações abruptas nas taxas de câmbio podem afetar a rentabilidade das exportações e a capacidade da empresa de converter os ganhos obtidos em moedas estrangeiras.

A imposição de quotas de importação e exportação e a criação de barreiras comerciais em outros países podem limitar o acesso da Companhia a esses mercados, prejudicando a expansão das exportações e dificultando a realocação dos produtos em outros mercados de forma favorável.

As sanções econômicas e comerciais impostas por diferentes países também representam um risco significativo para a Companhia. Restrições a transações ou negociações com clientes em territórios específicos, pessoas designadas e países sancionados podem ter efeitos adversos nos negócios da Companhia, afetando, inclusive, empréstimos e financiamentos.

- **suas controladas e coligadas**

Responsabilidades legais e riscos relacionados às controladas e coligadas

Não aplicável, pois os riscos relacionados às controladas operacionais da Companhia refletem fatores de risco da Companhia e estão descritos nos demais tópicos do item 4.1 deste Formulário de Referência.

- **outras questões não compreendidas nos itens anteriores**

Não aplicável.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

1. **Riscos decorrentes da falta de matéria-prima podem afetar a produção e aumentar os custos de produção, impactando negativamente a Companhia**

A produção da Companhia depende da cana-de-açúcar e do milho (este último, a partir da Safra 23/24). A cana-de-açúcar é cultivada em terras próprias ou de terceiros, na proporção aproximada de 70% e 30% respectivamente, nos estados de São Paulo e Goiás. Fatores biológicos, como pragas, doenças e fatores climáticos, como falta de chuvas e geadas, podem afetar a produtividade e o nível de sacarose dos canaviais, e, conseqüentemente, a produção e receita de vendas dos produtos açúcar, etanol e energia, podendo também implicar na perda de investimentos com plantio e tratamentos culturais e aumento dos custos de produção. Os mesmos fatores biológicos e climáticos podem afetar a matéria-prima adquirida de terceiros, podendo impactar a Companhia, uma vez que parte da cana-de-açúcar e o milho são adquiridos de fornecedores.

A São Martinho reconhece que não possui controle absoluto sobre a renovação e as condições dos contratos firmados com seus parceiros, arrendadores e fornecedores. Portanto, não é possível garantir que tais contratos sejam renovados ou mantenham as condições pactuadas inicialmente. Essa falta de garantia expõe a Companhia a potenciais riscos, especialmente no que diz respeito à disponibilidade de matéria-prima.

Caso ocorra uma redução significativa nessa disponibilidade devido a condições adversas, falta de renovação de contratos ou quebras contratuais, a produção pode ser afetada negativamente podendo resultar em queda na produtividade e/ou aumento nos custos, prejudicando os resultados da Companhia.

Ainda, a aquisição de cana-de-açúcar e milho em áreas mais afastadas também pode ter impactos negativos. O transporte da matéria-prima de áreas distantes pode acarretar custos logísticos adicionais, elevando os custos totais de aquisição da cana-de-açúcar e milho.

2. **Riscos de variações de preços, taxas, câmbio e insumos na comercialização de produtos de commodities**

A São Martinho é uma empresa que atua no mercado de commodities e enfrenta riscos relacionados à variação de oferta e demanda, oscilação de preços e aumento de custos, inerentes a esse mercado, o que pode impactar negativamente seus resultados. Açúcar, etanol, milho, câmbio, petróleo e energia estão sujeitos a fatores climáticos, econômicos, regulatórios e geopolíticos que tornam seus preços vulneráveis.

Os preços das *commodities* vendidas e aquelas utilizadas pela São Martinho em suas operações (insumos e matérias-primas) estão sujeitos a flutuações que podem afetar negativamente seus negócios e resultados operacionais. Vários fatores contribuem para a variação desses preços, incluindo:

- A oferta e a demanda no mercado nacional e internacional;
- Condições climáticas extremamente favoráveis ou adversas;
- Políticas governamentais de produção, comercialização, exportação e consumo desses produtos;
- Disponibilidade e custo de produtos alternativos (como gasolina para o etanol e adoçantes artificiais para o açúcar);
- Políticas governamentais, mudanças das regulamentações do setor e incentivos e subsídios nacionais e internacionais;
- Especulação em relação aos preços futuros desses produtos ou matérias-primas;
- Capacidade produtiva própria e a de concorrentes;

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

- Crises econômicas, inflação e recessão;
- Tarifas e restrições à importação.

3. **Riscos relacionados às mudanças regulatórias podem impactar o mercado de atuação, receitas e custos**

A Companhia está sujeita a diversas leis federais, estaduais e municipais e ampla regulamentação governamental, as quais se referem a matérias ambientais, tributárias, trabalhistas, societárias, regulatórias, de saúde e segurança, de produção, preços e distribuição e comercialização de açúcar, etanol e energia, de mercado de capitais, dentre outras. Eventuais mudanças ou divergências de interpretações de referido arcabouço legal pelas autoridades pode impactar as operações da Companhia.

Os órgãos de governo Federal, Estadual e Municipal poderão rever a regulamentação que rege o setor sucroenergético, impondo novas obrigações ou intervindo na economia e a Companhia pode ser significativamente prejudicada por qualquer destas alterações.

Além de possíveis impactos na receita e custos, devido a intervenções do governo na economia (por exemplo, nos preços de combustíveis), o não cumprir de novas exigências regulatórias poderão impactar em punições e restrições às operações.

O cumprimento das regulamentações governamentais é crucial para a continuidade das atividades da Companhia, e qualquer descumprimento ou mudança nas regulamentações pode ter efeitos adversos em suas operações, situação financeira e resultados operacionais.

4. **Riscos relacionados à segurança cibernética e falhas nos sistemas de tecnologia da informação**

Os riscos relacionados à segurança cibernética e falhas nos sistemas de tecnologia da informação são uma preocupação constante para a São Martinho e para todas as outras empresas, já que a dependência desses sistemas é cada vez maior para a condução das operações.

A falta de segurança dos sistemas de tecnologia da informação pode causar exposição a invasões ou ataques, o que pode levar a problemas operacionais, legais e impactos financeiros e reputacionais. Por mais que sejam implementadas medidas de proteção, as tecnologias estão em constante evolução e atualização, o que pode trazer novos riscos.

Por outro lado, a utilização de softwares e equipamentos obsoletos pode tornar os sistemas mais vulneráveis a ataques e invasões. A crescente utilização de dispositivos móveis e outras tecnologias que permitem o acesso remoto aos sistemas da empresa também representam risco, decorrentes da possibilidade de acessos não autorizados ou vazamentos de informações sensíveis.

Por mais que sejam adotadas medidas de segurança adequadas para proteger seus sistemas de tecnologia da informação, planos de contingência e recuperação em caso de falhas ou interrupções significativas nos sistemas de tecnologia da informação, como a implementação de firewalls, antivírus e outras soluções de segurança digital e treinamentos regulares para conscientização dos funcionários sobre as boas práticas de segurança digital, as ameaças também estão em constante evolução.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

5. Riscos associados à indisponibilidade de “pessoas chave” e dificuldade em atrair e reter talentos

A atração e retenção de profissionais altamente qualificados são desafios significativos para a Companhia, pois a perda de membros-chave da alta administração pode impactar negativamente suas operações e desempenho. Esses indivíduos desempenham um papel crucial no crescimento e sucesso da Companhia, devido ao seu amplo conhecimento do negócio.

A dificuldade em substituir esses profissionais com a mesma qualificação pode resultar em lacunas de competências e conhecimentos, prejudicando a continuidade e eficiência das atividades da Companhia.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Taxa de Câmbio

Descrição Qualitativa

A São Martinho depende significativamente do mercado externo para uma parte relevante de suas receitas, com aproximadamente 86% da produção de açúcar e 38% do etanol destinados à exportação, considerando a receita líquida da safra 22/23. Essas receitas estão atreladas à moeda americana, o dólar dos Estados Unidos. Além disso, parte do passivo da empresa, incluindo amortização/juros de dívidas e pagamentos a fornecedores, está vinculada a moedas estrangeiras, predominantemente o dólar americano.

A taxa de câmbio entre o Real brasileiro (BRL) e o Dólar americano (USD) desempenha um papel crucial na rentabilidade da Companhia. A volatilidade dessa taxa de câmbio tem um impacto direto nos resultados financeiros da empresa. Flutuações adversas no câmbio podem afetar negativamente a conversão de receitas em moeda estrangeira para a moeda local, afetando a rentabilidade e a margem de lucro da São Martinho.

Dessa forma, a empresa está exposta ao risco cambial, que pode surgir devido a oscilações na taxa de câmbio entre o Real brasileiro e o Dólar americano. Para gerenciar esse risco, a São Martinho adota estratégias de hedge, como contratos futuros ou opções de câmbio, para proteger-se contra movimentos desfavoráveis da taxa de câmbio e minimizar a volatilidade nos resultados financeiros.

Descrição Quantitativa

A volatilidade diária anualizada da moeda americana (USD/BRL Ptax) nas últimas duas safras foi a seguinte:

Volatilidade USD:

Últimas duas safras	Safra 21/22	Safra 22/23
Volatilidade	14%	16%

Fonte: Bloomberg

Conforme as notas explicativas, item 23.1, das demonstrações financeiras de 31/03/2023, é apresentada uma análise de sensibilidade para avaliar os possíveis efeitos da volatilidade cambial em algumas contas importantes, como caixa e equivalente de caixa, contas a receber de clientes e empréstimos financeiros. É importante ressaltar que essa exposição não leva em consideração os instrumentos utilizados para hedge accounting.

Os ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras considerando taxas de câmbio específicas, sendo R\$ 5,0798 por US\$1,00 para os ativos e R\$ 5,0804 por US\$1,00 para os passivos.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos potenciais da queda e alta na taxa de câmbio sobre essas contas, levando em consideração as taxas de câmbio mencionadas acima. Essa análise ajuda a compreender como a volatilidade cambial pode afetar os resultados financeiros da empresa.

Vale destacar que os valores apresentados na análise de sensibilidade são apenas estimativas e estão sujeitos a mudanças, uma vez que as taxas de câmbio podem variar ao longo do tempo. A São Martinho adota uma postura de monitoramento contínuo

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

das flutuações cambiais e, quando apropriado, implementa estratégias de gestão de riscos cambiais.

Análise de Sensibilidade dos Riscos de Mercado:

Consolidado	Fator de risco	Impactos no resultado		
		Cenários prováveis 5%	Cenários possíveis 25%	Cenários possíveis 50%
Caixa e equivalentes de caixa	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(17.918)	(89.591)	(179.181)
Contas a receber de clientes	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(13.384)	(66.920)	(133.840)
Empréstimos e financiamentos	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(484)	(2.418)	(4.836)
Instrumentos financeiros derivativos				
Contratos a termo de moeda	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(329)	(1.646)	(3.292)
Preço futuro (açúcar e etanol)	Alta no preço futuro de commodities	(314)	(1.569)	(3.139)
Contratos de swap	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$ e alta na curva de juros	(3.294)	(8.319)	(16.918)
Exposição líquida		(35.723)	(170.463)	(341.206)

Fonte: <https://ri.saomartinho.com.br/Download.aspx?Arquivo=fyvt7N1r7HpMWe4lrOPHCQ==>

Preço do Açúcar e do Etanol

Descrição Qualitativa

A Companhia está exposta a variações nos preços do açúcar e do etanol, sendo a maior exposição relacionada aos preços internacionais do açúcar. Esses preços são influenciados por fatores externos que podem impactar os mercados desses produtos.

Para mitigar o risco de variação de preços, a Companhia adota estratégias de proteção e utiliza instrumentos financeiros para fins de hedge. As políticas e diretrizes relacionadas à proteção contra esse risco, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos, são formalizadas em documentos internos.

As áreas responsáveis por acompanhar e implementar essas estratégias são a área Comercial, Financeira e de Gestão de Riscos. Essas áreas trabalham em conjunto para monitorar os movimentos de preços, avaliar os riscos e tomar as medidas adequadas para proteger a Companhia contra as variações desfavoráveis nos preços do açúcar e do etanol.

Essas práticas visam garantir a estabilidade financeira da São Martinho, reduzir a exposição a riscos de mercado e contribuir para a sustentabilidade dos resultados da empresa.

Descrição Quantitativa

O quadro abaixo demonstra a volatilidade diária anualizada dos preços de açúcar nas últimas duas safras e posição com hedge em 31/03/2023.

Volatilidade Açúcar:

Últimas duas safras	Safra 21/22	Safra 22/23
Volatilidade	26%	24%

Fonte: Bloomberg

A São Martinho adotou a metodologia de contabilidade de hedge (hedge accounting) para registrar uma parte dos seus instrumentos financeiros. Foram selecionados os seguintes instrumentos para essa finalidade: (a) derivativos relacionados ao açúcar, etanol e moeda estrangeira, especialmente o dólar americano; (b) dívidas em moeda estrangeira (dólar americano) utilizadas como proteção das vendas das safras de

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

2022/2023 a 2024/2025, classificadas como hedge de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras).

Para aplicar o hedge accounting, a Companhia conduziu testes tanto prospectivos como retrospectivos para avaliar a eficácia dos efeitos das variações de preços sobre o valor das vendas futuras. No caso específico do hedge de açúcar, os derivativos foram designados para mitigar os impactos da variação dos fluxos de caixa provenientes das vendas futuras de açúcar. A seguir, é apresentado os volumes dos hedges de açúcar realizados durante a última safra:

Hedge:

	Volume de Hedge Açúcar (tons)	Preço Médio (USD c/p)	Preço Médio (R\$/ton)
Safra 23/24	712.760	19,32	
	498.284	19,32	2.391
	214.476	19,32	em aberto

Fonte: <https://ri.saomartinho.com.br/Download.aspx?Arquivo=Sbnr/siZxvZZxH3lI5Wztw==>

A compra de milho da safra 23/24 foi realizada visando garantir o abastecimento da matéria-prima para a produção de etanol e outros derivados, além de buscar melhores condições de preço e qualidade do produto. A São Martinho tem um compromisso constante com a excelência em sua gestão de suprimentos e busca as melhores oportunidades de negociação no mercado. A seguir, é apresentado os volumes de compra de milho realizados durante a última safra:

	Compra de Milho (tons)	Preço Bruto (R\$/Sc)	Preço Líquido (R\$/Sc)
Safra 23/24	453.651	83,30	74,30

Fonte: <https://ri.saomartinho.com.br/Download.aspx?Arquivo=Sbnr/siZxvZZxH3lI5Wztw==>

Taxa de Juros

A São Martinho, consciente da importância do gerenciamento de suas obrigações financeiras, tem em seu portfólio empréstimos e financiamentos que estão sujeitos a diferentes modalidades de taxa de juros, sejam elas pré-fixadas ou pós-fixadas. Além disso, a Companhia mantém aplicações financeiras que também estão sujeitas a essas mesmas variações de taxas. Nesse contexto, a empresa está exposta a flutuações nas taxas de juros internas e externas, o que pode impactar diretamente seu custo de capital de terceiros.

Para minimizar os riscos associados a essas flutuações, a São Martinho S/A adota estratégias de gerenciamento de risco, incluindo a utilização de instrumentos financeiros, como swaps, que visam mitigar os efeitos adversos das variações nas taxas de juros. Essas práticas visam garantir uma gestão eficiente de suas obrigações financeiras, protegendo a empresa de possíveis impactos negativos decorrentes de alterações nas taxas de juros.

Em relação ao endividamento líquido da companhia, destacamos que, em 31/03/2023, esse valor totalizava R\$ 3,67 bilhões, sendo que 84% correspondem a obrigações em moeda local e 16% em moeda estrangeira. A São Martinho S/A adota uma abordagem

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

transparente e em conformidade com as normas contábeis ao reconhecer seus empréstimos e financiamentos pelo valor justo, deduzindo os custos incorridos na transação. Essas obrigações são apresentadas nas demonstrações financeiras de acordo com seus respectivos vencimentos, refletindo o valor amortizado ao longo do tempo.

Empréstimos e Financiamentos:

Modalidade	Encargos anuais vigentes		Controladora		Consolidado	
	Taxa	Indexador	2023	2022	2023	2022
Em moeda nacional						
Linhas do BNDES	1,8%	+TJLP	105.197	123.886	105.197	123.886
Linhas do BNDES	3,5%	+IPCA	815.861	534.084	855.411	554.118
Linhas do BNDES (ii)	6,2%	PRÉ	164.777	177.352	164.777	177.352
FINEP	4,0%	PRÉ	23.641	43.905	23.641	43.905
Crédito Rural (iii)	8,0%	PRÉ	431.641	307.986	431.641	307.986
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	98,5%	CDI	929.719	1.160.354	929.719	1.160.354
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (iv)	4,9%	+IPCA	551.500	526.839	551.500	526.839
Debêntures (v)	6,0%	+IPCA	2.197.001	1.596.996	2.197.001	1.596.996
International Finance Corporation (IFC)	1,5%	+CDI	312.571	306.672	312.571	306.672
Outros créditos securitizados	3,0%	+IGP-M/PRÉ	29	31	29	31
Total em moeda nacional	102,4%	CDI	5.531.937	4.778.105	5.571.487	4.798.139
Em moeda estrangeira						
Pré Pagamento de Exportação (PPE) (vi)	1,7%	Libor 6M	433.951	402.323	433.951	402.323
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	1,6%	Sofr 6M	156.139	190.395	156.139	190.395
International Finance Corporation (IFC) (vii)	1,5%	Libor 6M	462.306	493.455	462.306	493.455
FINEM	2,5%	Cesta Moedas	-	4.037	-	4.037
Total em moeda estrangeira	5,5%		1.052.396	1.090.210	1.052.396	1.090.210
Total (i)			6.584.333	5.868.315	6.623.883	5.888.349
Saldo no passivo circulante			1.028.224	581.507	1.028.509	581.515
Saldo no passivo não circulante			5.556.109	5.286.808	5.595.374	5.306.834
			6.584.333	5.868.315	6.623.883	5.888.349

Fonte: <https://ri.saomartinho.com.br/Download.aspx?Arquivo=fyvt7N1r7HpMWe4lrOPHcQ==>

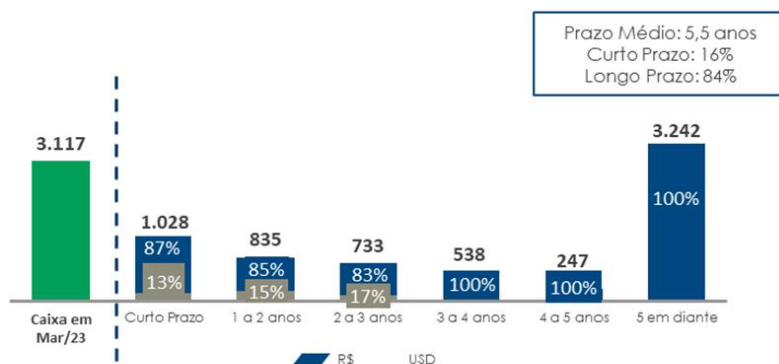
Com relação à tabela de Empréstimos e Financiamentos:

- Os custos totais das dívidas em moeda nacional e estrangeira levaram em consideração a duração das carteiras e as curvas DI (Depósito Interbancário) e Libor presentes na demonstração financeira atual.
- No caso do montante de empréstimo das Linhas do BNDES Pré-fixado, 66% desse valor está indexado 53,5% à taxa DI por meio de um contrato de SWAP.
- Todo o montante de empréstimo do Crédito Rural está indexado a 72,95% da taxa DI por meio de um contrato de SWAP.
- O montante total do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) atrelado ao IPCA+ está indexado a 117,8% da taxa DI por meio de um contrato de SWAP.
- No caso das Debêntures, 25% do montante está indexado à taxa DI acrescida de 1,1% ao ano, 23% está indexado à taxa DI acrescida de 1,4% ao ano e 52% está indexado a 108,2% da taxa DI, por meio de contratos de SWAP.
- A totalidade do montante de empréstimo do Pré Pagamento de Exportação (PPE), vinculado à LIBOR+, está indexada à taxa DI acrescida de 1,1% ao ano por meio de um contrato de SWAP.
- Metade do montante do empréstimo com o International Finance Corporation (IFC) está indexado à taxa DI acrescida de 1,15% ao ano, enquanto a outra metade está indexada a uma taxa pré-fixada de 5,0%, por meio de contratos de SWAP.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

O gráfico abaixo representa o cronograma de amortização da dívida referente às informações das demonstrações financeiras de 31/03/2023 considerando BIO e SMSA menos a recompra do CRA:

Cronograma de Amortização da Dívida R\$ - Milhões



Fonte: <https://ri.saomartinho.com.br/Download.aspx?Arquivo=Sbnr/siZxvZZxH3lI5Wztw==>

A Companhia realiza análise de sensibilidade das variações em curvas de juros de seus empréstimos e financiamentos considerando os efeitos de um aumento ou uma diminuição de 5bps, 25bps e 50bps.

Consolidado		Cenários prováveis		Cenários possíveis	
		Taxa/preço médios	Impacto no resultado contábil e fluxo de caixa	Impacto com variação de 25%	Impacto com variação de 50%
Varição na moeda estrangeira	(a)	5%	(329)	(1.646)	(3.292)
Varição no preço dos produtos vendidos	(b)	5%	(314)	(1.569)	(3.139)
Varição na curva de juros	(c)	10 bps	3.294	8.319	16.918

Fonte: <https://ri.saomartinho.com.br/Download.aspx?Arquivo=fyvt7N1r7HpMWe4lrOPHcQ==>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 13856.000971/2007-15 - tributário	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	27/12/2007
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 36.546.218,10 R\$ 548.193,27 (valor provisionado referente aos honorários de êxito)
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para exigência de Contribuição Previdenciária incidente sobre as receitas de exportações realizadas via Coopersucar nos períodos de 05/2002 a 12/2003. Em 18/01/2008 foi protocolada impugnação, julgada parcialmente procedente, com o cancelamento de parte da exigência decaída. Na DRJ houve a manutenção da responsabilidade solidária e dos lançamentos não decaídos. Em 05/2009, as devedoras solidárias e a São Martinho apresentaram recurso voluntário ao CARF. Em 29/07/2021, o processo foi incluído para julgamento do CARF. Em 09/09/2021 CARF negou provimento ao Recurso Voluntário. Em 27/06/2022, proferido despacho pela RFB, suspendendo a exigibilidade do Debcad 37.255.468-7 enquanto aguarda julgamento do Leading case RE 816.830/SC.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª instância: Impugnação parcialmente procedente, com o cancelamento de parte da exigência decaída 2ª instância: negou provimento ao Recurso Voluntário interposto pela companhia.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do Leading case RE 816.830/SC.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Matéria e valor envolvido
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Mensalmente a chance de perda é revisada. Caso haja uma alteração, a companhia poderá provisionar os valores.

Processo nº 15956.000.508/2010-76 - tributário	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	28/09/2010
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 39.225.059,75 R\$ 1.064.044,72 (valor provisionado referente aos honorários de êxito)
f. principais fatos	Auto de infração lavrado para exigência de Contribuição Previdenciária sobre as receitas de exportações realizadas via Coopersucar, além da venda, no mercado interno, de bens e insumos diversos, no período de 01/2006 a 12/2008.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>Parte dos débitos foram incluídos em parcelamento. A discussão continuou para às exigências vinculadas às exportações. Em 10/2010, protocolo da impugnação. Em 13/04/2011, a impugnação foi parcialmente conhecida para afastar a multa e os encargos de mora incidentes sobre as operações de exportação, mantido os lançamentos remanescentes em razão da concomitância com mandado de segurança nº 2005.61.02.007918-6 que aguarda julgamento do RE 816.830 que discute a constitucionalidade do SENAR sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural. Em 20/04/2015, Recurso Voluntário da companhia ao CARF. Em 22/06/2017 acordo de recurso voluntario, mantendo a decisão da impugnação em razão da concomitância da discussão judicial. Em 23/08/2021, encerrada a discussão administrativa e mantida a cobrança para companhia em razão da concomitância de discussão judicial no mandado de segurança 2005.61.02.007918-6. Em 26/11/2021, protocolado Mandado de Segurança nº 5008722-08.2021.4.03.6102 com objetivo de afastar a cobrança do crédito tributário reconhecido pelo CARF no acórdão 2401-005.899. Em 02/12/2021, deferida medida liminar para suspender a exigibilidade dos créditos tributários objeto acórdão nº 2401-005.899. Em 17/02/2022 o processo administrativo com exigibilidade suspensa e mandado de segurança aguardando julgamento em 1ª instância judicial. Em 27/06/2022, proferido despacho pela RFB, suspendendo a exigibilidade do Debcad nº 37.255.468-7 enquanto aguarda julgamento do Leading case RE 816.830/SC.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>1ª instância: Impugnação parcialmente provida afastando a multa e os encargos de mora sobre as operações de exportação, mantida a responsabilidade solidária e lançamentos relativos à incidência de Contribuição Previdenciária sobre as receitas de exportação.</p> <p>2ª instância administrativa: Recurso Voluntário improcedente, houve a manutenção do débito, em razão da discussão no mandado de segurança nº 2005.61.02.007918-6</p>
h. estágio do processo	Aguarda julgamento do Mandado de Segurança
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Matéria e valor
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Mensalmente a chance de perda é revisada. Caso haja uma alteração, a companhia poderá provisionar os valores.

Processo nº 15956.000551/2010-31 - tributário	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	13/10/2010
d. partes no processo	Receita Federal, São Martinho e Solidárias
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 24.631.137,58 R\$ 492.622,75 (valor provisionado referente aos honorários de êxito)
f. principais fatos	Auto de Infração para a cobrança de contribuições previdenciárias incidentes sobre as receitas de exportações realizadas via Coopersucar, receitas decorrentes da comercialização da produção realizada no mercado interno,

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	bem como contribuições previdenciárias decorrentes de remuneração indireta a dirigentes, de 04/2006 a 12/2008. Em 12/11/2010, foram protocoladas impugnações pela autuada e solidárias. Em 28/03/2016, após indeferimento integral das impugnações, as solidárias e a companhia apresentaram recurso voluntário ao CARF.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª instância: Indeferimento integral da impugnação.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 2ª instância
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Matéria e valor
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Mensalmente a chance de perda é revisada. Caso haja uma alteração, a companhia poderá provisionar os valores.

Processo nº 15956.720198/2011-91 - tributário	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	13/12/2011
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 75.071.294,50 R\$ 1.126.069,42 (valor provisionado referente aos honorários de êxito)
f. principais fatos	Auto de Infração cobrando IRPJ e CSLL que seriam devidos em razão da exclusão indevida da depreciação acelerada incentivada de atividade rural da base de cálculo no ano calendário de 2007. Em 12/01/2012 protocolada impugnação. Em 29/05/2013 após indeferimento da impugnação, foi protocolado Recurso Voluntário. Em 03/06/2014, após sustentação oral, o processo foi baixado para diligência com o objetivo de verificar: (i) os valores relativos ao PESA; (ii) a depreciação das máquinas e; (iii) a postergação do pagamento. Em 08/06/2016 foi realizada nova sustentação oral, tendo sido convertido novamente em diligência, para manifestação do Fiscal sobre a postergação do pagamento nos anos de 2008, 2009 e 2010. Em 08/09/2017, foi publicado Acórdão dando provimento ao Recurso Voluntário da Companhia. Após recurso fazendário, em 17/01/2019 foi proferida decisão desfavorável à companhia para, não aplicar o benefício da depreciação acelerada incentivada nas despesas inerentes à lavoura de cana-de-açúcar. Em 15/10/2019 foi determinado o cancelamento do lançamento. Em 20/11/2019, foi interposto Recurso Especial pela Fazenda. Em 17/03/2020, a companhia apresentou contrarrazões ao recurso fazendário. Em 11.08.2022, processo distribuído ao Conselheiro Fernando Brasil de Oliveira Pinto.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª Instância: Impugnação indeferida, manutenção do auto de infração. 2ª Instância: Decisão favorável à companhia. Cancelamento integral do Auto de infração.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do Recurso especial da União Federal
i. chance de perda	Possível

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Matéria e valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Mensalmente a chance de perda é revisada. Caso haja uma alteração, a companhia poderá provisionar os valores.

Processo nº 15956.720.233/2013-33 - tributário	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	23/12/2013
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 108.393.868,25 R\$ 1.625.908,02 (valor provisionado referente aos honorários de êxito)
f. principais fatos	Auto de Infração cobrando IRPJ e CSLL que seriam devidos em razão da exclusão indevida da depreciação acelerada incentivada de atividade rural da base de cálculo no ano calendário de 2009. Em 20/01/2013 foi protocolada Impugnação. Em 24/05/2016 após indeferimento da impugnação, foi protocolado Recurso Voluntário. Em 24/01/2018, foi dado integral provimento ao Recurso Voluntário da companhia. Em 27/02/2018 a Fazenda interpôs Recurso Especial. Em 14/05/2018, a companhia apresentou contrarrazões ao recurso fazendário. Em 17/01/2019 Recurso Especial fazendário foi provido, para não aplicar o benefício da depreciação acelerada incentivada nas despesas inerentes à lavoura de cana-de-açúcar. Em 12/04/2019, a companhia foi intimada e os autos retornaram a origem para diligência da DRJ. Em 02/10/2019 durante diligência a companhia apresentou documentos inerente às adições realizadas pela companhia de 2010 até 2019 referentes às despesas incorridas com a lavoura canavieira em 2009. Em 13.12.2022, a 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF, por unanimidade, deu provimento ao Recurso Voluntário interposto pela companhia, reconhecendo a ocorrência da postergação do pagamento (confirmada na diligência realizada) e cancelando integralmente o débito.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª Instância: Indeferimento da impugnação e manutenção do auto de infração. 2ª Instância: Decisão para cancelamento integral do auto de infração.
h. estágio do processo	Aguardando Recurso da União quanto à decisão do CARF.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Matéria e valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Mensalmente a chance de perda é revisada. Caso haja uma alteração, a companhia poderá provisionar os valores.

Processo nº 15956-720.292/2014-92 - tributário	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa

4.4 Processos não sigilosos relevantes

c. data de instauração	27/10/2014
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 9.865.283,54 R\$ 264.132,00 (valor provisionado referente aos honorários de êxito)
f. principais fatos	Auto de Infração para cobrança de IRPJ e CSLL recolhidos a menor em razão de redução indevida do lucro real causada por postergação de receitas no ano calendário 2011, sob o fundamento de que não teria sido observado o regime de competência na contabilização e tributação das receitas decorrentes das operações de vendas para entrega futura. Em 08/01/2015, foi protocolada Impugnação. Em 06/10/2020, indeferimento da impugnação. Em 04/11/2020 foi protocolado Recurso Voluntário.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª Instância (RFB): Indeferimento da Impugnação, manutenção integral do auto de infração.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 2ª instância
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Matéria e valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Mensalmente a chance de perda é revisada. Caso haja uma alteração, a companhia poderá provisionar os valores.

Processo nº 10840-901.113/2016-61 - tributário

a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	31/10/2016
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 11.212.171,91
f. principais fatos	Despacho decisório em 17/10/2016 glosando créditos de COFINS referente ao 3º trimestre de 2012, apropriados sobre: (i) aquisições de insumos e encargos de depreciação de bens incorporados ao ativo imobilizado utilizados na fase agrícola do processo de produção (cultivo da cana-de-açúcar); (ii) despesas com o arrendamento de terras agrícolas, (iii) amortização de plantio, (iv) insumos relacionados à venda de cana formada em razão de expressa vedação. Em 14/11/2016 protocolo de Manifestação de inconformidade sustentando a legitimidade dos créditos tendo em vista que se relacionam com insumos utilizados pela Companhia. Em 13/03/2018 protocolo informando o julgamento do REsp 1.221.170/PR, no qual restou decidido a possibilidade de créditos de PIS/COFINS com base no critério da essencialidade e relevância.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 1ª instância
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Matéria e valor envolvido
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Mensalmente a chance de perda é revisada. Caso haja uma alteração, a companhia poderá provisionar os valores.

Processo nº 10840-900.998/2016-81 - tributário	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	31/10/2016
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 9.413.593,02
f. principais fatos	Despacho decisório em 17/10/2016 glosando créditos de COFINS referente ao 3º trimestre de 2012, apropriados sobre: (i) aquisições de insumos e encargos de depreciação de bens incorporados ao ativo imobilizado utilizados na fase agrícola do processo de produção (cultivo da cana-de-açúcar); (ii) despesas com o arrendamento de terras agrícolas, (iii) amortização de plantio, (iv) insumos relacionados à venda de cana formada em razão de expressa vedação. Em 14/11/2016 protocolo de Manifestação de inconformidade sustentando a legitimidade dos créditos tendo em vista que se relacionam com insumos utilizados pela Companhia. Em 13/03/2018 protocolo informando o julgamento do REsp 1.221.170/PR, no qual restou decidido a possibilidade de créditos de PIS/COFINS com base no critério da essencialidade e relevância.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 1ª instância
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Matéria e valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Mensalmente a chance de perda é revisada. Caso haja uma alteração, a companhia poderá provisionar os valores.

Processo nº 10840.901109/2016-01 - tributário	
a. juízo	Receita Federal

4.4 Processos não sigilosos relevantes

b. instância	Administrativa
c. data de instauração	04/09/2017
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 6.953.693,13
f. principais fatos	Despacho decisório em 17/10/2016 glosando créditos de COFINS referente ao 3º trimestre de 2012, apropriados sobre: (i) aquisições de insumos e encargos de depreciação de bens incorporados ao ativo imobilizado utilizados na fase agrícola do processo de produção (cultivo da cana-de-açúcar); (ii) despesas com o arrendamento de terras agrícolas, (iii) amortização de plantio, (iv) insumos relacionados à venda de cana formada em razão de expressa vedação. Em 14/11/2016 protocolo de Manifestação de inconformidade sustentando a legitimidade dos créditos tendo em vista que se relacionam com insumos utilizados pela Companhia. Em 13/03/2018 protocolo informando o julgamento do REsp 1.221.170/PR, no qual restou decidido a possibilidade de créditos de PIS/COFINS com base no critério da essencialidade e relevância.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 1ª instância
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Matéria e valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Mensalmente a chance de perda é revisada. Caso haja uma alteração, a companhia poderá provisionar os valores.

Processo nº 10840.900621/2017-11 - tributário	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	04/09/2017
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 6.949.215,91
f. principais fatos	Despacho decisório em 17/10/2016 glosando créditos de COFINS referente ao 3º trimestre de 2012, apropriados sobre: (i) aquisições de insumos e encargos de depreciação de bens incorporados ao ativo imobilizado utilizados na fase agrícola do processo de produção (cultivo da cana-de-açúcar); (ii) despesas com o arrendamento de terras agrícolas, (iii) amortização de plantio, (iv) insumos relacionados à venda de cana formada em razão de expressa vedação. Em 14/11/2016 protocolo de Manifestação de inconformidade sustentando a legitimidade dos créditos tendo em vista que se relacionam com insumos utilizados pela Companhia. Em 13/03/2018 protocolo informando o julgamento do REsp 1.221.170/PR, no qual restou decidido a possibilidade de créditos de PIS/COFINS com base no critério da essencialidade e relevância.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 1ª instância
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Matéria e valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Mensalmente a chance de perda é revisada. Caso haja uma alteração, a companhia poderá provisionar os valores.

Processo nº 10840.900615/2017-56 - tributário	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	04/09/2017
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 6.345.663,94
f. principais fatos	Despacho decisório em 17/10/2016 glosando créditos de COFINS referente ao 3º trimestre de 2012, apropriados sobre: (i) aquisições de insumos e encargos de depreciação de bens incorporados ao ativo imobilizado utilizados na fase agrícola do processo de produção (cultivo da cana-de-açúcar); (ii) despesas com o arrendamento de terras agrícolas, (iii) amortização de plantio, (iv) insumos relacionados à venda de cana formada em razão de expressa vedação. Em 14/11/2016 protocolo de Manifestação de inconformidade sustentando a legitimidade dos créditos tendo em vista que se relacionam com insumos utilizados pela Companhia. Em 13/03/2018 protocolo informando o julgamento do REsp 1.221.170/PR, no qual restou decidido a possibilidade de créditos de PIS/COFINS com base no critério da essencialidade e relevância.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 1ª instância.
i. chance de perda	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Matéria e valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Mensalmente a chance de perda é revisada. Caso haja uma alteração, a companhia poderá provisionar os valores.

Processo nº 13888.721825/2019-93 - tributário	
a. juízo	Receita Federal

4.4 Processos não sigilosos relevantes

b. instância	Administrativa
c. data de instauração	20/05/2019
d. partes no processo	Receita Federal do Brasil e São Martinho Terras Imobiliárias
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 6.330.249,14
f. principais fatos	Trata-se de exigência do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR relativo ao exercício 2016. Em 20/05/2019, companhia foi intimada do lançamento fiscal. Em 18/06/2019, protocolo de impugnação administrativa.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 1ª instância administrativa
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Mensalmente a chance de perda é revisada. Caso haja uma alteração, a companhia poderá provisionar os valores.

Processo nº 13888.721824/2019-49 - tributário	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	20/05/2019
d. partes no processo	Receita Federal do Brasil e São Martinho Terras Imobiliárias
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 5.758.376,07
f. principais fatos	Trata-se de exigência do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR relativo ao exercício 2016. Em 20/05/2019, companhia foi intimada do lançamento fiscal. Em 18/06/2019, protocolo de impugnação administrativa.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 1ª instância administrativa
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Mensalmente a chance de perda é revisada. Caso haja uma alteração, a companhia poderá provisionar os valores.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 16561.720111/2019-39 - tributário	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	03/09/2020
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 6.515.784,14
f. principais fatos	Auto de Infração que pretende exigir valores supostamente devidos a título de IRPJ/CSLL, relativos aos anos-calendários de 2014 a 2016, decorrentes de dedução indevida de despesas de amortização fiscal de ágio, onde a companhia figura como responsável solidária (art. 124, I do CTN) e a Raízen Energia S.A. como contribuinte principal. Em 13/01/2020 foi apresentada impugnação. Em 19/08/2020 foi proferida decisão de 1ª instância administrativa negando provimento à impugnação. Aguardando julgamento do Recurso Voluntário protocolado em 29/09/2020.
g. resumo das decisões de mérito	1ª instância: manteve a lavratura do auto de infração e a responsabilização solidária da São Martinho em função de "interesse comum" previsto no artigo 124, I do CTN.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 2ª instância.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Matéria e valor envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Mensalmente a chance de perda é revisada. Caso haja uma alteração, a companhia poderá provisionar os valores.

Processo nº 10840.909113/2019-52 - tributário	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	10/01/2020
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 5.893.810,47
f. principais fatos	Despacho decisório relativo a não homologação de compensação de créditos referentes a COFINS apurados no 2º trimestre de 2012. Em 05/02/2020 foi protocolada Manifestação de Inconformidade.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 1ª instância
i. chance de perda	Possível

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Mensalmente a chance de perda é revisada. Caso haja uma alteração, a companhia poderá provisionar os valores.

Processo nº 10840.910328/2019-16 - tributário	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	10/01/2020
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 6.112.387,42
f. principais fatos	Despacho decisório relativo a não homologação de compensação de créditos referentes a COFINS apurados no 4º trimestre de 2012. Em 30/03/2020 foi protocolada manifestação de inconformidade.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 1ª instância
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Mensalmente a chance de perda é revisada. Caso haja uma alteração, a companhia poderá provisionar os valores.

Processo nº 10840.904178/2020-45 - tributário	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	25/08/2020
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 7.354.933,01
f. principais fatos	Despacho decisório relativo a não homologação de compensação de saldo negativo do IRPJ no exercício de 2014. Em 21/09/2020 protocolada manifestação de inconformidade.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 1ª instância
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Mensalmente a chance de perda é revisada. Caso haja uma alteração, a companhia poderá provisionar os valores

Processo nº 10840.907517/2020-45 - tributário	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	06/11/2020
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 11.543.485,98
f. principais fatos	Despacho decisório relativo a não homologação de compensação de saldo negativo do IRPJ do exercício de 2015, pelo fundamento de que não houve comprovação das retenções informadas. Em 07/12/2020 foi protocolada manifestação de inconformidade.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 1ª instância
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Mensalmente a chance de perda é revisada. Caso haja uma alteração, a companhia poderá provisionar os valores
Processo nº 10840.908520/2020-86 - tributário	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	25/01/2021
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 7.372.529,67

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. principais fatos	Despacho decisório relativo a não homologação de compensação de saldo negativo da CSLL do Exercício de 2015, pelo fundamento de que não houve comprovação das retenções informadas. Em 23/02/2021 foi protocolada manifestação de inconformidade.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 1ª instância
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Mensalmente a chance de perda é revisada. Caso haja uma alteração, a companhia poderá provisionar os valores.

Processo nº 4.01.16.032671-46 - tributário	
a. juízo	Secretaria da Fazenda/GO
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	07/11/2016
d. partes no processo	Secretaria da Fazenda/GO e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 15.977.067,56
f. principais fatos	Auto de Infração lavrado em 07/11/2016, imputando escrituração indevida de créditos de ICMS em que a companhia (i) apropriou créditos de bens destinados à construção civil e atividades alheias às atividades-fim do estabelecimento de janeiro/2011 a dezembro de 2013; e (ii) erro no cálculo do coeficiente de creditamento. No dia 23/01/2017 foi protocolada Impugnação sendo o julgamento em 1ª Instância convertido em diligência em 23/10/2017. No dia 20/12/2017 houve a adesão ao Programa de Parcelamento no Estado com relação à parte do crédito tributário. Após diligências, em 29/12/2020 foi proferido despacho decisório nº 2975/2020 de 1ª Instância requisitando a apresentação de documentos para confirmação dos créditos dos exercícios 2011, 2012 e 2013. Em 01/02/2021 protocolada resposta ao despacho decisório nº 2975/2020. Em 14/05/2021 proferido despacho decisório requerendo nova diligência. Em 13/07/2021 após diligência, processo recebido pelo julgador.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 1ª instância
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Matéria e valor envolvido.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. análise do impacto em caso de perda do processo	Mensalmente a chance de perda é revisada. Caso haja uma alteração, a companhia poderá provisionar os valores.
--	---

Processo nº 4.01.19.012651-92 - tributário	
a. juízo	Secretaria da Fazenda/GO
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	06/06/2019
d. partes no processo	Secretaria da Fazenda/GO e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 20.885.494,07
f. principais fatos	Auto de Infração lavrado em 02/07/2019 imputando crédito indevido de ICMS no período de 01/06/2014 a 30/04/2019, haja vista a adoção de procedimento irregular de apuração do crédito outorgado do álcool anidro. Em 27/08/2019 foi protocolada a impugnação administrativa em 1ª Instância para cancelar integralmente o auto de infração. Em 17/04/2020 apresentada manifestação do contribuinte quanto aos argumentos do Fisco e da Diligência, requerendo o cancelamento integral do AIM. Em 25/07/2021 indeferimento integral da impugnação de 1ª instância. Em 25/08/2021 protocolado Recurso Voluntário em 2ª instância administrativa. Em 22/02/2022 decisão acatando os argumentos da impugnação, convertendo em diligência e intimando o Fiscal para prestar esclarecimentos relativos à tese da companhia.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª Instância (SEFAZ) – Impugnação indeferida, auto de infração mantido.
h. estágio do processo	Aguardando diligência e julgamento de 2ª instância.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Matéria e valor envolvido
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Mensalmente a chance de perda é revisada. Caso haja uma alteração, a companhia poderá provisionar os valores.

Processo nº 4.131.811-0 - tributário	
a. juízo	Secretaria da Fazenda/SP
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	18/03/2020
d. partes no processo	Secretaria da Fazenda/SP e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 23.473.836,49 R\$ 286.141,45 (valor provisionado referente aos honorários de êxito)
f. principais fatos	Auto de Infração imputando crédito indevido de ICMS relacionado a bens do ativo permanente, partes e peças de reposição de maquinário principal, ou por se tratar

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	de bens alheios a atividade do estabelecimento. Em 17/04/2020, protocolada a defesa em 1ª instância administrativa acompanhado de laudo pericial de utilização dos ativos objeto do auto de infração. Em 19/11/2020 decisão parcialmente favorável em 1ª instância reduzindo o valor da multa aplicada no auto. Em 22/02/2021 foi protocolado Recurso Ordinário e contrarrazões ao Recurso de Ofício da Fazenda. Em 20/03/2021 deferido o processamento do recurso da companhia, sendo intimada a Fazenda a se manifestar. Em 04/08/2022 processo distribuído para 8ª câmara julgadora do Tribunal de Impostos e Taxas - TIT
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª Instância: Recurso deferido parcialmente, reduzindo parte do crédito tributário.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 2ª instância.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Matéria e Valor envolvido
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Mensalmente a chance de perda é revisada. Caso haja uma alteração, a companhia poderá provisionar os valores

Processo nº 4.01.21.013525-95 - tributário	
a. juízo	Secretaria da Fazenda/GO
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	28/10/2021
d. partes no processo	Secretaria da Fazenda/GO e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 6.716.841,53 R\$ 39.628,03 (valor provisionado referente aos honorários de êxito)
f. principais fatos	Auto de Infração imputando crédito indevido de ICMS correspondente a crédito outorgado decorrente do Programa "PRODUZIR" do Estado de Goiás, nos períodos de janeiro/2012 a maio/2014. Em 29/11/2021 foi apresentada impugnação ao lançamento. Em 30.03.2022, foi proferido despacho determinando o encaminhamento dos autos à DRF de origem, a fim de que um Auditor Fiscal: (i) se manifeste sobre as alegações suscitadas pela companhia em sua defesa; (ii) realize nova análise, apreciação e, se for o caso, refaça a auditoria, levando-se em conta os argumentos, demonstrativos e documentos apresentados pela companhia; (iii) se manifeste também sobre os demais argumentos defensórios, especialmente sobre as nulidades avultadas nos autos relativas ao processo original de nº 40114027216.30. Em 02.06.2022, apresentamos resposta a aludida diligência.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve
h. estágio do processo	Aguardando decisão 1ª instância
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Matéria e valor envolvido

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. análise do impacto em caso de perda do processo	Mensalmente a chance de perda é revisada. Caso haja uma alteração, a companhia poderá provisionar os valores.
--	---

Processo nº 4.149.123-3 - tributário	
a. juízo	Secretaria da Fazenda/SP
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	30/01/2023
d. partes no processo	Secretaria da Fazenda/SP e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 10.714.915,27
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração, com exigência de ICMS/ST do período de dezembro de 2018 a maio de 2019, acrescido de juros e multas, por ter vendido mercadorias (etanol hidratado combustível) a companhia situada no Estado do Paraná e recolhido o ICMS sob a alíquota interestadual (12%). Em 25/02/2023, protocolo de presentada Impugnação administrativa.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 1ª Instância
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Matéria e valor envolvido
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Mensalmente a chance de perda é revisada. Caso haja uma alteração, a companhia poderá provisionar os valores.

Processo nº 5002828-22.2019.4.03.6102 - tributário	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Judicial
c. data de instauração	25/04/2019
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 1.561.683,00
f. principais fatos	Trata-se de Mandado de Segurança impetrado em 24/04/2019 no qual se questiona a incidência de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL sobre valores transferidos pela Copersucar a suas cooperadas em função do repasse de verba indenizatória decorrente das diferenças entre os preços de álcool e açúcar calculados pela FGV e aqueles fixados pelo IAA entre março/1985 e outubro/1989. Em 29/04/2019 liminar indeferida. Em 20/09/2019 a segurança foi denegada pela sentença contra a qual a companhia interpôs Recurso de Apelação.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª Instância: Sentença improcedente.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de apelação
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Matéria e valor envolvido
k. análise do impacto em caso de perda do processo	O valor envolvido no processo está depositado judicialmente, em caso de perda não haverá impacto negativo na situação financeira da companhia

Ação Anulatória nº 5009414-75.2019.4.03.6102	
Execução Fiscal nº 5004159-05.2020.4.03.6102	
Embargos à Execução Fiscal nº 5003268-47.2021.403.6102 - tributário	
a. juízo	Justiça Federal
b. instância	1ª Instância (Exec. Fiscal) 2ª Instância (Anulatória)
c. data de instauração	17/12/2019
d. partes no processo	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e São Martinho
e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 22.186.277,14 R\$ 742.656,61 (valor provisionado referente aos honorários de êxito)
f. principais fatos	Em 21/01/2020 ação cautelar convertida em ação anulatória para anular o auto de infração lavrado no processo administrativo nº 15956.600497/2010-24 cobrando IRPJ e CSLL que seriam devidos em razão da exclusão indevida da depreciação acelerada incentivada de atividade rural no ano calendário de 2005. Em 15/06/2020, ajuizada Execução Fiscal para cobrança das CDA's nº 80.6.20034350-52 e 80.2.20.017725-40. Em 03/03/2021, o seguro garantia apresentado na Ação anulatória foi transferido para os autos da execução fiscal. Em 02/09/2021 proferida sentença parcialmente procedente nos autos da anulatória para reconhecer a ocorrência da decadência dos tributos devidos no período entre janeiro e agosto de 2010. Em 15/09/2021 a companhia protocolou Embargos de Declaração contra a sentença proferida nos autos da anulatória. Em 20/10/2021 peticionamos na execução informando a apresentação do aceite da garantia nos embargos à execução fiscal nº 5003268-47.2021.403.6102. Em 21/10/2021 nos autos dos Embargos à Execução houve despacho suspendendo e sobrestando a execução fiscal nº 5004159-05.2020.4.03.6102. Em 01/12/2021, nova sentença nos autos da anulatória, dando provimento parcial aos embargos de declaração da companhia e negando provimento aos embargos da União. Em 06/12/2021, recurso de apelação da União contra sentença de 01/12/2021. Em 30/12/2021 recurso de apelação da companhia. Em 04/02/2022 apresentamos contrarrrazões ao recurso de apelação da União. Em 22/02/2022, as apelações foram aceitas apenas no efeito devolutivo.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª Instância: (i) sentença julgando parcialmente procedente o pedido para reconhecer a ocorrência da decadência dos tributos devidos no período entre janeiro e agosto de 2010; (ii) Em nova sentença foi dado provimento parcial aos embargos de declaração da companhia e negado provimento aos embargos de declaração da União.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

h. estágio do processo	Execução fiscal suspensa. Aguardando julgamento de apelação na ação anulatória
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Matéria e valor envolvido
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que o valor envolvido no processo está garantido através de seguro garantia arrolado na Execução Fiscal nº 5004159-05.2020.4.03.6102 não haverá impacto negativo na situação financeira da companhia.

Ação Anulatória nº 5004373-93.2020.4.03.6102 Execução Fiscal nº 5004987-98.2020.4.03.6102 Embargos à Execução Fiscal nº 5006004-72.2020.4.03.6102 - tributário	
a. juízo	Justiça Federal e Tribunal Regional Federal da 3ª Região
b. instância	1ª Instância (Exec. Fiscal) 2ª Instância (Anulatória)
c. data de instauração	24/06/2020
d. partes no processo	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e São Martinho
e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 19.616.264,70 R\$ 335.623,94 (valor provisionado referente aos honorários de êxito)
f. principais fatos	Trata-se de ação cautelar convertida em ação anulatória em 03/08/2020 que tem por objetivo anular o auto de infração lavrado no processo administrativo nº 15956.720140/2012-28 cobrando IRPJ e CSLL que seriam devidos em razão da exclusão indevida da depreciação acelerada incentivada de atividade rural no ano calendário de 2009. Em 21/07/2020 a Procuradoria da Fazenda Nacional ajuizou Execução Fiscal para cobrança das CDA's nº 80.2.20.112519-34 e 80.6.20.211452-06. Em 04/09/2020 foi protocolado embargos à execução fiscal nº 5006004-72.2020.4.03.6102. Em 06/08/2020, o seguro garantia apresentado na Ação anulatória foi transferido para a execução fiscal. Em 24/09/2021, a União determinou a suspensão e sobrestamento da execução fiscal enquanto aguarda o julgamento da Ação Anulatória nº 5004373-93.2020.4.03.6102. Em 11/11/2021, foi proferida sentença julgando improcedente o pedido inicial. Em 11/11/2021, sentença improcedente, autorizando, inclusive, a União, a liquidar a apólice de seguro dada em garantia para suspender a exigibilidade do crédito questionado. Em 16/11/2021 a companhia apresenta embargos de declaração contra sentença de 11/11/2021. Em 08/12/2021, a União, apresentou manifestação aos Embargos de declaração da companhia. Em 15/12/2021, sentença negando embargos de declaração da companhia e negando a manifestação da União contra os embargos. Em 30/12/2021 a companhia protocolou recurso de Apelação. Em 21/03/2022, a União, apresentou contrarrazões ao recurso de apelação.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª instância: (i) sentença deferindo parcialmente a tutela provisória para determinar a renovação da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, e para determinar a não inclusão no CADIN; (ii) Em 28/08/2020, decisão acolhendo os embargos de declaração opostos pela União indeferindo a tutela provisória; (iii) Em 11/11/2021 sentença improcedente, autorizando, inclusive, a União, a liquidar a apólice de seguro dada em garantia para suspender a exigibilidade do crédito questionado.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

h. estágio do processo	Execução fiscal suspensa. Aguardando julgamento da apelação na ação anulatória
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Matéria e valor envolvido
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que o valor envolvido no processo está garantido pelo seguro garantia arrolado na Execução Fiscal nº 5004987-98.2020.4.03.6102, em caso de perda não haverá impacto negativo na situação financeira da companhia

Execução Fiscal nº 5007583-55.2020.4.03.6102 Embargos à Execução nº 5000948-24.2021.4.03.6102 - tributário	
a. juízo	Justiça Federal
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	11/11/2020
d. partes no processo	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e São Martinho
e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 6.419.111,15 R\$ 1.290.947,15 (valor provisionado referente aos honorários de êxito)
f. principais fatos	Em 11/11/2020, ajuizada Execução Fiscal para cobrança da contribuição incidente sobre a receita bruta (art. 22-A da Lei nº 8.212/91), apurada no processo administrativo nº 10865.002245/2007-30 (CDA nº 35.927.733-0). Em 18/12/2020 foi protocolado nos autos apólice do seguro garantia. Em 04/02/2021 protocolado Embargos à Execução Fiscal nº 5000948-24.2021.4.03.6102. Em 06/07/2021, sentença improcedente nos autos dos embargos à execução, manutenção da execução fiscal. Em 15/07/2021, Embargos de Declaração da companhia em face da sentença de 06/07/2021. Em 18/08/2021 embargos de declaração deferido para determinar a suspensão da execução fiscal. Em 09/09/2021, apelação protocolada nos autos dos Embargos à execução
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª Instância: Sentença improcedente, manutenção da execução fiscal.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do Recurso de Apelação nos autos dos Embargos à execução.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Matéria e valor envolvido
k. análise do impacto em caso de perda do processo	O valor envolvido no processo está garantido através de seguro garantia, em caso de perda não haverá impacto negativo na situação financeira da companhia.

Execução fiscal nº 5009793-45.2021.4.03.6102 Embargos à execução nº 5000490-70.2022.4.03.6102 - tributário	
---	--

4.4 Processos não sigilosos relevantes

a. juízo	Justiça Federal
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	24/12/2021
d. partes no processo	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e São Martinho
e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2023	R\$ 39.153.457,28 R\$ 587.301,86 (valor provisionado referente aos honorários de êxito)
f. principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada 24/12/2021 para cobrança das CDA's nº 80.6.21.287065-31 e 80.2.21.140268-87 do processo administrativo nº 15956.000510/2010-45. Em 03/02/2022, foi protocolado embargos à execução fiscal nº 5000490-70.2022.4.03.6102 garantindo a execução com seguro garantia. Em 21/03/2022 a União aceitou o seguro garantia e suspendeu a execução fiscal até o julgamento dos embargos à execução. Em 06/05/2022, suspensos/sobrestados por decisão judicial. Em 30/11/2022, nos autos dos embargos, foi indeferido o pedido de requisição do processo administrativo, o pedido de produção de provas pericial. Em de 16/02/2023 foi indeferido o requerimento de inspeção judicial.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Ainda não houve decisão de mérito na execução fiscal e nem nos embargos à execução 5000490-70.2022.4.03.6102.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento dos embargos à execução
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Matéria e valor envolvido
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que o valor envolvido no processo está garantido através de seguro garantia, em caso de perda não haverá impacto negativo na situação financeira da companhia.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Não há processos com risco de perda provável descritos no item 4.4, apenas provisão dos honorários de êxito, que totalizam R\$ 8.403.269,22.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Processo judicial sob sigredo de justiça	
a. análise do impacto em caso de perda do processo	O processo está classificado como possível. Mensalmente a classificação é revisada. Havendo alteração da chance de perda para provável, a companhia provisionará os valores.
b. valores envolvidos em 31/03/2023	R\$ 532.039.637,09

4.7 Outras contingências relevantes

As contingências repetitivas ou conexas não sigilosas, que em conjunto são relevantes e não foram abrangidas nos itens anteriores se referem ao âmbito:

1. Ambiental:

Fato e/ou causa jurídica	autos de infração da CETESB e/ou polícia ambiental decorrente de incêndio em área de cultivo de cana-de-açúcar.
Valores envolvidos	R\$ 8.117.151,36
Valor provisionado se houver	R\$ 530.787,90
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A contingência decorre da operação agrícola da emissora e suas controladas.

2. Cível:

Fato e/ou causa jurídica	Indenizações decorrentes de (i) acidentes de trânsito, (ii) revisão de contratos e (iii) prejuízos a terceiros decorrentes de incêndios em áreas de cultivo de cana-de-açúcar (responsabilidade objetiva).
Valores envolvidos	R\$ 24.885.871,40
Valor provisionado se houver	R\$ 5.340.883,03
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A contingência decorre da operação agrícola e industrial da emissora e suas controladas.

3. Trabalhista:

Fato e/ou causa jurídica	Diferenças de horas extras; supressão do intervalo intrajornada; adicionais de periculosidade e insalubridade; devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa. Autos de Infração lavrados pelo Ministério do Trabalho e/ou Anulatórias para cancelar estes mencionados autos.
Valores envolvidos	R\$ 101.001.183,68
Valor provisionado se houver	R\$ 86.776.213,58
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Divergência de interpretação dada pela Companhia, empregados, Ministério Público do Trabalho e Emprego e sindicatos quanto a diversos fatos, dispositivos legais e instrumentos coletivos, relativo aos objetos acima suscitados.

4.7 Outras contingências relevantes**4. Tributário:**

Fato e/ou causa jurídica	Glosa de créditos de PIS/COFINS.
Valores envolvidos	R\$ 86.108.116,07
Valor provisionado se houver	R\$ 335.242,99
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Compensação de créditos originados da aquisição de insumos utilizados na fase agrícola do processo produtivo, aquisição de produtos sujeitos à alíquota zero e crédito presumido de etanol.

Fato e/ou causa jurídica	Glosa de créditos de ICMS
Valores envolvidos	R\$ 13.259.126,72
Valor provisionado se houver	R\$ 2.366.771,50
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Compensação de créditos originados da aquisição de insumos utilizados na fase agrícola do processo produtivo, sobre bens destinados ao ativo imobilizado e créditos outorgados concedidos pelo Estado de Goiás.

Fato e/ou causa jurídica	Contribuição Previdenciária
Valores envolvidos	R\$ 20.568.856,33
Valor provisionado se houver	R\$ 1.033.047,09
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Recolhimento contribuição previdenciária: (i) no período de maio, agosto/1994 a janeiro/1997, decorrente do cotejo realizado entre a Lei nº 8.870/94 (§2º do art. 25), declarada inconstitucional pelo STF na ADI 1.103 – DF.

ato e/ou causa jurídica	Glosa de saldo negativo de IRPJ/CSLL
Valores envolvidos	R\$ 42.714.280,40
Valor provisionado se houver	R\$ 445.248,11
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Antecipação dos pagamentos por estimativa realizados com créditos de PIS/COFINS que deram origem aos saldos negativos de IRPJ/CSLL posteriormente também utilizados para compensação.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada em 30.8.2021 pelo Conselho de Administração, disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.saomartinho.com.br/ListGroup.aspx?idCanal=A+bRCN4YAjbUV3xXhcfxxQ==&ano=2021&linguagem=pt>) na Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

O objetivo da política é estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades no processo de gestão de riscos, abrangendo a contextualização, identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento destes. As atividades de monitoramento e controle são conduzidas considerando três linhas: 1ª linha - Áreas Proprietárias; 2ª linha - Áreas de Suporte; 3ª linha - Áreas de Controle. A atividade de monitoramento e os níveis de risco atribuídos devem ser realizados de maneira responsável, diligente e imparcial em cada uma das linhas de defesa.

A Matriz de Riscos é o principal instrumento utilizado para o monitoramento de riscos. Ela é composta por nove categorias de riscos: Pessoas (ex.: acidentes, disponibilidade de mão de obra), Terceiros (ex.: responsabilidades decorrentes de terceiros), Conformidade (ex.: desvios éticos, corrupção, fraude, proteção de dados pessoais, conflitos de interesse), Meio Ambiente (ex.: contaminação, danos ambientais, incêndios), Jurídico e Regulatório (ex.: descumprimento de obrigações legais ou contratuais, litígios), Operacional (ex.: falta de matéria-prima, falhas em processos agrícolas e industriais, logística, fornecedores, insumos), Cibernéticos (ex.: invasões, ataques cibernéticos), Financeiro e de Mercado (ex.: variações de preços, cumprimento de acordos financeiros, risco de crédito, liquidez, indisponibilidade de financiamentos) e Riscos Emergentes (ex.: pandemias, eventos climáticos, riscos sistêmicos). Os riscos são monitorados e revisados mensalmente na Matriz de Riscos, e os resultados são reportados à Administração.

Ao adotar essa abordagem abrangente, integrada e sistemática para a gestão de riscos, a empresa busca garantir que os riscos sejam devidamente identificados, avaliados e tratados, contribuindo para a proteção dos ativos e para a tomada de decisões mais informadas e seguras. Isso fortalece a capacidade de lidar com incertezas e de enfrentar os desafios do ambiente de negócios de forma eficaz.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Além da Matriz de Riscos, a Companhia utiliza diversos instrumentos para proteção, que variam de acordo com o tipo de risco enfrentado. Esses instrumentos podem incluir a adoção de práticas, políticas e procedimentos específicos, bem como a contratação de seguros.

Para lidar com os riscos financeiros e de mercado, a São Martinho adota uma estratégia de proteção por meio da realização de hedge, para proteção de riscos associados a variações de preços.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A estratégia de hedge é implementada de forma criteriosa e baseada em análises técnicas e de mercado, levando em consideração fatores como oferta e demanda, comportamento dos preços, sazonalidade e volatilidade. A empresa busca realizar operações de hedge que sejam eficientes e alinhadas aos seus objetivos estratégicos, considerando as condições do mercado e suas expectativas de preço.

Essa abordagem de gerenciamento de riscos permite proteção de suas receitas, redução da exposição a oscilações de preço e minimização de potenciais impactos adversos. Além disso, contribui para uma gestão mais eficiente do fluxo de caixa, permitindo uma melhor previsibilidade e planejamento financeiro.

A São Martinho monitora continuamente suas posições de hedge. As operações são discutidas de forma regular e sistemática no âmbito do Comitê de Posições. Este comitê se reúne quinzenalmente para analisar e monitorar os indicadores de risco, bem como os parâmetros das estratégias de precificação adotadas pela empresa e fatores que podem impactar a São Martinho.

Quanto aos riscos relacionados ao meio ambiente, a empresa implementa políticas, procedimentos e ações preventivas para mitigar potenciais danos e contaminações. Essas medidas visam garantir a conformidade com regulamentações ambientais e promover práticas sustentáveis em todas as etapas das operações.

No que diz respeito aos riscos de saúde e segurança operacionais, a Companhia tem implementado programas de capacitação, ginásticas laborais além de ferramentas que permitem registrar condições de risco e comportamentos inadequados para que possam ser sanados, reforçando seu compromisso com a saúde e bem-estar de seus colaboradores. Para mitigar os efeitos negativos intrínsecos ao processo, além das ferramentas supracitadas, para a área industrial existem autorizações para trabalhos críticos específicos, que consiste em uma ferramenta de gestão capaz de auxiliar na identificação dos perigos e riscos das atividades, bem como quais as medidas devem ser implementadas para que seus riscos sejam eliminados ou mitigados. Essa ferramenta é de uso de toda a operação e tem nas figuras dos líderes e gestores a última palavra sobre as medidas adotadas ou que ainda precisam ser implementadas para garantir a segurança de todos os seus colaboradores. Desta forma, e para que seja assegurada a saúde e segurança de todos, há equipes ambulatoriais e médicas, que acompanham e monitoram a saúde de cada colaborador, antecipando possíveis problemas e indicando os melhores tratamentos.

A Companhia investe em tecnologias e sistemas de segurança avançados, promove uma cultura de segurança sólida e incentiva a participação ativa dos colaboradores na identificação de riscos, além de promover ações corretivas rápidas diante de qualquer incidente ou condição de trabalho insegura exigindo uma abordagem proativa e contínua. Em 2022 a São Martinho implantou o programa SOU seguro, composto por 5 pilares fundamentais sendo eles: Valor e Governança, Pessoas e Desenvolvimento, Manutenção e Mudança, Percepção, Gerenciamento de riscos e Conformidade.

No caso dos riscos operacionais relacionados à matéria-prima, a São Martinho adota a formalização de contratos com cláusulas que garantem um suprimento estável e confiável. Além disso, a empresa implementa controles e procedimentos para garantir a disponibilidade de matéria-prima, evitar falhas em processos agrícolas e industriais, gerenciar riscos relacionados à logística e aos fornecedores. A diversificação das fontes de suprimento e a manutenção de relacionamentos sólidos com os fornecedores também são adotadas para mitigar potenciais impactos adversos nas operações.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Para mitigar os riscos operacionais de falhas em processos agrícolas e industriais, bem como incêndios em áreas agrícolas e industriais, a São Martinho adota diversas medidas preventivas e de controle.

Em relação aos processos agrícolas, a Companhia implementa práticas e técnicas avançadas de manejo, monitoramento e controle de cultivos. Isso inclui o uso de sistemas de irrigação eficientes, o monitoramento regular (através do COA, centro de operações agrícolas) das condições das plantações, o controle de pragas e doenças, além do treinamento adequado dos colaboradores envolvidos nessas atividades. A São Martinho também mantém uma estrutura de equipes de campo capacitadas, que atuam de forma proativa para identificar e solucionar problemas relacionados aos processos agrícolas.

No que diz respeito aos processos industriais, a empresa adota rigorosos protocolos de segurança, visando prevenir acidentes e falhas em equipamentos. São realizadas inspeções regulares nas instalações industriais para identificar possíveis problemas ou pontos de vulnerabilidade. Além disso, a São Martinho investe em manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, assegurando o seu bom funcionamento e monitora continuamente suas operações através do COI (centro de operações industriais) minimizando os riscos de paralisações não planejadas.

Quanto à prevenção de incêndios em áreas agrícolas e industriais, a São Martinho possui um programa de gestão de riscos e controle de segurança contra incêndios e frota própria para combate. Isso inclui a manutenção de equipamentos de combate a incêndios, a implantação de sistemas de detecção e alarme, assim como a adoção de planos de emergência bem definidos. A empresa também promove treinamentos periódicos para os colaboradores, a fim de capacitá-los sobre medidas preventivas e procedimentos de segurança em caso de incêndio.

Essas ações combinadas visam mitigar os riscos operacionais associados a falhas nos processos agrícolas e industriais, assim como a ocorrência de incêndios, garantindo a segurança das operações e a continuidade dos negócios da São Martinho.

Na categoria Jurídico e Regulatório, a empresa realiza uma análise criteriosa das obrigações legais e contratuais, buscando o cumprimento rigoroso dessas normas. São adotadas medidas para evitar litígios e monitorar possíveis mudanças na legislação, buscando a conformidade com as regulamentações em vigor.

No que diz respeito aos riscos de Conformidade, a São Martinho adota políticas e procedimentos específicos para garantir o cumprimento de normas éticas, a prevenção de corrupção, a proteção de dados pessoais e a gestão de conflitos de interesse. A Companhia busca promover uma cultura de integridade e ética em todos os níveis organizacionais, por meio de treinamentos sobre o tema, reforçando seus princípios e valores, além de investir em sistemas de monitoramento e controle para detectar e prevenir desvios.

Para a categoria de riscos associados a Terceiros, a empresa realiza uma análise das informações no processo de seleção de parceiros e fornecedores. Contratos também contam com cláusulas que preveem obrigações e penalidades.

No âmbito dos riscos Cibernéticos, adota medidas de segurança e possui um plano de melhorias contínuas para proteger suas informações e sistemas contra invasões e ataques.

Atenta aos Riscos Emergentes, como pandemias, eventos climáticos e demais riscos. A São Martinho acompanha as tendências climáticas e as mudanças regulatórias,

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

buscando se adaptar e implementar medidas preventivas para mitigar os riscos associados a esses eventos imprevisíveis.

Essas são apenas algumas das estratégias e instrumentos adotados pela empresa para proteger-se contra os diferentes tipos de riscos. A escolha dos instrumentos adequados é feita com base na avaliação detalhada de cada situação de risco, visando garantir a segurança, a continuidade dos negócios e a proteção dos ativos da empresa.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da empresa é composta por diversas instâncias. Essas instâncias incluem o Conselho de Administração, o Comitê Financeiro, o Comitê de Auditoria, a Presidência, a Diretoria Executiva e a Gerência de Riscos.

O Conselho de Administração desempenha um papel fundamental na governança corporativa da empresa e é responsável por aprovar a política de gerenciamento de riscos e supervisiona sua implementação. O Comitê Financeiro e o de Auditoria são órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração e desempenham um papel de monitoramento e controle de riscos, bem como na avaliação da eficácia dos controles internos da empresa. A Diretoria Executiva tem a responsabilidade de implementar as políticas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. Também é responsável por garantir que a gestão de riscos esteja alinhada com as estratégias e objetivos corporativos.

A Gerência de Riscos desempenha um papel operacional na implementação das políticas e diretrizes de gerenciamento de riscos. Essa área é responsável por suportar e fornecer as diretrizes para a identificação, análise e avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos com uma abordagem comum em diferentes áreas e elaborar relatórios e comunicar regularmente sobre o status dos riscos. Ela atua de forma transversal, colaborando com as diversas unidades de negócio para garantir a eficácia do processo de gerenciamento de riscos.

Suas principais atribuições estão consolidadas na tabela abaixo:

Conselho de Administração	Aprova a Política de Gestão de Riscos, define o apetite de risco da Companhia e monitora os riscos estratégicos e os táticos de nível alto e muito alto.
Comitê Financeiro	Analisa o risco e retorno das propostas de investimentos, desinvestimentos e alavancagem, incluindo operações de fusão, incorporação e cisão. Além disso, pode propor ao Conselho de Administração a definição da matriz de riscos e limites de exposição, bem como medidas de proteção aos riscos financeiros. O Comitê Financeiro também realiza análises de tendência e comportamento do endividamento da empresa, operações financeiras e gestão de riscos cambiais e de mercado futuro.
Comitê de Auditoria	Acompanha a gestão de riscos e avalia o cumprimento de seus objetivos. Responsável por avaliar a efetividade dos sistemas de controle e gerenciamento de riscos, bem como monitorar a exposição de riscos da São Martinho e seus planos de mitigação.
Diretoria Responsável pela Área de Riscos	Execução das atividades da área de gestão de riscos, de acordo com as diretrizes transmitidas pelo Diretor Presidente; coordenação e participação nos comitês de posição e de ética
Gerência de Riscos	Monitora e comunica os indicadores de risco e as ações de mitigação. Trabalha em estreita colaboração com as demais áreas da empresa para garantir que os riscos sejam identificados e tratados de forma adequada. Mantém registros atualizados dos riscos e suas respectivas medidas de controle, além de fornecer suporte na implementação de políticas e procedimentos relacionados ao gerenciamento de riscos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Os grupos de trabalho utilizados para monitoramento de riscos são: Comitê de Posições; Reunião de Riscos e Mercado; Comitê Tático de GRC e Comitê de S&OP.

Grupo de Trabalho	Monitoramento	Categoria
Comitê de Posições e Reunião de Riscos e Mercado	Volatilidade de Preços de Commodities, Câmbio e estratégias de hedge	Riscos Financeiro e de Mercado
Comitê Tático de GRC	Consolidado. Alinhamento entre as Gerências e Diretorias de Unidade	Riscos Táticos e Estratégicos
S&OP	Mix de Produtos, Produção, Comercial, Logística, Contratos	Riscos Corporativos

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Além da estrutura operacional e dos comitês envolvidos na gestão de riscos, a São Martinho também adota políticas específicas e procedimentos internos em cada uma de suas áreas para fortalecer o gerenciamento de riscos.

Essas políticas e procedimentos são desenvolvidos com base nas melhores práticas e normas aplicáveis, considerando as características e necessidades de cada setor de atividade.

Essas políticas e procedimentos internos são revisados e atualizados periodicamente para garantir sua relevância e eficácia contínua. A São Martinho promove a conscientização de seus colaboradores sobre essas políticas, para assegurar sua compreensão e aplicação adequada em todas as atividades da empresa.

Os principais mecanismos para verificação do cumprimento e aprimoramento das políticas e procedimentos são a área de sistema de gestão integrada, controles internos e a auditoria interna.

5.2 Descrição dos controles internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A São Martinho conta com as análises críticas da auditoria independente a respeito de suas demonstrações financeiras e o risco de falhas em controles é constantemente monitorado pela área de Gestão de Riscos, com base nos frameworks ISO 31.000 e COSO (Committee of Sponsoring Organizations).

A Companhia também realiza auditorias internas para testar a efetividade de seus processos e controles. A área de Controles Internos participa do processo de auditoria apoiando e monitorando o cumprimento do plano de ação resultante das auditorias internas. Seguindo as melhores práticas de governança corporativa, a São Martinho possui um Manual de Políticas Contábeis, que define os procedimentos, premissas e julgamentos adotados.

Por conta de tais práticas, a Companhia entende que seus controles internos são adequados, embora sujeitos a aperfeiçoamentos constantes.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A área de Controles Internos está atualmente sob a gestão da área de GRC (Governança, Riscos e Conformidade e Controles Internos). O Gerente de GRC é responsável por monitorar os riscos mapeados, aprimorar o nível de maturidade dos controles, acompanhar o progresso dos planos de ação relevantes e avaliar a efetividade dos testes de controle. Os papéis e responsabilidades seguem o modelo de Três Linhas, sendo:

1ª Linha - Área Proprietária do Risco: são as áreas de negócio que possuem fontes de risco. Exemplos de áreas proprietárias são Agrícola, Indústria, Comercial, Financeiro e Relações com Investidores, Negócios Imobiliários, Suprimentos e Tecnologia da Informação, entre outras.

2ª Linha - Área Suporte: essas áreas oferecem suporte às áreas proprietárias dos riscos. Exemplos de áreas suporte incluem Qualidade Industrial, Manutenção, Planejamento de Vendas e Operações, Recursos Humanos, Saúde e Segurança Ocupacional, Meio Ambiente, Controladoria, Segurança da Informação, Segurança Patrimonial, Jurídico e Centro de Serviços Compartilhados, entre outras.

3ª Linha - Área de Controle: essas áreas corporativas desempenham um papel de controle. Incluem Conformidade, Controles Internos, Gestão de Riscos e Auditoria Interna. A área de GRC e Controles Internos interagem constantemente em fóruns específicos e por meio do Comitê Tático de Conformidade.

A Companhia entende que essa estrutura visa garantir uma abordagem integrada da gestão de riscos, proporcionando responsabilidades claras e uma supervisão adequada dos controles internos em toda a organização.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração por meio de reportes e de agendas específicas com a Diretoria e Gerência de GRC (Governança, Riscos, Conformidade e Controles Internos). A área de GRC reúne-se periodicamente

5.2 Descrição dos controles internos

com a Diretoria, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração para tratar de assuntos de governança, riscos, conformidade e controles internos.

Além disso, a área de controles internos também está sujeita a auditorias internas realizadas por uma empresa independente. Essa auditoria interna tem como objetivo avaliar a conformidade dos controles internos com as políticas, procedimentos e regulamentos estabelecidos, além de identificar oportunidades de melhoria e recomendar ações corretivas.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes não identificaram deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2023.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os controles internos da Companhia foram avaliados e não foram identificadas deficiências ou recomendações significativas que representem riscos de falhas ou efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras.

5.3 Programa de integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A São Martinho possui uma estrutura organizacional dedicada à governança, riscos, conformidade, controles internos, composta pela Diretoria Jurídica, de Governança, Riscos e Conformidade, e de Relações Institucionais, bem como pela Gerência de Governança, Riscos, Conformidade e Controles Internos.

A empresa adota um Plano de Conformidade (Programa de Integridade), alinhado às melhores práticas de mercado. Esse plano visa promover os princípios e valores estabelecidos no Código de Ética e Conduta Profissional, na legislação anticorrupção e em outras normas e boas práticas de conformidade (compliance).

As principais políticas e documentos relacionados a esse assunto incluem o Código de Ética, a Política Anticorrupção, a Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, a políticas e procedimentos de conformidade relacionados ao canal de denúncias, riscos de terceiros, entre outros.

A empresa utiliza diversos mecanismos para fortalecer sua conformidade, tais como o Canal Ético (Canal de Denúncias), a realização de *due diligence* de terceiros por meio de softwares especializados, a atualização constante da legislação, a inclusão de cláusulas contratuais anticorrupção e a previsão de penalidades. Além disso, existem fóruns específicos para tratar do assunto: Comitê de Ética e Conformidade, composto por membros da alta administração, e o Comitê Tático de GRC, que inclui o Diretor Jurídico, de Governança, Riscos, Conformidade e de Relações Institucionais, os Diretores Agroindustriais das Unidades e gerentes.

Os riscos são periodicamente reavaliados, e as políticas são revisadas conforme necessário, levando em consideração as melhores práticas de mercado.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A execução do Plano de Conformidade é de responsabilidade da Diretoria Jurídica, de Governança, Riscos, Conformidade e de Relações Institucionais, por meio da Gerência de Governança, Riscos, Conformidade e Controles Internos.

A estrutura de Conformidade foi criada em 2018, seguindo as melhores práticas de Governança Corporativa. A Área de Conformidade reporta trimestralmente os números e destaques do Canal Ético e das investigações internas ao Comitê de Ética e Conformidade. Regularmente, esse balanço é apresentado ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho Fiscal. Além disso, o Canal Ético é submetido a auditorias específicas.

5.3 Programa de integridade

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas
- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia atualizou seu Código de Ética, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 27 de setembro de 2021. O código é aplicável a todos os funcionários, diretores, conselheiros e estabelece princípios éticos e responsabilidades para terceiros, incluindo fornecedores, prestadores de serviços e agentes intermediários.

O Plano de Conformidade inclui treinamento para os funcionários, bem como orientação durante o processo de integração de novos funcionários e/ou terceiros.

As violações serão analisadas pelo gestor da área ou pelo Comitê de Ética, e, se necessário, serão aplicadas medidas disciplinares conforme as políticas de Recursos Humanos e a legislação vigente.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Companhia possui um Canal de Denúncias disponível para relatos internos ou de terceiros, que pode ser acessado por meio de três opções: (i) e-mail, (ii) website ou (iii) telefone. O recebimento das denúncias por telefone é realizado por uma empresa especializada, que recebe os relatos. O denunciante pode escolher relatar a denúncia de forma identificada ou anônima, e em ambos os casos, o sigilo é mantido.

Conforme o procedimento específico do Canal de Denúncias, as comunicações recebidas são apuradas por grupos de trabalho e acompanhadas pela área de Conformidade. Em casos específicos, há previsão de condução das investigações por uma empresa de investigação especializada.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas (novo item)

Durante os últimos três exercícios sociais, a São Martinho não identificou nenhum caso de desvios, fraudes, irregularidades ou atos ilícitos praticados contra a administração pública. A companhia está comprometida com a ética e a integridade em todas as suas operações e mantém medidas robustas de prevenção, detecção e monitoramento para assegurar a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

5.3 Programa de integridade

A Companhia tem implementado um plano de conformidade, com políticas e procedimentos claros que orientam a conduta de seus colaboradores e parceiros de negócios. Essas políticas visam prevenir e combater quaisquer práticas inadequadas ou ilegais, promovendo um ambiente de trabalho ético e transparente.

Também adota uma abordagem proativa na identificação de potenciais riscos, por meio de controles internos e de uma cultura de conformidade. A área de conformidade também se submete à auditoria interna, para avaliação a eficácia dos processos e controles.

A São Martinho também mantém canais de comunicação abertos e confidenciais para denúncias, onde os colaboradores e demais partes interessadas podem relatar qualquer suspeita de irregularidades ou violações. Essas denúncias são tratadas com seriedade e investigadas de forma imparcial, garantindo a adoção das medidas corretivas apropriadas, caso necessário.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

A Companhia possui regras, políticas e procedimentos específicos para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. Essas medidas visam garantir a integridade dos processos e evitar práticas ilegais ou antiéticas relacionadas às atividades da Companhia em relação à administração pública. Essas regras, políticas e procedimentos são elaborados de acordo com a legislação vigente e as melhores práticas de governança corporativa, visando promover a transparência, a conformidade e a ética nas relações da Companhia com o setor público.

Os documentos mencionados (Código de Ética, Política Anticorrupção e Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses) encontram-se disponíveis no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.saomartinho.com.br/ListGroup.aspx?idCanal=AtbRCN4YAJbUV3xXhcfxxQ==&ano=2021&linguagem=pt>) na Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

5.4 Alterações significativas

Durante o último exercício social, alguns riscos chamaram a atenção, dadas as proporções de possíveis desdobramentos, como por exemplo o conflito entre Rússia e Ucrânia, o aumento das taxas de juros e inflação, questões climáticas, tensões políticas internas e mudanças regulatórias.

Exceto com relação ao ambiente político nacional que se apresenta mais estável, os demais fenômenos são complexos e eventuais escaladas não podem ser ignoradas, principalmente no âmbito global, cabendo à Companhia adotar medidas mitigatórias, caso isso venha a acontecer. Mudanças regulatórias ou de interpretação na aplicação das leis também estão dentre as preocupações constantes da empresa.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LJN PARTICIPAÇÕES S.A.						
13.608.705/0001-38	Brasil	Não	Sim	24/06/2019		
Não			Física			
190.242.864	53,739	0	0,000	190.242.864	53,739	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
7.636.263	2,157	0	0,000	7.636.263	2,157	
OUTROS						
156.132.202	44,104	0	0,000	156.132.202	44,104	
TOTAL						
354.011.329	100,000	0	0,000	354.011.329	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LJN PARTICIPAÇÕES S.A.				13.608.705/0001-38		
JOÃO OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A.						
47.796.594/0001-52	Brasil	Não	Sim	02/12/2016		
Não			Física			
161.387.814	41,212	0	0,000	161.387.814	41,212	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Ordinária Classe N	161.387.814	100,000	41,212	41,212		
LUIZ OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A.						
48.300.560/0001-98	Brasil	Não	Sim	02/12/2016		
Não			Nenhum			
161.387.814	41,212	0	0,000	161.387.814	41,212	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
NELSON OMETTO PARTICIPAÇÕES LTDA						
05.932.684/0001-83	Brasil	Não	Sim	02/12/2016		
Não			Nenhum			
68.828.459	17,576	0	0,000	68.828.459	17,576	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LJN PARTICIPAÇÕES S.A.				13.608.705/0001-38		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
391.604.087	100,000	0	0,000	391.604.087	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JOÃO OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A.				47.796.594/0001-52		
SAN GIOVANNI PARTICIPAÇÕES S.A.						
20.845.448/0001-13	Brasil	Não	Sim	30/11/2021		
Não			Nenhum			
207.911.609	100,000	0	0,000	207.911.609	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
207.911.609	100,000	0	0,000	207.911.609	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LUIZ OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A.				48.300.560/0001-98		
DEBELMA PARTICIPAÇÕES S.A.						
03.397.489/0001-75	Brasil	Não	Sim	07/02/2018		
Não			Nenhum			
7.978.911	50,446	0	0,000	7.978.911	50,446	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
DIMAS OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A.						
08.428.342/0001-19	Brasil	Não	Sim	07/02/2018		
Não			Nenhum			
7.837.681	49,554	0	0,000	7.837.681	49,554	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LUIZ OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A.				48.300.560/0001-98		
15.816.592	100,000	0	0,000	15.816.592	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
NELSON OMETTO PARTICIPAÇÕES LTDA				05.932.684/0001-83	
LUCIANA OMETTO GEBARA					
129.362.138-27	Brasil	Não	Sim	03/02/2020	
Não			Nenhum		
19.999.998	33,333	0	0,000	19.999.998	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARIELLA OMETTO SCARPARO					
253.236.478-50	Brasil	Não	Sim	03/02/2020	
Não			Nenhum		
19.999.998	33,333	0	0,000	19.999.998	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
NELSON MARQUES FERREIRA OMETTO					
052.193.198-33	Brasil	Não	Sim	03/02/2020	
Não			Nenhum		
19.999.998	33,333	0	0,000	19.999.998	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
NELSON OMETTO PARTICIPAÇÕES LTDA				05.932.684/0001-83		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
6	0,000	0	0,000	6	0,000	
TOTAL						
60.000.000	100,000	0	0,000	60.000.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
DEBELMA PARTICIPAÇÕES S.A.				03.397.489/0001-75	
BEATRIZ KRUG OMETTO MORENO					
136.132.288-82	Brasil	Não	Não	26/06/2015	
Não			Nenhum		
1.457	10,004	8.181	26,662	9.638	21,300
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
DENISE KRUG OMETTO					
262.739.778-87	Brasil	Não	Não	26/06/2015	
Não			Nenhum		
113	0,776	224	0,730	337	0,745
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
ELOISA KRUG OMETTO					
058.883.248-09	Brasil	Não	Não	26/06/2015	
Não			Nenhum		
1.457	10,004	8.182	26,665	9.639	21,303
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
DEBELMA PARTICIPAÇÕES S.A.				03.397.489/0001-75		
LUIZ ANTONIO CÊRA OMETTO						
027.686.238-49	Brasil	Não	Sim	26/06/2015		
Não			Nenhum			
10.080	69,212	5.915	19,277	15.995	35,350	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MAURICIO KRUG OMETTO						
127.718.108-08	Brasil	Não	Não	26/06/2015		
Não			Física			
1.457	10,004	8.182	26,665	9.639	21,303	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
DEBELMA PARTICIPAÇÕES S.A.				03.397.489/0001-75		
14.564	32,187	30.684	67,813	45.248	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
DIMAS OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A.				08.428.342/0001-19	
GMO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA					
08.409.267/0001-49	Brasil	Não	Sim	29/11/2021	
Não			Nenhum		
2.612.211	33,329	0	0,000	2.612.211	33,329
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARCELO CAMPOS OMETTO					
027.992.798-30	Brasil	Não	Não	29/11/2021	
Não			Física		
1.306.630	16,671	0	0,000	1.306.630	16,671
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MCOT PARTICIPAÇÕES LTDA					
26.908.593/0001-82		Não	Sim	29/11/2021	
Não			Nenhum		
3.918.840	50,000	0	0,000	3.918.840	50,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
DIMAS OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A.				08.428.342/0001-19		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
7.837.681	100,000	0	0,000	7.837.681	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
SAN GIOVANNI PARTICIPAÇÕES S.A.				20.845.448/0001-13	
ADRIANA MIRONE OMETTO					
157.619.228-86	Brasil	Não	Não	29/10/2020	
Não			Nenhum		
0	0,000	17.102.000	9,884	17.102.000	4,942
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
DANIELA OMETTO RIBEIRO					
254.304.368-36	Brasil	Não	Não	29/10/2020	
Não			Física		
0	0,000	17.102.000	9,884	17.102.000	4,942
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
GIOVANA MIRONE SABINO OMETTO					
204.348.718-34	Brasil	Não	Não	29/10/2020	
Não			Nenhum		
0	0,000	17.102.000	9,884	17.102.000	4,942
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
SAN GIOVANNI PARTICIPAÇÕES S.A.				20.845.448/0001-13	
GUILHERME FONTES RIBEIRO					
270.321.468-56	Brasil	Não	Não	29/10/2020	
Não			Nenhum		
0	0,000	17.102.000	9,884	17.102.000	4,942
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
JOÃO GUILHERME SABINO OMETTO					
027.686.588-04	Brasil	Não	Sim	29/10/2020	
Não			Física		
173.032.678	100,000	87.522.577	50,582	260.555.255	75,291
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
JOSÉ CARLOS MIRONE OMETTO					
132.486.708-60	Brasil	Não	Não	29/10/2020	
Não			Nenhum		
0	0,000	17.102.000	9,884	17.102.000	4,942
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SAN GIOVANNI PARTICIPAÇÕES S.A.				20.845.448/0001-13		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
173.032.678	50,000	173.032.577	50,000	346.065.255	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
GMO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA				08.409.267/0001-49	
CRISTIANO ROXO OMETTO					
397.280.078-92	Brasil	Não	Não	29/11/2021	
Não			Nenhum		
1.900.000	1,000	0	0,000	1.900.000	1,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
GABRIELA ROXO OMETTO					
157.398.028-57	Brasil	Não	Não	29/11/2021	
Não			Nenhum		
3.800.000	2,000	0	0,000	3.800.000	2,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARCELO CAMPOS OMETTO					
027.992.798-30	Brasil	Não	Sim	29/11/2021	
Não			Nenhum		
182.400.000	96,000	0	0,000	182.400.000	96,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
GMO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA				08.409.267/0001-49		
MARCELO ROXO OMETTO						
397.280.088-64	Brasil	Não	Não	29/11/2021		
Não			Nenhum			
1.900.000	1,000	0	0,000	1.900.000	1,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
190.000.000	100,000	0	0,000	190.000.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
MCOT PARTICIPAÇÕES LTDA				26.908.593/0001-82	
ANDREA OMETTO TANK BRED					
225.572.818-40	Brasil	Não	Não	25/02/2022	
Não			Nenhum		
5.008.070	5,000	0	0,000	5.008.070	5,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARCIA CAMPOS OMETTO TANK					
027.984.868-40	Brasil	Não	Não	25/02/2022	
Não			Física		
90.145.269	90,000	0	0,000	90.145.269	90,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
SOFIA OMETTO TANK BRUGNARO					
293.632.798-98	Brasil	Não	Não	25/02/2022	
Não			Nenhum		
5.008.070	5,000	0	0,000	5.008.070	5,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MCOT PARTICIPAÇÕES LTDA				26.908.593/0001-82		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
100.161.409	100,000	0	0,000	100.161.409	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/07/2023
Quantidade acionistas pessoa física	19.005
Quantidade acionistas pessoa jurídica	152
Quantidade investidores institucionais	687

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

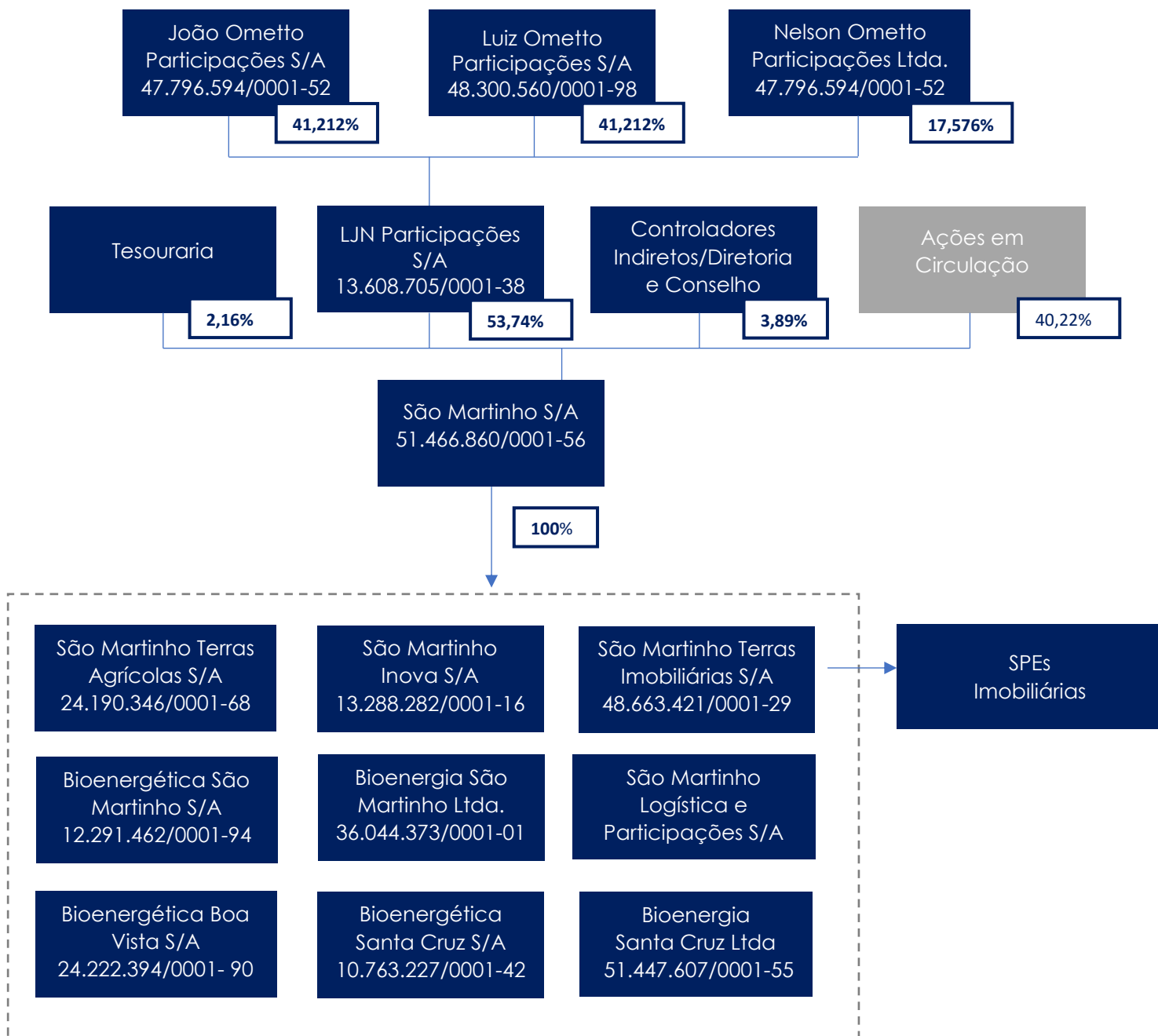
Quantidade ordinárias	142.377.330	40,218%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	142.377.330	40,218%

6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
BIOENEGÉTICA BOA VISTA S.A.	24.222.394/0001-90	100,00
BIOENERGÉTICA SANTA CRUZ S.A.	10.763.227/0001-42	100,00
BIOENERGÉTICA SÃO MARTINHO S.A.	12.291.462/0001-94	100,00
BIOENERGIA SÃO MARTINHO LTDA	36.044.373/0001-01	100,00
SÃO MARTINHO INOVA S.A.	13.288.282/0001-16	100,00
SÃO MARTINHO LOGÍSTICA E PARTICIPAÇÕES S.A.	20.220.473/0001-01	100,00
SÃO MARTINHO TERRAS AGRÍCOLAS S.A.	24.190.346/0001-68	100,00
SÃO MARTINHO TERRAS IMOBILIÁRIAS S.A.	48.663.421/0001-29	100,00
BIOENERGIA SANTA CRUZ LTDA.	51.447.607/0001-55	100,00

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

- a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações
- b. principais controladas e coligadas do emissor
- c. participações do emissor em sociedades do grupo
- d. participações de sociedades do grupo no emissor
- e. principais sociedades sob controle comum



6.6 Outras informações relevantes

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Os critérios para indicação dos membros estão dispostos nos respectivos regimentos internos de cada órgão da administração, no qual também está disposta a composição e requisitos de elegibilidade, respeitando as deliberações da Assembleia Geral e em conformidade com o exigido no Regulamento do Novo Mercado.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

O Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento possuem processo formal e periódico de avaliação. As avaliações são feitas durante cada mandato (2 anos) e tem como escopo o colegiado, seus órgãos de assessoria e a atuação do seu presidente.

A Diretoria é avaliada anualmente por meio de um sistema robusto de avaliação de desempenho e tem por objetivo a atuação global da Diretoria e individual de seus membros. As avaliações são conduzidas pelo Diretor Presidente e validadas pelo Conselho de Administração com apoio do Comitê de Gestão de Pessoas. O Diretor Presidente é avaliado pelo Conselho de Administração.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

As avaliações são conduzidas com o auxílio de consultoria externa especializada e a colaboração do Comitê de Gestão de Pessoas e do Presidente do Conselho. O processo contempla questionário e entrevistas individuais com os membros do Conselho e Diretores e aborda aspectos como a composição e dinâmica do colegiado, sua cultura, estrutura e processos.

Em relação à Diretoria, a avaliação é realizada com base em metas de desempenho (incluindo aspectos ambientais, sociais, de negócios e de governança), alinhadas com os valores e os princípios da Companhia, conforme descrito no modelo de remuneração detalhado no item 8.1.c do Formulário de Referência.

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

As avaliações do Conselho de Administração são assessoradas por consultoria externa especializada.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Conforme Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, aprovada pelo Conselho de Administração em 30.8.2021, havendo interesses conflitantes por parte de acionista em relação a determinada(s) matéria(s) a ser(em) deliberada(s) em assembleia, a pessoa conflitada deve informar, tempestivamente, declarando-se impedido de participar das discussões e deliberações sobre o assunto, devendo ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar a matéria.

Qualquer pessoa presente à reunião poderá também suscitar eventual conflito existente que será decidido caso a caso. As manifestações de conflito de interesse e a subsequente abstenção constarão da ata da reunião.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

d. por órgão:

As informações referentes ao item (i) – número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero - e ao item (ii) – número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça – estão devidamente inseridas nas tabelas estruturadas a seguir.

iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não há outros atributos que o emissor entenda relevantes além dos já indicados nos itens anteriores.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

No ano de 2021, uma gerência de sustentabilidade e comitês específicos foram estabelecidos para definir as ambições e compromissos ESG. O tema de Gestão de Pessoas e Diversidade apresentou relevância na matriz de materialidade da Companhia. Nesse contexto, um dos pilares e direcionamentos ESG definidos é a transformação social, com o objetivo de promover a inclusão e diversidade por meio da Educação e Qualificação Profissional, impactando positivamente a comunidade local ao redor das unidades.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Por meio de reuniões ordinárias trimestrais os órgãos da administração acompanham e discutem o status das questões ambientais, sociais e de governança (ASG) incluindo mudanças climáticas, alinhadas com as ambições ASG previamente definidas. Eventuais eventos relevantes relacionados a esses temas podem ser reportados de forma extraordinária.

Os órgãos da administração também participam do processo de avaliação, gerenciamento e supervisão de riscos e oportunidades relacionados ao clima no contexto da gestão de riscos.

A matriz de riscos contempla riscos relacionados ao clima. Além de participar das discussões relacionadas à construção e revisões periódicas da matriz de riscos, a administração participa de reuniões específicas com a área de gestão de riscos e recebe relatórios mensais dos riscos estratégicos e demais riscos classificados como altos ou muito altos.

Os documentos mencionados (Regimentos Internos e Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses) encontram-se disponíveis no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.saomartinho.com.br/ListGroup.aspx?idCanal=AtbRCN4YAJbUV3xXhcfxxQ==&ano=2021&linguagem=pt>) na Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	1	10	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	6	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	2	1	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	1	1	0	0	0
TOTAL = 23	5	18	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	11	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	2	0	0	0	0	1
Conselho Fiscal - Suplentes	0	2	0	0	0	0	0
TOTAL = 23	0	22	0	0	0	0	1

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Diretoria e Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração (Comitê de Auditoria, Comitê Financeiro, Comitê de Gestão de Pessoas e Comitê de Inovações Tecnológicas).

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Em 21 de junho de 2021 foi aprovada a Política de Contratação de Serviços de Auditoria Independente e de Serviços Extra Auditoria em Reunião do Conselho de Administração. O trabalho e relatórios do Auditor Independente, incluindo o cronograma das atividades (Plano de Auditoria), são acompanhados e analisados pela Diretoria e Conselho de Administração, após discussão no Comitê de Auditoria.

O documento mencionado (Política de Contratação de Serviços de Auditoria Independente e de Serviços Extra Auditoria) encontra-se disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.saomartinho.com.br/ListGroup.aspx?idCanal=AtbRCN4YAJbUV3xXhcfxxQ==&ano=2021&linguagem=pt>), na Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A área de Sustentabilidade, por meio da Diretoria responsável, reporta trimestralmente ao Conselho de Administração eventuais questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG, resultado das Ambições de Sustentabilidade, andamento da Estratégia de Responsabilidade Social e validação do Relatório de Sustentabilidade.

A área de Conformidade, por meio da Diretoria responsável, reporta anualmente ao Conselho de Administração o status do Canal Ético.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome: AGENOR CUNHA PAVAN **CPF:** 041.561.798-77 **Profissão:** Engenheiro de Produção Química **Data de Nascimento:** 25/06/1962

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia de Produção Química pela FEI (1986). Especializou-se em Engenharia de Açúcar e Álcool pelo Centro de Tecnologia da Copersucar (1987). Fez também MBA em Gestão Empresarial (2000) e Executivo Internacional (2002) pela FGV e Ohio University. Iniciou sua carreira profissional na companhia exercendo cargos como: Assistente Técnico de Produção, Gerente de Produção, Gerente Executivo (Membro do Comitê de Reestruturação "Projeto Novos Rumos"), Gerente Industrial. Foi Diretor de Operações da Nova Fronteira Bioenergia S.A. (2010/2017), joint venture entre a São Martinho S.A e a Petrobras Biocombustível S.A., que teve como principal objetivo, através da Usina Boa Vista, ampliar a produção de etanol na região Centro-Oeste, foi Diretor da empresa Usina Boa Vista S.A. (2010/2018), quando foi incorporada pela São Martinho S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Usina Santa Luiza S.A., sociedade incorporada pela São Martinho S.A. em 1º.2.2019.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Atualmente, além de Diretor Vice-Presidente e Superintendente Agroindustrial da Companhia, ocupa os cargos de: Diretor de Operações Agrícolas da São Martinho Terras Agrícolas S.A; Diretor Vice-Presidente da Bioenergética São Martinho S.A.; Bioenergia São Martinho Ltda., Bioenergética Santa Cruz S.A., Bioenergética Boa Vista S.A. e Bioenergia Santa Cruz Ltda.; Diretor da São Martinho Logística e Participações S.A. e Diretor Vice Presidente e de Inovação Tecnológica da São Martinho Inova S.A.; Diretor das SPEs Imobiliárias: Residencial Pradópolis SPE Ltda.; Residencial Pradópolis II SPE Ltda; Empresarial Nova Iracemápolis SPE Ltda.; Residencial Nova Iracemápolis SPE Ltda.; SPE Residencial Limeira Ltda.; SPE Residencial Recanto das Paineiras Empreendimentos Imobiliários Ltda.; SPE Park Empresarial Iracemápolis Ltda.; Residencial Jardim Irajá SPE Ltda.; Residencial Américo II SPE Ltda.; Residencial Chinelatto SPE Ltda. e Residencial Guataparã SPE Ltda.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	29/07/2022	AGO/2024	Outros Diretores	Diretor Vice-Presidente e Superintendente Agroindustrial	29/07/2022	Sim	29/03/2010

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: CAMILA CAÇADOR XAVIER PEREIRA **CPF:** 389.597.758-60 **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 08/01/1990

Experiência Profissional: Bacharel em Direito (2012) pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Experiência na área tributária, atuando como advogada na área Fiscal no escritório Uría Menéndez (2011/2013), como advogada do Contencioso Administrativo Tributário Federal (Equipe CARF) no Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. E Quiroga Advogados (2013/2017) e atualmente na área tributária (Consultoria e Contencioso) do L. O. Baptista Advogados desde 2017. Realizou cursos de especialização do IBDT em Atualização em Direito Tributário I (2010), Direito Tributário (2013) e Direito Tributário Internacional (2016).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/07/2022	AGO/2024	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		29/07/2022	Sim	29/07/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: CARLOS ALBERTO ERCOLIN **CPF:** 011.681.358-00 **Profissão:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 06/05/1960

Experiência Profissional: Bacharel em Administração (1984) pela Universidade Metodista de São Paulo. Experiência executiva por mais de 25 anos (Nestlé, Grupo ICI, Fleury e Renault) onde galgou diversas posições (Auditor Interno, Gerente de Orçamentos e Diretor Financeiro). Há mais de 20 anos atua como consultor nas áreas financeira e de governança corporativa. Combina esta prática com vasta experiência (nacional e internacional) no treinamento nas áreas financeira, contábil e governança corporativa (Suíça, Escócia, Colômbia, México, Austrália, Inglaterra, Estados Unidos, Chile, Argentina, Trinidad & Tobago, Jamaica e Barbados). Sócio-diretor de consultoria própria, especializada em treinamento e assessoria em finanças e governança corporativa. Participou de Conselho de Administração de empresa familiar não listada e Conselhos Fiscais em Sociedades Anônimas de Capital Fechado. Mestre em administração pela FEA-USP; atualmente cursa o Doutorado em Administração (créditos já concluídos) na UNAM-Argentina. Possui MBA em finanças pela FEA-USP e participou de treinamentos no IMD, Suíça. Foi Senior Consultant do Banco Mundial/IFC/GCGF atuando em missão em Moçambique (2010). É professor universitário desde 1986; atualmente ministra diversas disciplinas no programa de Pós-Graduação da Fundação Getulio Vargas (FGV Management), além da Universidade Positivo, dentre outras. Coordenador da Formação de Conselheiros da FGV (Fundação Getulio Vargas). Autor de capítulos de livros de finanças e governança corporativa (Ed. Saint Paul e Editora Gente). Co-autor do livro de Governança Corporativa da Fundação Getulio Vargas (FGV Management). Membro associado do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa desde 2003. Foi membro da ANEFAC (Associação Nacional de Finanças, Administração e Contabilidade) e fundador da ANEFAC-PR. Foi membro do Conselho Fiscal da Nova Fronteira Bioenergia S.A. (2011/2017), joint venture entre a São Martinho S.A. e a Petrobras Biocombustível S.A., que teve como principal objetivo, através da Usina Boa Vista, ampliar a produção de etanol na região Centro-Oeste.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: É membro suplente do Conselho Fiscal da São Martinho S.A. e Conselheiro Consultivo do PMI-PR (Project Management Institute). Membro da Comissão de Contabilidade e Finanças do IBGC. É fundador e Presidente Executivo da Associação de Conselheiros do Brasil – ACBrasil.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/07/2022	AGO/2024	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		29/07/2022	Sim	29/07/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome: CARLOS FERNANDO ZANETTI DE ANDRADE **CPF:** 071.673.788-44 **Profissão:** Engenheiro Agrônomo **Data de Nascimento:** 12/10/1962

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia Agrônômica pela Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal (FCAVJ - 1987). Especializou-se em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Faculdade de Engenharia de Agrimensura de Pirassununga (FEAP - 1993). Fez pós-graduação em Marketing Estratégico pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP - 1998), pós-graduação em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV - 1999), pós-graduação em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV - 2000) e pós-graduação em Gestão Financeira e Controladoria pela Fundação Getúlio Vargas (FGV - 2003). Iniciou sua carreira profissional na Usina São Martinho passando pelos seguintes cargos: Engenheiro Agrônomo, chefe de Tratos Culturais, coordenador de Desenvolvimento Interno, gerente de Recursos Humanos, foi Diretor Agroindustrial da Usina Boa Vista S.A e Diretor Agroindustrial da São Martinho S.A. em sua unidade agroindustrial, localizada no município de Iracemápolis de abr/2010 até mar/2020, quando então foi eleito Diretor Agroindustrial da São Martinho S.A. em sua unidade agroindustrial, localizada no município de Américo Brasiliense/SP.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor de Operações na Bioenergética Santa Cruz S.A. e Bioenergia Santa Cruz Ltda.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	29/07/2022	AGO/2024	Outros Diretores	Diretor Agroindustrial de Unidade (USC)	29/07/2022	Sim	29/03/2010

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: ELIAS EDUARDO ROSA GEORGES **CPF:** 148.332.328-55 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 08/01/1973

Experiência Profissional: Graduado em Direito pela UNIARA, Pós-Graduação em Direito Processual Civil e Direito Civil pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação INPG, MBA em Gestão de Pessoas pela UNIARA e MBA Executivo Global em Gestão de Negócios Empresariais da FGV em parceria com o ISCTE/IUL (Lisboa - Portugal). Ingressou na São Martinho S.A. em 1998 como advogado pleno, onde construiu sua carreira. Foi Diretor da Uniduto Logística S/A (fev/2011 a mar/2012); Membro (fev/2009 a fev/2011) e Presidente (fev/2011 a fev/2015) do Conselho de Administração da Cooperativa Educacional de Ensino de Araraquara/SP; e Presidente do Conselho de Administração da Usicred, Cooperativa de Crédito dos Empregados da São Martinho S.A. (fev/2009 a jul/2021).

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Membro do Conselho de Administração da USICRED - Cooperativa de Crédito dos Empregados do São Martinho S.A.; Diretor Administrativo e Financeiro da Bioenergética Boa Vista S.A.; Diretor de Operações da Bioenergia São Martinho Ltda.; Diretor Financeiro da Bioenergia Santa Cruz Ltda.; e Diretor Presidente da Agropecuária Caieira do Norte S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	29/07/2022	AGO/2024	Outros Diretores	Diretor Jurídico, de Governança, Riscos e Conformidade e de Relações Institucionais	29/07/2022	Sim	27/07/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: FABIO VENTURELLI **CPF:** 114.256.038-40 **Profissão:** Engenheiro de Produção **Data de Nascimento:** 25/10/1965

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia de Produção pela Politécnica, USP (1988), e com Executive Education no INSEAD em Fontainebleau, França (2000). Possui mais de 30 anos de experiência nas áreas de Gestão Corporativa, Gerenciamento de Negócios Globais e Gerenciamento Comercial na indústria de produtos químicos e plásticos, com vasta experiência em gestão de empresas nacionais e internacionais. Iniciou sua carreira na The Dow Chemical, onde ocupou diversos cargos no Brasil e nos Estados Unidos, incluindo Diretor Global de Negócios e Diretor Corporativo de Desenvolvimento Estratégico (1989/2007). Em 2007, assumiu o desafio de liderar a São Martinho como CEO, desempenhando papel fundamental para o crescimento estratégico da Companhia, a posicionando como uma das maiores empresas do setor sucroenergético brasileiro. Foi membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Nova Fronteira Bioenergia S.A. (2010/2017), joint venture entre a São Martinho S.A e a Petrobras Biocombustível S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Landco Empreendimentos e Participações S.A. (2016/2017), da Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A (2014/2017), e Conselheiro Independente da Braskem S.A. (2018/2020).

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Atualmente, além de CEO da São Martinho S.A. e Diretor Presidente de suas controladas: Bioenergética São Martinho S.A., Bioenergética Santa Cruz S.A., Bioenergética Boa Vista S.A. Bioenergia São Martinho Ltda.; Bioenergia Santa Cruz Ltda.; São Martinho Logística e Participações S.A., São Martinho Inova S.A., São Martinho Terras Agrícolas S.A., São Martinho Terras Imobiliárias S.A., também ocupa a posição de Conselheiro de Administração do CTC Centro de Tecnologia Canavieira e da Ultrapar Participações S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	29/07/2022	AGO/2024	Diretor Presidente / Superintendente		29/07/2022	Sim	31/07/2008

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: FELIPE VICCHIATO **CPF:** 260.593.418-70 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 17/09/1976

Experiência Profissional: Graduado em Administração de Empresas pela FAAP, com MBA em Finanças pelo INSPER/SP, possui experiência de mais de 21 anos na área financeira, com amplo conhecimento em Controladoria, Tesouraria, Relações com Investidores e M&A. Iniciou sua carreira na Arthur Andersen, passando pelo Banco Bilbao Vizcaya e Banco Bradesco, onde trabalhou nas áreas de Risco e Corporate Banking. Atua na São Martinho desde 2006, participou do processo de abertura de capital da Companhia e esteve à frente de importantes decisões financeiras e estratégicas que ajudaram a companhia na execução de seu plano de crescimento, sendo atualmente Diretor Financeiro e de Relação com Investidores.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor Financeiro e Administrativo da Bioenergética São Martinho S.A. e Diretor Financeiro nas empresas: São Martinho Terras Imobiliárias S.A, São Martinho Inova S.A., São Martinho Logística e Participações S.A., São Martinho Terras Agrícolas S.A., Bioenergia São Martinho Ltda. e nas SPEs Imobiliárias: Residencial Pradópolis SPE Ltda.; Residencial Pradópolis II SPE Ltda; Empresarial Nova Iracemápolis SPE Ltda.; Residencial Nova Iracemápolis SPE Ltda.; SPE Residencial Limeira Ltda.; SPE Residencial Recanto das Paineiras Empreendimentos Imobiliários Ltda.; SPE Park Empresarial Iracemápolis Ltda e Residencial Jardim Irajá SPE Ltda.; Residencial Chinelatto SPE Ltda.; Residencial Américo II SPE Ltda e Residencial Guataparã SPE Ltda.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	29/07/2022	AGO/2024	Diretor de Relações com Investidores		29/07/2022	Sim	31/07/2014

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: GUILHERME FONTES RIBEIRO **CPF:** 270.321.468-56 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 19/06/1978

Experiência Profissional: Graduado em Administração de Empresas pela FAAP - Fundação Armando Alvares Penteado (2000), especializou-se em Finanças pela FIA, São Paulo/SP (2003), Gestão de Ativos pelo New York Institute of Finance, New York/NY (2009), Estratégia e Inovação pela Wharton School, Pensilvania (2007) e Educação Executiva em Estratégia pela GE Management Institute, Crotonville, New York/NY (2015). Participou de Curso de Formação de Conselheiros de Administração pelo IBGC, São Paulo/SP (2010) entidade da qual é membro, e do Programa de Desenvolvimento de Conselheiros da Fundação Dom Cabral, Nova Lima/MG (2017). Atuou doze anos no mercado financeiro, iniciando sua trajetória na área de crédito do BankBoston Banco Múltiplo (1998/2004), e posteriormente atuou como Portfolio Manager - no BankBoston Asset Management (2004/2006) e Itaú Asset Management (2006/2008). Foi Membro do Conselho de Administração da Nova Fronteira Bioenergia S.A. (2016/2017), joint venture entre a São Martinho e a Petrobras Biocombustível S.A., que teve como principal objetivo, através da Usina Boa Vista, ampliar a produção de etanol na região Centro-Oeste. Foi membro do Conselho de Administração da Landco Empreendimentos e Participações S.A. (abril/2016 a maio/2017) e da Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A. (agosto/2014 a maio/2017). Em 2019 atuou como membro do conselho consultivo da BP - Beneficência Portuguesa de São Paulo.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor Presidente da San Giovanni Participações S.A., Imobiliária Paramirim S.A., Vice-Presidente da Agropecuária Vale do Corumbataí S.A. e Diretor da João Ometto Participações S.A. e Instituto João e Belinha Ometto S.A., Membro do Conselho Deliberativo da UNICA (União da Indústria da Cana de Açúcar) e Membro do COSAG (Conselho Superior do Agronegócio - FIESP).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/07/2022	AGO/2024	Vice Presidente Cons. de Administração		29/07/2022	Sim	29/07/2016

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: HELDER LUIZ GOSLING **CPF:** 093.164.888-26 **Profissão:** Engenheiro de Produção Mecânica **Data de Nascimento:** 19/08/1966

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia de Produção Mecânica, Pós-Graduado em Administração de Empresas e com MBA Executivo. Profissional com mais de 35 anos de experiência em empresas do ramo químico, commodities e alimentício (açúcar, etanol e café), na importação, exportação e distribuição no mercado interno. Possui sólida experiência na área de logística adquirida por sua atuação em empresas como: Copersucar, Solvay, Ipiranga e ED&F Man. É Diretor Comercial e de Logística da São Martinho desde 2008. Também foi Diretor Comercial e de Logística na Usina Boa Vista S.A. (fev/2017 a abril/2018), quando foi incorporada pela São Martinho S.A.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Atualmente também ocupa os cargos de Diretor de Operações da São Martinho Logística e Participações S.A.; Diretor Comercial na Bioenergética São Martinho S.A., Bioenergia São Martinho Ltda., Bioenergética Santa Cruz S.A., Bioenergética Boa Vista S.A.; Bioenergia Santa Cruz Ltda. e Conselheiro da COINFRA - FIESP.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	29/07/2022	AGO/2024	Outros Diretores	Diretor Comercial e de Logística	29/07/2022	Sim	30/07/2010

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: ISABEL CRISTINA BITTENCOURT SANTIAGO **CPF:** 451.956.766-15 **Profissão:** Contadora **Data de Nascimento:** 21/10/1964

Experiência Profissional: Bacharel em Ciências Contábeis (1986) e Administração de Empresas (1987); “Master Business Administration” (MBA) Empresarial pela Fundação Dom Cabral (2008); Conselheira Fiscal, Conselheira de Administração e membro de Comitê de auditoria certificada pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa; Certificada em Auditoria Interna - CIA (2019) e Gerenciamento de Riscos - CRMA (2013) pelo The IIA e pelo The IRM - Inglaterra (2010). Certificada em “Business English” pela Universidade de Cambridge. Conselheira Fiscal da São Martinho (suplente 2017 - 2021 e titular desde 2022), Membro do Comitê Estatutário de Auditoria (CAE) da FUNCEF (Fundo de Pensão dos Economistas da CEF) e dos Correios (2022); Nova Fronteira Bioenergia S/A – “joint venture” da São Martinho S.A com Petrobrás BioEnergia S.A - Titular e Suplente (2011 a 2017). Presidente do Conselho Fiscal da Aceprev - Entidade fechada de Previdência Complementar (1999 a 2012). Gerente Executiva de Auditoria Interna, Gerenciamento de Riscos e Investigação de Fraudes (Regional Américas); Gerente de conformidade com a SOX & Controles Internos e Contabilidade na Aperam S.A. desde 1992. Diretora Financeira e de Relações com Investidores: Metaltrust S.A. (2009 a 2012) e sócia proprietária da APN Consultoria (2005 a 2009). Instrutora do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa nos cursos para Conselheiros de Administração e para Membros de Comitês de Auditoria - desde 2020; Palestrante em Seminários e Congressos; Publicações: Prefácio do Livro " Transformando as Três Linhas de riscos e controles em geração de valor" lançado em 02/06/2022; de artigos na revista nacional do IIA Brasil sobre Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos e participação do grupo de trabalho para elaborar o Guia IBGC Orienta: “Orientações sobre Comitê de Auditoria - Melhores Práticas no Assessoramento ao Conselho de Administração” emitido em parceria entre IBGC e IIA Brasil.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Conselheira de Administração do IIA Brasil, atuando como Presidente do Conselho de Administração mandato 2021/2022 e Presidente do Comitê de Auditoria e Gestão dos Riscos (2017/2020).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/07/2022	AGO/2024	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		29/07/2022	Sim	29/07/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: IVAN BARCELLOS DALRI **CPF:** 031.838.108-75 **Profissão:** Engenheiro Agrônomo **Data de Nascimento:** 22/01/1963

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia Agrônômica, possui MBA em Gestão do Agronegócio, ambos pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" Esalq/USP, São Paulo. Trabalhou em empresas como Usina Santa Bárbara (SP), Destilaria Rio Brilhante (MS), Usina Delta (MG) e Grupo Carlos Lyra (MG). Atua na São Martinho S.A. desde 2004. Foi membro do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito dos Empregados da São Martinho S.A. - USICRED e gerente agrícola da Usina Itacema até março de 2017, quando aceitou o desafio de se tornar Diretor Agroindustrial da Usina Boa Vista (incorporada pela São Martinho S.A. em 2018), cargo que ocupa atualmente.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor de Operações da Bioenergética Boa Vista S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	29/07/2022	AGO/2024	Outros Diretores	Diretor Agroindustrial de Unidade (UBV)	29/07/2022	Sim	02/04/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: JOÃO CARLOS COSTA BREGA **CPF:** 048.506.488-00 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 05/05/1963

Experiência Profissional: Presidente do Conselho da Whirlpool S.A., trabalha na Whirlpool há mais de 27 anos. Foi Presidente LATAM e Vice-Presidente da Whirlpool Corporation, também já atuou como Presidente da Embraco, unidade de compressores, da Whirlpool no Canadá e México. Além de Diretor de Finanças, Tecnologia da Informação, Planejamento Estratégico e Relações com o Mercado para a América Latina. Foi o principal líder da área financeira nos Estados Unidos e responsável pelas operações da Whirlpool Latin America na Argentina e no Chile. Brega é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e, desde 2016, é membro Consultivo da AACD.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/07/2022	AGO/2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		29/07/2022	Sim	27/07/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: LUCIANA CORTES CARVAS **CPF:** 027.388.357-75 **Profissão:** Publicitária **Data de Nascimento:** 25/11/1970

Experiência Profissional: Graduada em Publicidade & Propaganda e com Pós-Graduação em Engenharia de Produção, ambas pela UFRJ, também possui MBA em Recursos Humanos pela FGV. Ingressou na São Martinho S.A. em 2017 e atualmente é Diretora de Recursos Humanos, Saúde & Segurança Ocupacional e Responsabilidade Social. Também foi Diretora de Recursos Humanos da British Petroleum - Biofuels (2012/2017), Diretora Executiva de Recursos Humanos na Hypermarcas S/A (2009/2012), Diretora de Recursos Humanos da Mars (2006/2009), Membro da Diretoria Executiva da ABRH/SP e Membro do Conselho Deliberativo da ABRH/SP (2012/2020). Mentora no Programa de MentoRHia na ABRH/SP desde a primeira edição em 2021.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	29/07/2022	AGO/2024	Outros Diretores	Diretora de Recursos Humanos, Saúde e Segurança	29/07/2022	Sim	30/07/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: MARCELO CAMPOS OMETTO **CPF:** 027.992.798-30 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 30/05/1961

Experiência Profissional: Graduado em Administração de Empresas pela Universidade de Ribeirão Preto (1988), realizou o Curso de Especialização em Administração pela Fundação Getúlio Vargas - São Paulo (1990), onde se especializou em Administração Agrícola. Iniciou sua carreira na Usina São Martinho S.A. - Açúcar e Alcool, atuando como Gerente Executivo (1984/1997). Na Usina São Martinho S.A. ocupou os cargos de Gerente Executivo (1997/1998) e a partir de 15 de outubro de 1999, ocupou os cargos de Diretor Agrícola, Diretor de Unidade e Diretor Agroindustrial. Na Luiz Ometto Participações S.A. foi eleito Diretor em 1986 e a partir de 1987 passou a exercer o cargo de Diretor Vice-Presidente. Em 2006 passou a ocupar o cargo de Diretor Presidente da Dimas Ometto Participações S.A., tendo sido Membro do Conselho Consultivo do Centro de Tecnologia Copersucar (2001/2004), e membro do Conselho de Administração da Santa Cruz S.A. Açúcar a Alcool (2011/2014). Foi Presidente do Conselho de Administração da Nova Fronteira Bioenergia S.A. (2010/2017), joint venture entre a São Martinho e a Petrobras Biocombustível S.A., que teve como principal objetivo, através da Usina Boa Vista, ampliar a produção de etanol na região Centro-Oeste. Foi Membro do Conselho de Administração da ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto - SP, foi Presidente do Conselho Deliberativo - SIAESP - Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo e Presidente do Conselho de Administração da São Martinho S.A. (jul/2018 a jul/2020). Foi Diretor Presidente da Agropecuária Caieira do Norte (2019 a 2023).

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor Presidente da Dimas Ometto Participações S.A., Diretor Vice-Presidente da Luiz Ometto Participações S.A.; Diretor da GMO Empreendimentos e Participações Ltda.; Presidente do Conselho Deliberativo da União da Indústria da Cana-de-Açúcar - UNICA; membro do Comitê de Governança - UNICA; membro do Conselho Deliberativo - SIAESP - Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo e membro da Diretoria da Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Membro do Conselho Superior do Agronegócio – COSAG, Membro da Comissão Especial para tratar do tema “Descarbonização da Frota de Veículos” – FIESP.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/07/2022	AGO/2024	Conselho de Administração (Efetivo)		29/07/2022	Sim	26/11/2006

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: MARCOS HELDER PAVAN MÔNACO **CPF:** 106.175.538-07 **Profissão:** Engenheiro Químico **Data de Nascimento:** 29/10/1963

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia Química pela FEI, com especialização em engenharia açucareira pela Copersucar/SP e MBA em gestão da produção pela UFSCAR/SP. Experiência de mais de 37 anos no gerenciamento da cadeia produtiva sucroalcooleira, com amplo conhecimento em produção de açúcar, álcool, energia, sistema de apoio do setor industrial e gestão de sistemas agrícola. Iniciou sua carreira na Santa Cruz S.A. - Açúcar e Alcool, passando pelas áreas de engenharia, Gerência Industrial, Diretoria Industrial e Diretoria Agroindustrial por 6 anos. Foi Conselheiro de Administração da Usicred - Cooperativa de Crédito dos Empregados do São Martinho S.A e há 4 anos atua como Diretor Agroindustrial na Usina Itacema.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	29/07/2022	AGO/2024	Outros Diretores	Diretor Agroindustrial de Unidade (UIR)	29/07/2022	Sim	31/10/2014

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: MARIA ELVIRA LOPES GIMENEZ **CPF:** 136.012.018-10 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 18/05/1970

Experiência Profissional: Graduada em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, especializada em Governança Corporativa, com foco na atuação em Conselhos Fiscais de Companhias Abertas. Desde 2015 atua como Conselheira Fiscal Titular e Suplente de Sociedades Anônimas de Capital Aberto e Fechado de Companhias de renome no mercado.

Anteriormente, foi Conselheira Fiscal Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP Titular da AES Tietê S.A., Suplente da Companhia Providência Ind. e Com. S.A., Eucatex S.A., São Martinho S.A. Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo/ Sabes, Centro de Diagnósticos S.A e Banco Pine S.A, Santa Maria Participações S.A. e Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.

No período de 2013 a 2019 foi associada na Solução Governança Corporativa e Consultoria Ltda/ Jorge Lepeltier Consultores Associados, na coordenação financeira, administrativa prestando serviços de assessoramento empresarial na área de governança corporativa, especialmente na atuação em Conselhos Fiscais como membro titular e suplente, em Sociedades Anônimas de Capital Aberto e Fechado, fazendo parte da equipe de Conselheiros.

Atualmente é Conselheira Fiscal Titular: São Martinho S.A., Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. , WLM Participações e Comercio de Máquinas e Veículos S.A., Minupar Participações S.A, Bicycletas Monark S.A , Pettenati Industria Textil S.A. e Rossi Residencial S.A.

Suplente nas seguintes empresas: Whirlpool S.A, Creditaqui Financeira S.A – Crédito, Financiamento e Investimento, Kepler Weber S.A, Irani Papel e Embalagem S.A, Mahle Metal Leve S.A, Tupy S.A., Paranapanema S.A., Tronox Pigmentos do Brasil S.A., Companhia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa, Santa Maria Participações S. A. e Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/07/2022	AGO/2024	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		29/07/2022	Não	29/07/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: MAURICIO CURVELO DE ALMEIDA PRADO **CPF:** 127.822.448-33 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 25/05/1967

Experiência Profissional: Bacharel em Direito (1991) pela Universidade de São Paulo (USP). Há mais de 30 anos representa empresas em operações complexas de fusões e aquisições, estruturação de projetos e contratos internacionais. Combina esta prática com vasta experiência (nacional e internacional) na área de arbitragem, representando empresas e como árbitro, em litígios societários, contratuais e de construção. Sócio de MAP Negociação e Arbitragem. Por 17 anos participou do Conselho de Administração de seguradora do Grupo BNP-Paribas no Brasil (Cardif), além de diversos Conselhos Fiscais. Doutor em Direito Internacional pela Université de Paris X - Nanterre, em 2001, onde também obteve o Master em Comércio Internacional (1996). É Mestre em Direito do Comércio Internacional (1995) pela Universidade de São Paulo. Foi Professor da Fundação Getúlio Vargas (2002/2013). Autor dos livros "Le hardship dans le droit du commerce international, Emile Bruylant/FEC-Feduci, 2003", "Contrato internacional de transferência de tecnologia - Patente e Know-How, Livraria dos Advogados, 1997", além de ter organizado obras coletivas e publicado diversos artigos jurídicos na área de contratos internacionais e arbitragem. Pesquisador Convidado na Columbia Law School (2017) e na Université de Paris II (2010). Atualmente é membro do Conselho do ICC Commission on World Business Law (Paris). É também membro da Société de Législation Comparée (Paris), além de integrar a lista de árbitros de diversas câmaras arbitrais brasileiras. Membro do Conselho Fiscal da São Martinho S/A desde 2013. Membro do Conselho de Administração da LPS Brasil Consultoria Imobiliária S/A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/07/2022	AGO/2024	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		29/07/2022	Sim	31/07/2013

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: MAURICIO KRUG OMETTO **CPF:** 127.718.108-08 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 04/12/1970

Experiência Profissional: Graduado em Administração de Empresas pela EAESP - Fundação Getúlio Vargas (1993), especialização em Administração Estratégica, Administração de Qualidade Total e Administração de Recursos Humanos do programa Certificate of Special Studies in Administration and Management da Harvard Extension School - Harvard University (1994). Em 2017 participou do Programa de Desenvolvimento de Conselheiros na Fundação Dom Cabral. Iniciou na Santa Cruz S.A. Açúcar e Alcool em 1995 sendo eleito Diretor em 1996, cargo ocupado até 2014. Foi membro do Conselho de Administração da Landco Empreendimentos e Participações S.A. (abril/2016 a maio/2017) e da Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A. (agosto/2014 a maio/2017). Membro do Conselho de Administração da São Martinho S.A. desde 29 de julho de 2016.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor da Agro Pecuária Boa Vista S.A., Cia Agrícola Debelma, Debelma Participações S.A., Agro Pecuária Vale do Corumbataí S.A, Diretor Vice-Presidente da Luiz Ometto Participações S.A., Diretor Vice-Presidente da Imobiliária Paramirim S.A. e Membro do Conselho Deliberativo da UNICA (União da Indústria da Cana de Açúcar).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/07/2022	AGO/2024	Presidente do Conselho de Administração		29/07/2022	Sim	27/07/2016

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: MURILO CESAR LEMOS DOS SANTOS PASSOS **CPF:** 269.050.007-87 **Profissão:** Engenheiro Químico **Data de Nascimento:** 06/07/1947

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1971). Iniciou sua carreira profissional exercendo cargos no Ministério da Indústria e Comércio, no Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) de assessor de Ministro, Secretário Executivo da Comissão Executiva para Papel e Celulose, coordenador de grupos setoriais do Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI (1971/1977). Atuou também na Companhia Vale do Rio Doce como Diretor da Área de Madeira, Celulose e Meio Ambiente, e exerceu cargos de superintendente (Madeira e Celulose), gerente de Departamento de Estudos e Projetos, gerente de assessoria - Vice Presidência e Diretoria (1977/1989), e, posteriormente, como Diretor da Área de Produtos Florestais, Meio Ambiente e Metalurgia (1990/1993). Neste período em que exerceu a função de Diretor da Companhia Vale do Rio Doce, foi membro do Conselho de Administração das empresas: Florestas Rio Doce S.A.; Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.; Aluvale - Vale do Rio Doce Alumínio S.A.; Itabira Internacional Co. Ltda; Bahia Sul Celulose S.A.; Mineração Rio do Norte S.A.; Rio Capim Química S.A.; Usiminas S.A. e da Companhia Siderúrgica de Tubarão; bem como membro do Conselho Consultivo das Empresas: Celulose Nipo-Brasileira S.A. - Cenibra e Cenibra Florestal S.A.; Albrás - Alumínio Brasileiro S.A.; Companhia Docas do Espírito Santo S.A. - Codesa e Rio Doce Geologia S.A. - Dcegeo e Portocel - Terminal de Exportação de Porto do Riacho S.A. Na Celulose Nipo-Brasileira S.A. - Cenibra Florestas do Rio Doce S.A. exerceu, a função de Diretor-Presidente (1989/1990). Foi Diretor Superintendente da Bahia Sul Celulose S.A. (1993/2001) e posteriormente da Suzano Papel e Celulose S.A até 2006. Ocupou a Presidência do Conselho de Administração da CPFL Energia (2010/2017), foi Conselheiro da CCR em 2016 e Presidente deste Conselho em 2017. Foi também, membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria da Suzano Holding S.A. (2019/2021) e membro do Conselho de Administração e Comitê Financeiro e de Auditoria da Vale S.A.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Presidente do Conselho de Administração da Tegma Gestão e Logística S.A., e Membro do Conselho de Administração da Odontoprev S.A. (desde 2008), Presidente do Conselho de Infraestrutura/COINFRA - FIESP e membro do Conselho de Notáveis da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/07/2022	AGO/2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		29/07/2022	Sim	17/03/2006

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: NELSON MARQUES FERREIRA OMETTO **CPF:** 052.193.198-33 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 10/08/1964

Experiência Profissional: Graduado em Administração de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas Associação Limeirense de Educação e participou do Projeto de Formação de Sucessores da Oliveira e Bernhoeft Associados. Em 1987, iniciou suas atividades profissionais na São Martinho (Unidade Iracema), onde atuou até 1999 em diversas funções na área administrativa, como membro do Comitê Gerencial e Assessor de Diretoria. Foi Diretor da Valbras Tratores e Peças Ltda. (1994/1999). Foi membro do Conselho de Administração da Landco Empreendimentos e Participações S.A. (abril/2016 a maio/2017) e da Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A. no período de (agosto/2014 a maio/2017).

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor da Nelson Ometto Participações Ltda., NOP Agropecuária Ltda., LJM Participações S.A. e Diretor Superintendente da Imobiliária Paramirim S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/07/2022	AGO/2024	Conselho de Administração (Efetivo)		29/07/2022	Sim	27/07/2012

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: OLGA STANKEVICIUS COLPO **CPF:** 216.118.408-30 **Profissão:** Administradora de Empresas **Data de Nascimento:** 26/05/1952

Experiência Profissional: Possui MBA Executivo Internacional pela FIA-USP e cursos de especialização em negócios junto a Harvard University, Michigan University; INSEAD e Singularity University. Desenvolveu sua carreira como Sócia em Consultoria na PwC, onde atuou por 38 anos (até 2009). Como consultora, atuou como agente de mudança e de transformação organizacional. Nos últimos dez anos na PwC liderou a prática de consultoria na América do Sul e Central, na linha de negócios Organization, People & Change Management and Family Business. Foi CEO na Participações Morro Vermelho S.A. por 7 anos (2009/2016) e membro do Conselho de Administração da Copel S.A. – Companhia Paranaense de Energia S.A (2017 a março/2021). Apoiou conselhos e empresas a implantar modelos robustos de governança empresarial e familiar e novos sistemas de gestão.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Membro dos seguintes Conselhos de Administração: Banco BMG S.A. (desde 2017); Solvi Participações S.A. (desde 2018), Regimar Comercial S.A. (desde 2018) e São Martinho S.A. (desde 2020). No terceiro setor como atividade pro-bônus: Membro do Conselho Fiscal e Comitê Executivo da Childhood Foundation - Brasil (desde 2012). Conselheira Certificada pelo IBGC e membro das Comissões de Inovação e da Banca Examinadora de Certificação de Conselheiros e de Membros do Comitê de Auditoria (2018).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/07/2022	AGO/2024	Conselho de Administração (Efetivo)		29/07/2022	Sim	31/07/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: RICARDO AZEVEDO GONÇALVES **CPF:** 083.501.118-60 **Profissão:** Engenheiro Agrônomo **Data de Nascimento:** 08/01/1964

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia Agrônômica pela Faculdade de Agronomia e Zootecnia - Espírito Santo do Pinhal/SP e em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade Moura Lacerda - Ribeirão Preto/SP, com Especialização em Administração em Agronegócio pela UNAERP e Pós-Graduação em Gestão Empresarial em Agribusiness pela FGV/ Ribeirão Preto. Consolidou sua carreira no Grupo São Martinho, onde trabalha há 34 anos. Ingressou na Usina São Martinho em 1988, como Estagiário. Foi Diretor Agroindustrial da Usina Boa Vista S.A. (dez/2010 a abril/2017), Conselheiro de Administração da Usicred, Cooperativa de Crédito dos Empregados do São Martinho S.A. e atualmente é Diretor Agroindustrial na Usina São Martinho.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor de Operações da Bioenergética São Martinho S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	29/07/2022	AGO/2024	Outros Diretores	Diretor Agroindustrial de Unidade (USM)	29/07/2022	Sim	03/04/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: ROBERTO BERALDO MELGES **CPF:** 288.873.618-78 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 13/03/1980

Experiência Profissional: Graduado em Economia pela Uniara com MBA em Finanças, Controladoria e Auditoria pelo FGV/SP, possui experiência de mais de 18 anos no setor sucroalcooleiro, com amplo conhecimento em Planejamento Financeiro, Tributário e Controladoria. Iniciou sua carreira na São Martinho S.A. em 2005, onde participou de vários projetos e esteve à frente de importantes decisões estratégicas que auxiliaram a companhia na execução de seu plano de crescimento, sendo atualmente Diretor Administrativo. Foi Diretor Financeiro da Usicred, Cooperativa de Crédito dos Empregados da São Martinho S.A. e eleito em abril/2023 Conselheiro de Administração da referida Cooperativa.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor Administrativo nas empresas controladas pela São Martinho S.A.: São Martinho Terras Imobiliárias S.A, São Martinho Inova S.A., São Martinho Logística e Participações S.A., São Martinho Terras Agrícolas S.A. e Bioenergia Santa Cruz Ltda; Diretor Administrativo e Financeiro da Bioenergética Santa Cruz S.A.; Diretor Administrativo nas SPEs imobiliárias: Residencial Pradópolis SPE Ltda.; Residencial Pradópolis II SPE Ltda; Empresarial Nova Iracemápolis SPE Ltda.; Residencial Nova Iracemápolis SPE Ltda.; SPE Residencial Limeira Ltda.; SPE Residencial Recanto das Paineiras Empreendimentos Imobiliários Ltda.; SPE Park Empresarial Iracemápolis Ltda.; Residencial Jardim Irajá SPE Ltda.; Residencial Chinelatto SPE Ltda., Residencial Américo II SPE Ltda. e Residencial Guatapará SPE Ltda.; Diretor Vice-Presidente da Agropecuária Caieira do Norte S.A.; e Conselheiro de Administração da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES DO GRUPO SÃO MARTINHO – USICRED.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	24/04/2023	AGO/2024	Outros Diretores	Diretor Administrativo	24/04/2023	Sim	24/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

7.4 Composição dos comitês

Nome: JOÃO CARLOS COSTA BREGA **CPF:** 048.506.488-00 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 05/05/1963

Experiência Profissional: Presidente do Conselho da Whirlpool S.A., trabalha na Whirlpool há mais de 27 anos. Foi Presidente LATAM e Vice-Presidente da Whirlpool Corporation, também já atuou como Presidente da Embraco, unidade de compressores, da Whirlpool no Canadá e México. Além de Diretor de Finanças, Tecnologia da Informação, Planejamento Estratégico e Relações com o Mercado para a América Latina. Foi o principal líder da área financeira nos Estados Unidos e responsável pelas operações da Whirlpool Latin America na Argentina e no Chile. Brega é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e, desde 2016, é membro Consultivo da AACD.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	29/07/2022	AGO/2024			29/07/2022	Sim	31/07/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: MARCELO CAMPOS OMETTO **CPF:** 027.992.798-30 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 30/05/1961

Experiência Profissional:

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade de Ribeirão Preto (1988), realizou o Curso de Especialização em Administração pela Fundação Getúlio Vargas - São Paulo (1990), onde se especializou em Administração Agrícola. Iniciou sua carreira na Usina São Martinho S.A. - Açúcar e Alcool, atuando como Gerente Executivo (1984/1997). Na Usina São Martinho S.A. ocupou os cargos de Gerente Executivo (1997/1998) e a partir de 15 de outubro de 1999, ocupou os cargos de Diretor Agrícola, Diretor de Unidade e Diretor Agroindustrial. Na Luiz Ometto Participações S.A. foi eleito Diretor em 1986 e a partir de 1987 passou a exercer o cargo de Diretor Vice-Presidente. Em 2006 passou a ocupar o cargo de Diretor Presidente da Dimas Ometto Participações S.A., tendo sido Membro do Conselho Consultivo do Centro de Tecnologia Copersucar (2001/2004), e membro do Conselho de Administração da Santa Cruz S.A. Açúcar a Alcool (2011/2014). Foi Presidente do Conselho de Administração da Nova Fronteira Bioenergia S.A. (2010/2017), joint venture entre a São Martinho e a Petrobras Biocombustível S.A., que teve como principal objetivo, através da Usina Boa Vista, ampliar a produção de etanol na região Centro-Oeste. Foi Membro do Conselho de Administração da ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto - SP, foi Presidente do Conselho Deliberativo - SIAESP - Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo e Presidente do Conselho de Administração da São Martinho S.A. (jul/2018 a jul/2020). Foi Diretor Presidente da Agropecuária Caieira do Norte (2019 a 2023).

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor Presidente da Dimas Ometto Participações S.A., Diretor Vice-Presidente da Luiz Ometto Participações S.A.; Diretor da GMO Empreendimentos e Participações Ltda.; Presidente do Conselho Deliberativo da União da Indústria da Cana-de-Açúcar - UNICA; membro do Comitê de Governança - UNICA; membro do Conselho Deliberativo - SIAESP - Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo e membro da Diretoria da Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Membro do Conselho Superior do Agronegócio – COSAG, Membro da Comissão Especial para tratar do tema “Descarbonização da Frota de Veículos” – FIESP.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Outros	29/07/2022	AGO/2024		Coordenador	29/07/2022	Sim	31/07/2020
Outros Comitês		Outros	29/07/2022	AGO/2024	Gestão de Pessoas		29/07/2022	Sim	31/07/2020
Outros Comitês		Outros	29/07/2022	AGO/2024	Inovações Tecnológicas		29/07/2022	Sim	31/07/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: MURILO CESAR LEMOS DOS SANTOS **CPF:** 269.050.007-87 **Profissão:** Engenheiro Químico **Data de Nascimento:** 06/07/1947
PASSOS

Experiência Profissional:

Graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1971). Iniciou sua carreira profissional exercendo cargos no Ministério da Indústria e Comércio, no Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) de assessor de Ministro, Secretário Executivo da Comissão Executiva para Papel e Celulose, coordenador de grupos setoriais do Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI (1971/1977). Atuou também na Companhia Vale do Rio Doce como Diretor da Área de Madeira, Celulose e Meio Ambiente, e exerceu cargos de superintendente (Madeira e Celulose), gerente de Departamento de Estudos e Projetos, gerente de assessoria - Vice Presidência e Diretoria (1977/1989), e, posteriormente, como Diretor da Área de Produtos Florestais, Meio Ambiente e Metalurgia (1990/1993). Neste período em que exerceu a função de Diretor da Companhia Vale do Rio Doce, foi membro do Conselho de Administração das empresas: Florestas Rio Doce S.A.; Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.; Aluvale - Vale do Rio Doce Alumínio S.A.; Itabira Internacional Co. Ltda; Bahia Sul Celulose S.A.; Mineração Rio do Norte S.A.; Rio Capim Química S.A.; Usiminas S.A. e da Companhia Siderúrgica de Tubarão; bem como membro do Conselho Consultivo das Empresas: Celulose Nipo-Brasileira S.A. - Cenibra e Cenibra Florestal S.A.; Albrás - Alumínio Brasileiro S.A.; Companhia Docas do Espírito Santo S.A. - Codesa e Rio Doce Geologia S.A. - Dcegeo e Portocel - Terminal de Exportação de Porto do Riacho S.A. Na Celulose Nipo-Brasileira S.A. - Cenibra Florestas do Rio Doce S.A. exerceu, a função de Diretor-Presidente (1989/1990). Foi Diretor Superintendente da Bahia Sul Celulose S.A. (1993/2001) e posteriormente da Suzano Papel e Celulose S.A até 2006. Ocupou a Presidência do Conselho de Administração da CPFL Energia (2010/2017), foi Conselheiro da CCR em 2016 e Presidente deste Conselho em 2017. Foi também, membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria da Suzano Holding S.A. (2019/2021) e membro do Conselho de Administração e Comitê Financeiro e de Auditoria da Vale S.A.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Presidente do Conselho de Administração da Tegma Gestão e Logística S.A., e Membro do Conselho de Administração da Odontoprev S.A. (desde 2008), Presidente do Conselho de Infraestrutura/COINFRA - FIESP e membro do Conselho de Notáveis da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ).

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Outros	29/07/2022	AGO/2024		Coordenador	29/07/2022	Sim	29/07/2022
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	29/07/2022	AGO/2024			29/07/2022	Sim	29/07/2022
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/07/2022	AGO/2024	Gestão de Pessoas		29/07/2022	Sim	29/07/2022
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/07/2022	AGO/2024	Inovações Tecnológicas		29/07/2022	Sim	29/07/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: NELSON MARQUES FERREIRA OMETTO **CPF:** 052.193.198-33 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 10/08/1964

Experiência Profissional: Graduado em Administração de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas Associação Limeirense de Educação e participou do Projeto de Formação de Sucessores da Oliveira e Bernhoeft Associados. Em 1987, iniciou suas atividades profissionais na São Martinho (Unidade Itacema), onde atuou até 1999 em diversas funções na área administrativa, como membro do Comitê Gerencial e Assessor de Diretoria. Foi Diretor da Valbras Tratores e Peças Ltda. (1994/1999). Foi membro do Conselho de Administração da Landco Empreendimentos e Participações S.A. (abril/2016 a maio/2017) e da Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A. no período de (agosto/2014 a maio/2017).

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor da Nelson Ometto Participações Ltda., NOP Agropecuária Ltda., LJN Participações S.A. e Diretor Superintendente da Imobiliária Paramirim S.A.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	29/07/2022	AGO/2024			29/07/2022	Sim	31/07/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/07/2022	AGO/2024	Inovações Tecnológicas		29/07/2022	Sim	29/07/2016

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome: OLGA STANKEVICIUS COLPO **CPF:** 216.118.408-30 **Profissão:** Administradora de Empresas **Data de Nascimento:** 26/05/1952

Experiência Profissional:

Possui MBA Executivo Internacional pela FIA-USP e cursos de especialização em negócios junto a Harvard University, Michigan University; INSEAD e Singularity University. Desenvolveu sua carreira como Sócia em Consultoria na PwC, onde atuou por 38 anos (até 2009). Como consultora, atuou como agente de mudança e de transformação organizacional. Nos últimos dez anos na PwC liderou a prática de consultoria na América do Sul e Central, na linha de negócios Organization, People & Change Management and Family Business. Foi CEO na Participações Morro Vermelho S.A. por 7 anos (2009/2016) e membro do Conselho de Administração da Copel S.A. – Companhia Paranaense de Energia S.A (2017 a março/2021). Apoiou conselhos e empresas a implantar modelos robustos de governança empresarial e familiar e novos sistemas de gestão.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Membro dos seguintes Conselhos de Administração: Banco BMG S.A. (desde 2017); Solvi Participações S.A. (desde 2018), Regimar Comercial S.A. (desde 2018) e São Martinho S.A. (desde 2020). No terceiro setor como atividade pro-bônus: Membro do Conselho Fiscal e Comitê Executivo da Childhood Foundation - Brasil (desde 2012). Conselheira Certificada pelo IBGC e membro das Comissões de Inovação e da Banca Examinadora de Certificação de Conselheiros e de Membros do Comitê de Auditoria (2018).

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	29/07/2022	AGO/2024			29/07/2022	Sim	29/07/2022
Outros Comitês		Outros	29/07/2022	AGO/2024	Gestão de Pessoas		29/07/2022	Sim	31/07/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não é pessoa politicamente exposta. Não foi, nos últimos 5 anos: condenado criminalmente, condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e/ou foi condenado com trânsito em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do Conselho de Administração possuem relação de parentesco entre si de segundo e terceiro grau, exceto os conselheiros Murilo César Lemos dos Santos Passos, João Carlos Costa Brega e Olga Stankevicius Colpo.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/03/2021Administrador do Emissor

MARCELO CAMPOS OMETTO	027.992.798-30	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

LUIZ OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A.	48.300.560/0001-98		
Diretor Vice-Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

ObservaçãoAdministrador do Emissor

MARCELO CAMPOS OMETTO	027.992.798-30	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

DIMAS OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.428.342/0001-19		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

ObservaçãoAdministrador do Emissor

MARCELO CAMPOS OMETTO	027.992.798-30	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

GMO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	08.409.267/0001-49		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

ObservaçãoAdministrador do Emissor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
NELSON MARQUES FERREIRA OMETTO Membro do Conselho de Administração	052.193.198-33 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u> DIMAS OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A. Diretor Presidente	08.428.342/0001-19 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
NELSON MARQUES FERREIRA OMETTO Membro do Conselho de Administração	052.193.198-33 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> LJN PARTICIPAÇÕES S.A. Diretor	13.608.705/0001-38 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MAURICIO KRUG OMETTO Membro do Conselho de Administração	127.718.108-08 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u> LUIZ OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A. Diretor Vice-Presidente	48.300.560/0001-98 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MAURICIO KRUG OMETTO Membro do Conselho de Administração	127.718.108-08 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
DEBELMA PARTICIPAÇÕES S.A. Diretor	03.397.489/0001-75 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
OLGA STANKEVICIUS COLPO Membro do Conselho de Administração	216.118.408-30 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
SAN GIOVANNI PARTICIPAÇÕES S.A. Conselheira de Administração	20.845.448/0001-13 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
GUILHERME FONTES RIBEIRO Membro do Conselho de Administração	270.321.468-56 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
JOÃO OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A. Diretor	47.796.594/0001-52 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
GUILHERME FONTES RIBEIRO Membro do Conselho de Administração	270.321.468-56 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
SAN GIOVANNI PARTICIPAÇÕES S.A. Diretor Presidente	20.845.448/0001-13 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Administrador do Emissor

FABIO VENTURELLI

Diretor Presidente

114.256.038-40

N/A

Subordinação

Brasileiro(a) - Brasil

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S/A

Conselheiro

06.981.381/0001-13

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação**Exercício Social 31/03/2022****Administrador do Emissor**

MARCELO CAMPOS OMETTO

Membro do Conselho de Administração

027.992.798-30

N/A

Subordinação

Brasileiro(a) - Brasil

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

LUIZ OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A.

Diretor Vice-Presidente

48.300.560/0001-98

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação**Administrador do Emissor**

MARCELO CAMPOS OMETTO

Membro do Conselho de Administração

027.992.798-30

N/A

Subordinação

Brasileiro(a) - Brasil

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

DIMAS OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A.

Diretor Presidente

08.428.342/0001-19

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
MARCELO CAMPOS OMETTO	027.992.798-30	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
GMO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	08.409.267/0001-49		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
NELSON MARQUES FERREIRA OMETTO	052.193.198-33	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
LJN PARTICIPAÇÕES S.A.	13.608.705/0001-38		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
NELSON MARQUES FERREIRA OMETTO	052.193.198-33	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
NELSON OMETTO PARTICIPAÇÕES LTDA	05.932.684/0001-83		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
MAURICIO KRUG OMETTO	127.718.108-08	Subordinação	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LUIZ OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A. Diretor Vice- Presidente	48.300.560/0001-98 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MAURICIO KRUG OMETTO Presidente do Conselho de Administração	127.718.108-08 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
DEBELMA PARTICIPAÇÕES S.A. Diretor	03.397.489/0001-75 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
OLGA STANKEVICIUS COLPO Membro do Conselho de Administração	216.118.408-30 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SAN GIOVANNI PARTICIPAÇÕES S.A. Conselheira de Administração	20.845.448/0001-13 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
GUILHERME FONTES RIBEIRO Vice-Presidente do Conselho de Administração	270.321.468-56 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JOÃO OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A. Diretor	47.796.594/0001-52 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Observação

Administrador do Emissor

GUILHERME FONTES RIBEIRO	270.321.468-56	Subordinação	Controlador Indireto
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

SAN GIOVANNI PARTICIPAÇÕES S.A.	20.845.448/0001-13		
Diretor Presidente e Conselheiro de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

FABIO VENTURELLI	114.256.038-40	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S/A	06.981.381/0001-13		
Conselheiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Exercício Social 31/03/2023

Administrador do Emissor

MARCELO CAMPOS OMETTO	027.992.798-30	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

LUIZ OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A.	48.300.560/0001-98		
Diretor Vice-Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Administrador do Emissor

MARCELO CAMPOS OMETTO	027.992.798-30	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

DIMAS OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.428.342/0001-19		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação**Administrador do Emissor**

MARCELO CAMPOS OMETTO	027.992.798-30	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

GMO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	08.409.267/0001-49		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação**Administrador do Emissor**

NELSON MARQUES FERREIRA OMETTO	052.193.198-33	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

LJN PARTICIPAÇÕES S.A.	13.608.705/0001-38		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação**Administrador do Emissor**

NELSON MARQUES FERREIRA OMETTO	052.193.198-33	Subordinação	Controlador Indireto
--------------------------------	----------------	--------------	----------------------

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
NELSON OMETTO PARTICIPAÇÕES LTDA	05.932.684/0001-83		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MAURICIO KRUG OMETTO	127.718.108-08	Subordinação	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LUIZ OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A.	48.300.560/0001-98		
Diretor Vice-Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MAURICIO KRUG OMETTO	127.718.108-08	Subordinação	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
DEBELMA PARTICIPAÇÕES S.A.	03.397.489/0001-75		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
OLGA STANKEVICIUS COLPO	216.118.408-30	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SAN GIOVANNI PARTICIPAÇÕES S.A.	20.845.448/0001-13		

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Conselheira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
GUILHERME FONTES RIBEIRO	270.321.468-56	Subordinação	Controlador Indireto
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SAN GIOVANNI PARTICIPAÇÕES S.A.	20.845.448/0001-13		
Diretor Presidente e Conselheiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
GUILHERME FONTES RIBEIRO	270.321.468-56	Subordinação	Controlador Indireto
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
JOÃO OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A.	47.796.594/0001-52		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
FABIO VENTURELLI	114.256.038-40	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S/A	06.981.381/0001-13		
Conselheiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
ELIAS EDUARDO ROSA GEORGES	148.332.328-55	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
AGROPECUÁRIA CAIEIRA DO NORTE S/A	06.054.311/0001-10		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
ROBERTO BERALDO MELGES	288.873.618-78	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
AGROPECUÁRIA CAIEIRA DO NORTE S/A	06.054.311/0001-10		
Diretor VicePresidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.7 Acordos/seguros de administradores

A Companhia dispõe de apólice de seguro coletivo para D&O (Directors & Officers), que consiste em seguro de responsabilidade civil de administradores para que eles estejam amparados no exercício de suas atividades, reduzindo assim os riscos relacionados aos seus respectivos cargos e funções. A apólice de seguro contratada dá cobertura aos administradores da Companhia e suas controladas.

A apólice em vigor tem prazo de vigência de 01.07.2023 e término em 01.07.2024. Referida apólice não prevê nenhum procedimento de renovação automática deste seguro para D&O contratado pela Companhia. O prêmio pago pela Companhia pelo período de 1 ano de cobertura, foi de R\$ 248.436,69 (cento e quatro mil, trezentos e noventa reais e oitenta e dois centavos) para uma importância segurada de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

7.8 Outras informações relevantes

Assembleias Gerais

Com relação às assembleias gerais realizadas nos últimos três exercícios e no exercício social corrente, todas foram instaladas em primeira convocação

Assembleia	Data	Assunto(s)	Quórum instalação
AGOE	31.7.2020	Demonstrações Financeiras, destinação lucro líquido, eleição CA e CF remuneração global anual, aumento capital social, alterações em artigos, consolidação Estatuto Social	AGO 74,30% AGE 75,23%
AGEO	30.7.2021	Aumento capital social, alterações em artigos, consolidação Estatuto Social; Demonstrações Financeiras, destinação lucro líquido e remuneração global anual.	AGO 75,22% AGE 75,59%
AGOE	29.7.2022	Demonstrações Financeiras, destinação lucro líquido, eleição CA e CF remuneração global anual, aumento capital social.	AGO 82,71% AGE 83,85%
AGOE	28.7.2023	Demonstrações Financeiras, destinação lucro líquido, remuneração global anual, alterações em artigos, consolidação Estatuto Social, aumento capital social.	AGO 78,36% AGE 78,36%

8.1 Política ou prática de remuneração

8. Remuneração dos administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração, aprovada pelo Conselho de Administração em 21.6.2021, tem como objetivo estabelecer critérios para definição da remuneração, refletindo as melhores práticas de mercado e de Governança Corporativa, alinhado aos interesses dos executivos e dos acionistas, e encontra-se disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.saomartinho.com.br/ListGroup.aspx?idCanal=AtbRCN4YAJbUV3xXhcfxxQ==&ano=2021&linguagem=pt>), na Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Comitê de Gestão de Pessoas: assessora o Conselho de Administração, acompanhando constantemente as principais tendências e práticas prevaletentes no mercado e o ambiente competitivo; acompanha a formulação e atingimento do placar de metas da diretoria; propõe ao Conselho de Administração ajustes à modelagem da remuneração que se façam necessários para o pleno atingimento das diretrizes da política.

Conselho e Comitê de Gestão de Pessoas contarão com a assessoria de consultoria especializada em remuneração no acompanhamento do ambiente externo e na proposição de estratégias efetivas de remuneração e retenção.

Conselho de Administração: estabelece os critérios para o respectivo rateio entre os conselheiros e diretores, devendo considerar as responsabilidades, o tempo dedicado às funções, conhecimentos, experiência, reputação profissional e os valores dos seus serviços no mercado.

Assembleia Geral: fixa anualmente a Remuneração Global dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A determinação da remuneração é realizada por meio da pontuação dos cargos, acompanhando constantemente as principais tendências e práticas prevaletentes no mercado e o ambiente competitivo, com apoio de assessoria especializada.

8.1 Política ou prática de remuneração

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente, o Conselho de Administração e o Comitê de Gestão de Pessoas contam com a assessoria de consultoria especializada em remuneração no acompanhamento do ambiente externo e na proposição de estratégias efetivas de remuneração e retenção.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A estratégia de remuneração adotada em relação aos seus diversos componentes está alinhada as práticas de mercado, bem como ao planejamento e interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia.

Remuneração fixa: definida de acordo com as práticas de mercado, objetivando principalmente a atração e retenção do profissional.

Remuneração Variável:

a) Incentivo de Curto Prazo: remunera o executivo no curto prazo, de acordo com o desempenho alcançado frente aos desafios estabelecidos para o ano em questão e assegura a busca contínua da melhoria da performance. O placar de metas de cada diretor é composto por: i) metas coletivas, atreladas a indicadores de geração de valor da Companhia, ii) metas da unidade de negócios, representadas por indicadores operacionais chave de cada diretoria, vinculados à árvore de valor da Companhia, ações estratégicas e práticas de sustentabilidade (ambientais, sociais e governança) - orçamento, produção, segurança, entre outros, e iii) metas individuais, atreladas ao cumprimento do plano de desenvolvimento de cada diretor. O pagamento do bônus é anual, e tem como gatilho o atingimento de um patamar mínimo em relação à meta coletiva da Companhia estabelecida pelo Conselho de Administração.

Tem por objetivo motivar e direcionar a busca por resultados, já que as metas estabelecidas, se alcançadas, projetam a Companhia a um patamar de segurança, sustentabilidade, crescimento e lucratividade desejado pelos acionistas e investidores.

b) Incentivo de Longo Prazo: abrange estratégias de remuneração atreladas ao valor das ações da Companhia no mercado, através de opções de ações virtuais e outras estratégias de retenção. Visa direcionar os esforços da gestão na criação de valor a médio e longo prazos, alinhando o foco dos executivos à visão dos acionistas, incentivando a sua retenção. O Incentivo de Longo Prazo é concedido a critério exclusivo do Conselho de Administração, que segue parâmetros de análise realizada por empresa contratada, conforme Regulamento do Programa de Opções Virtuais de Compra de Ações.

Os benefícios recebidos pela Diretoria são seguro saúde, previdência privada, seguro de vida, odontológico, entre outros. O Conselho de Administração recebe seguro saúde como benefício.

Mecanismos extraordinários de atração, retenção e/ou incentivos por entregas relevantes e outras iniciativas que tragam valor diferenciado para a Companhia devem ser aprovados pelo Conselho de Administração, por recomendação do Comitê de

8.1 Política ou prática de remuneração

Gestão de Pessoas, ficando limitado ao montante de Remuneração Global dos Administradores aprovado anualmente em Assembleia Geral Ordinária.

Conselho de Administração: Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal (12 parcelas) e o benefício do seguro de vida. A remuneração é estabelecida de acordo com padrões de mercado e seu nível de dedicação, conforme sua função no Conselho, participação em Comitês e a outras funções de interesse institucional da Companhia.

Conselho Fiscal: A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela assembleia geral que os elegeu e prevê pagamentos fixos, mensais e iguais para os seus membros, conforme legislação aplicável.

Diretoria: A remuneração dos membros da Diretoria é composta pela remuneração fixa, remuneração variável, composta por incentivos de curto e de longo prazos e benefícios.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Período 2020/2021

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios pós-emprego	Benefícios cassação do cargo	Remuneração baseada em ações/opções	Total
Conselho de Administração	99,5%	0,0%	0,5%	0,0%	0,0%	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Diretoria	35,7%	37,1%	5,3%	0,0%	21,9%	100,0%

Período 2021/2022

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios pós-emprego	Benefícios cassação do cargo	Remuneração baseada em ações/opções	Total
Conselho de Administração	99,5%	0,0%	0,5%	0,0%	0,0%	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Diretoria	30,1%	45,4%	4,5%	0,0%	20,0%	100,0%

Período 2022/2023

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios pós-emprego	Benefícios cassação do cargo	Remuneração baseada em ações/opções	Total
Conselho de Administração	99,6%	0,0%	0,4%	0,0%	0,0%	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Diretoria	43,0%	22,7%	6,4%	0,0%	27,9%	100,0%

8.1 Política ou prática de remuneração

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

A remuneração da Administração é reavaliada anualmente pelo Comitê de Gestão de Pessoas, com auxílio de empresa especializada, que apoia nas pesquisas periódicas para garantir alinhamento às melhores práticas de mercado. A remuneração é reajustada de acordo com a movimentação do mercado executivo de referência, cujo intuito é manter a competitividade de sua estratégia de remuneração fixa e variável.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Os indicadores de desempenho presentes no bônus de todos os executivos estão relacionados à Saúde e Segurança Ocupacional, ao tema ASG, ao Desempenho Financeiro, bem como às metas da unidade de negócio, representadas por indicadores operacionais chave de cada diretoria, vinculados à árvore de valor da Companhia, ações estratégicas, orçamento, produção, entre outros.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

Os componentes de remuneração fazem parte da estratégia de atração e retenção de profissionais qualificados. São um incentivo na busca contínua da melhoria dos processos de gestão e performance da organização.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/03/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	11	3	21,00
Nº de membros remunerados	7	11	3	21,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	8.908.583,04	15.629.312,76	446.754,24	24.984.650,04
Benefícios direto e indireto	39.392,64	2.565.485,91	0,00	2.604.878,55
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	24.941.912,93	0,00	24.941.912,93
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	9.941.912,93	0,00	9.941.912,93
Observação	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular Anual-2023-CVM/SEP.	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular Anual-2023-CVM/SEP.	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular Anual-2023-CVM/SEP.	
Total da remuneração	8.947.975,68	53.078.624,53	446.754,24	62.473.354,45

Remuneração total do Exercício Social em 31/03/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	11	3	21,00
Nº de membros remunerados	7	11	3	21,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	8.496.307,04	15.051.834,33	428.085,00	23.976.226,37
Benefícios direto e indireto	34.023,12	2.235.118,48	0,00	2.269.141,60
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	7.970.277,36	0,00	7.970.277,36
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	9.788.735,80	0,00	9.788.735,80
Observação	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular Anual-2023-CVM/SEP.	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular Anual-2023-CVM/SEP.	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular Anual-2023-CVM/SEP.	
Total da remuneração	8.530.330,16	35.045.965,97	428.085,00	44.004.381,13

Remuneração total do Exercício Social em 31/03/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	10,70	3	20,70
Nº de membros remunerados	7	10,70	3	20,70
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.532.662,72	13.099.902,20	383.139,36	21.015.704,28
Benefícios direto e indireto	33.783,12	1.951.874,60	0,00	1.985.657,72
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	19.762.893,11	0,00	19.762.893,11
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	8.743.733,00	0,00	8.743.733,00
Observação	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular Anual-2023-CVM/SEP.	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular Anual-2023-CVM/SEP.	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular Anual-2023-CVM/SEP.	
Total da remuneração	7.566.445,84	43.558.402,91	383.139,36	51.507.988,11

Remuneração total do Exercício Social em 31/03/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	10	3	20,00
Nº de membros remunerados	7	10	3	20,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.081.144,92	11.367.544,24	358.284,24	18.806.973,40
Benefícios direto e indireto	33.380,94	1.680.635,99	0,00	1.714.016,93
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	11.816.541,27	0,00	11.816.541,27
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	6.995.002,00	0,00	6.995.002,00
Observação	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular Anual-2023-CVM/SEP.	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular Anual-2023-CVM/SEP.	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular Anual-2023-CVM/SEP.	
Total da remuneração	7.114.525,86	31.859.723,50	358.284,24	39.332.533,60

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/03/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		11		11,00
N° de membros remunerados		11		11,00
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		24.941.912,93		24.941.912,93
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		24.941.912,93		24.941.912,93
Valor efetivamente reconhecido no exercício social				0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/03/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		11		11,00
N° de membros remunerados		11		11,00
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		19.418.674,98		19.418.674,98
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		19.418.674,98		19.418.674,98
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		7.970.277,39		7.970.277,39
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/03/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		10,70		10,70
N° de membros remunerados		10,70		10,70
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		23.374.286,62		23.374.286,62
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		23.374.286,62		23.374.286,62
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		19.762.893,11		19.762.893,11
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/03/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		10		10,00
N° de membros remunerados		10		10,00
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		12.039.879,32		12.039.879,32
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		12.039.879,32		12.039.879,32
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		11.816.541,27		11.816.541,27
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

a. termos e condições gerais

A Companhia possui Programa de Opções Virtuais de Compra de Ações. O valor justo atribuído a essas opções é determinado com base no modelo de precificação Black&Scholes, que leva em consideração o valor do ativo objeto, o preço de exercício, o tempo a decorrer até o exercício das opções, a probabilidade de a opção ser exercida, a volatilidade histórica baseada nos preços de fechamento diário das ações dos últimos 2 anos, a taxa de dividendos e a taxa de juros livre de risco.

b. data de aprovação e órgão responsável

A seguir, o saldo de opções virtuais em vigor no último exercício social, incluindo a data de aprovação pelo Conselho de Administração, e o número de opções outorgadas:

Plano	8º Plano	9º Plano	10º Plano	11º Plano	12º Plano	13º Plano	14º Plano
Data de concessão do plano	12/12/2016	02/05/2018	10/12/2018	09/12/2019	14/12/2020	13/12/2021	12/12/2022
Data limite para exercício	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Quantidade opções virtuais outorgadas	727.273	882.074	1.133.513	1.072.712	754.980	563.175	1.463.211
Saldo em 31/03/23	15.210	33.974	425.248	716.289	721.250	563.175	1.463.211

c. número máximo de ações abrangidas

Não aplicável, dado que atualmente há apenas opções virtuais de compra de ações em circulação.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Informações no quadro do item "b".

e. condições de aquisição de ações

Contemplado no item 8.1, o qual descreve as práticas de remuneração, elementos que compõem a remuneração, bem como, neste contexto, condições de aquisições de ações com base na Política de Remuneração da Companhia.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício é apurado pela média das cotações dos últimos 30 pregões que antecedem a data de concessão.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Contemplado no item 8.1, o qual descreve as práticas de remuneração, elementos que compõem a remuneração, bem como critérios para fixação de aquisição/exercício com base na Política de Remuneração da Companhia.

h. forma de liquidação

Referido programa rege pela liquidação em caixa da diferença positiva entre o valor de mercado no dia anterior ao exercício versus o preço de exercício fixado em cada programa.

i. restrições à transferência das ações

O programa não permite transferências.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O plano pode ser alterado, suspenso ou extinto pelo Conselho de Administração.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Perda ou antecipação do direito de exercício, conforme previsão contratual.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)**Exercício Social: 31/03/2024**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros		11	
N° de membros remunerados		11	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		N/A	
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES			
Em aberto no início do exercício social		25,50	
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00	
Exercidas durante o exercício social		19,66	

Exercício Social: 31/03/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros		11	
N° de membros remunerados		10,10	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		N/A	
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES			
Em aberto no início do exercício social		24,44	
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00	
Exercidas durante o exercício social		0,00	

Exercício Social: 31/03/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros		10,70	
N° de membros remunerados		10	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		N/A	
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES			
Em aberto no início do exercício social		20,24	
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00	
Exercidas durante o exercício social		18,98	

Exercício Social: 31/03/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros		10	
N° de membros remunerados		9,20	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		N/A	
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES			
Em aberto no início do exercício social		18,74	
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00	
Exercidas durante o exercício social		17,91	

8.6 Outorga de opções de compra de ações

DIRETORIA			
Nº total de membros	11	11	11
Nº de membros remunerados	11	11	11
Data de outorga	13/12/2020	13/12/2021	12/12/2022
Quantidade de opções outorgadas	754.980	563.175	1.463.211
Prazo para que as opções se tornem exercíveis¹	dez/22, 23 e 24	dez/23, 24 e 25	dez/24, 25 e 26
Prazo máximo para exercício das opções	dez/27	dez/28	dez/29
Prazo de restrição a transferência de ações recebidas em decorrência do exercício das opções	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga	11,09	17,47	7,63
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	8.372.728	9.838.667	11.164.300

8.7 Opções em aberto

Data da outorga	12/12/2016	02/05/2018	02/05/2018
Nº total de membros	8	9	9
Nº de membros remunerados	8	9	9
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	-	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Opções exercíveis			
Quantidade	15.210	16.987	16.987
Prazo máximo para exercício das opções	dez/2023	dez/2024	dez/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	17,70	17,76	17,76
Valor justo das opções no último dia do exercício social	9,32	9,26	9,26
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	141.757,20	157.299,62	157.299,62

Data da outorga	10/12/2018	10/12/2018	10/12/2018
Nº total de membros	10	9	9
Nº de membros remunerados	10	9	9
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	-	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Opções exercíveis			
Quantidade	20.327	47.034	357.887
Prazo máximo para exercício das opções	dez/2025	dez/2025	dez/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	19,07	19,07	19,07
Valor justo das opções no último dia do exercício social	7,95	7,95	7,95
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	161.599,65	373.920,30	2.845.201,65

8.7 Opções em aberto

Data da outorga	09/12/2019	09/12/2019	09/12/2019
Nº total de membros	11	11	11
Nº de membros remunerados	11	11	11
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	-	-	336.457
Data em que se tornarão exercíveis	-	-	dez/2023
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	dez/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	-	-	19,38
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	7,64
Opções exercíveis			
Quantidade	43.380	336.452	-
Prazo máximo para exercício das opções	dez/2026	dez/2026	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	-
Preço médio ponderado de exercício	19,38	19,38	n/a
Valor justo das opções no último dia do exercício social	7,64	7,64	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	331.423,20	2.570.493,28	2.570.531,48

Data da outorga	14/12/2020	14/12/2020	14/12/2020
Nº total de membros	11	11	11
Nº de membros remunerados	11	11	11
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	-	218.395	218.391
Data em que se tornarão exercíveis	-	dez/2023	dez/2024
Prazo máximo para exercício das opções	-	dez/2027	dez/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	-	24,22	24,22
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	2,80	2,80
Opções exercíveis			
Quantidade	218.398	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	dez/2027	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	-	-
Preço médio ponderado de exercício	24,22	n/a	n/a
Valor justo das opções no último dia do exercício social	2,80	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	611.514,40	611.506,00	611.494,80

8.7 Opções em aberto

Data da outorga	13/12/2021	13/12/2021	13/12/2021
Nº total de membros	11	11	11
Nº de membros remunerados	11	11	11
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	166.869	166.866	166.860
Data em que se tornarão exercíveis	dez/2023	dez/2024	dez/2025
Prazo máximo para exercício das opções	dez/2028	dez/2028	dez/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	37,17	37,17	37,17
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Opções exercíveis			
Quantidade	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-	-

Data da outorga	12/12/2022	12/12/2022	12/12/2022
Nº total de membros	11	11	11
Nº de membros remunerados	11	11	11
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	427.270	427.270	427.270
Data em que se tornarão exercíveis	dez/2024	dez/2025	dez/2026
Prazo máximo para exercício das opções	dez/2029	dez/2029	dez/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	27,44	27,44	27,44
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Opções exercíveis			
Quantidade	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-	-

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Não ocorreram opções exercidas durante o exercício encerrado em 31/03/2023.

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/03/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	10,1
Nº de membros remunerados	0	10,1
Opções exercidas		
Número de ações	n/a	872.184
Preço médio ponderado de exercício	n/a	18,79
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	45,46
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	26,67
Ações entregues		
Número de ações entregues	n/a	n/a
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	n/a
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	n/a

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/03/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	8,6
Nº de membros remunerados	0	8,6
Opções exercidas		
Número de ações	n/a	1.146.321
Preço médio ponderado de exercício	n/a	17,91
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	31,66
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	13,75
Ações entregues		
Número de ações entregues	n/a	n/a
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	n/a
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	n/a

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Não aplicável, pois o plano vigente é o de opções virtuais de ações.

8.10 Outorga de ações

Não aplicável, pois o plano vigente é o de opções virtuais de ações.

8.11 Ações Entregues**Exercício Social: 31/03/2024**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros		11,00	
N° de membros remunerados		0,00	
N° de ações		0	
Preço médio ponderado de aquisição		0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	

Exercício Social: 31/03/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros		11,00	
N° de membros remunerados		0,00	
N° de ações		0	
Preço médio ponderado de aquisição		0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	

Exercício Social: 31/03/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros		10,70	
N° de membros remunerados		0,00	
N° de ações		0	
Preço médio ponderado de aquisição		0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	

Exercício Social: 31/03/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros		10,00	
N° de membros remunerados		0,00	
N° de ações		0	
Preço médio ponderado de aquisição		0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	

8.12 Precificação das ações/opções

a. modelo de precificação

Contemplado no item 8.4 "a".

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

A Companhia possui um programa de opções virtuais de compra de ações. O valor das opções concedidas é determinado conforme o modelo Black-Scholes-Merton de precificação de opções, seguindo as seguintes premissas:

- (i) Preço da Ação – valor da ação na data da outorga;
- (ii) Preço de Exercício – preço para o exercício de cada opção virtual;
- (iii) Volatilidade (% anual) – a variação média do preço das ações da Companhia (B3) até a data da outorga (24 meses);
- (iv) Tempo de Carência – o período para início do exercício das opções, conforme o contrato de Opções Virtuais;
- (v) Dividendos – praticados pela Companhia no ano da outorga;
- (vi) Taxa de juros livre de risco – considerada a taxa dos títulos NTN-B alinhados aos períodos de carência do plano;
- (vii) Quantidade de opções virtuais – quantidade total de opções virtuais a ser outorgada aos beneficiários.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Contemplado no item 8.12 "b".

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Contemplado no item 8.12 "b".

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há outras características da opção na mensuração de seu valor justo.

8.13 Participações detidas por órgão

GRUPO	AÇÕES	%
Conselho	166.013	0,05
Diretoria	5.935	0,00
Controladores*	203.825.788	57,58

*Posição considera controladores diretos e indiretos.

8.14 Planos de previdência

Número	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	n/a	11
Nº de membros remunerados	n/a	11
Nome do plano	São Martinho PREV	
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	n/a	n/a
Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	n/a
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	8.282.983 (*)
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	n/a	1.172.326
Há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	n/a	Sim, somente a parte do empregado

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2021
Nº de membros	11	10,70	10	7	7	7	3	3	3
Nº de membros remunerados	11	10,70	10	7	7	7	3	3	3
Valor da maior remuneraçãoReal	9.699.908,32	20.824.995,87	7.966.696,00	1.510.298,40	1.416.398,00	1.277.274,00	142.695,00	127.713,00	119.428,00
Valor da menor remuneraçãoReal	1.746.844,65	1.574.377,82	1.401.799,00	730.028,60	582.288,00	499.968,00	142.695,00	127.713,00	119.428,00
Valor médio da remuneraçãoReal	3.185.996,91	4.070.878,76	3.185.973,00	1.218.618,59	1.080.921,00	1.016.361,00	142.695,00	127.713,00	119.428,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismo de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria dos membros do Conselho de administração ou Diretoria. A Companhia, no entanto, mantém apólice de seguro "D&O" Directors and Officers Liability para cobertura de indenizações decorrentes de responsabilidade civil dos administradores no exercício de seus mandatos, conforme indicado no item 7.7.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Descrição	Abr/20 a Mar/21	Abr/21 a Mar/22	Abr/22 a Mar/23	Abr/23 a Mar/24
Conselho de Administração	76,9%	73,6%	75,6%	76,6%
Conselho de Fiscal	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Diretoria	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

8.18 Remuneração - Outras funções

Não houve, nos 3 últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, qualquer remuneração paga diretamente a membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia por outras razões que não a função que ocupam e/ou que não estejam divulgados em outro item do Formulário de Referência.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

8.20 Outras informações relevantes

Conforme Ofício Circular CVM/SEP nº 2/2023, o valor da remuneração em relação ao previsto para o exercício em curso está líquido de encargos sociais e por isso não foram divulgados nas tabelas do item 8.2 Abaixo previsão do INSS para o Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: R\$ 1.707.261,40
DIRETORIA: R\$ 10.102.627,73
CONSELHO FISCAL: R\$ 89.350,86

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	002879		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	61.562.112/0001-20	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
28/08/2020	01/04/2020		
Descrição dos serviços prestados			
Exame das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de março de 2023 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2022, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Adicionalmente a PwC foi contratada para (i) revisão das apurações de tributos (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ICMS e IPI) e do preenchimento da declaração ECF ano-calendário 2022.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
No exercício social encerrado em 31 de março de 2023, os auditores independentes receberam os seguintes honorários (R\$ Mil): Serviços de auditoria: R\$ 1.885 / Outros serviços: R\$ 250.			
Justificativa da substituição			
Não ocorreu substituição do auditor durante o exercício.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável.			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

A Companhia possui uma Política de Contratação de Serviços de Auditoria Independente e de Serviços Extra Auditoria, aprovada pelo Conselho de Administração em 21.6.2021, que define as condições para contratação dos serviços de auditoria independente e quais situações o auditor poderá prestar serviços além da revisão das demonstrações financeiras.

A Política fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Não poderão ser contratados serviços extra auditoria que possam comprometer a independência e a objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria.

O documento encontra-se disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.saomartinho.com.br/ListGroup.aspx?idCanal=AtbRCN4YAJbUV3xXhcfxxQ==&ano=2021&linguagem=pt>) na Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

9.4 Outras informações relevantes

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	23	534	0	0	0
Não-liderança	954	11131	0	0	0
TOTAL = 12.642	977	11665	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	6	357	17	161	0	0	16
Não-liderança	153	4883	1184	5328	44	0	493
TOTAL = 12.642	159	5240	1201	5489	44	0	509

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	50	414	93
Não-liderança	2398	7393	2294
TOTAL = 12.642	2448	7807	2387

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	134	423	0	0
Não-liderança	0	0	2381	9704	0	0
TOTAL = 12.642	0	0	2515	10127	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	215	2300	0	0	0
Sudeste	762	9365	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 12.642	977	11665	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	77	806	266	1295	9	0	62
Sudeste	82	4434	935	4194	35	0	447
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 12.642	159	5240	1201	5489	44	0	509

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	600	1633	282
Sudeste	1848	6174	2105
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 12.642	2448	7807	2387

10.1 Descrição dos recursos humanos

b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

	Sudeste	Centro-Oeste	TOTAL
Administrativo	225	3	228
Indústria	102	78	180
Agrícola	6	0	6
TOTAL	333	81	414

c. índice de rotatividade

Índice médio da última safra de 0,95%. Este índice (período de abril/22 a março/23 – safra 22/23) considera a rotatividade do quadro de funcionários que possuem contrato com prazo indeterminado (os safristas não participam do cálculo).

10.2 Alterações relevantes

Não há alteração relevante em relação aos números divulgados no item 10.1.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

A São Martinho adota uma política de remuneração alinhada ao mercado e coerente com os objetivos da organização. Em consonância com a estrutura de seus processos organizacionais, busca maneiras de assegurar a efetiva equidade interna e externa e formas de sustentar os pilares da gestão de pessoas; oferece aos empregados o sistema de remuneração estratégica.

Contemplam a Remuneração Variável:

Remuneração Variável Mensal

Remuneração aplicável aos colaboradores das áreas de operação, resultante do atingimento de indicadores de produtividade, qualidade e segurança, de acordo com a estratégia da empresa e diretrizes do processo.

Programa de Participação nos Resultados (PPR)

O programa estabelecido a todos empregados da companhia e tem como objetivo distribuir em forma de salário os resultados obtidos por meio da contribuição dos empregados no cumprimento das metas definidas de acordo com a estratégia anual da empresa.

Bônus ICP (Incentivo de Curto Prazo)

Remuneração variável anual estabelecida para os níveis de gestão da companhia. O programa é composto por indicadores globais e individuais, apurados após o término de cada ano safra. As regras estão estabelecidas em acordo individual dos colaboradores. Elegibilidade: Diretor, Gerente, Assessor, Gestor, Coordenador, Trader, Consultor, Especialista.

Bônus LLP (Incentivo de Longo Prazo)

O bônus de longo prazo é estabelecido pelo Programa de Opções Virtuais de Compra de Ações da São Martinho. Os elegíveis ao programa e valores de concessão são definidos pelo conselho de administração. As regras são estabelecidas em regulamento do programa e contrato de adesão de beneficiário.

b. política de benefícios

A empresa oferece uma gama de benefícios compatíveis com o mercado, possibilitando atração e retenção de profissionais qualificados, como:

- a. Assistência Médica ou Seguro Saúde;
 - b. Assistência Odontológica;
 - c. Auxílios Complementares Assistenciais (Órteses, Próteses e Lentes Corretivas);
 - d. Bolsa de Estudos;
 - e. Cartão Compras/Adiantamento;
 - f. Cartão medicamento;
 - g. Cesta de Natal;
 - h. Check-up para Executivos;
 - i. Clube de Vantagens;
 - j. Cooperativa de Crédito;
 - k. Ginástica laboral;
 - l. Licença-maternidade/paternidade (conforme CLT e estendidas, conforme adesão ao Programa de Empresa Cidadã);
- a. Previdência Privada;
 - b. Reembolso mudança residencial;
 - c. Refeição em local próprio ou vale refeição;
 - d. Seguro de Vida em Grupo e Auxílio Funeral;
 - e. Seguro de Vida Complementar (opcional);
 - f. Seguro Viagem Internacional para Executivos;

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

- g. Transporte;
- h. Vacinação contra gripe;
- i. Vale Alimentação.
- j. Auxílio Moradia (elegibilidade por cargo);
- k. Celular (elegibilidade por cargo);
- l. Veículo (elegibilidade por cargo)

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

i. grupos de beneficiários

ii. condições para exercício

iii. preços de exercício

iv. prazos de exercício

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

O Programa de Opções Virtuais de Compra de Ações, descrito no item 8.4 é extensivo aos Gerentes. Os elegíveis ao programa e valores de concessão são definidos pelo Conselho de Administração. As regras são estabelecidas em regulamento, o mesmo da diretoria estatutária, e contrato de adesão do beneficiário. As premissas utilizadas no modelo de precificação estão descritas no item 8.12 (b).

Para os demais empregados não é praticada remuneração baseada em ações.

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social.

A razão entre a maior remuneração individual reconhecida no resultado e a mediana da remuneração individual dos empregados é de 210 vezes.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

O relacionamento com os sindicatos das categorias profissionais transcorre de forma transparente e com viés na solução de eventuais problemas. Periodicamente ocorrem reuniões para tratar de assuntos além da data base, relacionados a ambiente de trabalho, benefícios, atuação da liderança, remuneração variável entre outros, fazendo com que exista um clima de confiança e reciprocidade.

Em 2022 ocorreu uma paralisação pontual de 2 (dois) dias em uma das unidades.

10.5 Outras informações relevantes

Para resposta do item 10.1, referente aos indicadores de gênero, raça, faixa etária e localização geográfica, foi utilizada como base a ficha cadastral preenchida pelos colaboradores no ato da admissão.

Para a safra 23/24, será elaborado Plano de Ação, a partir de uma discussão interna com a alta liderança para avaliarmos a situação atual da Companhia em relação ao tema. Com base nas conclusões desse debate, serão mapeados desafios e oportunidades, visando melhorar o desempenho do negócio e promover melhorias no ambiente de trabalho, adequação das fichas de cadastro e posterior realização de censo cadastral de empregados na forma de autodeclaração, com a inclusão de demais categorias, especificamente no indicador de gênero (Não Binário/Outros).

11.1 Regras, políticas e práticas

A Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, revisada e aprovada pelo Conselho de Administração ("CA") em 30.8.2021, que estabelece os procedimentos a serem observados envolvendo partes relacionadas e em outras situações com potencial conflito de interesse, de acordo com as melhores práticas de governança corporativa. É aplicável à São Martinho e suas controladas, no que couber, às pessoas (físicas ou jurídicas) que possam ser consideradas como Partes Relacionadas e em situações de potencial conflito de interesses.

A definição de parte relacionada está em conformidade com os termos do Pronunciamento Técnico CPC nº 05 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários por meio da Deliberação CVM nº 642/10.

Os sistemas utilizados para gestão de contratos e gerenciamento de riscos de terceiro, possuem flags para identificar e filtrar relacionamentos com partes relacionadas. Adicionalmente, a Companhia informa que sua área de contabilidade conta com registros específicos com a mesma finalidade no âmbito do ERP ("*Enterprise Resource Planning*") utilizado para registros contábeis e financeiros.

De acordo com a Política, o CA deve aprovar qualquer transação com Parte Relacionada, incluindo celebração, renovação ou rescisão de quaisquer contratos, convênios, compromissos ou outras formas de acordo entre a Companhia e suas partes relacionadas, bem como quaisquer alterações relativas a prazo, escopo ou remuneração. A Transação com Parte Relacionada e as alternativas ou condições de mercado deverão ser analisadas e discutidas previamente em um dos Comitês de assessoramento e no Comitê de Auditoria, de forma a auxiliar o CA na análise da operação e em sua deliberação, sempre no melhor interesse da Companhia, com independência e transparência.

Mediante solicitação do Conselho de Administração, um laudo de avaliação/asseguração deve ser elaborado por empresa de consultoria/auditoria independente para comprovação das condições de mercado.

Dispensa-se a aprovação do CA nas operações contratadas entre a Companhia e suas controladas e/ou coligadas que envolvam situações cotidianas, no curso normal dos negócios, em condições de mercado e em benefício da Companhia.

A área de Relações com Investidores é responsável pela divulgação da ata contendo a aprovação e eventuais comunicados, quando necessário, no site de Relação com Investidores da Companhia e na CVM.

A área de Contabilidade manterá registro específico de transações com partes relacionadas e lista atualizada com a relação das partes relacionadas, sendo responsável pela divulgação das informações nas demonstrações financeiras e no Formulário de Referência.

A área de Governança é responsável por apoiar a Contabilidade na revisão da lista de partes relacionadas e informações ao mercado, apoiar demais áreas em caso de dúvidas e manter atualizado procedimento interno de transações com partes relacionadas, com detalhamentos dos fluxos.

11.1 Regras, políticas e práticas

A Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses encontra-se disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.saomartinho.com.br/ListGroup.aspx?idCanal=AtbRCN4YAJbUV3xXhcfxxQ==&ano=2021&linguagem=pt>), na Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Agro Pecuária Vale do Corumbataí S/A	22/11/2021	2.486.258,52	2.106.871,59	2.486.258,52	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Faz. São Joaquim - Quantidade de cana 20.555,72 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irreversível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Agro Pecuária Vale do Corumbataí S/A	23/11/2021	287.201,47	231.168,67	287.201,47	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Sítio Codo - Quantidade de cana 2.293,70 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irreversível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Agro Pecuária Vale do Corumbataí S/A	16/11/2021	764.009,07	716.189,01	764.009,07	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Sítio São João(Caçador) - Quantidade de cana 6.955,16 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irreversível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Agro Pecuária Vale do Corumbataí S/A	23/11/2021	58.334,62	45.909,13	58.334,62	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Gleba Ch. Santo Antônio Pascon - Quantidade de cana 460,43 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irreversível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Agro Pecuária Vale do Corumbataí S/A	17/11/2021	126.069,99	113.722,73	126.069,99	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Sítio Mombuca - Quantidade de cana 1.124,96 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irreversível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Agro Pecuária Vale do Corumbataí S/A	16/11/2021	36.595,76	36.595,76	36.595,76	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Sítio Ribeirãozinho - Quantidade de cana 370,53 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irrecorrível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Agro Pecuária Vale do Corumbataí S/A	11/11/2021	362.488,23	309.739,91	362.488,23	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Pavão/Mombuca/Itaqui - Quantidade de cana 23.264,87 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irrecorrível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Agro Pecuária Vale do Corumbataí S/A	12/11/2021	2.527.647,17	2.134.366,10	2.527.647,17	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Faz. BV Duas Matas - Quantidade de cana 20.740,38 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irreversível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Agro Pecuária Vale do Corumbataí S/A	11/11/2021	2.426.457,93	2.073.368,93	2.426.457,93	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Pavão/Mombuca/Itaqui - Quantidade de cana 23.264,87 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irreversível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Agro Pecuária Vale do Corumbataí S/A	28/07/2020	6.387.972,69	5.896.544,73	6.387.972,69	11 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Fazenda Santa Maria - Quantidade de cana 67.017,06 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irreversível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Agro Pecuária Boa Vista S.A.	08/08/2014	450.783.535,80	390.845.298,74	450.783.535,80	20 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de arrendamento de imóvel rural - Fundo Agrícola Fda Apeninos-Arred.cana USC - Quantidade de cana 8.245.466,52 t - Forma de pagamento mensal. Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, o campo "montante envolvido" foi considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinto: i) por consentimento mútuo ii) término da vigência; iii) por qualquer das Partes, por descumprimento de quaisquer obrigações, não seja sanado no prazo de 180 dias da comunicação; iv) pela Arrendadora, pelo não pagamento de 3 parcelas consecutivas do Preço, após notificação; v) pela Arrendadora, pelo não pagamento do Preço e não purgada a mora após 60 dias da notificação; e (vi) pela Arrendadora, em caso de mudança de controle da Arrendatária.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Agro Pecuária Boa Vista S.A.	20/09/2016	17.051.334,14	17.051.334,14	17.051.334,14	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Faz. Paraíso - Gleba B - Quantidade de cana 5.743,64 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irreversível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Agro Pecuária Boa Vista S.A.	26/04/2016	-8.653,05	-16.201,78	-8.653,05	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Sítio Vargem do Chibarro - Quantidade de cana 901,49 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irrecorrível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
AT Agrícola Ltda.	10/06/2021	2.219.101,65	1.524.857,88	2.219.101,65	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Empresa cujo acionista é administrador da Companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Santa Olívia - Quantidade de cana 16.876,36 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irrecorrível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Duas Barras Agropecuaria Ltda.	23/11/2021	1.585.089,24	1.283.571,42	1.585.089,24	4 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de arrendamento de imóvel rural - Fundo Agrícola Faz. Duas Barras - Quantidade de cana 12.208,29 t - Forma de pagamento mensal. Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, o campo "montante envolvido" foi considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Rescisão no caso de descumprimento contratual ou notificação prévia nos termos da Lei 4.504/64, e Decreto 59.566/19866 e Código Civil.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Imobiliária Paramirim S/A	17/11/2021	5.134.711,41	4.329.303,60	5.134.711,41	6 anos	0,000000

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Faz. B Duas Matas - Quantidade de cana 42.193,88 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irreversível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Imobiliária Paramirim S/A	17/11/2021	6.456.444,09	5.982.690,69	6.456.444,09	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Faz. Goes / Sítio Gonçalves / Faz. Sta Filomena/Sítio São Benedito/ Sítio Horto do Rio Claro/ Sítio Sta Bárbara/ Faz. Santa Rosa/ Chácara São Sebastião - Quantidade de cana 59.430,51 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irreversível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Imobiliária Paramirim S/A	16/11/2021	2.236.047,22	1.856.810,38	2.236.047,22	4 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Faz. Gleba Caieira II/ Iracema/ Aparecida - Quantidade de cana 18.116,12 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irrecorrível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
MCOT Participações Ltda.	10/09/2015	642.014,42	225.488,73	642.014,42	7 anos	0,000000
Relação com o emissor	Controlador indireto					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Faz. Rancho Alegre - Quantidade de cana 16.656,82 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irrecorrível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
NOP Agropecuária Ltda.	16/06/2021	14.170.889,39	13.167.040,64	14.170.889,39	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Faz. São Bento Velho - Quantidade de cana 127.426,61 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irrecorrível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
NOP Agropecuária Ltda.	16/06/2021	1.904.505,20	1.637.919,71	1.904.505,20	6 anos	0,000000

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Faz. Conquista - Quantidade de cana 15.559,11 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irreversível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
NOP Agropecuária Ltda.	11/07/2017	1.683.446,26	1.415.679,63	1.683.446,26	9 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Faz. Recanto - Quantidade de cana 15.199,84 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irreversível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
J.A.D. Agropecuária Ltda.	17/11/2021	5.596.947,22	4.335.032,57	5.596.947,22	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Faz. Morro Alto - Quantidade de cana 44.454,74 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irreversível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Marcia Campos Ometto Tank	13/12/2021	3.871.855,98	3.388.634,93	3.871.855,98	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Membro próximo da família com influência significativa					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Faz. Santa Lucia - Quantidade de cana 32.638,26 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irreversível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Grace Campos Ometto	13/12/2021	3.871.855,98	3.388.634,93	3.871.855,98	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Membro próximo da família com influência significativa					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Faz. Santa Lucia - Quantidade de cana 32.638,26 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irreversível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
João Guilherme Sabino Ometto	17/11/2021	757.636,06	752.562,85	757.636,06	6 anos	0,000000

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Administrador de controlador direto					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Ch. Boa Esperança - Quantidade de cana 7.509,14 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irreversível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Adriana Mirone Ometto	15/12/2021	6.428.016,63	6.127.930,76	6.428.016,63	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Membro próximo da família com influência significativa					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Santa Amélia/Santa Sofia - Quantidade de cana 59.483,80 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irreversível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
José Carlos Mirone Ometto	15/12/2021	5.607.005,15	4.663.327,43	5.607.005,15	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Membro próximo da família com influência significativa					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Santa Amélia/Santa Sofia - Quantidade de cana 59.483,80 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irrecorrível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Daniela Ometto Ribeiro	15/12/2021	5.607.005,35	4.663.327,47	5.607.005,35	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Membro próximo da família com influência significativa					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Santa Amélia/Santa Sofia - Quantidade de cana 59.483,80 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irrecorrível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Roberto Pupulin	21/12/2021	251.895,65	222.674,81	251.895,65	11 anos	0,000000
Relação com o emissor	Administrador de controlada					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Sítio Treviso I (Santa Izabel) - Quantidade de cana 2.266,94 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irrecorrível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Roberto Pupulin	25/06/2021	400.995,40	400.995,40	400.995,40	7 anos	0,000000

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Administrador de controlada					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Faz. Água Branca - Gleba A - Quantidade de cana 3.930,62 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irrecorrível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Roberto Pupulin	30/06/2021	1.652.960,07	1.446.664,28	1.652.960,07	7 anos	0,000000
Relação com o emissor	Administrador de controlada					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Sítio Ypê - Gleba B - Quantidade de cana 17.503,24 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irrecorrível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Roberto Pupulin	11/09/2018	355.464,60	284.113,45	355.464,60	8 anos	0,000000
Relação com o emissor	Administrador de controlada					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Sítio Santa Rita (Capão da Negra) - Quantidade de cana 4.016,03 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irrecorrível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Roberto Pupulin	17/05/2017	270.130,14	172.957,85	270.130,14	7 anos	0,000000
Relação com o emissor	Administrador de controlada					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Sítio Treviso (Marajó) - Quantidade de cana 5.185,5 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irrecorrível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Roberto Pupulin	26/07/2019	58.565,82	50.496,52	58.565,82	7 anos	0,000000
Relação com o emissor	Administrador de controlada					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola NCG L-161 e L-162 - Quantidade de cana 770,87 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irrecorrível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Roberto Pupulin	22/01/2020	902.449,45	753.272,21	902.449,45	8 anos	0,000000

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Administrador de controlada					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Sítio Novo São Paulo - Quantidade de cana 9.278,35 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irrecorrível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Roberto Pupulin	29/07/2019	78.580,33	63.642,24	78.580,33	7 anos	0,000000
Relação com o emissor	Administrador de controlada					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Núcleo Colonial Guataparã - LOTE C-334 - Quantidade de cana 971,76 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irrecorrível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Roberto Pupulin	21/09/2018	322.605,56	292.263,80	322.605,56	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Administrador de controlada					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Sítio Confiança - Quantidade de cana 2.610,74 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irrecorrível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Roberto Pupulin	06/10/2020	146.549,44	125.171,68	146.549,44	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Administrador de controlada					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola NCG -212/224/223/225 - Quantidade de cana 1.289,26 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irrecorrível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Cia. Agrícola Debelma	17/11/2021	4.005.219,07	3.160.478,91	4.005.219,07	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Faz. Santa Filomena Debelma - Quantidade de cana 27.622,62 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irrecorrível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Cia. Agrícola Debelma	17/11/2021	755.258,69	750.185,63	755.258,69	6 anos	0,000000

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Ch. Boa Esperança - Quantidade de cana 7.509,14 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irreversível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Cia. Agrícola Debelma	17/12/2021	7.988.887,34	7.673.857,47	7.988.887,34	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Bacury - Quantidade de cana 74.888,44 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irreversível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Cia. Agrícola Debelma	24/09/2019	5.191.205,99	5.044.207,56	5.191.205,99	14 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Sítio Cerradão Tiassú-1 - Quantidade de cana 60.466,14 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irreversível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Cia. Agrícola Debelma	26/09/2016	868.939,90	504.074,30	868.939,90	8 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Faz. Santa Olímpia 1 - Quantidade de cana 33.972,4 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irreversível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Cia. Agrícola Debelma	19/09/2019	1.105.524,81	1.000.028,84	1.105.524,81	14 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Faz. Santa Isabel - Quantidade de cana 14.606,26 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irreversível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Cia. Agrícola Debelma	19/09/2019	775.615,09	775.615,09	775.615,09	14 anos	0,000000

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Sítio Tiassú - Quantidade de cana 9.715,52 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irrecorrível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Velvet Participações S/A.	26/09/2016	838.385,43	473.519,66	838.385,43	8 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Faz. Santa Olímpia 1 - Quantidade de cana 33.972,4 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinta: a) pelo término do prazo do contrato ou de sua renovação; b) pela retomada do Imóvel; c) pela aquisição da área pela OUTORGADA; d) pelo distrato ou rescisão do contrato; e) pela resolução ou extinção do direito do OUTORGANTE; f) por motivo de força maior; g) por decisão judicial irrecorrível; h) pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural e j) por qualquer outra causa prevista em lei aplicável.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Velvet Participações S/A.	23/11/2021	5.723.925,87	4.630.131,55	5.723.925,87	7 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de arrendamento de imóvel rural - Fundo Agrícola Faz. Santa Adélia - Quantidade de cana 44.038,05 t - Forma de pagamento mensal. Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, o campo "montante envolvido" foi considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Rescisão no caso de descumprimento contratual ou notificação prévia nos termos da Lei 4.504/64, e Decreto 59.566/19866 e Código Civil.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Velvet Participações S/A.	23/11/2021	770.375,37	624.222,57	770.375,37	6 anos	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Contrato de arrendamento de imóvel rural - Fundo Agrícola Faz. Santo Antônio Expedito - Quantidade de cana 5.937,09 t - Forma de pagamento mensal. Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, o campo "montante envolvido" foi considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Rescisão no caso de descumprimento contratual ou notificação prévia nos termos da Lei 4.504/64, e Decreto 59.566/19866 e Código Civil.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Gabriel Lustre Gonçalves	30/07/2020	76.586,74	21.586,44	76.586,74	3 anos	0,000000
Relação com o emissor	Membro próximo de administrador da Companhia					
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Faz. Fazendinha (Faz. Goiabeira) - Quantidade de cana 331,90 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	n.a. - cls não há - casos omissos: lei					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Luciana Azadinho Lustre Gonçalves	02/03/2020	83.887,22	20.914,66	83.887,22	4 anos	0,000000
Relação com o emissor	Membro próximo de administrador da Companhia					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de Parceria Agrícola - Fundo Agrícola Sítio Angico - Quantidade de cana 350,46 t - Forma de pagamento mensal - Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, no campo "montante envolvido" foram considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	n.a.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Luciana Azadinho Lustre Gonçalves	16/10/2019	1.094.050,90		1.094.050,90	9 anos	0,000000
Relação com o emissor	Membro próximo de administrador da Companhia					
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços e fornecimento de cana de açúcar e outras avenças - Fundo Agrícola Faz. Fazendinha São Gabriel - Forma de pagamento mensal. Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, o campo "montante envolvido" foi considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	n.a.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Luciana Azadinho Lustre Gonçalves	24/10/2019	643.820,25		643.820,25	9 anos	0,000000
Relação com o emissor	Membro próximo de administrador da Companhia					
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços e fornecimento de cana de açúcar e outras avenças - Fundo Agrícola Faz. Enseada - Forma de pagamento mensal. Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, o campo "montante envolvido" foi considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	n.a.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Luciana Azadinho Lustre Gonçalves	24/10/2019	1.797.599,86	304.704,78	1.797.599,86	9 anos	0,000000

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Membro próximo de administrador da Companhia					
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços e fornecimento de cana de açúcar e outras avenças - Fundos Agrícolas: Faz. Flamboyant / Faz. Fazendinha 5113 gleba 99281/ Faz. Limoeiro 5165/ Faz. Fazendinha Bruacas - Forma de pagamento mensal. Por se tratar de operação sujeita a premissas variáveis de mercado, o campo "montante envolvido" foi considerado os valores pagos do contrato acrescido dos valores que serão pagos no futuro.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	n.a.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Luiz Ometto Participações S.A.	16/06/2014	315.861.000,00	11.548.380,11	315.861.000,00	10 anos	0,000000
Relação com o emissor	Controlador indireto					
Objeto contrato	Aquisição de participação societária da Santa Cruz S.A , tendo como razão a sinergia operacional e financeira.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	n.a.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					
Luiz Ometto Participações S.A.	16/06/2014	195.900.000,00	19.587.006,33	195.900.000,00	9 anos	0,000000
Relação com o emissor	Controlador indireto					
Objeto contrato	Alienação da totalidade de suas ações da Agro Pecuária Boa Vista para a Luiz Ometto Participações S.A. A transação foi parte da negociação da compra e venda de ações da Usina Santa Cruz S.A.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	n.a.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Luiz Ometto Participações S.A.	01/04/2021	971,67	108,96	971,67	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlador indireto					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas entre as empresas referente ao Centro de Serviços Compartilhado envolvendo principalmente as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria, RH, tecnologia da informação, comunicação, compliance e jurídico, que são rateadas proporcionalmente de acordo com critério específico, como quantidade de funcionários, número de lançamentos contábeis, usuários de rede, receita bruta de serviços, número de processos jurídicos. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores recebidos pela Companhia a título de reembolso no exercício encerrado em 31 de março de 2023. Contrato renovado automaticamente.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser encerrado mediante notificação com 30 dias de antecedência					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor					
Agro Pecuária Boa Vista S.A.	01/04/2021	81.820,16	10.779,50	81.820,16	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas entre as empresas referente ao Centro de Serviços Compartilhado envolvendo principalmente as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria, RH, tecnologia da informação, comunicação, compliance e jurídico, que são rateadas proporcionalmente de acordo com critério específico, como quantidade de funcionários, número de lançamentos contábeis, usuários de rede, receita bruta de serviços, número de processos jurídicos. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores recebidos pela Companhia a título de reembolso no exercício encerrado em 31 de março de 2023. Contrato renovado automaticamente.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser encerrado mediante notificação com 30 dias de antecedência					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor					
Agro Pecuária Vale do Corumbataí S/A	01/04/2021	87.728,74	12.669,83	87.728,74	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Reembolsos de despesas entre as empresas referente ao Centro de Serviços Compartilhado envolvendo principalmente as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria, RH, tecnologia da informação, comunicação, compliance e jurídico, que são rateadas proporcionalmente de acordo com critério específico, como quantidade de funcionários, número de lançamentos contábeis, usuários de rede, receita bruta de serviços, número de processos jurídicos. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores recebidos pela Companhia a título de reembolso no exercício encerrado em 31 de março de 2023. Contrato renovado automaticamente.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser encerrado mediante notificação com 30 dias de antecedência					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor					
Imobiliária Paramirim S/A	01/04/2021	112.611,80	17.177,68	112.611,80	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas entre as empresas referente ao Centro de Serviços Compartilhado envolvendo principalmente as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria, RH, tecnologia da informação, comunicação, compliance e jurídico, que são rateadas proporcionalmente de acordo com critério específico, como quantidade de funcionários, número de lançamentos contábeis, usuários de rede, receita bruta de serviços, número de processos jurídicos. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores recebidos pela Companhia a título de reembolso no exercício encerrado em 31 de março de 2023. Contrato renovado automaticamente.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser encerrado mediante notificação com 30 dias de antecedência					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor					
Agropecuária Caieira do Norte S/A	01/04/2021	26.331,91	3.060,93	26.331,91	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Coligada indireta					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas entre as empresas referente ao Centro de Serviços Compartilhado envolvendo principalmente as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria, RH, tecnologia da informação, comunicação, compliance e jurídico, que são rateadas proporcionalmente de acordo com critério específico, como quantidade de funcionários, número de lançamentos contábeis, usuários de rede, receita bruta de serviços, número de processos jurídicos. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores recebidos pela Companhia a título de reembolso no exercício encerrado em 31 de março de 2023. Contrato renovado automaticamente.					
Garantia e seguros	n.a.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser encerrado mediante notificação com 30 dias de antecedência					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor					
LJN Participações S.A.	01/04/2021	29.620,69	5.049,75	29.620,69	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controladora direta					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas entre as empresas referente ao Centro de Serviços Compartilhado envolvendo principalmente as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria, RH, tecnologia da informação, comunicação, compliance e jurídico, que são rateadas proporcionalmente de acordo com critério específico, como quantidade de funcionários, número de lançamentos contábeis, usuários de rede, receita bruta de serviços, número de processos jurídicos. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores recebidos pela Companhia a título de reembolso no exercício encerrado em 31 de março de 2023. Contrato renovado automaticamente.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser encerrado mediante notificação com 30 dias de antecedência					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor					
Cia. Agrícola Debelma	01/04/2021	1.513,83	188,17	1.513,83	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas entre as empresas referente ao Centro de Serviços Compartilhado envolvendo principalmente as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria, RH, tecnologia da informação, comunicação, compliance e jurídico, que são rateadas proporcionalmente de acordo com critério específico, como quantidade de funcionários, número de lançamentos contábeis, usuários de rede, receita bruta de serviços, número de processos jurídicos. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores recebidos pela Companhia a título de reembolso no exercício encerrado em 31 de março de 2023. Contrato renovado automaticamente.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser encerrado mediante notificação com 30 dias de antecedência					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor					
João Ometto Participações S/A	01/04/2021	13.326,63	2.703,49	13.326,63	indeterminado	0,000000

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlador indireto					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas entre as empresas referente ao Centro de Serviços Compartilhado envolvendo principalmente as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria, RH, tecnologia da informação, comunicação, compliance e jurídico, que são rateadas proporcionalmente de acordo com critério específico, como quantidade de funcionários, número de lançamentos contábeis, usuários de rede, receita bruta de serviços, número de processos jurídicos. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores recebidos pela Companhia a título de reembolso no exercício encerrado em 31 de março de 2023. Contrato renovado automaticamente.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser encerrado mediante notificação com 30 dias de antecedência					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor					
Nelson Ometto Participações Ltda.	01/04/2021	203,27		203,27	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlador indireto					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas entre as empresas referente ao Centro de Serviços Compartilhado envolvendo principalmente as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria, RH, tecnologia da informação, comunicação, compliance e jurídico, que são rateadas proporcionalmente de acordo com critério específico, como quantidade de funcionários, número de lançamentos contábeis, usuários de rede, receita bruta de serviços, número de processos jurídicos. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores recebidos pela Companhia a título de reembolso no exercício encerrado em 31 de março de 2023. Contrato renovado automaticamente.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser encerrado mediante notificação com 30 dias de antecedência					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor					
Jade Agropecuária Ltda.	01/04/2021	17.759,64	12.166,63	17.759,64	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas entre as empresas referente ao Centro de Serviços Compartilhado envolvendo principalmente as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria, RH, tecnologia da informação, comunicação, compliance e jurídico, que são rateadas proporcionalmente de acordo com critério específico, como quantidade de funcionários, número de lançamentos contábeis, usuários de rede, receita bruta de serviços, número de processos jurídicos. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores recebidos pela Companhia a título de reembolso no exercício encerrado em 31 de março de 2023. Contrato renovado automaticamente.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Saldo existente Negócio Real	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	n.a.				
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser encerrado mediante notificação com 30 dias de antecedência				
Natureza e razão para a operação					
Posição contratual do emissor	Credor				
Debelma Participações S.A.	01/04/2021	288,78	288,78	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlador indireto				
Objeto contrato	Reembolsos de despesas entre as empresas referente ao Centro de Serviços Compartilhado envolvendo principalmente as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria, RH, tecnologia da informação, comunicação, compliance e jurídico, que são rateadas proporcionalmente de acordo com critério específico, como quantidade de funcionários, número de lançamentos contábeis, usuários de rede, receita bruta de serviços, número de processos jurídicos. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores recebidos pela Companhia a título de reembolso no exercício encerrado em 31 de março de 2023. Contrato renovado automaticamente.				
Garantia e seguros	n.a.				
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser encerrado mediante notificação com 30 dias de antecedência				
Natureza e razão para a operação					
Posição contratual do emissor	Credor				
Dimas Ometto Participações S/A	01/04/2021	305,27	305,27	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlador indireto				
Objeto contrato	Reembolsos de despesas entre as empresas referente ao Centro de Serviços Compartilhado envolvendo principalmente as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria, RH, tecnologia da informação, comunicação, compliance e jurídico, que são rateadas proporcionalmente de acordo com critério específico, como quantidade de funcionários, número de lançamentos contábeis, usuários de rede, receita bruta de serviços, número de processos jurídicos. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores recebidos pela Companhia a título de reembolso no exercício encerrado em 31 de março de 2023. Contrato renovado automaticamente.				
Garantia e seguros	n.a.				
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser encerrado mediante notificação com 30 dias de antecedência				
Natureza e razão para a operação					
Posição contratual do emissor	Credor				

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
GMO Empreendimentos e Participações Ltda	01/04/2021	223,12		223,12	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlador indireto					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas entre as empresas referente ao Centro de Serviços Compartilhado envolvendo principalmente as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria, RH, tecnologia da informação, comunicação, compliance e jurídico, que são rateadas proporcionalmente de acordo com critério específico, como quantidade de funcionários, número de lançamentos contábeis, usuários de rede, receita bruta de serviços, número de processos jurídicos. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores recebidos pela Companhia a título de reembolso no exercício encerrado em 31 de março de 2023. Contrato renovado automaticamente.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser encerrado mediante notificação com 30 dias de antecedência					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor					
Jottapar Participações S/A	01/04/2021	541,41	124,46	541,41	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas entre as empresas referente ao Centro de Serviços Compartilhado envolvendo principalmente as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria, RH, tecnologia da informação, comunicação, compliance e jurídico, que são rateadas proporcionalmente de acordo com critério específico, como quantidade de funcionários, número de lançamentos contábeis, usuários de rede, receita bruta de serviços, número de processos jurídicos. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores recebidos pela Companhia a título de reembolso no exercício encerrado em 31 de março de 2023. Contrato renovado automaticamente.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser encerrado mediante notificação com 30 dias de antecedência					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor					
MCOT Participações Ltda.	01/04/2021	0,00			indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlador indireto					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Reembolsos de despesas entre as empresas referente ao Centro de Serviços Compartilhado envolvendo principalmente as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria, RH, tecnologia da informação, comunicação, compliance e jurídico, que são rateadas proporcionalmente de acordo com critério específico, como quantidade de funcionários, número de lançamentos contábeis, usuários de rede, receita bruta de serviços, número de processos jurídicos. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores recebidos pela Companhia a título de reembolso no exercício encerrado em 31 de março de 2023. Contrato renovado automaticamente.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser encerrado mediante notificação com 30 dias de antecedência					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor					
NOP Agropecuária Ltda.	01/04/2021	181,87		181,87	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas entre as empresas referente ao Centro de Serviços Compartilhado envolvendo principalmente as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria, RH, tecnologia da informação, comunicação, compliance e jurídico, que são rateadas proporcionalmente de acordo com critério específico, como quantidade de funcionários, número de lançamentos contábeis, usuários de rede, receita bruta de serviços, número de processos jurídicos. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores recebidos pela Companhia a título de reembolso no exercício encerrado em 31 de março de 2023. Contrato renovado automaticamente.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser encerrado mediante notificação com 30 dias de antecedência					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor					
Residencial Vila Verde SPE Ltda.	01/04/2021	24.142,77	4.607,02	24.142,77	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas entre as empresas referente ao Centro de Serviços Compartilhado envolvendo principalmente as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria, RH, tecnologia da informação, comunicação, compliance e jurídico, que são rateadas proporcionalmente de acordo com critério específico, como quantidade de funcionários, número de lançamentos contábeis, usuários de rede, receita bruta de serviços, número de processos jurídicos. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores recebidos pela Companhia a título de reembolso no exercício encerrado em 31 de março de 2023. Contrato renovado automaticamente.					
Garantia e seguros	n.a.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser encerrado mediante notificação com 30 dias de antecedência					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor					
Residencial Novos Bandeirantes I SPE Ltda.	01/04/2021	12.303,97		12.303,97	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas entre as empresas referente ao Centro de Serviços Compartilhado envolvendo principalmente as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria, RH, tecnologia da informação, comunicação, compliance e jurídico, que são rateadas proporcionalmente de acordo com critério específico, como quantidade de funcionários, número de lançamentos contábeis, usuários de rede, receita bruta de serviços, número de processos jurídicos. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores recebidos pela Companhia a título de reembolso no exercício encerrado em 31 de março de 2023. Contrato renovado automaticamente.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser encerrado mediante notificação com 30 dias de antecedência					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor					
Jardim Campo Verde II Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	01/04/2021	39.732,12	6.616,73	39.732,12	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas entre as empresas referente ao Centro de Serviços Compartilhado envolvendo principalmente as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria, RH, tecnologia da informação, comunicação, compliance e jurídico, que são rateadas proporcionalmente de acordo com critério específico, como quantidade de funcionários, número de lançamentos contábeis, usuários de rede, receita bruta de serviços, número de processos jurídicos. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores recebidos pela Companhia a título de reembolso no exercício encerrado em 31 de março de 2023. Contrato renovado automaticamente.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser encerrado mediante notificação com 30 dias de antecedência					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Colinas do Engenho II Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	01/04/2021	37.326,52	6.984,46	37.326,52	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas entre as empresas referente ao Centro de Serviços Compartilhado envolvendo principalmente as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria, RH, tecnologia da informação, comunicação, compliance e jurídico, que são rateadas proporcionalmente de acordo com critério específico, como quantidade de funcionários, número de lançamentos contábeis, usuários de rede, receita bruta de serviços, número de processos jurídicos. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores recebidos pela Companhia a título de reembolso no exercício encerrado em 31 de março de 2023. Contrato renovado automaticamente.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser encerrado mediante notificação com 30 dias de antecedência					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor					
San Giovanni Participações Ltda.	01/04/2021	76,13		76,13	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlador indireto					
Objeto contrato	Reembolsos de despesas entre as empresas referente ao Centro de Serviços Compartilhado envolvendo principalmente as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria, RH, tecnologia da informação, comunicação, compliance e jurídico, que são rateadas proporcionalmente de acordo com critério específico, como quantidade de funcionários, número de lançamentos contábeis, usuários de rede, receita bruta de serviços, número de processos jurídicos. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores recebidos pela Companhia a título de reembolso no exercício encerrado em 31 de março de 2023. Contrato renovado automaticamente.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser encerrado mediante notificação com 30 dias de antecedência					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor					
Velvet Participações S/A.	01/04/2021	300,55	540,86	300,55	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Saldo existente Negócio Real	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Reembolsos de despesas entre as empresas referente ao Centro de Serviços Compartilhado envolvendo principalmente as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria, RH, tecnologia da informação, comunicação, compliance e jurídico, que são rateadas proporcionalmente de acordo com critério específico, como quantidade de funcionários, número de lançamentos contábeis, usuários de rede, receita bruta de serviços, número de processos jurídicos. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores recebidos pela Companhia a título de reembolso no exercício encerrado em 31 de março de 2023. Contrato renovado automaticamente.				
Garantia e seguros	n.a.				
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser encerrado mediante notificação com 30 dias de antecedência				
Natureza e razão para a operação					
Posição contratual do emissor	Credor				
Agro Pecuária Boa Vista S.A.	01/03/2013	-146.796,10	-146.796,10	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia				
Objeto contrato	Contrato de aluguel - Contrato com vigência de 12 meses prorrogável por igual período. O valor mensal inicialmente contratado de R\$6.000,00 com atualização pelo índice IGPM. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores pagos pela Companhia durante o exercício encerrado em 31 de março de 2023.				
Garantia e seguros	n.a.				
Rescisão ou extinção	Pode ser extinto: a) ocorrendo sinistro ou incêndio ou algo que impossibilite a posse do imóvel, salvo em caso de dolo ou culpa da Locatária; b) pela desapropriação do imóvel; c) caso o imóvel seja utilizado de forma diversa da locação não residencial. Além disso, qualquer das partes poderá rescindir o contrato mediante o envio de comunicação a parte contrária, com antecedência de mínima de 30 (trinta) dias.				
Natureza e razão para a operação					
Posição contratual do emissor	Devedor				
Jottapar Participações S/A	22/06/2011	-174.892,34	-174.892,34	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Seus acionistas são controladores indiretos da companhia				
Objeto contrato	Contrato de aluguel - Contrato com vigência de 12 meses prorrogável por igual período. O valor mensal até a data base de 31/03/2023 era de R \$10.113,30 com atualização pelo índice IPCA/IBGE. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores pagos pela Companhia durante o exercício encerrado em 31 de março de 2023, incluindo despesas de condomínio entre outras.				
Garantia e seguros	n.a.				
Rescisão ou extinção	Pode ser extinto: a) ocorrendo incêndio, acidente ou obras urgentes no imóvel ou no edifício que impliquem na desocupação do mesmo; b) pela Locatária, mediante envio de comunicação por escrito com antecedência mínima de 60 dias; c) em caso de infração contratual.				

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Saldo existente Negócio Real	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação					
Posição contratual do emissor Devedor					
Santiquaranta Agrícola Ltda.	01/09/2006	-367.380,90	-367.380,90	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor Um dos seus acionistas é controlador indireto da companhia					
Objeto contrato Contrato de aluguel - Contrato com vigência de 12 meses prorrogável por igual período. O valor mensal até a data base de 31/03/2023 era de R \$18.800,30 com atualização pelo índice IPCA/IBGE. Dessa forma, indicamos no campo "Montante envolvido" os valores pagos pela Companhia durante o exercício encerrado em 31 de março de 2023, incluindo despesas de condomínio entre outras.					
Garantia e seguros n.a.					
Rescisão ou extinção Pode ser extinto: a) ocorrendo incêndio, acidente ou obras urgentes no imóvel ou no edifício que impliquem na desocupação do mesmo; b) pela Locatária, mediante envio de comunicação por escrito com antecedência mínima de 60 dias; c) em caso de infração contratual.					
Natureza e razão para a operação					
Posição contratual do emissor Devedor					
CTC - Centro de Tecnologia Canaveieira S.A.	08/05/2017	8.445,25	8.445,25	7 anos	0,000000
Relação com o emissor A São Martinho Inova S.A. (controlada da emissora) é detentora de 5,41% do capital social do CTC - Centro de Tecnologia Canaveieira S.A.					
Objeto contrato Contrato de Arrendamento Rural para Melhoramento Genético e Produção de Cana de Açúcar. O objeto do contrato também contempla a compra pela arrendante (São Martinho S.A.) da totalidade de cana de açúcar disponibilizada pela arrendatária (CTC).O pagamento do arrendamento ocorrerá no dia 15 de Abril das safras de 2018/2019 a 2025/2026 considerando a quantidade equivalente a 114,75 de cana de açúcar por alqueire efetivamente cultivado e arrendado. Quanto ao valor pago decorrente da compra de cana, é apurado ao final do ano-safra, a partir da metodologia do Consecana/SP. No campo "montante envolvido" foi considerado o valor líquido após a compensação entre valores recebidos de arrendamento e valores pagos pela compra de cana, desde o início do contrato até a data base.					
Garantia e seguros n.a.					
Rescisão ou extinção Pode ser extinto: a) pelo Arrendante, em caso de atraso no pagamento por mais de 15 dias, mediante comunicação por escrito; b) em caso de descumprimento contratual não sanado no prazo de 60 dias após notificação; e c) por qualquer das Partes mediante notificação com 12 meses de antecedência.					
Natureza e razão para a operação					
Posição contratual do emissor Credor					
CTC - Centro de Tecnologia Canaveieira S.A.	19/06/2017	253.896,45	253.896,45	13 anos	0,000000

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	A São Martinho Inova S.A. (controlada da emissora) é detentora de 5,41% do capital social do CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.					
Objeto contrato	Contrato de Arrendamento Rural para Melhoramento Genético e Produção de Cana de Açúcar. O objeto do contrato também contempla a compra pela arrendante (São Martinho S.A.) da totalidade de cana de açúcar disponibilizada pela arrendatária (CTC).O pagamento do arrendamento ocorrerá no dia 15 de Abril das safras de 2017/2018 a 2028/2029 considerando a quantidade equivalente a 114,75 de cana de açúcar por alqueire efetivamente cultivado e arrendado. Quanto ao valor pago decorrente da compra de cana, é apurado ao final do ano-safra, a partir da metodologia do Consecana/SP. No campo "montante envolvido" foi considerado o valor líquido após a compensação entre valores recebidos de arrendamento e valores pagos pela compra de cana, desde o início do contrato até a data base.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinto: a) pelo Arrendante, em caso de atraso no pagamento por mais de 15 dias, mediante comunicação por escrito; b) em caso de descumprimento contratual não sanado no prazo de 60 dias após notificação; e c) por qualquer das Partes mediante notificação com 12 meses de antecedência.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor					
CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.	04/11/2014	16.766,53		16.766,53	21 anos	0,000000
Relação com o emissor	A São Martinho Inova S.A. (controlada da emissora) é detentora de 5,41% do capital social do CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.					
Objeto contrato	Contrato de Arrendamento Rural para Melhoramento Genético e Produção de Cana de Açúcar. O objeto do contrato também contempla a compra pela arrendante (São Martinho S.A.) da totalidade de cana de açúcar disponibilizada pela arrendatária (CTC).O pagamento do arrendamento ocorrerá no dia 15 de Abril das safras de 2015/2016 a 2034/2035 considerando a quantidade equivalente a 114,75 de cana de açúcar por alqueire efetivamente cultivado e arrendado. Quanto ao valor pago decorrente da compra de cana, é apurado ao final do ano-safra, a partir da metodologia do Consecana/SP. No campo "montante envolvido" foi considerado o valor líquido após a compensação entre valores recebidos de arrendamento e valores pagos pela compra de cana, desde o início do contrato até a data base.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinto: a) pelo Arrendante, em caso de atraso no pagamento por mais de 15 dias, mediante comunicação por escrito; b) em caso de descumprimento contratual não sanado no prazo de 60 dias após notificação; e c) por qualquer das Partes mediante notificação com 12 meses de antecedência.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor					
CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.	24/03/2016	260.308,20	150.093,05	260.308,20	13 anos	0,000000
Relação com o emissor	A São Martinho Inova S.A. (controlada da emissora) é detentora de 5,41% do capital social do CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de Arrendamento Rural para Melhoramento Genético e Produção de Cana de Açúcar. O objeto do contrato também contempla a compra pela arrendante (São Martinho S.A.) da totalidade de cana de açúcar disponibilizada pela arrendatária (CTC).O pagamento do arrendamento ocorrerá no dia 15 de Abril das safras de 2016/2017 a 2029/2030 considerando a quantidade equivalente a 114,75 de cana de açúcar por alqueire efetivamente cultivado e arrendado. Quanto ao valor pago decorrente da compra de cana, é apurado ao final do ano-safra, a partir da metodologia do Consecana/SP. No campo "montante envolvido" foi considerado o valor líquido após a compensação entre valores recebidos de arrendamento e valores pagos pela compra de cana, desde o início do contrato até a data base.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinto: a) pelo Arrendante, em caso de atraso no pagamento por mais de 15 dias, mediante comunicação por escrito; b) em caso de descumprimento contratual não sanado no prazo de 60 dias após notificação; e c) por qualquer das Partes mediante notificação com 12 meses de antecedência.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor					
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	19/12/2013	4.924.923,04	38.457,35	4.924.923,04	10 anos	0,000000
Relação com o emissor	A São Martinho Inova S.A. (controlada da emissora) é detentora de 5,41% do capital social do CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.					
Objeto contrato	Contrato de Arrendamento Rural para Melhoramento Genético e Produção de Cana de Açúcar. O objeto do contrato também contempla a compra pela arrendante (São Martinho S.A.) da totalidade de cana de açúcar disponibilizada pela arrendatária (CTC). O preço corresponde a um valor fixo de quilos de ATR por hectare de área. Quanto ao valor pago decorrente da compra de cana, é apurado ao final do ano-safra, a partir da metodologia do Consecana/SP. No campo "montante envolvido" foi considerado o valor líquido após a compensação entre valores recebidos de arrendamento e valores pagos pela compra de cana, desde o início do contrato até a data base.					
Garantia e seguros	n.a.					
Rescisão ou extinção	Pode ser extinto: a) pelo Arrendante, em caso de atraso no pagamento por mais de 15 dias, mediante comunicação por escrito; ou b) em caso de descumprimento contratual não sanado no prazo de 15 dias após notificação.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor					
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	30/04/2021	6.290.223,47	21.654,88	6.290.223,47	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	A São Martinho Inova S.A. (controlada da emissora) é detentora de 5,41% do capital social do CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.					
Objeto contrato	Compra de cana na modalidade SPOT. O preço corresponde a um valor fixo de quilos de ATR por hectare de área. Quanto ao valor pago decorrente da compra de cana, é apurado ao final do ano-safra, a partir da metodologia do Consecana/SP. No campo "montante envolvido" foi considerado os valores pagos durante o exercício encerrado em 31 de março de 2023.					
Garantia e seguros	n.a.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	n.a.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
	Devedor					
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	11/02/2022	148.252.397,69		148.252.397,69	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor						
A São Martinho Inova S.A. (controlada da emissora) é detentora de 5,41% do capital social do CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.						
Objeto contrato						
Contrato de licenciamento para multiplicação de material vegetativo de cultivares de cana de açúcar. O contrato vigorará até o termo final do prazo de proteção das cultivares. O preço a ser pago pela licença de multiplicação para uso próprio das cultivares corresponde a um valor líquido por hectare corrigido a cada ano-safra pelo IPCA/IBGE, ou índice que venha a substituí-lo. No campo "montante envolvido" foi considerado os valores pagos de royalties considerando o período desde o início do contrato até a data base.						
Garantia e seguros						
n.a.						
Rescisão ou extinção						
Rescisão: Poderá ser considerado rescindido o CONTRATO, sem necessidade de interpelação judicial ou extrajudicial, de pleno direito, nas seguintes hipóteses além de outras previstas em lei: (a) decretação de falência, recuperação judicial, insolvência da LICENCIADA ou encerramento de suas atividades; ou (b) prática pela LICENCIADA de atos que importem descrédito ou venham a prejudicar a LICENCIANTE, desde que devidamente comprovados. Resilição: Qualquer das Partes poderá resilir o presente CONTRATO, imotivadamente e sem ônus, mediante notificação com antecedência mínima de 3 (três) meses, sem prejuízo do adimplemento de todas as obrigações contratuais aqui estabelecidas.						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Conforme disposto na Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, caberá ao Conselho de Administração aprovar qualquer Transação com Partes Relacionadas, incluindo celebração, renovação ou rescisão de quaisquer contratos, convênios, compromissos ou outras formas de acordo entre a Companhia e suas partes relacionadas, bem como quaisquer alterações relativas a prazo, escopo ou remuneração.

Havendo interesses conflitantes por parte de acionista ou membro-chave da Administração em relação a determinada(s) matéria(s) a ser(em) deliberada(s) em reunião colegiada dos órgãos da administração ou assembleia, a pessoa conflitada deve informar, tempestivamente, declarando-se impedido de participar das discussões e deliberações sobre o assunto, devendo ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar a matéria.

Caberá à pessoa conflitada informar seu conflito de interesse tão logo o assunto seja incluído na ordem do dia ou proposto pelo presidente do Conselho de Administração ou Diretor Presidente, antes do início de qualquer discussão sobre o tema. Qualquer pessoa presente à reunião poderá também suscitar eventual conflito existente que será decidido caso a caso.

Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

As transações com partes relacionadas descritas no item 11.2 deste Formulário de Referência são formalizadas mediante celebração de contratos com cláusulas e condições refletindo os preços e práticas de mercado, conforme parâmetros a seguir descritos.

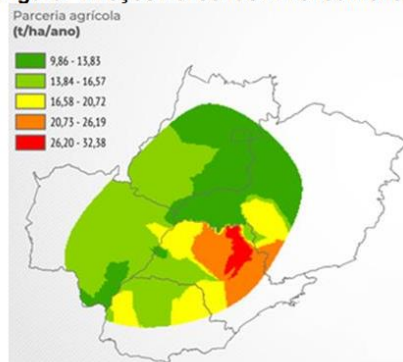
i) Contratos de Parceria e Arrendamento

Os contratos de parceria e arrendamento de cana da Companhia são celebrados a partir das condições e preços médios de mercado da respectiva região, levando em consideração as características de cada contrato e propriedade, em especial a distância da usina, qualidade do solo (potencial produtivo), topografia e tamanho da área.

Os contratos de parceria e arrendamento celebrados com partes relacionadas se referem a áreas muito próximas às usinas, com qualidade do solo (potencial produtivo), distância da usina, topografia e tamanho de área favoráveis às atividades desenvolvidas pela Companhia. Os preços médios observados nos referidos contratos se encontram próximos da variação de preços divulgada pela Instituição PECEGE-ESALQ/USP, nas regiões de Iracemápolis (20,73 a 26,19 ton/ha/ano), Américo Brasiliense (20,73 a 26,19 ton/ha/ano), Pradópolis (26,20 a 32,38 ton/ha/ano) e Quirinópolis (13,84 a 16,57 ton/ha/ano).

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Figura - Preços Parcerias/Arrendamentos



Fonte: Apresentação PECEGE 2020 - Custos de Produção de Cana de Açúcar 1 na Região Centro Sul do Brasil | Safra 2019/2020).

Referidos contratos são firmados ou renovados mediante aprovação do Conselho de Administração e a partir da apresentação de um Relatório de Asseguração, elaborado por uma empresa de auditoria independente (o último foi realizado pela Ernst&Young), confirmando o atendimento dos parâmetros objetivos indicados acima.

O quadro abaixo demonstra a relação dos preços médios em toneladas de cana por hectare e por usina pagos pela Companhia a partes relacionadas e a terceiros, utilizando uma base hipotética de 100 unidades, de forma a demonstrar a variação percentual entre as médias das partes relacionadas e médias de terceiros:

31/03/2023	Média Parte Relacionada	Média Terceiros	Variação
Usina Iracema	98,35	100	-1,65%
Usina São Martinho	102,55	100	2,55%
Usina Boa Vista	92,27	100	-7,73%
Usina Santa Cruz	102,54	100	2,54%

Fonte: Dados da Companhia

Como se pode ver, a Companhia paga às partes relacionadas valores semelhantes aos atribuídos a terceiros, de forma que suas variações decorrem dos parâmetros objetivos adotados para precificação, tais como qualidade da área, proximidade da usina, longevidade do canavial, livre acesso a distribuição de vinhaça, tamanho da propriedade, prazo do contrato etc.

No caso específico da Usina Santa Cruz, o contrato de arrendamento foi celebrado no contexto da transação de aquisição acionária, observando as condições de mercado, conforme divulgado ao mercado no Fato Relevante de 05 de maio de 2014, cujo texto encontra-se abaixo:

“Celebração pela Santa Cruz de contrato de arrendamento com a APBV pelo prazo de 20 anos. Com base na produtividade da safra 13/14, o volume de cana de açúcar da área explorada soma aproximadamente 1,4 milhão de toneladas, correspondendo a aproximadamente 30% da capacidade da planta industrial. O valor do arrendamento, acordado em 60 toneladas/alqueire (24,79 toneladas/hectare) e ATR padrão (121,97 Kg/tonelada), baseou-se nas condições vigentes no mercado para esta região, considerando contratos de prazos semelhantes”.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

No exercício findo em 31 de março de 2023, o valor pago nos contratos de parceria e arrendamentos com partes relacionadas (listadas no item 11.2 deste Formulário de Referência) foi de R\$ 76,4 milhões, ao passo que, para as demais contrapartes, esse valor totalizou R\$ 500,9 milhões.

ii) Contratos de alienação ou aquisição de participação acionária

A aquisição de 56,05% da participação acionária na Usina Santa Cruz ("USC"), no valor de R\$ 315,8 milhões e a alienação de 34,29% das ações da Agro Pecuária Boa Vista S.A. ("APBV"), por R\$ 195,9 milhões foram anunciadas ao mercado, por meio dos Fatos Relevantes divulgados em 05 de maio de 2014 e 08 de agosto de 2014.

A aquisição da totalidade da participação acionária da USC foi avaliada em R\$ 563,4 milhões através do método de fluxo de caixa descontado, com base no relatório de avaliação econômico-financeiro realizado pelo Banco Itaú BBA S.A, por meio do qual a participação acionária adquirida pela Companhia de 56,05%, foi avaliada em R\$ 315,8 milhões.

A Companhia ressalta que as principais premissas do referido fluxo de caixa descontado foram: (i) moagem de cana de açúcar; (ii) preços de açúcar, etanol e energia; (iii) produtividade agrícola com base ambiente edafoclimático das fazendas; e (iv) taxa livre de risco de 14% ao ano. Com relação à alienação da participação acionária da APBV, a Companhia informa que esta foi realizada com base no laudo da Deloitte e Touche Tohmatsu, emitido em fevereiro de 2014, cuja a metodologia de avaliação consistiu no método comparativo direto de dados de mercado como definido pelas Normas NBR 14653-1 e NBR 14653-3 da ABNT, cuja premissa de avaliação consiste em se determinar o valor de mercado de um bem por meio de comparação com outros similares, através de seus preços de venda, tendo em vista as suas características semelhantes. Com base no referido laudo de avaliação, a totalidade da participação acionária da APBV foi avaliada por R\$ 561,3 milhões, por meio do qual a participação acionária adquirida pela Companhia, qual seja, de 34,29%, foi avaliada em R\$ 195,9 milhões.

A transação foi deliberada e aprovada em AGE ocorrida em 22 de julho de 2014, com abstenção dos votos impedidos declarados de Luiz Antonio Cera Ometto e Marcelo Campos Ometto.

Como parte desta transação e conforme Fato Relevante divulgado em 08 de agosto de 2014, o montante final desembolsado pela Companhia, que somava aproximadamente R\$ 119,9 milhões, na data, foram parcelados por 10 anos, corrigidos pelo CDI. O montante em aberto constam nas linhas do Balanço Patrimonial "Aquisição de participações societárias - passivo circulante" e "Outros ativos - ativo não circulante", conforme detalhado no item 17 das notas explicativas referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2023.

iii) Contratos de Compartilhamento de Despesas

A São Martinho presta serviços por meio de contratos de compartilhamento de despesas, pois concentra as atividades administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas, recursos humanos, suprimentos e tecnologia da informação, que garante a qualidade do serviço, agilidade na comunicação, disponibilidade e especialização da mão-de-obra, além de reduzir as despesas administrativas para a própria Companhia e para as Partes Relacionadas que participam do rateio a preço de custo.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Tratando-se de compartilhamento de serviços e rateio de despesas, a regra de mercado que a Companhia segue são as determinações da Receita Federal constantes da SC-COSIT nº 23/2013 e da SC-COSIT nº149/2021, nos quais os custos e despesas rateados são necessários, habituais, devidamente comprovados e pagos, sendo formalizados por meio de instrumento previamente ajustado, com critérios iguais para todas as pessoas jurídicas do mesmo grupo econômico. O repasse às Partes Relacionadas ocorre de forma comutativa, proporcional à utilização marginal da estrutura existente. Os custos e despesas são objeto de formalização e validação entre as partes, com rateio e reembolso mensal e observam a proporção da quantidade/tempo para a realização das atividades.

No exercício findo em 31 de março de 2023, os serviços prestados às Partes Relacionadas mencionadas no item 11.2 deste Formulário de Referência somam cerca de R\$ 487 mil, o que representa, aproximadamente, 0,56% dos custos do CSC (R\$ 87 milhões).

Tendo em vista que o volume de serviços às Partes Relacionadas é marginal, a São Martinho absorve essa demanda sem necessidade de contratação de empregados adicionais.

iv) Outros contratos (aluguel, compra e venda de mudas e licenciamento para multiplicação de material vegetativo de cultivares de cana de açúcar)

Contratos de aluguel

a) O contrato com a Agro Pecuária Boa Vista S.A. foi celebrado em março de 2013 (anteriormente à aquisição do controle acionário da Usina Santa Cruz ocorrida em agosto de 2014) com base no preço médio do mercado de locação de imóvel semelhante (considerando, principalmente, o tamanho, localização e qualidade do imóvel), apurado por meio de avaliação técnica realizada por duas imobiliárias, seguindo premissa prevista no referido contrato de locação. O valor anual da locação é ajustado com base no IGP-M, seguindo o padrão de mercado de transações imobiliárias.

A Companhia informa que o valor atual pago encontra-se em linha com o valor de mercado, conforme valor médio do metro quadrado do aluguel dos imóveis comerciais encontrados na região, com características semelhantes disponíveis para locação, por meio do website de imobiliária renomada da região.¹

O preço médio do metro quadrado apurado foi de R\$ 20,35, enquanto o preço corrigido e atualmente pago para a locação em questão é de R\$ 19,95/m².

b) Em relação aos contratos de aluguel firmados com Jottapar Participações S.A e Santiquaranta Agrícola Ltda., ambos têm como objeto, imóveis localizados no Bairro Cidade Monções, em São Paulo. O valor anual da locação é ajustado com base no IPCA. O valor anual corrigido dos contratos no final de 31 de março de 2023 foi aproximadamente: R\$ 175 mil (Jottapar) e R\$ 367 mil (Santiquaranta), incluindo custos relacionados à condomínio, IPTU entre outros.

Considerando a área locada, o preço mensal de cada contrato indicado na planilha do item 11.2, encontra-se em linha com o valor atual de mercado.² O preço médio

¹ <https://imobsaopaulo.com.br/> Acesso em 10.8.2023

² <https://www.vivareal.com.br/> Acesso em 10.8.2023

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

apurado do metro quadrado de imóveis comerciais para locação na região foi de R\$ 44,73, enquanto o preço atualmente pago para a locação é de R\$ 42,50/m².

Contratos de compra e venda de mudas e licenciamento para multiplicação de material vegetativo de cultivares de cana de açúcar

A Companhia possui em seu canavial variedades de cana de açúcar plantadas, sendo uma parte delas fornecidas pelo CTC.

As bases concretas de comparação utilizadas para fundamentar a escolha dos seus fornecedores de mudas e material vegetativo consistem em (i) potencial produtivo medido em toneladas por hectares e ATR; (ii) longevidade do canavial; e (iii) custo de royalties. Referida avaliação é realizada, aproximadamente, a cada 6 anos, o que corresponde ao período em que a Companhia realiza o replantio de determinado hectare. A escolha do fornecedor decorre da comparação de custo/benefício da muda e do material vegetativo da cana de açúcar ao longo do ciclo da planta.

Os contratos de compra de mudas e contratos de licenciamento para multiplicação de material vegetativo de cultivares de cana de açúcar firmados com o CTC observam o previsto nas suas Políticas Corporativas Comercial e de Transações com Partes Relacionadas, as quais preveem que os preços devem ser os mesmos que seriam praticados se as partes da transação não fossem relacionadas entre si (fonte: <https://ctc.com.br>). Ainda, conforme divulgado no Formulário de Referência do CTC, os preços são uniformes para todos os clientes.

A forma de comercialização e cobrança utilizada pelo CTC é assegurada pela Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456/1997), Decreto nº 2.366/1997, Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 279/1996), Decreto nº 1.355/1994, e pela Lei de Sementes e Mudas (Lei nº 10.711/2003).

O CTC e a Companhia também possuem contratos de arrendamento rural nos estados de São Paulo e Goiás para fins de pesquisas e desenvolvimento de seus cultivares. A cana de açúcar produzida nessas áreas (chamadas "viveiros") é vendida para a Companhia. Os preços (líquidos de tributos) recebidos pela Companhia, nesses arrendamentos se encontram dentro dos preços de mercado mencionados na figura apresentada no item Contratos de Parceria e Arrendamento (Figura - Preços Parcerias/Arrendamentos) e o preço pago pela cana nas relações com CTC é o mesmo pago aos demais fornecedores, baseado na qualidade e quantidade da cana e preços divulgados pelo CONSECANA/SP (metodologia Consecana).

No exercício findo em 31 de março de 2023, conforme demonstrando no item 11.2 deste Formulário de Referência, o montante de contratos com CTC somou, aproximadamente, R\$ 22,3 milhões.

11.3 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes nesta seção.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
28/07/2023		3.941.717.487,21	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
354.011.329	0	354.011.329	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
28/07/2023		3.941.717.487,21	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
354.011.329	0	354.011.329	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
09/12/2016		0,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
372.000.000	0	372.000.000	

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
28/07/2023		3.941.717.487,21	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
354.011.329	0	354.011.329	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é um emissor estrangeiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio
Identificação do valor mobiliário	CRA IV
Data de emissão	20/03/2019
Data de vencimento	15/04/2026
Quantidade	840.000
Valor total R\$	840.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	840.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>A Remuneração dos CRA ocorrerá anualmente, os juros remuneratórios incidirão sobre o Valor Nominal dos CRA, correspondentes a 98,5% (noventa e oito inteiros e cinco décimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.</p> <p>O pagamento da amortização ocorrerá em duas parcelas, sendo 50% pago em 15 de abril de 2025 e 100% pago na data de vencimento.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	não aplicável.
Outras características relevantes	Lastreado em direitos creditórios de agronegócio devidos pela São Martinho (2ª emissão de debêntures).

Valor mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio
Identificação do valor mobiliário	CRA III - 2ª série
Data de emissão	15/03/2018
Data de vencimento	15/03/2025
Quantidade	212.543
Valor total R\$	212.543.000,00
Saldo Devedor em Aberto	212.543.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>Os CRA NTN-B farão jus a juros remuneratórios, incidentes, de forma anual, ano-base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, sobre o Valor Nominal Unitário atualizado, equivalentes a 4,6818% (quatro inteiros e seis mil, oitocentos e dezoito décimos de milésimo por cento), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporais por Dias Úteis decorridos. A Remuneração deverá ser paga anualmente no mês de março de cada ano, em 7 (sete) parcelas, sendo a primeira parcela realizada em 15 de março de 2019 e a última devida na Data de Vencimento dos CRA NTN-B.</p> <p>Amortização: O Valor Nominal Unitário será pago, em parcela única, na Data de Vencimento dos CRA NTN-B.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não Aplicável
Outras características relevantes	Lastreado em direitos creditórios de agronegócio devidos pela São Martinho (1ª emissão de debêntures).

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	3ª Emissão de Debêntures
Data de emissão	15/06/2021
Data de vencimento	15/06/2031
Quantidade	500.000
Valor total R\$	500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	500.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Caso seja legalmente permitido a Emissora poderá, a qualquer momento, desde que decorrido o prazo médio ponderado de 4 anos a contar da Data de Emissão das Debêntures, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures. O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido (a) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, calculado pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado, e (b) se for o caso e a critério da Emissora, do prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	não aplicável

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

Os recursos obtidos pela Emissora com as Debêntures serão integralmente destinados ao desenvolvimento, construção e operação dos Projetos de Investimento (conforme definido na Escritura de Emissão), considerados prioritários nos termos do artigo 2º da Lei n.º 12.431, de 24 de junho de 2011 (“Lei 12.431”), do Decreto 8.874 e das Portarias do Ministério de Minas e Energia n.º 18, de 14 de janeiro de 2021 e n.º 21, de 04 de maio de 2021, publicadas no Diário Oficial da União em 15 de janeiro de 2021 e 15 de maio de 2021, respectivamente, que aprovaram o enquadramento dos Projetos de Investimento (conforme definido abaixo) como prioritários (“Portarias”),

I. Portaria nº 18, de 14 de janeiro de 2021:

Objetivo do Projeto Usina: projeto de investimento em infraestrutura no setor de energia apresentado pela Companhia referente à manutenção, adequação e modernização das atividades de produção de biocombustíveis da Usina de Boa Vista, segregadas em plantio de cana-de-açúcar, manutenção de entressafra, tratos culturais, equipamentos e reposições e ambiental e legal (“Projeto Usina”); o valor da Emissão que será destinado ao Projeto Usina: R\$ 140.500.000,00 (cento e quarenta milhões e quinhentos mil reais);

II. Portaria nº 21, de 04 de maio de 2021:

Objetivo do Projeto Capex: projeto de investimento na atividade de produção e estocagem de biocombustíveis e da sua biomassa denominado “Capex de Manutenção e Melhoria Operacional para produção de biocombustível na Usina Boa Vista” (“Projeto Capex” e, em conjunto com o Projeto Usina, os “Projetos de Investimento”); o valor da Emissão que será destinado ao Projeto Capex: R\$ 359.500.000,00 (trezentos e cinquenta e nove milhões e quinhentos mil reais);

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	4ª Emissão de Debêntures - 2ª Série
Data de emissão	15/01/2022
Data de vencimento	15/01/2037
Quantidade	492.884
Valor total R\$	492.884.000,00
Saldo Devedor em Aberto	492.884.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	n.n
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão de Debêntures (Lastro CRA III - 1ª série; CRA III - 2ª série)
Data de emissão	15/03/2018
Data de vencimento	14/03/2025
Quantidade	500.000.000
Valor total R\$	500.000.000,00

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Saldo Devedor em Aberto	500.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures não serão registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá realizar (i) a oferta de resgate de parte, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da totalidade das Debêntures emitidas e integralizadas, ou da totalidade das Debêntures, a qualquer momento a partir da Data de Integralização das Debêntures e a seu exclusivo critério; ou (ii) o resgate antecipado facultativo integral das Debêntures NTN-B e/ou das Debêntures DI, a qualquer momento a partir da Data de Integralização das Debêntures e a seu exclusivo critério, caso verifique-se obrigação de acréscimo de valores nos pagamentos devidos pela Companhia sob as Debêntures NTN-B e/ou as Debêntures DI e/ou o Contrato de Aquisição de Debêntures, em razão de incidência ou majoração de tributos, exceto nos casos em que tal incidência ou majoração de tributos decorra, direta ou indiretamente, de descumprimento pela Companhia de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável.
Outras características relevantes	Destinação de Recursos: Os recursos captados por meio da presente Emissão deverão ser utilizados pela Companhia, integral e exclusivamente, para a atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de açúcar, álcool e seus derivados, na forma prevista em seu objeto social, com fundamento no artigo 23, parágrafo 1º, da Lei 11.076.

Vert Créditos LTDA como subscritora das debêntures.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	4ª Emissão de Debêntures - 1ª Série
Data de emissão	15/01/2022
Data de vencimento	15/01/2032
Quantidade	605.202
Valor total R\$	605.202.000,00
Saldo Devedor em Aberto	605.202.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Caso seja legalmente permitido à Emissora realizar o resgate antecipado das Debêntures, parcial ou total, nos termos da Lei 12.431, da Resolução CMN 4.751 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, desde que decorrido o prazo médio ponderado de 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão das Debêntures, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas. O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido (a) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, calculado pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado, e (b) se for o caso e a critério da Emissora, do prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável.
Outras características relevantes	As Debêntures contarão com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei 12.431, do Decreto 8.874, da Resolução CMN 3.947 ou norma posterior que as alterem, substituam ou complementem, conforme aplicáveis, sendo os recursos líquidos captados com as Debêntures aplicados integralmente nos Projetos. Foram expedidas as Portarias do Ministério de Minas e Energia para enquadramento dos Projetos como prioritários.
<hr/>	
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	2ª emissão de debêntures (Lastro da CRA IV)
Data de emissão	20/03/2019
Data de vencimento	14/04/2026
Quantidade	840.000
Valor total R\$	840.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	840.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures não serão registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá realizar (i) a oferta de resgate de parte, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da totalidade das Debêntures emitidas e integralizadas, ou da totalidade das Debêntures, a qualquer momento a partir da Data de Integralização das Debêntures e a seu exclusivo critério; ou (ii) o resgate antecipado facultativo integral das Debêntures a qualquer momento a partir da Data de Integralização das Debêntures e a seu exclusivo critério, caso verifique-se obrigação de acréscimo de valores nos pagamentos devidos pela Companhia sob as Debêntures e/ou o Contrato de Aquisição de Debêntures, em razão de incidência ou majoração de tributos, exceto nos casos em que tal incidência ou majoração de tributos decorra, direta ou indiretamente, de descumprimento pela Companhia de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	<p>Destinação de Recursos: Os recursos captados por meio da presente Emissão deverão ser utilizados pela Companhia, integral e exclusivamente, para o custeio da produção de cana-de-açúcar, industrialização e comercialização dos produtos derivados da cana-de-açúcar, nos termos do parágrafo 1o do artigo 23 da Lei no 11.076/04 e do artigo 3o, inciso I e parágrafos 1o, 2o e 9o da Instrução CVM no 600/18, na forma prevista em seu objeto social e no curso ordinário de seus negócios.</p> <p>Vert Créditos LTDA como subscritora das debêntures.</p>
<hr/>	
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	5ª Emissão de Debêntures
Data de emissão	15/12/2022
Data de vencimento	15/12/2030
Quantidade	500.000
Valor total R\$	500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	500.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	<p>As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da B3e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, conforme definido nos artigos 11 e 13 da Resolução CVM 30, e depois de decorridos 90 dias contados da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais, exceto no lote objeto de eventual exercício da garantia firme pelas instituições intermediárias da Oferta Restrita, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476, observado, ainda, o cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.</p>
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Caso seja legalmente permitido à Emissora realizar o resgate antecipado das Debêntures, nos termos da Lei 12.431, da Resolução CMN 4.751 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, desde que decorrido o prazo médio ponderado de 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão das Debêntures, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas (“Oferta de Resgate Antecipado”). O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido (a) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, calculado pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado, e (b) se for o caso e a critério da Emissora, do prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

O Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE ("IPCA"), desde a primeira Data de Integralização até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures ("Valor Nominal Unitário Atualizado"). Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 7,4737% (sete inteiros e quatro mil, setecentos e trinta e sete décimos de milésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios" e, em conjunto com a Atualização Monetária, a "Remuneração"), incidentes desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento calculado.

O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado anualmente, até a Data de Vencimento, sendo que a primeira parcela será devida após o 6º ano contado da Data de Emissão, ou seja, em 15 de dezembro de 2028 e a última na Data de Vencimento, conforme datas e percentuais da tabela a seguir (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures").

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

não aplicável

Outras características relevantes

A Emissão das Debêntures será realizada na forma prevista no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"), e no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, conforme alterado ("Decreto 8.874"), tendo em vista o enquadramento do Projeto (conforme abaixo definido) como prioritário pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria nº 63, expedida em 24 de novembro de 2022, publicada no "Diário Oficial da União" ("DOU") em 29 de novembro de 2022 ("Portaria").

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	13504	9	0
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	13530	71	23

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações sob o código "SMTO3", e outros valores mobiliários emitidos pela companhia são negociado na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

5ª Emissão de Debêntures

Emissão das Debêntures foi realizada na forma prevista no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 ("Lei 12.431"), e no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016 ("Decreto 8.874"), tendo em vista o enquadramento do Projeto (conforme abaixo definido) como prioritário pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria nº 63, expedida em 24 de novembro de 2022, publicada no "Diário Oficial da União" ("DOU") em 29 de novembro de 2022 ("Portaria").

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com as Debêntures e Oferta Restrita foram integralmente destinados ao desenvolvimento, construção e operação do Projeto, nos termos do artigo 2º da Lei 12.431, do Decreto 8.874 da Portaria, sendo destinados, diretamente pela Companhia, para (i) pagamentos futuros ou (ii) reembolso de gastos, despesas ou dívidas passíveis de reembolso e incorridos em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da Oferta Restrita, conforme previsto no inciso IV e parágrafo 1º-C do artigo 1º da Lei 12.431, todos relacionados ao desenvolvimento, construção e operação do Projeto, conforme o caso, e, quando não destinados imediatamente para o que foi descrito acima, serão mantidos em instrumentos de caixa ou equivalente de caixa até seu desembolso, nos termos descritos abaixo:

(a) objetivo do Projeto: Projeto de investimento na atividade plantio de cana-de-açúcar para a produção de etanol denominado "CAPEX de Manutenção e Melhoria Operacional para produção de biocombustível na Usina Boa Vista", de titularidade da Emissora ("Projeto"), conforme enquadramento disposto na Cláusula 2.1.7 da Escritura de Emissão;

(b) data estimada para o início do Projeto: 1 de novembro de 2020;

(c) fase atual do Projeto: o Projeto encontra-se na fase de execução;

(d) prazo previsto para conclusão do Projeto: 31 de março de 2023;

(e) volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto: R\$ 519.405.000,00 (quinhentos e dezenove milhões e quatrocentos e cinco mil reais);

(f) valor da Emissão que será destinado ao Projeto: R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais);

(g) alocação dos recursos a serem captados por meio da Emissão: o Projeto prevê investimentos na manutenção dos canaviais e das indústrias, especificamente CAPEX para plantio e tratamentos culturais da cana-de-açúcar, bem como a manutenção agroindustrial; e

(h) percentual dos recursos financeiros necessários ao Projeto proveniente da Emissão: 32,77% para plantio de cana-de-açúcar (R\$163.836.500,00), 17,67% para manutenção de entressafra (R\$88.359.760,00) e 49,56% para tratamentos culturais (R\$247.803.740,00). Sendo que

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

o percentual da Emissão em relação ao volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto é de 96,26% (noventa e seis inteiros e vinte e seis centésimos por cento).

4º Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com as Debêntures foram integralmente destinados ao desenvolvimento, construção e operação dos Projetos de Investimento (conforme definido abaixo), considerados prioritários nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431, do Decreto 8.874 e das Portarias do Ministério de Minas e Energia, respectivamente, que aprovaram o enquadramento dos Projetos de Investimento (conforme definido abaixo) como prioritários, conforme detalhado abaixo:

“I. Portaria nº 21, de 04 de maio de 2021: (a) Objetivo do Projeto Capex Boa Vista: projeto de investimento na atividade de produção e estocagem de biocombustíveis e da sua biomassa denominado “Capex de Manutenção e Melhoria Operacional para produção de biocombustível na Usina Boa Vista” (“Projeto Capex Boa Vista”); (b) Data estimada para início do Projeto Capex Boa Vista: 01 de abril de 2021; (c) Fase atual do Projeto Capex Boa Vista: o Projeto Capex Boa Vista encontra-se na fase de execução; (d) Data estimada para encerramento do Projeto Capex Boa Vista: 22 de novembro de 2023; (e) Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto Capex Boa Vista: R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); (f) Montante total dos recursos líquidos a serem captados pelas Debêntures, considerando a emissão das Debêntures Adicionais, que se estima alocar no Projeto Capex Boa Vista: R\$ 95.443.564,00 (noventa e cinco milhões e quatrocentos e quarenta e três mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais); (g) Percentual decorrente dos recursos líquidos a serem captados pelas Debêntures, considerando a emissão das Debêntures Adicionais, que se estima alocar no Projeto Capex Boa Vista; (h) Percentual que a Emissora estima captar para o Projeto Capex Boa Vista, nos termos da alínea (f) acima, frente às necessidades do Projeto Capex Boa Vista indicadas na alínea (e); (i) Alocação dos recursos a serem captados por meio da Emissão: plantio de cana-de-açúcar, manutenção de entressafra, novos equipamentos, reposição de equipamentos tratos culturais, gatos ambientais e legais; (j) Percentual dos recursos financeiros necessários ao Projeto Capex Boa Vista provenientes da Emissão: os recursos provenientes da Emissão correspondem a aproximadamente 19,10% (dezenove inteiros e dez centésimos por cento) do valor total de recursos financeiros necessários ao Projeto Capex Boa Vista.

II. Portaria nº 35/SPG/MME, de 18 de outubro de 2021: (a) Objetivo do Projeto Capex Usinas: projeto de investimento na atividade de produção de biocombustíveis e da sua biomassa denominado “Capex de manutenção para produção de Biocombustível na Usina São Martinho, Usina Santa Cruz e Usina Itacema” (“Projeto Capex Usinas” e, em conjunto com o Projeto Capex Boa Vista, os “Projetos de Investimento”); (b) Data estimada para início do Projeto Capex Usinas: 01 de abril de 2021; (c) Fase atual do Projeto Capex Usinas: encontra-se na fase de execução; (d) Data estimada para encerramento do Projeto Capex Usinas: 31 de março de 2023; (e) Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto Capex Usinas: R\$1.104.556.436,00 (um bilhão e cento e quatro milhões e quinhentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos e trinta e seis reais); (f) Valor da Emissão que será destinado ao Projeto Capex Usinas: R\$ 1.104.556.436,00 (um bilhão cento e quatro milhões e quinhentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos e trinta e seis reais); (g) Alocação dos recursos a serem captados por meio da Emissão: manutenção dos canais e das indústrias, especificamente Capex para plantio e tratos culturais de cana-de-açúcar, bem como a manutenção agroindustrial. O investimento destina-se à produção de etanol considerando a proporcionalidade exigida devido à concomitância da produção de açúcar e energia, ao logo das safras 2020/21, 2021/22 e 2022/23 em três usinas da Emissora; (h) Percentual dos recursos financeiros necessários ao Projeto Capex Usinas provenientes da Emissão: os recursos provenientes da Emissão correspondem a aproximadamente 100% (cem por cento) do valor total de recursos financeiros necessários a Projeto Capex Usinas.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

A operação conta com SPO (Second Party Opinion) da S&P Global, que a enquadra como Título Verde e está alinhada com os Green Bond Principles (GBP) da International Capital Market Association (ICMA), de 2021.

3ª Emissão de Debêntures

Os recursos obtidos pela Emissora com a 3ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da São Martinho S.A. foram utilizados para financiar parte da planta de etanol de milho, acoplada à Usina Boa Vista (UBV) e manutenção, adequação e modernização das atividades da UBV referentes a plantio de cana, manutenção de entressafra, tratos culturais, equipamentos e reposições, e investimentos relacionados a melhorias na segurança das instalações industriais.

A operação conta com SPO (Second Party Opinion) da Sitawi, que a enquadra como Título Verde e está alinhada com os Green Bond Principles (GBP), Climate Bonds Standards² e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente. De acordo com o parecer, este investimento contribui com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS 7 - e com as metas brasileiras para o acordo de Paris.

Dentre os aspectos ESG do investimento na planta de etanol de milho destacam-se:

- Geração de aproximadamente 1.400 empregos diretos e indiretos
- Uso do bagaço de cana como fonte de geração de energia, tornando a planta independente de uso de outros combustíveis;
- Introdução de tecnologias industriais inovadoras, influenciando positivamente o desenvolvimento do setor e comunidades do entorno;
- Redução de 90%¹ da geração de GEE (Gás de Efeito Estufa) do etanol em relação à gasolina. O volume adicional de bicombustíveis evitará a emissão de cerca de 360.000 (trezentas e sessenta mil) toneladas CO₂ por ano;
- Substituição do farelo de soja pelo DDGS, matéria prima de alto valor nutricional e digestibilidade, auxiliando o setor agropecuário a reduzir a dependência das pastagens no período de seca.

(a) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que os recursos provenientes das emissões descritas acima estão sendo utilizados conforme as respectivas propostas de alocação.

(b) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que os recursos provenientes das emissões descritas acima estão sendo utilizados conforme as respectivas propostas de alocação.

¹ Estimativa UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar).

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.9 Outras informações relevantes

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.

13.0 Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Fabio Venturelli

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Felipe Vicchiato

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente

DocuSign Envelope ID: 57568470-7B53-43FC-98CF-20D292876523

DECLARAÇÃO

Eu, **FABIO VENTURELLI**, na qualidade de Diretor Presidente, nos termos da Resolução CVM nº 80, declaro que:

- a. Revisei o Formulário de Referência;
- b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20;
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

DocuSigned by:

1764CDD12FED499...

Fabio Venturelli
Diretor Presidente

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

DocuSign Envelope ID: 870C4262-29AD-4EE8-93EC-429198A4AD85

DECLARAÇÃO

Eu, **FELIPE VICCHIATO**, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores, nos termos da Resolução CVM nº 80, declaro que:

- a. Revisei o Formulário de Referência;
- b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20;
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

DocuSigned by:

3F9268F886DC47F...

Felipe Vicchiato
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 13.1 e 13.2 deste Formulário de Referência.